

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
DISTRITO FEDERAL



ANO IV/V – Nº 4 – Brasília, 2001/2002

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
DISTRITO FEDERAL**



ANO IV/V – Nº 4 – Brasília, 2001/2002

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL – Nº 4 – 2001/2002

EXPEDIENTE

DIRETOR	José Hélder de Souza
CONSELHO EDITORIAL	Affonso Heliodoro dos Santos Cassiano Nunes João Carlos Taveira José Santiago Naud
COORDENAÇÃO E REVISÃO	João Carlos Taveira

DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

DIRETOR PRESIDENTE	Affonso Heliodoro dos Santos
DIRETOR 1º VICE-PRESIDENTE	Armando José Buchmann
DIRETOR 2º VICE-PRESIDENTE	Lucídio Guimarães de Albuquerque
DIRETOR SECRETÁRIO GERAL	Lourierdes Fiuza dos Santos
DIRETOR 1º SECRETÁRIO	Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
DIRETOR 2º SECRETÁRIO	Napoléon Emanuel Valadares
DIRETOR 1º TESOUREIRO	Leon Frejda Szklarowsky
DIRETOR 2º TESOUREIRO	(vaga)
DIRETOR 1º BIBLIOTECÁRIO	Raimundo Nonato da Silva
DIRETOR 2º BIBLIOTECÁRIO	Clovis Sena
DIRETOR DE PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL	José Hélder de Souza
DIRETOR ORADOR OFICIAL E MESTRE DE CERIMÓNIA	Guilherme Fagundes de Oliveira
CONSELHO FISCAL	Paulo Affonso Martins de Oliveira Lincoln Magalhães da Rocha
SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL	Kurt Pessek Raul Bernardo Nelson de Senna William. D. Almeida de Carvalho

Edição eletrônica, fotolito e impressão
VERANO EDITORA E COMUNICAÇÃO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL
SEPS 703/903 – Brasília/DF – CEP 70390-039
Tel. (061) 224-6544/226-7753 – Tel/Fax. (061) 224-8467

SUMÁRIO

Editorial.....	5
Amazônia – O Grande Desafio	7
Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Escritor, Coronel Affonso Heliodoro dos Santos.....	21
História: A Fonte e a Prova – um ensaio sobre a Iconografia do Pau-brasil – Fernando Lourenço Fernandes	33
Desfazendo Inverdades Sobre a FEB – Gen. José Moretzsohn.....	45
A Criação da Arquidiocese de Brasília	69
A Grande Hidrovia– Moacyr Santos França	73
Segurança Nacional, Reconciliação e Plano Colômbia – Nestor dos Santos Lima	77
A Preservação de Brasília – Ernesto Silva	83
Armando Câmara e a Renúncia – Aldo Vinholes de Magalhães	87
Sobre a Necessidade e Urgência de um Projeto de Futuro para o Brasil	91
Palavras do Ex. Presidente Juscelino Kubitschek, Pronunciadas Durante o Sepultamento de Pedro Aleixo	99
Distrito Federal: Município ou Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Leon Frejda Szkalrowsky	101
Dilermano Reis: O Livro que vem – Antoninho Rapassi	109
Escorço Histórico da Unidade de Vizinhança 07/08 Sul – José Helder de Souza	111
Estátua a Justiça – Paulo de Azevedo Marques	115
Everardo Adolfo Backeuser – Manoel Soriano Neto	117
Hipólito José da Costa: Um Maçom Brasileiro que foi Grão-mestre Provincial Na Inglaterra – William Almeida de Carvalho.....	121
História da Ortografia da Língua Portuguesa – Nonato Silva	131
Juscelino Kubitschek Cantou com o Tenor do Planalto	145

José Bonifácio de Andrada e Silva – Armando J. Buchmann	161
JK: O Grande Estadista Brasileiro – Affonso Heliodoro	163
Discurso Homenagem ao Febianos – Affonso Heliodoro	169
O Centenário de Germano Roriz – Jarbas Silva Marques	173
O Centenário de Nascimento de JK – Nina Tubino	179
O Maior de todos os Brasileiros – Márcio Cotrim	183
Os Trabalhadores e as Forças Armadas – Ensaio – José Antônio Prates	187
Pátria e Juventude na Poesia Brasileira – Anderson Braga Horta	193
Recompondo a Jornada Realizada – Juscelino Kubitschek	211
Repensando a Nacionalidade – José Santiago Naud	221
Tributo aos Jornalistas Goianos – Sebastião de Barros Abreu	229
Homenagens	233
Registro Iconográfico	237
Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal	241

Editorial

Este ano o Brasil inicia as comemorações do centenário de Juscelino Kubitschek de Oliveira, JK, o transformador da face social, econômica e política deste imenso País. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, neste seu número 4, incorpora-se às comemorações desta efeméride. O herói de tão marcante feito na História do Brasil, nasceu em Diamantina, Minas Gerais, a 12 de setembro de 1902. Sua fulgurante trajetória política, feita de muito trabalho e muita luta, desenvolveu-se pela conquista de mandatos democraticamente pelo voto popular: Deputado Federal para a Constituinte de 1946, depois, Prefeito de Belo Horizonte, novamente Deputado Federal, Governador do Estado de Minas Gerais, Presidente da República Federativa do Brasil e Senador por Goiás, consagrando-se mundialmente por suas realizações revolucionárias de modificação de todo um País.

A grande transformação operada por Juscelino – eleito em 1955 e empossado Presidente da República em janeiro de 1956 – foi feita ao edificar Brasília e transferir a administração Federal para o interior do País, nos cumes e desvãos dos chapadões despovoados de Goiás. A implantação de toda a administração federal no meio do vasto e então desértico Brasil Central, trouxe e induziu o desenvolvimento a toda uma região desconhecida (ignorada mesmo) do resto da Nação. Há duzentos anos vivia o Brasil só nas suas terras costeiras, construindo grandes cidades e concentrando populações nas margens do Oceano Atlântico. Cerca de seis milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados deste imenso território brasileiro foram incorporados, por JK, à vida econômica e social do Brasil, ao ser edificada Brasília e transferida a administração para estes êrmos goianos. Sobretudo, consolidava-se, entre nós, seus projetos de desenvolvimento econômico e social, previstos e cumpridos por seu programa de Metas. Trinta METAS+BRASÍLIA+DEMOCRACIA.

A mudança radical do País, pode-se dizer, foi feita em três anos e sete meses, espaço de tempo decorrido da primeira visita de Juscelino Kubitschek de Oliveira e um grupo de auxiliares imediatos, ao então demarcado quadrilátero do futuro Distrito Federal ato de inauguração da nova capital da República. JK visitou o local da futura capital, em avião da Presidência da República, um DC-3, aterrissando num campo improvisado por Bernardo Sayão, no dia 2 de outubro de 1956. No dia 21 de abril de 1960, inaugurou festivamente, com pompas e circunstâncias, a cidade de Brasília. Culminância de sua obra política e administrativa, consagrada e marcante, não só no Brasil, como no resto do mundo.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, neste seu quarto número, procura prestar uma homenagem a Juscelino Kubitschek de Oliveira, nome “imortal” para os brasilienses e para todo um Brasil por ele desvelado depois do 21 de Abril de 1960, publicando em suas páginas artigos e depoimentos sobre sua trajetória histórica.

Amazônia – O Grande Desafio

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A Amazônia é uma porção do globo terrestre que dispõe de 1/5 das reservas mundiais de água doce (dentre os 30 maiores rios da terra, 15 localizam-se na região) e ocupa 1/20 da superfície de nosso planeta, 1/10 da América do Sul e 3/5 do Brasil, país que possui 60% de toda a sua extensão. A Amazônia Legal Brasileira abrange uma área de 5.029.322 Km².



A Amazônia Legal compreende, como se pode ver na gravura, os estados de Rondônia, Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Pará, Tocantins e grande parte do Maranhão e Mato Grosso.

Esta imensa área, de grande importância geopolítica, engloba a maior parte da bacia amazônica e faz fronteira com sete países sul-americanos, abrigando 342 municípios brasileiros, alguns deles muito maiores do que vários estados do Brasil e nações da Europa. Porém, a

sua população é escassa e mal distribuída, contando, aproximadamente, com 14 milhões de habitantes (censo de 2000), o que representa pouco mais de 2(dois) habitantes por quilômetro quadrado.

A Amazônia Legal agrega a maior floresta tropical úmida do mundo. Em sua biodiversidade, além de um incomensurável potencial potamográfico, lá se localizam o maior banco genético e a mais vasta província mineralógica planetária, na qual ocorrem, entre outras, abundantes jazidas de ouro, cassiterita e de minérios estratégicos de terceira geração, como o urânio, o titânio, o nióbio, etc.

Ao contrário do que se pensa, não somente de selvas e rios se constitui o solo amazônico; a região integra florestas (1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas) cortadas por inúmeros cursos de água (2/3 das reservas hidrelétricas do Brasil), cerrados e campos, sendo o seu clima, quente e úmido.

Eis, em grande síntese, a Amazônia Legal Brasileira, riquíssima em água doce, minérios e diversidade biológica, abrigando 30% de todas as espécies vivas.

Não apenas por tudo isso, urge que esse espaço brasileiro, arduamente conquistado no passado heróico, seja efetiva e racionalmente povoado, guardado e defendido, principalmente nos dias atuais, quando é indisfarçável a cobiça internacional sobre ele.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

A Amazônia, de há muito, sempre foi cobiçada por alienígenas. A partir dos fins do século XVI, franceses, holandeses e ingleses incursionaram pelo baixo Amazonas, com intuítos de exploração, de comércio e de fixação na área. Eles construíram fortificações, criaram entrepostos comerciais, com o auxílio de indígenas, e trouxeram contingentes militares para caracterizar a posse das terras ocupadas.

O povoamento da imensa área por luso-brasileiros seria a única e indispensável resposta à ambição daqueles estrangeiros.

Em 12 Jan 1616, teve início a construção, por Francisco Caldeira Castelo Branco, de um forte, que se denominaria “Forte do Presépio”, o qual deu origem à atual cidade de Belém, marcando, assim, há 384 anos, a presença militar da Força Terrestre na imensidão amazônica.

Cerca de duas décadas após à construção do Forte do Presépio, o notável explorador Pedro Teixeira comandou uma expedição que atingiu Quito no Equador.



CAPITÃO-MOR PEDRO TEIXEIRA

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, os luso-brasileiros ergueram, em pontos estratégicos da Amazônia, obras de arquitetura militar como fortalezas, fortes, fortins, redutos, vigias, baterias e casas-fortes, num total de 35 dessas fortificações, de que é modelo o monumental Forte Príncipe da Beira.

A construção deste Forte, em região inóspita e despovoada, requereu ingentes esforços durante sete anos. O seu construtor foi o Capitão-General D. Luís de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, que registrou em ata, em 1776, o seguinte: “A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê... é serviço de Portugal. E tem de se cumprir”.



FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Missionários católicos e sertanistas também se fixaram na região, além dos militares, que eram, como ainda são, em inúmeros municípios, a única marca visível da presença governamental na vasta extensão das terras amazônicas.

Quando do Segundo Império, inicia-se a colonização militar, com vistas à vivificação da indefesa e extensa fronteira terrestre. Foram criadas as Colônias Militares, sendo estabelecida, a primeira delas, em 1840, no atual estado do Amapá. Em 1964 e 1967, foram criadas as importantes colônias militares de Tabatinga e Oiapoque, respectivamente, hoje transformadas em quartéis do Exército.

Nos dias atuais, deparamo-nos com o grave problema da integração da Amazônia ao todo brasileiro. O esforço para essa integração intensificou-se nas décadas de 60 e 70, do século passado, com a construção de estradas e exploração de hidrovias, entre aquelas, a Belém-Brasília (BR 153); a Cuiabá-Porto Velho – Rio Branco-Cruzeiro do Sul (BR 364); a Porto Velho-Manaus (BR 319); a Cuiabá-Santarém (BR 163) e a Transamazônica (BR 230).



2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA DE CONTRUÇÃO

Na atualidade, pretende-se reavivar o “Projeto Calha Norte” que, fundamentalmente, visa a aumentar e fortalecer a presença do Estado na tão desassistida área da calha norte dos rios Amazonas e Solimões, como fator dissuasório e demográfico e para também robustecer as relações bilaterais com países limítrofes, recuperar marcos fronteiriços e incrementar a atuação da FUNAI. Desafortunadamente, há quem tente distorcer a

benemérita ação desse projeto, que envolve, sinergicamente, todos os Ministérios, na alegação de que ele tão somente seria uma “militarização” da área, prejudicial à preservação de reservas indígenas lá existentes. Além desse projeto, merece menção especial o “Projeto SIVAM”, que é o sistema de vigilância aérea da Amazônia, com vistas, em particular, à proteção do tráfego aéreo. Consigne-se, por relevante, que o Exército Brasileiro, bem cumprindo sua parte quanto à integração, linhas atrás aludida, transferiu, em tempos recentes, duas Brigadas de Infantaria para a Amazônia, oriundas de Petrópolis-RJ e Santo Ângelo-RS.

3. ALGUNS MITOS

Um dos mitos mais propalados é o de que “a Amazônia é o pulmão do mundo”, “responsável por 30% do oxigênio do planeta” (quando é por demais consabido que a vegetação produz apenas 10% do oxigênio por nós respirado). Tal falácia está hoje desmistificada. A floresta amazônica não é nova e somente as árvores novas, em fase de crescimento, absorvem gás carbônico, influenciando no clima mundial, determinado, isto sim, pelos mares e oceanos (as algas marinhas verdes produzem 90% do oxigênio da terra).

O outro mito é o de que o Brasil está destruindo as suas florestas, por meio de queimadas. De fato, a preservação de nossas florestas tropicais é importante e cabe ao país coibir as queimadas indiscriminadas e a ação predatória de madeireiras (controladas do exterior, em sua grande maioria), mas um fato está sendo esquecido pelos ecologistas interessados na Amazônia: a queima de combustíveis fósseis é que é a principal causa da poluição ambiental e os países mais desenvolvidos é que são os maiores poluidores. Assinale-se que a “Hiléia Amazônica” é o ecossistema mais bem preservado do globo terrestre, pois conserva, no mínimo, 90% de suas florestas primitivas intactas.

Outra questão importante é a da tese-mito da “Amazônia – patrimônio da humanidade”. Ela visa a conservá-la intocada, como se o Brasil não tivesse capacidade e competência, e não pudesse, como país soberano, utilizar os seus imensos recursos naturais, o que só interessaria aos países desenvolvidos, com vistas ao futuro usufruto desses recursos em benefício de suas populações.

A “questão indígena”, cujas “nações” devem se opor, por lhes serem altamente prejudiciais, à implementação de projetos de aproveitamento racional e controlado da região, é outro mito que tentam

nos impor. A criação de “Estados”, como já se fala quanto aos ianomamis, com estruturas administrativas próprias, seria o epílogo para a futura dominação de tribos e áreas indígenas.

Ao arrepio do artigo 4º de nossa Constituição, já se propagam com referência à Amazônia, sob vários pretextos, nefastas idéias de “soberania limitada, restrita, compartilhada”, “poder de ingerência” e “direito humanitário”.

4. A COBIÇA INTERNACIONAL

Desde o descobrimento do Brasil, a Amazônia é alvo preferencial da cobiça estrangeira. Muito já se escreveu sobre o assunto. Assim, só nos resta reavivar alguns episódios que julgamos de maior relevância, na caracterização do sempre existente desejo forâneo em internacionalizar a região ou dela tirar o máximo de vantagens.

– A partir da metade do século XVI, ingleses, franceses e holandeses passaram a cobiçar a Amazônia. Sir Walter Raleigh foi um ambicioso aventureiro inglês que primeiro penetrou na região, embalado pelo sonho do “Eldorado”.

– Em 1745, foi publicado um mapa, de autoria de um cientista francês, que dava aos franceses de Caiena, uma extensa área do território nacional amazônico.

– Após a proclamação da independência do Brasil, sofremos fortes pressões internacionais. Em 1835, por ocasião da Cabanagem, a França ocupou o Amapá; em 1836, foi a vez dos ingleses, que se propuseram a explorar a “Guiana Brasileira”, questão que ficou conhecida como a “do Pirara”, só solucionada por arbitragem, desfavoravelmente, para nós, em 1904.

– Em 1845, foi patenteado o método de vulcanização da borracha, iniciando-se o importante “ciclo da borracha”, o que fez recrudescer a cobiça norte-americana e européia, pois éramos o único país produtor daquele precioso bem. Por isso, os EUA pretendiam incrementar o livre comércio, a colonização e a imigração para a Amazônia.

– A campanha em prol da abertura à navegação do rio Amazonas foi desencadeada, em 1850, pelo Chefe do Observatório Naval de Washington, Matthew Fontaine Maury, que através de artigos publicados em jornais e revistas, proclamava a Amazônia como o “paraíso das matérias-primas”. As esquipáticas idéias de “destino manifesto” esposadas por Maury e traduzidas em uma constante pregação pela

imperiosa necessidade de ocupação norte-americana da Amazônia, a qual, em seu entender, “juntamente com o Golfo do México, constituíam um único complexo geográfico”, sendo o rio Amazonas nada mais do que o prolongamento do Mississipi, inspiraram a política expansionista do “big stick”, do Presidente Theodore Roosevelt. Ainda em 1850, foi autorizada pelo governo norte-americano, uma expedição à Amazônia, comandada pelo cunhado de Maury, que desejava criar uma “República Amazônica”.

– Em 1861, Napoleão III, da França, propôs aos EEUU, a venda da Guiana Francesa (incluindo o Amapá) por 8 milhões de dólares, transação recusada por aquele país, em face da Guerra da Secessão, que preferiu a negociação do Alasca, comprado da União Soviética, em 1867.

– A questão litigiosa havida no ano de 1900, entre Brasil e França, precedida de choques armados e dirimida a nosso favor, por laudo arbitral do governo suíço, após brilhante atuação do Barão do Rio Branco, bem evidenciou a intenção francesa de atingir o vale do rio Amazonas.

– Em 1862, o General James Watson Weber encaminhou solicitação ao Imperador D. Pedro II, em nome do governo dos EEUU, propondo a organização de uma Companhia para vinda e fixação de negros sulistas na Amazônia.

– Em 1866, intensifica-se a pressão norte-americana para a total abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira. Aproveitando-se das dificuldades do Brasil com a Guerra do Paraguai (os EEUU apoiaram, veladamente, este país), os norte-americanos voltaram a insistir com as propostas de assentamento de populações negras no vale amazônico.

– Em 1876, grande carga de sementes de seringueira foi-nos roubada pelo inglês Henry Wickmann, e embarcada, clandestinamente, para a Inglaterra.

– Em 1902, o Presidente Theodore Roosevelt, desejoso de participar da vertiginosa industrialização da borracha, incentiva o desenvolvimento de um consórcio internacional, o “Bolivian Syndicate of New York”, para a ocupação do Acre, região em litígio entre Brasil e Bolívia, contrariando interesses dos dois países. A criação, em 1927, da “Fordlândia”, às margens do rio Tapajós e posteriormente em Belterra (próximo a Santarém – PA), bem revela o interesse norte-americano pela borracha do Brasil, tão importante para o esforço de guerra dos aliados, por ocasião da II Guerra Mundial, tornando-se memorável o trabalho dos “Soldados da Borracha”.

– Em 1940, Nelson Rockefeller criou um órgão de cunho filantrópico, a “American International Association for Economy and

Social Development (AIA)” que enviou diversas e suspeitas “missões religiosas” para a Amazônia.

– Em 1948, a UNESCO propôs a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, com o visio de orientar, apoiar e difundir pesquisas científicas na região, sendo previstas grandes desapropriações de terras, com a conseqüente perda da jurisdição brasileira sobre elas. O Congresso Nacional rejeitou, por louvável e eficaz atuação do patriota Deputado e ex-Presidente Arthur Bernardes, o Tratado já firmado pelo Brasil, pois o mesmo se constituía em mais uma tentativa de ingerência estrangeira na Amazônia, para a internacionalização ou “planetarização” da área.

– Em 1967, é apresentado o “Plano Mar Mediterrâneo Amazônico”, elaborado pelo Hudson Institute, também chamado “dos Grandes Lagos”, para “viabilizar a navegação do Brasil com os seus vizinhos amazônicos”. Imensas extensões da Amazônia brasileira e colombiana seriam cobertas pelas águas de sete lagos (quatro no Brasil e três na Colômbia), como imaginaram os autores do mirabolante Plano, srs. Hermann Khan e Robert Panero. O objetivo proposto era o de ligar os lagos por meio de uma hidrovia interior com saída para o Pacífico, à semelhança do Canal do Panamá. Caso isso ocorresse, findar-se-ia a exploração de várias de nossas jazidas, provocando a queda do preço dos minérios, almejada por poderosos trustes internacionais. Como não poderia deixar de ser, a reação nacional fez abortar esse deletério projeto.

– Em 1975, foi proposta pelo então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, a criação de um “Banco Mundial de Matérias-Primas” para o controle global das mesmas. Tal proposição, por assaz lesiva, foi rechaçada por vários países, inclusive o Brasil.

– Em 1981, o “Conselho Mundial de Igrejas Cristãs”, sediado na Europa, advogava a transformação de tribos em “nações indígenas” e questionava a soberania do Brasil sobre a Amazônia, tida como “patrimônio da humanidade”. Tal Conselho ainda se faz atuante na área, por intermédio de integrantes de missões religiosas, fiéis seguidores das idéias internacionalistas por ele apregoadas.

– Em 1989, uma comissão de parlamentares dos Estados Unidos veio ao Brasil para sugerir a troca de parte de nossa dívida externa por projetos ecológicos ao encargo de ONGs daquele país e da Europa. À época, o tema “ecologia” se alastrou pelo mundo, sendo defendido por gradas autoridades dos países mais desenvolvidos, mesmo que em detrimento da soberania de nações periféricas, detentoras de florestas tropicais, como o Brasil, considerado sem competência para administrar e garantir a soberania nacional na Amazônia.

– Em 1991, o governo Collor, sob fortíssimas pressões internacionais, criou a Reserva Indígena Ianomami. A Reserva envolve enorme faixa fronteiriça com a Venezuela, havendo sérias preocupações pela formação de outra semelhante no lado venezuelano, sendo certa a existência de tribos também da etnia ianomami, do outro lado da fronteira, as quais, se interligadas, constituiriam um único e poderoso grupo étnico, com força para postular a sua autonomia. Esta é desejada por alienígenas, mercê, basicamente, das ricas províncias mineralógicas que o subsolo da Reserva contém...

– Em 1993, a “The Nature Conservancy”, uma ONG norte-americana, desenvolveu uma ampla campanha, de âmbito internacional, com o objetivo de angariar fundos para a compra de terras na Amazônia e Pantanal brasileiros.

– Em 1996, o governo brasileiro homologou contrato com a empresa americana Raytheon Corporation para a implementação do SIVAM (Sistema de Vigilância Aérea da Amazônia), após acirrada disputa com outra firma, de origem francesa. É preciso, neste caso já concretizado, muita atenção para que tal benemérito projeto seja, de fato, controlado pelo Brasil e não se torne para estrangeiros, um meio de devassa de nosso potencial mineralógico, por exemplo. Relembre-se que o SIVAM é um megaprojeto, com a finalidade de permanente controle do tráfego aéreo amazônico, de vigilância das extensas fronteiras, de combate ao narcotráfico e ao contrabando, de mapeamento de recursos naturais (com vistas a um desenvolvimento racional e sustentável) e de proteção ambiental.

– Ainda em 1996, o governo sancionou lei que reformou o Código de Propriedade Industrial e o Registro de Patentes. Entendidos do assunto alertaram e continuam alertando para a ambição internacional, pois corremos o risco de nos tornar dependentes de empresas transnacionais que já vêm explorando a biodiversidade amazônica, pela biopirataria, com grande prejuízo e desnacionalização de nossas indústrias farmacêutica e agroquímica. Aduza-se que da rica Amazônia provêm 25% de todas as essências farmacêuticas a serem industrializadas no mundo inteiro...

– No presente ano (2001) muito se tem comentado a respeito do acordo firmado em abril de 2000, entre o Ministro da Ciência e Tecnologia e o Embaixador dos EUA (ainda a ser submetido ao Congresso Nacional), para a utilização pelos norte-americanos do Centro de Lançamentos de Foguetes de Alcântara – MA. O Brasil “concederia” aos EEUU, a soberania sobre 620 Km² de território nacional, onde se localiza a base, que seria “alugada” àquele país, por trinta milhões de

dólares anuais. O Brasil, entre outras restrições, não poderia utilizar recursos para atividades de lançamento, desenvolvimento, produção, testes, liberação ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados, quer em seu próprio território, quer em outros países... Caso confirmadas tais cláusulas, deve o Congresso rejeitar o acordo, por ser um verdadeiro escárnio à soberania nacional brasileira (ver matéria-denúncia, publicada a respeito do assunto, em “O Estado do Paraná”, de 4/02/01).

– Por derradeiro, nessa incompleta resenha acerca da velha ambição internacional pela Amazônia Brasileira, urge lembrar que nos dias atuais, bases dos EUA cercam a Amazônia e o Pantanal.

De fato, ao longo do “arco amazônico”, situadas em países vizinhos e ilhas próximas, como de há tempos nos vem dando conta a Imprensa, existem 20(vinte) guarnições norte-americanas, verdadeiro “cordão sanitário”, como consta em alentada reportagem do jornal “Zero Hora”, de Porto Alegre-RS, de 25/03/01.

Tais guarnições (“forward bases”), num total de quinze mil homens, são divididas em bases aéreas e de radar e distribuídas do Equador ao Paraguai, como se pode verificar na estampa da mencionada edição de “Zero Hora”, a seguir:



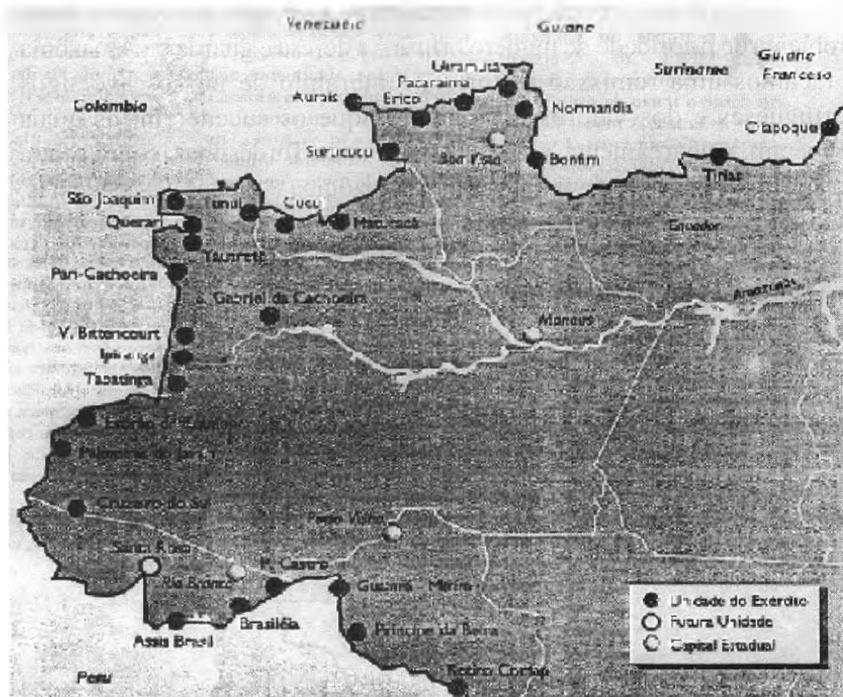
BASES AÉREAS E DE RADAR DOS EUA
(“ZERO HORA”, PORTO ALEGRE – RS, 25/03/01)

5. CONCLUSÃO

Eis, de forma imperfeita e inacabada, algumas inquietantes reflexões que dizem respeito ao grande desafio desta e das próximas gerações de patrícios, que é a Amazônia Legal Brasileira.

Convém refrisar-se que, desde sempre, pairou sobre esse rico e imenso território brasileiro, a cobiça de estrangeiros, hoje potencializada pela globalização e fim da biopolaridade e, máxime, pela excepcional posição geográfica e conhecimento científico de que se dispõe sobre o seu incomensurável potencial hídrico, mineralógico e diversidade biológica. Importantes grupos empresariais norte-americanos, europeus e japoneses, compraram, desde a década de 60 e principalmente na década de 90 (século XX), gigantescos pedaços de terra na Amazônia.

Nos dias atuais, a preocupação com a defesa e permanente vigilância de nossa Amazônia, em particular da vulnerável Amazônia Ocidental, é prioridade do Governo, sendo, incontestavelmente, a presença das Forças Armadas, o fator preponderante da manutenção da soberania nacional na região.



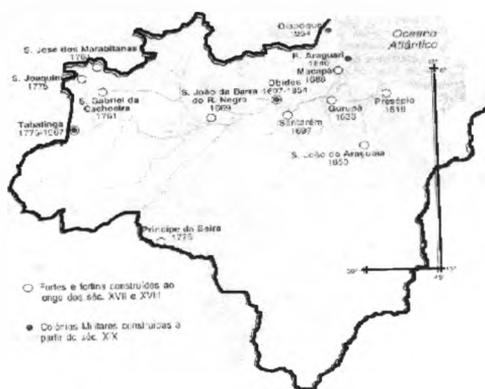
PRESENÇA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Hodiernamente, são invocadas preocupantes declarações de notáveis personalidades como François Mitterrand, Margaret Thatcher, o atual Presidente Bush e o seu Vice, Richard (Dick) Cheeney, Gorbatchev, Al Gore, etc, etc, a favor da limitação das soberanias de países em desenvolvimento, sendo citada, indireta ou explicitamente, a Amazônia, que deve ser mantida intocável, como reserva futura de recursos naturais, a água e a diversidade biológica, os principais deles.

Sob os mais variados argumentos, tais como os do combate ao narcotráfico, a proteção de minorias marginalizadas (como as “nações indígenas” que poderiam criar movimentos separatistas, enclaves e zonas de guerrilha), a preservação do meio ambiente (questões ecológicas), os atuais “donos do mundo” poderão intervir militarmente na região amazônica; não é à toa que aí estão as assustadoras bases aéreas e de radar, anteriormente apresentadas...

O cerco ameaçador à Amazônia, e também ao Pantanal, se intensifica, para que essas áreas, de superlativa importância, sejam preservadas em benefício dos países hegemônicos (“Grupo dos Sete”, com os EUA à frente) e consideradas “patrimônio da humanidade”, um dos mitos que, de escantilhão, antes abordamos.

Ao finalizar essas breves considerações ao que parece ser o nosso problema de prioridade de número primo – a defesa e guarda da Amazônia – façamos uma remissão histórica, lembrando de nossos avoengos portugueses e dos valorosos brasileiros que os sucederam, os quais souberam, galhardamente, alargando a linha de Tordesilhas, conquistar e nos legar, de direito e de fato, a região amazônica. “A seus descendentes, os lusitanos legaram a alma pioneira, sedenta dos grandes espaços, o espírito cristão aberto à integração das raças e a fibra de arrostar o ignoto e domá-lo à sua feição”. (General Lyra Tavares).



Com grande ufania, gostaríamos de citá-los, pois a História consagrou os seus augustos nomes e gloriosas sagas e, por certo, lá por onde andaram e pelejaram, saberão contar os seus veneráveis feitos, cuja fama se perde distante. Foram eles:

Raposo Tavares, Pedro Teixeira, Mendonça Furtado, Lobo D'Almada, Francisco Caldeira Castello Branco, Mello e Cáceres, Jácome de Noronha, Bento Maciel Parente, Thaumaturgo de Azevedo, o Barão do Rio Branco, Plácido de Castro, Rondon, Rodrigo Octávio, Jorge Teixeira e Aloysio Weber. Entre outros, tais homens, pelo acrisolado sentimento de brasilidade que nos transmitiram, constituem-se em paradigmas para todos os brasileiros, que, diuturnamente, como os militares de nossas Forças Armadas, devem velar pela soberania nacional, “nos brasis ainda sem Brasil”, dos longes da Amazônia.

A eles, assim se referiu, em 1983, o então Presidente João Baptista de Figueiredo, quando visitou o Forte Príncipe da Beira:

“Posso traduzir aqui a homenagem da Nação Brasileira à fibra, à coragem e à determinação daqueles homens heróicos.

Que Deus nos dê a mesma fibra dos que para aqui vieram, a mesma coragem e a mesma determinação.

Sua história nos renova uma lição. Os homens que constituíram essas fortificações tinham têmpera e disposição para arrostar sacrifícios, objetivando assegurar seus ideais. Não recuavam diante de obstáculos.

Esses homens são nossos antepassados. Deles provém o sangue que corre em nossas veias. Suas vivências, suas crenças, suas convicções constituem o legado atávico de nossa formação nacional”.

Desejaríamos concluir, acrescentando, por ilustrativo, que os integrantes amazônidas do invicto e glorioso Exército Brasileiro, na permanente lembrança do sagrado chão em que vivem, criaram um significativo brado: “Selva!”, constantemente repetido em suas Organizações Militares lá sediadas.

Como ocorrido em Guararapes, com fé em Deus e na Pátria amada, saberemos nos opor à cobiça internacional, pois como disse o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”.



Eis o ardente desejo da tradicional Liga da Defesa Nacional, única entidade brasileira volvida, exclusivamente, para a prática e difusão do civismo, que comunga do sábio conceito de Alexis de Tocqueville, embutido na seguinte frase lapidar que ele nos transmitiu:

“Os povos sempre guardam as marcas de sua origem. As circunstâncias que acompanharam seu nascimento e serviram a seu desenvolvimento influem sobre o resto de sua existência”.

Brasília, abril de 2001.

**SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL, ESCRITOR,
CORONEL AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS.**

Senhores Acadêmicos, Autoridades e Convidados.

Cumpre-me, por unânime escolha, formalizar a apresentação
a Vossas Excelências, dos seguintes empossandos, acadêmicos:

- Celita Oliveira Souza
- Francisco Gustavo de Castro Dourado
- Geraldo Campos
- José Luiz de Moura Pereira
- Antonio Temóteo dos Anjos Sobrinho
- Lúcio Batista Arantes.

1. Acadêmica CELITA OLIVEIRA SOUZA.

Advogada, Pós-Graduada em Direito Econômico e de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Membro da Academia de Letras do Distrito Federal, Professora Universitária, Conferencista, Consultora Jurídico Empresarial, Participante de Bancas Examinadoras de Concurso de Juiz do Trabalho, Escritora de grande mérito, com muitas obras publicadas.

Principais Condecorações: Medalha do Mérito Judiciário do Trabalho no grau de Oficial, outorgada pelo TST e Medalha do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Cavaleiro, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

A Ilustre Acadêmica Celita Oliveira Souza ocupará a Cadeira de nº 43, cujo Patrono é o Padre Primo Scussolino.

2. Acadêmico FRANCISCO GUSTAVO DE CASTRO DOURADO.

Professor com Bacharelado e Licenciatura Plena em Língua e Literaturas Portuguesa e Brasileira, é Escritor de grande mérito, foi Assessor de Literatura e Gerente de Projetos da Fundação Cultural do Distrito Federal, de 1995 a 1998. Neste período organizou centenas de lançamentos de livros no Teatro Nacional, no Espaço Cultural da 508 Sul, em Escolas e Bibliotecas.

Projetou a Bolsa Brasília de Produção Literária, criou o Fórum Permanente de Escritores e Estante do Escritor. Coordenou o 1º Encontro de Escritores do Distrito Federal e possibilitou a participação de Escritores Brasileiros em três bienais internacionais do livro no Rio de Janeiro e em São Paulo.

É Presidente da Academia de Letras e Música do Brasil, Membro da Academia Internacional de Lutèce-Paris, da Associação Nacional de Escritores, da União Brasileira de Escritores – DF, da Academia de Letras do Distrito Federal, da Academia Taguatinguense de Letras. É Diretor do Jornal Scriba do Sindicato de Escritores do Distrito Federal, é Presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal. Tem trabalhos publicados em Antologias, Coletâneas Poéticas, Jornais e Revistas.

O Ilustre Acadêmico Francisco Gustavo de Castro Dourado ocupará a Cadeira de nº 31, cujo Patrono é o Maestro Eleazar de Carvalho.

3. Acadêmico GERALDO CAMPOS.

Advogado, Membro do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal – 1986. Deputado Federal Constituinte de 1987 a 1991, com destacada atuação parlamentar. Presidente da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Assessor da Presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados de 1991 a 1993.

Principais Condecorações: Medalha de Serviços de Guerra, com duas estrelas, conferida pela Marinha de Guerra, como ex-Combatente da 2ª Guerra Mundial. Ordem do Mérito de Brasília, no grau de Grande Oficial – 1997.

O Ilustre Acadêmico Geraldo Campos ocupará a Cadeira de nº 63, cujo Patrono é José Maciel de Paiva, Engenheiro que implantou as Cidades Satélites de Taguatinga em 1958 e Gama em 1960.

4. Acadêmico JOSÉ LUIZ DE MOURA PEREIRA.

Empresário na Área de Comunicação Visual, Cartunista de grande sensibilidade, Escritor com participação em Antologia, Autor de Livro de Humor, Jornalista, Heraldista Autor dos Brasões de Armas do Estado de Mato Grosso do Sul, do Estado de Tocantins, do Município de Santa Isabel-PA, de Palmas-TO, da Bandeira do Estado de Tocantins, da Bandeira do Município de Palmas-TO, de Medalhas importantíssimas, Timbres e Estandartes.

É Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística, do Sindicato dos Escritores do DF, do Sindicato de Jornalista do DF, Sócio-Acadêmico da Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal.

Principais Condecorações: Cruz do Mérito Cívico e Cultural Brasileiro, da Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística, no grau de Comendador, SP/1989. Da Ordem das Bandeiras, no grau de Comendador, Campo Grande/MS, 1989, Medalha dos Andradas, outorgada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santos/SP, 1991, Heráldica de Ouro, com o título Heraldista do Ano -1993, conferida pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística de São Paulo.

O Ilustre Acadêmico José Luiz de Moura Pereira, ocupará a Cadeira de nº 01, cujo Patrono é Irineu Evangelista de Souza – Barão de Mauá.

5. Acadêmico ANTONIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO.

Professor Universitário, Advogado e Poeta. É Membro da Academia Internacional de Cultura, da Academia de Letras e Música do Brasil, do Sindicato de Escritores do Distrito Federal, da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial é Membro Efetivo e Vice-Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

Principais Condecorações: Comenda do Mérito da Alvorada – Governo do Distrito Federal/1992; Medalha do Mérito de Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica/1989; Título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro conferido pela Assembléia Legislativa do referido estado em 1998; Medalha do Mérito da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial, Rio de Janeiro/2000.

O Acadêmico ocupará a Cadeira de nº 08, cujo Patrono é Clóvis Salgado.

6. Acadêmico LÚCIO BATISTA ARANTES.

Com apenas 15 anos de idade Lúcio Batista Arantes participava efetivamente de um marcante evento do povo e do Estado de Goiás, ao assinar a Ata de Fundação da Cidade de Goiânia, mas a inspiração que o conduziria à história, adveio-lhe de Francisco Magalhães, seu avô, então proprietário da Fazenda Torto.

Proficiente no pensar e no proceder Francisco Magalhães hospedou em 1892 o Visconde de Porto Seguro. Mais tarde também, recebeu os Cientistas John Emanuel Poll e August Saint – Hilaire, bem como, acolheu Luiz Carlos Prestes, e, em 1922 a Missão Cruls, encarregada pelo então Presidente Epitácio Pessoa, de demarcar as terras para instalação da futura Capital do Brasil.

Em dezembro de 1999, a Tribuna Judiciária, nº 57, expõe alguns fatos marcantes na Biografia do Acadêmico Lúcio Batista Arantes: Revela que ele é ex-pracinha, e, nesta condição, participou da busca e salvamento de 37 náufragos, no sul do país, episódio marcante, de notória repercussão, decorrente da presença de submarinos alemães que torpedearam os navios Tutoia e Campina em águas brasileiras.

Pesquisa efetivada no Jornal de Brasília e Correio Braziliense, a partir de 1997 demonstra que Lúcio Batista Arantes foi nomeado Juiz Titular da Comarca de Planaltina em 1951, constituindo-se, pois, no primeiro Juiz de Brasília.

Na condição de Juiz Titular recebeu o Ilustre General Poly Coelho, Chefe da Comissão de Estudos Para a Localização da Nova Capital em 1953. Dois anos depois, em 1955, com o Marechal José Pessoa, a quem coube a escolha definitiva da área, sobrevoou a região correspondente ao Distrito Federal. Em 1956, foi o anfitrião de Bernardo Sayão e Israel Pinheiro.

Nessa época marcante em sua magnífica Biografia, conforme relato do Ilustre Acadêmico deste Instituto Histórico e notável Pesquisador Jarbas Marques, Lúcio Arantes casou-se com a Poetisa e Escritora Albertina Cunha e Cruz Arantes, carinhosamente acolhida por Dona Betty. Da união nasceram quatro filhos.

Magistrado, notabilizou-se pela extraordinária capacidade de trabalho. Presidiu todos os processos de desapropriação das fazendas que conformavam o território do Distrito Federal. Em 21 de abril de 1964, o Correio Braziliense, com destaque, publicou excelente matéria

com o título “O Santo Antonio de Brasília”, descrevendo a brilhante atuação do Juiz, porquanto, autorizado pelo Tribunal de Justiça de Goiás, realizava em uma simples caminhonete, com o escrivão, audiências, julgamentos, e, nas obras de ritmo alucinante, celebrava cinquenta ou mais casamentos por dia.

Desembargador em 1968, no Tribunal de Justiça, proferiu notórios julgamentos, por vinte anos. Em 1974 foi Vice-Presidente do TJDF e em 21 de abril de 1976 assumiu a Presidência da Egrégia Casa.

O Ilustre Acadêmico recebeu as seguintes condecorações: Grã-Cruz da Ordem do Mérito Jurídico e Social em São Paulo; do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça de Goiás; de Pioneiro de Brasília; a Medalha Marechal Pessoa, conferida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em 1970; a Ordem do Mérito de Brasília no grau de Comendador – 1972; a Ordem do Mérito do Estado de Tocantins – 1991.

Em 09 de julho de 1997, Lúcio Arantes, pioneiro, homenageado pela Câmara Distrital, ao receber o título de Cidadão Honorário de Brasília deixou-nos em seu discurso histórico e bem humorado algumas pérolas, entre as quais observo dois registros: 1. “Quando aqui estive, em visita oficial o General Charles de Gaule, a Embaixada da França não tinha uma cama com as dimensões necessárias para acomodá-lo. A Novacap, providenciou às pressas, uma cama de dois metros e meio, para o repouso do guerreiro”.

2. “Outra visita que movimentou o incipiente comércio local foi a do Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes. O Ilustre visitante não dispensava um vaso noturno sob a cama. Depois de muita procura, a preciosa relíquia, o urinol, foi encontrado em Luziânia, donde veio destacado para servi-lo”.

O Ilustre Acadêmico Lúcio Batista Arantes ocupará a Cadeira de nº 91, cujo Patrono é Salviano Guimarães.

Senhor Presidente, Senhores Acadêmicos, Autoridades e Convidados. Apresentados à Casa, os empossados, peço a devida vênua para traçar um perfil do Ilustre Patrono da Cadeira nº 08, Clóvis Salgado.

Falecido, Clóvis Salgado, em Belo Horizonte no dia 25 de agosto de 1978, somente, há pouco tempo ganhei intimidade com a sua extensa biografia, pelas mãos refinadas do Escritor e Poeta Affonso Heliodoro dos Santos, Acadêmico, Presidente deste Instituto Histórico e por longos anos seu estimado amigo.

Affonso Heliodoro, brilhante, quando fala; bravo, assemelha-se ao Coronel. Quando em paz, murmura ao coração e quando conta história, faz a sua própria história: Segreda, revive, transpira, emociona.

Pois bem senhores. Tomem nota. Em um raro intervalo, portanto, numa pausa para merecido descanso em meio ao trabalho de elaboração de um projeto que juntos escrevíamos, Affonso Heliodoro, saudoso e terno, contou-me delicioso episódio, repetido às lágrimas furtivas, doces lágrimas, por Marília de Albuquerque Salgado, filha de Clóvis Salgado, em Belo Horizonte, há poucos dias, para mim e para a Ilustre Psicóloga Glória de Albuquerque Lima em entrevista. Eis a história.

Em 31 de março de 1955, Vice-Governador, Clóvis Salgado assumia o Governo de Minas em substituição a Juscelino Kubitschek então Governador e candidato a Presidência da República. Affonso Heliodoro era Chefe da Casa Militar e observara que a pequena Marília de seis anos, filha do novo Governador, Clóvis Salgado era fascinada pelas forças armadas.

Affonso Heliodoro então baixou um ato, e com pompa e Cerimônia militar, no Palácio da Liberdade, concedeu-lhe o Diploma de Comandante Geral das Forças Armadas de Terra, Mar e Ar, inclusive os Canhões.

Com o honroso título a criança de seis anos, traquinas e bem humorada, agora desfilava pelo Palácio, orgulhosa e ativa, “Por onde eu passava, de ida e volta nos pátios, corredores e salas, os soldados ficavam de pé, com o busto ereto, batiam os calcanhares e sob cumprimento militar, com a mão espalmada, tocavam com as pontas dos dedos a extremidade direita da pala do quepe, fazendo-me a continência. Então baixava a mão enconstando-a na coxa direita. O meu cargo era importantíssimo e me conferira singular prestígio, revivia Marília.

“Por sugestão do querido amigo Affonso Heliodoro o Governador Clóvis Salgado, meu pai perfez o meu sonho. A Pagadoria estava situada no porão do Palácio, onde todos recebiam. Então, a cada mês, papai mandava um envelope com o dinheiro do soldo mensal que me era pago. Eu era uma celebridade”.

“Certa feita fomos todos a São Paulo. A convite do então Governador Jânio Quadros ficamos hospedados no Palácio do Governo por uma semana.

Numa tarde em que eu passeava pelas salas e corredores da residência oficial, dei-me com o Governador.

Jânio Quadros então, despenteado, agachou-se, e com delicadeza abraçou-me e me perguntou: A guapa guria está gostando de São Paulo? À sua pergunta, respondi com desembaraço, orgulho ferido e certo ressentimento: não Governador não estou gostando de São Paulo. Em

Minas eu sou Comandante Gera das Forças Armadas de Terra, Mar e Ar, inclusive os Canhões, mas aqui os seus soldados não me conhecem, nem meu olhar, não me fazem sequer a continência. Jânio então, perplexo, pareceu me ficar muito zangado, saracoteou, agitou repetidamente as mãos a deu ordens imediatas a um soldadão cheio de cordões coloridos que se encontrava ali, logo ao pé.

O resultado maravilhou me. Pelo resto dos nossos dias em São Paulo todos os soldados de todas as patentes, fizeram me a continência”... confidenciou a bela Marília a entrevistadora, Psicóloga Glória Lima.

Como observam os senhores pelo pulsar do coração de Affonso Heliodoro conheci Clóvis Salgado a em data recente apresentei me, em Minas, a Marília Salgado, sua diletta filha.

Da entrevista colhi excelentes resultados. Marília levantou estudo bibliográfico do seu pai. O trabalho, de excelente qualidade, enriqueceu se com a Introdução de Alberto Deodato e a Apresentação de Hilton Rocha.

Entretanto, de tudo que se registrou da vida de Clóvis Salgado, nos anais do Congresso, na Biblioteca do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos jornais e revistas da época, aqui cabe assinalar apenas alguns momentos relevantes.

Clóvis Salgado foi um entusiasta do movimento artístico da Capital Mineira. Assim, criou, participou ativamente e presidiu as três sociedades tradicionais: a Cultura Artística, a Sociedade Coral e a Orquestra Sinfônica. Delas emergiu a Fundação Universidade Mineira de Arte Fuma, hoje pertencente à Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG, com suas escolas de Música e Artes Plásticas, que dirigiu de 1965 até 1976.

Destacada a coerente foi sempre sua atuação na Área política. Ao término do curso médico, viu se empolgado pelo movimento da Aliança Liberal, de Antonio Carlos e Getúlio Vargas a reclamar soluções democráticas.

Deflagrada a Revolução de 1930, engajou se nas tropas mineiras. Aproveitado como médico, foi promovido, no termo do movimento ao posto de capitão.

Vitoriosa a Revolução, Getúlio instala, então, pela primeira vez na história dos Pais, a ditadura. Clóvis Salgado junta-se aos revoltosos paulistas e a Artur Bernardes que os apóia.

Reorganizada a vida partidária, para eleger se a Constituinte de 1934, ingressa no Partido Republicano. E intensa a sua atuação jornalística nas páginas da Nova Fase, jornal editado em Leopoldina.

Dissolvidos pelo golpe de 1937, os partidos políticos ressurgem com a queda da ditadura em 1945. Renasce o PR em Minas Gerais com Bernardes e Clóvis Salgado é um dos seus líderes. São dessa época as vitoriosas campanhas do monopólio estatal do petróleo e da defesa intransigente da Amazônia, cobiçada por grupos internacionais.

Em 1950, é, Clóvis, eleito vice-governador de Minas Gerais, ao lado de Juscelino Kubitschek, sob a bandeira desenvolvimentista, e o famoso binômio – energia e transporte. O êxito do programa justifica a candidatura presidencial de Kubitschek em 1955 e Clóvis Salgado completa-lhe o mandato no Estado, de 31 de março de 1955 a 31 de janeiro de 1956.

Nesse período agitado pela disputa eleitoral que apaixonava a opinião pública, no Governo de Minas, Clóvis Salgado garante as franquias democráticas, mantendo-se como magistrado, apesar do apoio ostensivo de seu partido à candidatura Kubitschek. Prossegue as metas traçadas pelo antecessor, construindo mais estradas e novas usinas hidrelétricas, contudo o Governador considera a manutenção da paz pública, nesse agitado período, como o fato mais positivo de seu Governo.

Vitorioso Kubitschek, articulam-se os derrotados para impedir-lhe a posse. Diante da ameaça à vontade do povo, levantam-se as forças da ordem. Clóvis Salgado reclama e exige respeito à voz das urnas.

Kubitschek leva para o Catete sua bandeira desenvolvimentista. Há agitação. Aos contestadores é preciso responder com obras efetivas. Clóvis Salgado vai para o Ministério da Educação e Cultura, onde permanecerá durante todo o quinquênio (1956-1961). Adota, como plano, a educação para o desenvolvimento, em sintonia com o plano geral do Governo, definindo-o em doze proposições, às quais se conserva fiel durante todo o tempo. O plano fomentava a educação e mudava-lhe a natureza, de modo a preparar uma parcela crescente de jovens para as atividades produtivas.

Nesse sentido, expandiu-se o ensino técnico profissional de nível médio, fundaram-se nove universidades federais e quatorze institutos de pesquisa científica e tecnológica.

Sob sua orientação e do educador Anísio Teixeira, a Universidade de Brasília organiza-se em moldes inteiramente novos, e inspira na década seguinte, a reforma universitária.

Em 1961 Clóvis convencido da necessidade de se descentralizar a administração do ensino dando maior autonomia aos estados, escolas e professores motivou o Congresso para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A aprovação do diploma legal foi decisiva no vigoroso desenvolvimento da educação nas décadas subseqüentes.

Eleito pela segunda vez vice-governador, de 1961 a 1966, ao lado do governador Magalhães Pinto, deu, mais uma vez leal contribuição ao governo e ao Estado de Minas Gerais.

De 1967 a 1971, participa do Governo Israel Pinheiro como Secretário da Saúde. Inicia a descentralização das ações, institui a assessoria técnica de planejamento e promove campanhas de imunização coletiva. Nesse período empenhou-se na construção do Palácio das Artes, cujo projeto de Niemeyer datava da época em que JK fora prefeito de Belo Horizonte.

Quando morreu, o Governo de Minas, em reconhecimento ao seu trabalho a favor das artes no Estado e no País, deu o nome de Fundação Clóvis Salgado à então Fundação Palácio das Artes.

Da instalação do Conselho Federal de Educação em 1962 até o ano de 1972, foi membro do Colegiado, e Presidente da Câmara de Planejamento, tempo em que participou da elaboração e aplicação das leis renovadoras das estruturas e funcionamento do ensino, em todos os graus, objetivando a expansão e o seu ajustamento às aspirações de progresso econômico e social da Nação brasileira.

Espírito conservador e fiel à sua vocação, manteve-se à frente do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da UFMG até 1974. De 1974 a 1976, foi Diretor da Faculdade de Medicina. Em 1976 foi aposentado compulsoriamente aos 70 anos, em pleno vigor e com o título de Professor Emérito da UFMG, Doutor Honoris Causa das universidades federais da Bahia, do Ceará e Rio Grande do Sul, da Escola Paulista de Medicina, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, Membro Titular da Academia Nacional de Medicina, Comandeur de la Légion d'Honneur, da França e dezenas e dezenas de condecorações a ele conferidas nos mais importantes países, em todo mundo.

Quanto a mim, Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, Senhores Acadêmicos e Senhores Convidados, um simples poeta, o que poderia acrescentar à história de Clóvis Salgado, o Professor, o Médico, o Governador, o Ministro de Juscelino, o pai de Marília, o dileto amigo de Affonso Heliodoro? Talvez alguns versos ou apenas um pedido a Deus que o acolha de braços abertos na catedral do céu, onde, em contrição há de estar com saudade do tempo em que

As obras se erguiam, nascia a cidade
às margens de um lago que não existia.
Nas asas de um plano-piloto encantado
a nova cidade encantada surgia.

Surgia a cidade de ferro e cimento,
do vidro, da areia, da pedra, da cal,
das terras vermelhas as obras se erguiam,
os prédios luziam qual luz o cristal.

Crescia a cidade no pó do cerrado,
na seca, no estio, na voz das cigarras,
no quente braseiro do clima estafante
bradavam tratores cortando as piçarras.

Então, Senhores Acadêmicos, Senhores Convidados,
na catedral do céu, relembrar-se Clóvis Salgado
do momento que

Ganhava a cidade, na forma de estrela,
de mãos que se postam p'ra meditação,
um templo divino esculpido no céu,
talhado nas cismas da imaginação.

Um templo do espaço, dos seres estranhos,
quem sabe dos deuses de ingentes caminhos,
em breve repouso, silente sossego,
tranquilos, sedentos de inércia e carinhos.

Assim, lá, do divino assento,
reviver-se em nossa catedral,
a catedral de Dona Sarah,
de Niemeyer e dos Candangos

U'a nave que emerge de um pouso na terra
e em pleno equilíbrio na terra levita,
por baixo das nuvens parece no espaço,
pousada na terra parece infinita.

Por dentro u'a capela enluvada na terra,
igreja de pedra, de luz e cristal.
Brilhante nos raios do sol que a ilumina
tão jovem menina, nasceu catedral.

E lá, na catedral do céu,
conjugar as mesmas sensações que temos nós,
quando, hoje, também contritos entramos na Catedral de
Brasília,
a Catedral que o acolheu, ouviu, inspirou e que é a

Matriz que me acolhe e minhas lágrimas tristes,
me aquece e acalenta nas horas de dor
nos meus desenganos e enganos da vida,
na vida, nos grandes encontros de amor.

A Sé que ressurge de cada alvorada,
nos toques dos sinos nos seus jubileus,
do sol que fulgura nos vidros molhados
esplende e reflete a beleza de Deus.

A beleza que acolheu no próprio seio Clóvis Salgado, Patrono
da Cadeira de nº 08 do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito
Federal, um grande brasileiro.

História: a Fonte e a Prova

Um Ensaio sobre a Iconografia do Pau-brasil

FERNANDO LOURENÇO FERNANDES

1 – Introdução

A linguagem comum, certamente, não se realiza vinculada a definições rigorosas e, como elemento integrante da realidade social, faz parte da experiência aí concretizada. Palavras há que, muito mais do que o valor descritivo, ganham um sentido emocional em escalas que chegam a atingir níveis dramáticos de exaltação .

Por outro lado, as palavras que transitam pela linguagem com variações de acepção, ganham, muitas vezes, um aparente rigor de sentido, conferido pelo emprego formal em determinado campo de atividade, arte ou ciência. Assim, prova vestiu-se de tal maneira com o sentido jurídico a ela conferido pela doutrina e, especialmente, pelo Direito positivo que, por vezes, é preciso fazer um certo esforço para recordar os demais significados impostos pelos valores etimológicos nela impregnados.

Mesmo em Direito, o valor semântico de prova pode traduzir ora um papel substantivo, ora um papel adjetivo, pois o termo tanto significa a atividade realizada no âmbito processual com o fim de ministrar à autoridade julgadora os elementos necessários à sua convicção e, portanto, à decisão, como o resultado dessa mesma atividade, ou seja, do julgamento segundo tais elementos ínsitos nos autos; sem embargo de classificar os próprios meios utilizados para construir ou estruturar a convicção daquele que julga, e aí, se terá, a prova testemunhal, a prova documental, ou a prova circunstancial. Estes enunciados não se mostram contraditórios.

Prova, no entanto, desdobra-se como étimo. Não será apenas aquilo que fixa a veracidade ou a autenticidade de alguma coisa, ou o ato que atesta uma intenção, garante um sentimento, confirma a exatidão de um cálculo, conceitos bem próximos ao significado jurídico; mas representa, igualmente, o concurso, o desforço, a competição, a porfia e, também, o sofrimento, a experiência, o ensaio ou a margem de considerações que leva o filósofo a admitir uma afirmação ou a realidade de um fato.

Teria o discurso histórico a coerência do discurso científico, de tal modo que prova tenha um enunciado equivalente ao do que se observa na ciência jurídica, por exemplo? Ora, antes de enfrentar essa pergunta, será preciso indagar se história é efetivamente ciência.

Paul Veyne, ao conceituar história como uma seqüência de acontecimentos, ou melhor, como o relato dessa seqüência de acontecimentos que se pretende verdadeiros (em contraposição ao relato da ficção literária), traz a disciplina, pela vertente da “verdade”, para os lados da ciência, dado tratar-se, então, de atividade do conhecimento. Entretanto, diz ele, a história é conhecimento de acontecimentos, ou seja, de fatos, enquanto a ciência é conhecimento das leis que regem os fatos.

Na realidade, não são os fatos a condição de diferença entre a história que os descreva e a física que estabeleça suas leis, por exemplo, mas, exclusivamente, as próprias disciplinas. Dito de outra maneira: o conhecimento histórico estrutura um corpo de fatos e a ciência é um corpo de leis, onde o conhecimento histórico, por sutil que pareça, não é o conhecimento da singularidade dos acontecimentos, mas da sua especificidade, do que eles oferecem de inteligível. Em suma, história por esse prisma é conhecimento objetivo.

A doutrina (e a doutrina do Direito), de seu turno, tem demonstrado não ser unívoco o termo ciência. Não prevalece critério único para fixar o alcance ou a extensão, a natureza e as características do chamado conhecimento científico, onde fundamentos de matriz filosófica – que norteiam os diferentes conceitos de ciência – ultrapassam, eles mesmos, a prática científica, ainda quando essa prática é usada como expressão de critério. Salienta, bem assim, quedarem-se as discussões sobre ciência – pode-se dizer, invariavelmente – ancoradas em dissensões sobre método, que contrapõem as chamadas ciências humanas e as ciências naturais (ou da natureza).

O Direito enseja discordâncias epistemológicas sobre a existência ou não, de uma verdadeira ciência jurídica, pretendendo

algumas correntes encará-lo como técnica (portanto, instrumento) ou arte (portanto, interpretação), considerado o Direito como forma de manifestação de outras ciências como a Sociologia, a Psicologia e a própria História (como ciência), das quais seria parte. Mesmo assim, o conhecimento, em Direito, não se constituiria se não a partir de constatações certas, de provas, cuja evidência indica que são verdadeiras, vale dizer, científicas. Em síntese, o conhecimento científico é constituído de enunciados os quais se estribam em constatações.

2 – A Nuvem por Juno

A noção de enunciado verdadeiro (e não da verdade) está ligada às provas propostas e aos instrumentos de verificação destas provas, o que leva a admitir possa vir o conhecimento científico ser bem diferente de uma época para outra e que possa transitar entre dois terrenos: o das hipóteses (enunciado de comprovação precária ou frágil) e o das leis (enunciado de comprovação e verificação categóricas). Método, portanto, seria o grande elemento definidor de ciência.

Distintas ciências corporificariam objeto e método próprios.

A diferenciação de objetos não implica maiores discussões, entretanto, suscitar o aspecto do método torna a conceituação de ciência um tanto mais “difícil” quando se refere à História. Note-se que a referência aqui é a método e não à técnica, ou seja, ao instrumental, aos procedimentos empregados pelo historiador, elementos variáveis e elegíveis segundo o objeto ou tema a ser investigado. Método, no contexto de ciência, tem significação precisa: o conjunto de princípios para avaliação da evidência, vale dizer, da prova.

Sob tal prisma, os métodos utilizados nas ciências naturais não se encaixam nos pressupostos para reconhecer História como ciência (e aí, nem o Direito), mas o fenômeno humano, para ser captado, reclama ser compreendido, ou seja, valorado. Se as ciências humanas incorporam a valoração, interpretam-se como “explicativas” e “compreensivas”, na medida em que o comportamento humano reveste-se de um sentido próprio e não apenas daquele que, subjetivamente, cada um de nós lhe confere. O cientista procura, mais além de explicar, compreender e reproduzir (intuitivamente) o sentido do fenômeno estudado.

Em tais circunstâncias de conceituação, História não seria “axiologicamente neutra” – na expressão cunhada por Max Weber – e tanto no caso desta, como no do Direito, uma separação mais definida entre “cientista” e “investigador social”, torna-se bastante delicada para ser levada

a cabo. A dificuldade em tal diferenciação, no caso do Direito – onde está implicada a questão, já antiga, de se saber se a doutrina jurídica é, ela mesma, fonte do Direito – não é menor, salvo engano, do que no da História.

Se Heidegger entende a História como uma “projeção no passado do futuro que o homem escolheu para si”, proporcionando um cariz filosófico à historiografia, Lucien Febvre conjuga a necessidade (causa) do homem conhecer no passado os antecedentes do tempo presente, a uma história-ciência, explicativa e valorativa. A história em função da causa.

Entretanto, essa história-ciência não conseguiu, até hoje, aprofundar questões doutrinárias como a da prova e, por extensão, a da fonte, deixando ambas no ambiente nebuloso das confusões epistemológicas e dos embaraços práticos.

Tomando por empréstimo, tanto o método como as técnicas, a história-narração, para indicar o objeto, reclama sempre o genitivo esclarecedor, o complemento possessivo, limitativo, circunstancial. “Existe” uma História da Música, uma da Sociologia, uma outra da Antropologia, como “existe” a da Economia e, pelo viés adjetivado, uma história positivista (com sua análise crítica dos documentos para o estabelecimento dos fatos, i.e., sem documentos, sem história), uma história sociológica, etc. Pode-se desenvolver um trabalho sobre História Marítima, por exemplo, adotando metodologias seja da corrente positivista, seja da “conjunturalista” (onde conjuntura e estrutura são as tônicas de análise dos historiadores das sociedades, da cultura e das mentalidades) mas, ao mesmo tempo, enveredar por uma História Marítima “quantitativa”, onde se valorará o domínio econômico e, mesmo, o antropológico, desde que se disponha de dados quantificáveis, passíveis de serem transformados em informações.

A conseqüência destas escolhas, da “eleição de métodos”, é que prova e fonte acabam por se baralhar nos estudos de História, em muitas ocasiões tomando-se uma pela outra. Fonte, no Direito, é o lugar onde nasce a regra jurídica, o texto ou o fato que dê origem às normas, mas que não se confunde com prova.

O Direito é concebido como uma ordem normativa, como uma ordem sistêmica, “um sistema de normas que regulam a conduta dos homens”, o que implica uma força geratriz da regra jurídica, matrizada pela lei, pelos costumes, pelas práticas repetidas, pela doutrina, jurisprudência e outras tantas fontes.

A História é concebida como uma “ordem” narrativa. Não há história do presente ou do futuro. A História não é um “a fazer” sob uma ordem sistêmica, mas um “feito”, um acontecido.

A abrangência do campo de interesse das ciências auxiliares da História e a multiplicidade de "histórias" acaba, invariavelmente, por transformar em prova o que a fonte e, mesmo assim, não uma fonte da História, mas fonte de dados, suscetível, pois, a crítica. O problema não é tão simples como talvez aparente, pois se o historiador recorre a uma das disciplinas de auxílio (e não "auxiliares", nome impróprio pelo sentido de subalternidade), pode incorrer em equívocos, maxime se os seus objetivos de investigador não se ajustarem aos objetivos dos pesquisadores da outra disciplina, acabando o primeiro por tomar como verdadeiro o que, apenas, não a falso naquela área ou ramo do conhecimento onde foi buscar suporte.

Um caso esclarecedor, para o aprofundamento a continuidade da terra, reside na iconografia do pau-brasil, quando se a quer tomar em auxílio ao estudo de história a daquilo que envolva a Expansão, os Descobrimentos e, em particular, o Descobrimento do Brasil.

3 - O Estatuto do Pau-brasil na Crônica.

Os conteúdos da historiografia dedicados ao pau-brasil (PB) exibem, salvo raríssimas exceções, a manifestação de um conhecimento tão convencional quanto repetitivo. Embora, um diminuto o importante elenco de obras, na bibliografia, tenha deixado o caminho aberto para novas e complementares pesquisas a para o desdobramento do tema nos diversos enfoques disciplinares que implica, nem por isto o assunto logrou animar o cenário acadêmico.

Ao contrário, o pouco ou quase nada que tem aparecido sobre PB, tem sido decalcado na peça mater de um desses autores e o avulsos são pouco mais do que prospectos de pequena circulação. Talvez considerado árido, talvez banal, quiçá esgotado, o assunto mantém-se contingenciado no que se considera duas fontes originais, os cronistas do século XVI e a iconografia dessa era.

Derivado da acolhida às mencionadas fontes, aceita se como provado que o PB teria sido achado, no litoral da Vera Cruz, imediatamente após a arribada de Pedro Álvares Cabral, sem qualquer dificuldade.

Varnhagen, apoiado em D'Avezac, destaca a presença de embarcações francesas, com práticos portugueses a bordo, desde muito cedo. Vários autores lembraram já ser conhecido nessa ocasião o "Rio d brasil", assinalado no mapa de Cantino, concluído pouco antes de outubro de 1502.

Algumas correntes da historiografia não conferiram maior importância a madeira, para a análise de muitos aspectos nebulosos dos

anos arrimados em torno da passagem da frota portuguesa de 1500 pela costa brasileira e, em particular, para o exame de certas particularidades do aproveitamento comercial ligadas à extração, e tomando como prova a fonte, passaram a acolher, mansamente, a versão do achamento imediato do pau-brasil pelos tripulantes da armada cabralina, inferida da afirmação de Gaspar Correia, o autor quinhentista de Lendas da Índia, de ter a frota, quando levantou ferros de Porto Seguro, carregado o lenho de tingimento.

O primeiro documento coevo e indiscutivelmente original que referencia a existência do pau-brasil, nas novas terras do Atlântico-Sul, é o planisfério de Cantino, concluído em 1502, fruto do labor de um cartógrafo português, anônimo. Examinar os padrões informativos que poderiam estar à disposição dos navegadores europeus, em geral, e dos portugueses, em particular, a respeito do lenho nessas regiões, como viabilizadores das notícias contidas no mencionado documento cartográfico, seria um dos caminhos de pesquisa para valorar as fontes tradicionais, a crônica de Gaspar Correia e a iconografia quinhentistas.

4 – O Estatuto Iconográfico.

A elaboração normal do conhecimento verdadeiro, na história positivista, privilegia intuitivamente o que é visível no documento, àquilo que se poderia nomear de conteúdo oculto, a alusão, o simbólico.

Não é de admirar, por conseguinte, que uma história empreendida principalmente no século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, como é o caso do tema aqui em foco, tenha rumado por visões documentais, *tout court*. E mais, que este procedimento, com muita objetividade, tenha desconhecido o planisfério de Cantino, quanto à secção que abriga uma estética tão simbólica quanto discreta referida ao pau-brasil, e recolhido a iconografia mítica, mas absolutamente autêntica do ponto de vista formal, variada no número e coerente no conteúdo.

A autenticidade documental da citada iconografia, sem dúvida garantida por qualquer *expert* em arte e até pela secular divulgação, transmite cunho de prova a mais de uma dezena de ilustrações, categóricas em mostrar enormes agrupamentos de pau-brasil constituídos em bosques ou matas uniformes. Para o especialista em arte, não há qualquer falsidade, mesmo na composição do motivo, dada a coerência da representação entre as diversas obras, de diversos artistas, de diversas “escolas”, de países distintos.

Tais fontes documentais, dadas como fontes de história, vão ajudar na enunciação viciada das características morfológicas da árvore, apoiada na falha da crônica quinhentista e no acolhimento acrítico das

descrições fantasiosas, como a atribuída a Colón por Anghiera, e denunciadas por Humboldt, de que o brasil caribenho vicejava agrupado em bosques imensos de sua espécie.

Exemplos tipificados da iconografia indigitada podem ser vistos em trabalhos de enorme importância estética como as lâminas nos. 26r e 28r, correspondendo aos mapas de Jean Rotz do Oceano Atlântico (África Ocidental e América do Sul) *in* “The boke of hidrography presented in 1542 by Jean Rotz to king Henry VIII”, confrontável, entre outras, com a ilustração no. 120 do “Luso-French Atlas”, c. 1538, anônimo.

Altamente exemplificativo é também o baixo relevo do acervo do Museu de Antigüidades, em Rouen, denominado “Isle du Brésil”, proveniente da fachada do prédio no. 17 da rua Malpalu naquela cidade, peça lavrada c. 1530. São duas pranchas esculpidas em madeira, mostrando os índios no corte, falquejamento, transporte (aos ombros) e embarque do PB.

Une fête brésilienne célèbre a Rouen en 1550 é outro importante testemunho dessa tendência de representação pictórica . Modelos assemelhados encontram-se nas ilustrações originais das narrativas de Léry, Hans Staden, Andre Thevet, *in* “La Cosmographie universelle”, etc. e da enumeração não poderiam se ausentar as iluminuras da própria cartografia portuguesa, com o traço elaboradíssimo e simbólico do mencionado planisfério de Cantino e dessa peça magnífica que é a carta geográfica de Lopo Homem, de 1519, também conhecida como “Terra Brasilis”.

Não se deve descartar as tradições e o domínio da lenda, como influenciadores da concepção das ornamentações representativas da flora tintória e de seu ambiente. As teorias cosmogônicas e a visão geográfica da antigüidade, mantinham-se representadas nos mapas medievais, mesmo depois dos Descobrimentos. As ilhas míticas no mar Tenebroso, povoadas por dragões e estranhos seres (alados ou não), são vergéis ou são densas florestas de onde manam substâncias tintoriais que aludem à púrpura, ao vermelho.

5 – Crônica e Iconografia em Conciliação. Apanhado Crítico

A apreciação das características do PB como parte da flora utilitária, de sua distribuição geográfica, de suas peculiaridades morfológicas no cenário da Mata Atlântica, das condições de sua identificação, de seu abate e do aproveitamento, proporcionaria elementos de confrontação com a crônica e a crítica conciliadas, naquilo que vinham,

uma endossando à outra, com referência ao pau-brasil nos primórdios de sua exploração.

Aceitou-se, de maneira geral, que brasil, pau-brasil e pau de tinta referiam sempre a mesma coisa, não importando o local de proveniência e que, uma pelas outras, as palavras representavam idêntica realidade de matéria vegetal, com semelhantes qualidades como elemento utilitário, notadamente, material tintório vermelho. Em vista disso, deduziu-se também a tese da fácil identificação da árvore em terras americanas, difundindo-se a imagem literária – pois lenda – de “florestas infindas” de pau-brasil, o que a mencionada iconografia imaginosa das iluminuras e das ilustrações quinhentistas e renascentistas deu força.

Seria, também, despojado de dificuldades o acesso à flora utilitária disposta no cenário tropical da Mata Atlântica brasileira, como expressa essa mesma iconografia?

Uma análise rigorosa da morfologia das florestas americanas e da distribuição das espécies nesses sítios – em especial na Mata Atlântica brasileira – demonstra que não é assim. Uma apreciação crítica evidencia o porquê de não ser fácil, particularmente, para homens desabituaados com a realidade tropical, sair em rápidos contatos costeiros a apontar, no intrincado da selva, madeiras tintoriais como se tratasse de mercadorias rigorosamente dispostas em prateleiras de armazéns. Alguém (como Vespucci, durante a expedição exploradora de 1501-1502), sem uma prévia e demorada aclimação em paragens tão estranhas quanto não devassadas, e sem referências da flora utilitária, saberia identificar, de plano, espécies vegetais brasileiras.

Por outro lado, e rigorosamente no terreno dos fatos, queda-se bem claro que, durante os primeiros quatro anos de presença européia no Caribe e, com muita probabilidade, até 1498 ou 1499, madeiras tintórias de importância comercial não haviam sido aproveitadas pelos castelhanos e seus associados mercantis naquelas plagas. Arma-se, então, um quadro tão singular quanto improvável. O que os espanhóis levaram de quatro a sete anos para distinguir – achar pau-brasil nas matas do Caribe – os portugueses o teriam conseguido em um semana, a se aceitar a versão do cronista Gaspar Correia que vem tendo livre curso na historiografia como boa fonte, tomada a fonte como prova.

A visão naturalista e ingênua de Pero Vaz de Caminha, em sua Carta à D. Manuel, faculta ao leitor compreender a ambiência do local da arribada, descrevendo, além dos personagens, a movimentação e a cenarização fartamente colorida daquele recanto, até hoje encantador da baía Cabralia .

Diante da Mata Atlântica, luxuriante e vasta, o cronista impressiona-se, arrebatado. Abala-se com a grandeza, mas não a consegue descrever, confuso pela imensidade da floresta tropical. Os arvoredos para Caminha são muitos e grandes, e de infindas maneiras, numa súmula das variedades desbordantes no matizado incrível das tonalidades do verde .

A forte impressão causada pelos silvícolas, as cores com que impregnavam seus corpos e os efeitos singulares obtidos, levaram para a Carta um grande número de observações a respeito das formas, da tinteira e dos desenhos com que se enfeitavam. Desde as primeiras citações, Caminha destaca o tingimento do corpo e as cores negra e vermelha escolhidas nesse enfeite, para detalhar, na jornada de 27 de abril de 1500, como obtinham os índios os seus elementos tintórios de origem vegetal.

As alusões às cores em geral e ao vermelho, em particular, proliferam no texto. É insistente o registro da presença do vermelho vinculado à tinturaria. A menção à cor aparece 16 vezes. Portanto, Caminha estava psicologicamente impactado pela vegetação, pelas árvores e, sobrepondo-se a tudo, pela presença marcante do indígena – homens e mulheres – atento para a cor vermelha e para as implicações tintoriais de um vegetal rigorosamente descrito. E este não foi o pau-brasil.

A valoração conferida por Caminha aos elementos arbóreos, à tinteira, ao vermelho e à única forma de obtenção de corante rubro testemunhada e cuidadosamente descrita na apresentação do urucu (*Bixa orellana*), elide a possibilidade de o pau-brasil ter passado despercebido dos apontamentos para a Carta e, portanto, dos visitantes (e eram tantos), se de alguma forma houvera sido notado, não obstante as atenções do próprio observador-narrador estarem voltadas para sinais comutativos adequados.

É difícil aceitar que um autor, tão cioso das apreciações valorativas, omitisse fatos importantes vivenciados naquela oportunidade. Assim, nada melhor para integrar o contexto de revelações sobre a nova terra, do que a anotação de uma planta útil e reputada como o PB, se fosse notada; mais ainda, levando-se em conta, além dos outros fatores já comentados, aquele traço objetivo, prático, saliente no escrito. Em momento algum, seja direta ou indiretamente, fala-se de matérias tintórias, lenhos, tingimentos, cores ou árvores que pudessem representar a mais leve alusão ao pau-brasil.

Se não há registros de pau-brasil em Caminha, como entender que a embarcação dos mantimentos, retornando a Portugal com a notícia do descobrimento, voltasse carregada com o lenho tintorial, se este sequer

fora percebido pelo relator da Carta? Esta informação, sobre a carga de Gaspar de Lemos, é acolhida como boa por muitos autores apoiados originalmente em Gaspar Correia. O cronista, além do mais, ainda acrescenta o detalhe de que os blocos de pau-brasil encontravam-se convenientemente “aparados” .

Entretanto, queda-se em suspenso mais outra indagação, na crítica à fonte quinhentista. Embora Caminha não houvesse percebido a árvore, teria sido fácil encontrá-la, naquela semana de abril de 1500, por algum dos tripulantes ou passageiros da frota? Vale lembrar que na armada vinha um grande número de pessoas, das mais variadas origens, centrando-se aí a possibilidade de existir na esquadra um ou mais conhecedores do lenho, por aproximação com o da Ásia, o sapan, sappan ou sapang .

Esta é uma hipótese bastante remota, para não dizer impossível, em face de que os portugueses apenas atingiram as costas indianas de Malabar, de cujas selvas procedia o mais próximo PB oriental, com Vasco da Gama nos poucos e agitados dias da estada em Calicut. A notícia que dali veio sobre o pau-brasil está contida no Roteiro da viagem de Vasco da Gama, com a fugaz alusão à existência do produto do Tenasserim juntamente com a relação de preços das especiarias, entre outros, o da madeira corante.

Não teriam os estrangeiros a bordo – e havia gente indiana do Malabar ou que viera do Malabar – condições de descobrir a árvore na mata? Parece muito improvável.

Ainda que a árvore do pau-brasil nativo fosse absolutamente idêntica – o que não é – a do sappan, o restante dos elementos arbóreos da imensa mancha verde não eram conhecidos, obviamente, desses estrangeiros, não havendo condições, portanto, de se ir procurar o que não se poderia imaginar existir e, ainda mais, distinguir um elemento disposto aleatoriamente na imensidão intrincada de variadíssimas espécies vegetais. Na Mata Atlântica residem mais de 10 mil diferentes espécies de plantas, muitas delas sem ter sido, até hoje, convenientemente estudadas.

Em segundo lugar, as expedições fora da orla da praia foram todas determinadas pelo comando da esquadra, limitadas a um pequeno número de homens e perfeitamente identificadas na Carta. A penetração em profundidade na mata desconhecida – intrincada, cingida pela trepadeiras, liana e cipós – teria forçosamente de envolver uma grande aplicação de tempo, de pessoas e de recursos, na busca dos exemplares para o abate, o que nem a frota, e menos ainda a equipagem do barco de Gaspar de Lemos, poderiam dispor.

Por último, convém observar que a procura da espécie no meio da Mata Atlântica implicaria, com a formação de grupos totalmente isolados dentro da selva, a quebra das cautelas de segurança até então observadas, com rigor, nos procedimentos à beira-mar. Admitir que tal carga teria seguido com Gaspar de Lemos, envolve admitir necessariamente duas premissas:

a) manobra encoberta ou dissimulada e, por isso, não constante da Carta;

b) existência de madeira estocada para embarque naquele ponto do litoral, o que não tem cabimento, se a terra estava sendo descoberta naquele momento.

Constando no mapa de Cantino a assinalação, escrita em letra cursiva, “Rio d brasil”, abaixo da atual baía Cabralia, entre duas bocas de rios e aparentando ser aquele o atual Buranhém, não foi difícil concluir, como fez, por exemplo, Duarte Leite que os expedicionários (da viagem de 1501-1502, onde se agregava Amerigo Vespucci) encontraram aí grande cópia de pau-brasil, dedução suportada pelas afirmações de Gaspar Correia.

A crônica, mera fonte de dados, é havida como fonte de informação e encaminha-se a historicidade de um mito, com a coleta de evidências na iconografia, autêntica como documento, falsa como prova.

Pela acolhida a tais fontes e, de inferência em inferência, alijou-se a oportunidade de não apenas detalhar a história da essência corante, mas de algo muito mais amplo e profundo para o conhecimento da Expansão e dos Descobrimentos. Tema negligenciado, o pau-brasil mostra-se como um importante marco indiciador de provável estada de navegadores pré-cabralinos nas costas do Atlântico-Sul. Formaram-se idéias viciadas sobre a flora utilitária na historiografia e, entre muitas, a de que o PB teria sido achado à chegada de Cabral ao Brasil, que logo o embarcou em seus navios.

Descurada, a matéria tornou-se objeto de constantes erros e distorções entre os autores, fazendo eco aos dos cronistas, aos constantes nos epistolários e na iconografia, ao longo das épocas. Não se deram conta os historiadores de que a constatação da existência da madeira tintória no Brasil, somente poderia ocorrer ou por um golpe de sorte – o que é estatisticamente improvável, pois a Mata Atlântica abriga para mais de 10 mil espécies vegetais e o PB era apenas uma delas e, assim mesmo, espalhada aleatoriamente na selva fechada e fora da linha ciliar da costa – ou sob trabalhosa e demorada familiarização com a natureza local.

De seu turno, não consideraram que os alardes suscitados em Espanha pelas atividades portuguesas no Atlântico Sul, em épocas arrimadas à arribada de Pedro Alvares Cabral, demonstram movimentação muito maior de navios lusos no lado ocidental, do que a presença da esquadilha solitária da expedição exploradora de 1501-1502, onde embarcara o florentino Amerigo Vespucci, poderia indicar ou fazer supor.

Esse quadro de situação é reforçado pelas notícias sobre embarcações portuguesas carregadas de pau-brasil, mal iniciados os anos Quinhentos, o que não poderia acontecer se já não estivessem articulados os duros e demorados procedimentos de localização, corte, falquejamento, remoção da mata e acumulação na costa do madeiramento, em síntese, os esquemas de feitoriar a produção e de apoiar o embarque. O registro diacrônico diz muito, fazendo retroceder esse conhecimento e essa familiaridade de navegar nas costas brasileiras, a uma fase anterior a 1502.

Sabe-se atualmente que, pelo menos uma outra flotilha teria percorrido o litoral brasileiro nas alturas de 1501. Se no entanto, operou nos moldes das escalas curtas, ou saltando rapidamente as arribadas, também não haveria qualquer chance de a esta ser atribuído o crédito pela descoberta da madeira corante embuçada na Mata Atlântica e pelo estabelecimento da exploração.

Alguém porém o fez, antes ou depois de abril de 1500. Talvez, mais cedo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal promoveu, no dia 8 de maio de 2001, no Auditório Presidente Castelo Branco do Colégio Militar de Brasília, homenagem à Força Expedicionária Brasileira. A solenidade foi presidida pelo Cel. Affonso Heliodoro e teve como orador principal o Gen. Moretzsohn.

O texto da conferência do General Moretzsohn é o que se segue.

DESAZENDO INVERDADES SOBRE A FEB

GEN. JOSÉ MORETZSOHN

Houve época, no Brasil, em que as idéias de Rocha, mais tarde generalizadas por Affonso Celso, ganharam expressão nacional, tornando-se “oficiosamente oficiais”. Nas escolas, na imprensa, nos lares, nas conversas entre amigos, o assunto predileto girava em torno da riqueza do país, da inesgotabilidade de seus potenciais e da insuperável beleza de seus panoramas.

Tínhamos a maior floresta do mundo, o maior rio do mundo, as maiores quedas de água do mundo. Nada ultrapassava em esplendor à baía da Guanabara, em fibra, ao sertanejo, em fertilidade, ao nosso solo; nada se comparava à tenacidade do seringueiro, perdido nas maranhas do “Inferno verde” ou do jangadeiro, nos verdes mares bravios que Alencar decantara. Em recônditos e insuperáveis veios nosso sub-solo escondia as mais promissoras dádivas. Rebanhos imensos, em bucólica tranqüilidade, pastavam em intérminas e verdejantes campinas. Em nossos mares e rios havia mais peixes, nossos bosques tinham mais vida e nossa “vida mais amores”.

Os hinos cívicos, em vez de cantarem os feitos de nossas armas ou a bravura de nossos soldados, preferiam insistir na citação desses encantos. Nem a Bandeira escapou a essa “sanha” contemplativa: entre fixar o instante de majestosa beleza, que marcou as grandes glórias de nossos avoengos, e reproduzir, quase com pieguice, a posição das estrelas no firmamento, na exata hora em que a República foi proclamada, não houve duvidar.

Cantar era a mania nacional. Cantar a riqueza e a fartura, o asfalto e a favela, esquecendo a pobreza e a miséria, pois até mesmo o barracão de zinco era sinal de “status” porque tinha a cidade a seus pés e, pelos buracos de seu teto, antes de correr águas das chuvas, a lua salpicava de estrelas o seu chão.

De súbito, temerosa ainda de ouvida, uma voz levantou a primeira dúvida: se éramos tão ricos, como justificar pedintes em nossas ruas? Como entender tamanha indignação?

Seu eco, não de todo abafado, ressoou onde o império da fome e a carência das mais vitais necessidades se faziam sentir. Multiplicou-se. Veio crescendo, ampliou-se nas imensas caixas de ressonância do Nordeste crestado e sedento, do sertão sem fim e da Amazônia selvática, cujos solos se revelavam inadequados à agricultura.

E, quase imperceptivelmente, quase sem nos darmos conta, nós, como povo, involuímos daquele estado de euforia coletiva, daquele privilégio de abundância, aos estertores da agonia, da mais terrível agonia.

Acordados para uma realidade espantosamente outra, postados ante situação tão diversa daquela a que nos acostumáramos, sofremos verdadeira síncope. O sangue paralisou-se-nos nas veias e os brasileiros nos convencemos, num abrir e fechar de olhos, de que éramos o mais desgraçado povo da face terrestre. A nova mania nacional, com surpreendente rapidez, dominou-nos a todos. Os poucos que lhe resistiram ao impacto passaram a visionários. Num brevíssimo lapso, passamos do ufanismo ao envergonhismo.

Ninguém se apercebeu da proverbial verdade que a posição intermediária deveria significar.

Homens lúcidos e competentes, como Pimentel Gomes e Vianna Moog, que procuravam alinhar-se no meio termo, que teimavam em abrir-nos os olhos a certas facetas esquecidas, que insistiam em não ser oito ou oitenta, foram sendo deixados à margem, a malhar em ferro frio.

O Brasil seguia, em desabalado galope, para o mais absoluto caos e, em breve, estaríamos colocados à beira de abismo imenso.

Ninguém, de novo, deu-se ao trabalho de conferir tais prognósticos. A marcha inexorável do tempo ia derramando ano após ano na ampulheta do tempo, enquanto o Brasil permanecia na instável situação à orla do penhasco. Homens se substituíam no poder, e o nosso pobre país balançava, irremissivelmente perdido, na angustiada posição de equilíbrio, que qualquer movimento mais brusco certamente romperia.

Sobrevieram contudo, movimentos de grande violência, tanto internos com externos. Revoluções, guerras mundiais, convulsões intestinais abalaram sólidas nações, mudaram a fisionomia de continentes inteiros, revolveram o âmago de nossa nacionalidade. E o Brasil balançava... Dificilmente ocorreriam fenômenos de maior intensidade do que os que marcaram a primeira metade da centúria passada. O Brasil a tudo resistiu, oscilando à beira do abismo...

Para os pregoeiros da catástrofe, já havíamos escorregado; apenas não o percebêramos, porque o país era maior do que o precipício...

Foi em plena difusão dessas idéias que o Brasil se viu arrastado à Segunda Guerra Mundial.

x x x x x x

Desde fins de 1939, a Europa, mal cicatrizadas as chagas da Primeira Guerra Mundial, ardia novamente.

Derrotada em 1918 e submetida a uma rendição vexatória, a Alemanha armou-se para o revide. Limitaram seu exército a 100.000 homens e ela o fez com 100.000 oficiais. Quando se sentiu apta, anexou a Renânia. Logo, a Áustria, os Sudetos e, numa quase passeata, o resto da Tchecoeslováquia.

Mancomunou-se arditosamente com a Rússia para dividir a Polônia.

Itália e Japão a ela se aliaram, formando o famoso eixo Roma-Berlim-Tóquio.

França e Inglaterra se envolvem, mas, em pouco mais de um ano, as vitoriosas forças alemães dominam quase todo o continente europeu. Numa impressionante sucessão, ocupam a Noruega, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Grécia, Albânia e Iugoslávia. Bulgária, Romênia e Hungria se juntam a ela. Livre da frente ocidental, ataca a Rússia e leva a guerra à África, enquanto o Japão se expande vigorosamente no Pacífico, após traiçoeiro ataque a Pearl Harbour.

x x x x x x

As lutas ideológico-político-econômicas, que se desencadearam na Europa, entre regimes totalitários (comunismo de um lado e nazi-fascismo de outro) e as democracias ocidentais produziram reflexos em nosso país, onde surgiram movimentos ligados àquelas ideologias. Advogavam a tomada violenta do poder e a liquidação da democracia representativa. Essas idéias desaguaram em movimentos armados desencadeados em 1935 e 1938, ambos esmagados pelo Governo.

Antigas divergências que remanesceram das revoluções ocorridas no ciclo 1922/32, exacerbadas na disputa eleitoral para a Presidência da República, agravaram-se pela eclosão da intentona comunista de 1935 e pelo manifesto desejo continuista de Getúlio Vargas, levaram este a instaurar o chamado “Estado Novo”, a 10 de novembro de 1937. O Executivo acumulou, praticamente, todos os poderes.

Então, inicia-se a Segunda Guerra Mundial. A opinião pública brasileira dividiu-se entre os germanófilos, que simpatizavam com a causa alemã, e os que se alinhavam com as democracias européias. O Governo, desde cedo, embora timidamente, mostrava preferência pelos primeiros. O próprio Presidente da República, em discurso a bordo do encouraçado “Minas Gerais”, incumbir-se-ia de pôr mais claramente tal predileção

Desde a eclosão do conflito, o Governo expedira o Decreto-lei 1561, de 2 de setembro de 1939, declarando a neutralidade do país e estabelecendo regras para tal neutralidade.

Mas, com a utilização do bloqueio marítimo, pelos beligerantes, começaram a acontecer inúmeros incidentes com navios brasileiros, provocados, primeiramente pela Inglaterra e, logo depois, pela Alemanha.

Em julho de 1940, porém, reuniram-se em Havana, os Ministros das Relações Exteriores dos países americanos. Ao final de seus trabalhos fora decidido:

“Todo atentado, da parte de um Estado não americano, contra a integridade ou inviolabilidade do território, da soberania ou da independência política de um Estado americano, deverá ser considerado como um ato de agressão contra todos os Estados americanos”.

O ataque japonês a Pearl Harbour, em 7 de dezembro de 1941, pôs-nos diante da obrigação de romper relações com os países do “Eixo”, o que foi formalmente decidido em reunião extraordinária de todos os Ministros das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, poucos dias depois.

A Alemanha, então, decidiu estender a campanha submarina às costas do continente americano.

Em impressionante sucessão, 13 navios brasileiros foram afundados em águas internacionais, entre fevereiro e julho de 1942. A 15 de agosto daquele ano, e nos dias seguintes, já agora às vistas de nossas costas, vários outros foram torpedeados.

Uma semana após o Governo reconheceu o estado de beligerância com as potências do “Eixo”.

x x x x x x

Nossas forças armadas encontravam-se inteiramente despreparadas para participar de um conflito de tamanha envergadura.

Sob influência da Missão Militar Francesa, o Exército possuía Divisões de Infantaria e de Cavalaria. O Regimentos de Infantaria não dispunha de elementos orgânicos de apoio de fogo. O armamento leve, calibre 7 mm Mauser e Hotckiss) e a artilharia, hipomóvel ou de dorso,

equipada com canhões de 75 mm. Nenhuma unidade contava com transporte motorizado.

O efetivo total, de cerca de 60.000 homens, concentrava-se no Rio (Distrito Federal) e no Rio Grande do Sul. Toda a ordem de batalha fora estabelecida para emprego em Hipóteses de Guerra em Teatros de Operações continentais.

O serviço militar obrigatório, instituído desde 1908, fora substituído pelo “sorteio” ou o voluntariado. A seleção de saúde limitava-se a verificar o estado físico dos homens, não cogitando de aquilatar nível intelectual, aptidão profissional ou situação psicológica.

Entre a declaração de guerra e a participação efetiva de nossas forças decorreu praticamente um ano, sem que fossem tomadas medidas para reaparelhamento ou modernização das unidades.

Mas, em agosto de 1943, o Ministro da Guerra visitou os Estados Unidos e comprometeu-se a organizar uma Força Expedicionária de valor Corpo de Exército, a três Divisões de Infantaria e mais elementos do Corpo. Também a Aeronáutica se incumbiria de organizar uma Força Aérea de Cooperação.

Acertou-se que a tropa operaria sob Comando Americano, seria equipada com material fornecido pelos Estados Unidos, por conta do “Lend Lease”; 50% do material de uma Divisão de Infantaria, seria entregue no Brasil, para fins de instrução; o restante seria levado diretamente ao destino.

As primeiras dificuldades surgiram na seleção de pessoal. Não dispúnhamos de instruções para realizá-la e, com a premência de tempo, fomos forçados a adotar as do Exército Americano, com as modificações necessárias. Os homens seriam classificados em 4 grupos: “E” (especial), apto para o serviço do Exército; “N” (normal), apto; “T” (incapaz temporariamente) e “D” (incapaz definitivamente). Somente seriam aproveitados para a Força os do grupo “E”.

A preparação psicológica, convenhamos que essencial, não pôde realizar-se, por falta de profissionais aptos a conduzi-la, limitando-se a pregar defesa da democracia (!) e derrubada do racismo alemão (!).

Impossibilitados de cumprir as exigências na seleção, abrandaram-nas, com supressão da perícia psicológica, redução do mínimo visual aceitável e das condições dentárias. Também os homens do grupo “N” passaram a ser selecionados.

Posteriormente, na organização dos outros escalões, as exigências iniciais foram readotadas com real proveito.

Pouco depois do embarque do primeiro escalão, decidiu-se pela não organização das outras duas Divisões, passando a 1ª a receber

elementos recrutados em todo o país e não apenas nas 1ª, 2ª e 4ª R M, como previsto, inicialmente. Sua concentração passou a ser no Rio e não em Resende.

X X X X X X

A continuação lógica das considerações que vimos fazendo seria o detalhamento das operações realizadas pela força brasileira, o que exigiria a utilização de mapas, croquis, esboços e planos, tornando a exposição demasiadamente professoral. Por outro lado, deixar de relatá-las poderia frustrar expectativas.

Ocorreu-me, então, dar resposta a uma única questão: a FEB, afinal, desempenhou-se a contento ou não correspondeu, quando exigida? E, ao fazê-lo, comentar sua performance em combate.

Ainda antes de partir do Brasil a tropa tornara-se motivo de chacota.

Familiares de reservistas selecionados, devidamente industriados por simpatizantes do nazismo ou até por simples tentativa de livrá-los, diziam que só os militares da ativa deveriam integrar a força. Surgiu a expressão: “Preparêmo-nos e vão!”, com a qual, ironicamente, manifestavam descontentamento e estranheza pelo fato de estar sendo a força constituída, preferentemente com elementos da reserva.

Tal queixa, evidentemente, não procedia. Dos oficiais superiores e capitães, 98% foram escolhidos na ativa do Exército. Entre os subalternos, essa proporção justificadamente baixava a 51%, porque a instituição não dispunha de número suficiente de tenentes para atender FEB, às unidades do Exército que dela não participariam e ao funcionamento das escolas de formação de novos oficiais.

Outros diziam: “Nossos soldados vão se transformar em bucha para canhão dos americanos”. Outros, ainda: “Imagine-se nosso João sífilítico, opilado e desdentado, a enfrentar o boche Fritz, explodindo saúde pelas bochechas!...”

Cultores do negativismo e do deboche, alardeavam: “FEB não embarcará, porque seu Comandante é De Moraes, o Comandante da Infantaria é Da Costa e, o da Artilharia, é Cordeiro, que não é de briga...”

O mais conhecido de todos esses motes foi: “É mais fácil uma cobra fumar do que a FEB embarcar”, que acabou inspirando o distintivo que a tropa ostentou durante a campanha.

Quando a tropa regressou, sendo apoteoticamente recepcionada pelo povo, muitos dos que se haviam esquivado à convocação, sabe Deus

com que artimanhas!, mordidos de inveja, trataram de descobrir recipientes onde desovar a víscida secreção que lhes assomava à boca e de cujo amargor desejavam livrar-se.

Não se pode esconder que, no seio da própria tropa, houve quem se deixasse arrastar pelo vedetismo, arvorando-se em críticos ou até mesmo em protagonistas de feitos por eles imaginados.

Mesmo antes de 22 de agosto de 1942, quando navios mercantes brasileiros começaram a ser torpedeados, simpatizantes do nazismo passaram a acusar os americanos da autoria de tais atos. Alguns anos após o conflito a biblioteca da Stuttgart, Alemanha, promoveu pesquisa sobre a campanha submarina alemã contra nossos mercantes, entre 1942 e 1945. Seu relatório especifica data, hora, localização em que cada barco foi atingido, submarino lançador do torpedo, nome de seu comandante e outros registros.

x x x x x x

Vamos procurar, agora, rebater ou desmentir algumas das principais críticas que se levantaram contra a FEB.

A tropa estava mal preparada.

Já o dissemos, no início de nossa exposição, mas queremos acrescentar que não apenas a tropa, mas a própria nação brasileira não se encontrava em condições de participar da guerra.

Tomo alguns fatos vividos por mim, que me parecem bastante evidentes para comprová-lo.

- A criação de pombos-correio e o apoio do Exército;
- Os fogões a lenha, diante da energia nuclear;
- A coleta para aquisição de um avião;
- A coleção de jornais.

Não seja eu parcial ao ponto de omitir dificuldades que nossa tropa viveu. Houve falhas, claro que houve! Falhas naturais, tratando-se de homens sem experiência de combate, falhas esperadas, nem maiores nem mais graves do que as cometidas pelos veteranos americanos, ingleses ou alemães. Nenhuma falha da FEB foi comprometedora.

Tomo, como exemplo, fato ocorrido quando o “General Mann”, navio transporte que conduziu o 1º escalão da FEB para a Itália, transpôs o estreito de Gibraltar. Era 15 de julho de 1944, 13 horas. Nos salões do navio, ouve-se o noticiário radiofônico da BBC de Londres. De repente, o locutor, inadvertidamente, informa com toda a ênfase: “Aproxima-se de

Nápoles, navegando em pleno Mediterrâneo, o comboio conduzindo o primeiro contingente de tropas brasileiras para participar da luta no TO Europeu”.

À perplexidade seguiu-se uma sensação de natural inconformismo. Como uma estação aliada, do porte da BBC, após cinco anos de vivência em guerra, quebrava, de forma tão ingênua, o sigilo que cercava o deslocamento da força?

Se a notícia alarmou os nossos oficiais, muito mais alarmaria o Comandante do navio. Se fora ouvida a bordo, os alemães, com toda a certeza, a haviam captado, e deveria estar prelibando a espetacular vitória política que resultaria do afundamento do transporte. Eles trataram de aproveitar a “deixa” inglesa.

Logo a seguir o “General Mann” recebeu mensagem do Comando-Geral de Operações do Mediterrâneo (MTOUSA):

“Um forte esquadrão de bombardeiros inimigos, oriundo do norte da Itália, devidamente protegido, voa na direção do comboio, que poderá ser atingido dentro de uma hora, caso não seja interceptado. Todos os meios de interceptação, das bases do N. da África, Sicília, Nápoles e Sardenha foram acionados e deverão dar cobertura ao comboio. Convém estar preparado para luta antiaérea”.

Ao Comando da tropa foi informado o seguinte:

“Dar conhecimento com a devida cautela, sem apreensão ou pessimismo, para evitar pânico. A tropa brasileira não tem qualquer compromisso de combate, com a eventualidade de um ataque aéreo. Manter-se-á rigorosamente enquadrada até que seja dado o “All clear!”. Todas as instruções e informações serão transmitidas pelo microfone geral. Todo o comboio, neste momento, entra em “Postos de combate”. O “General Mann” será completamente fechado, só permanecendo nos conveses as guarnições antiaéreas. Nenhum homem poderá circular no convés sem o capacete de aço”.

Lima Brayner, em seu insuspeito “A verdade sobre a FEB”, narra: “Foi uma hora de angustiada expectativa. As esquadrilhas de caça, amigas, sobrevoaram o comboio antecipando-se à agressão inimiga. A luta de interceptação não chegou até nós. Mas, sem dúvida, nossa reação fora bem sucedida. Pouco depois, o Comandante do MTOUSA comunicava que a esquadrilha inimiga de bombardeiros havia sido interceptada. Retrocedera... E o Almirante americano que comandava a força-tarefa determinou que se fizesse um “Fogo de Artifício”, disparando todas as armas em homenagem à Força Expedicionária Brasileira, que “recebera o seu batismo de alarma dentro de uma situação real, sem se perturbar!”.

Os erros na guerra são muito mais freqüentes do que se imagina. Como explicar que ingleses, já curtidos por cinco anos de guerra, cometessem tamanha leviandade?

Agora, a tropa iria colocar-se ao lado de homens que vinham de árduas e prolongadas campanhas, no norte da África, na Sicília e no próprio território continental italiano, para defrontar-se com o mais aguerrido exército do mundo, à época.

O 1º escalão chegou em 16 de julho e só a 13 de setembro foi empenhado em combate. Teve, portanto, dois meses para adaptar-se, ambientar-se e exercitar-se. Aliás, é necessário dizer que seu emprego foi antecipado, depois que demonstrou estar apto, em um exercício presenciado pelo próprio General Mark Clark, que não regateou elogios ao que vira, terminando suas palavras assim: “Diante do que me foi dado ver, a mim e aos colaboradores da arbitragem, não há mais o que esperar para lançar a FEB em combate. É uma tropa adestrada, à qual só faltam as reações do inimigo”.

Mark Clark e seus oficiais vinham do norte da África e da Sicília; sabiam o que estavam fazendo.

Com a tropa desse 1º escalão constituiu-se o Destacamento FEB, que atuou no vale do rio Serchio de forma tão brilhante que Mark Clark, recebendo nosso Ministro da Guerra, General Dutra, em visita ao front, disse: “Sua tropa, General Dutra, ... Um belo dia resolvi empregá-la logo na frente. Constituí, para isso, um destacamento especial, cujo comando foi confiado ao General Zenóbio da Costa. Andei acertado. Eis aqui o que sua tropa fez, nestes dez dias (e apontou no mapa a progressão do destacamento brasileiro, indicando as cidades por ele tomadas). Diante de tão promissora experiência, resolvi dar-lhe nova missão, reforçando o destacamento Zenóbio com um regimento de artilharia inglês e um batalhão de tanques americanos. Já cumpriu com êxito e até mesmo com inesperada rapidez, essa missão. Isto firmou o conceito da tropa brasileira não só entre nós, mas também entre os alemães; soubêmo-los por inúmeros prisioneiros. É por isso, Senhor Ministro, que estamos ansiosos por mais tropas brasileiras. Mandem-nas e o mais breve possível”.

Se se pode falar de falha no planejamento de emprego da DIE, aí está uma das razões principais. O espírito ofensivo que o Destacamento FEB adquiriu durante seus treinamentos e que revelou nas operações no vale do Serchio, foi tão grato ao Comando americano, naquela época às voltas com significativa redução de efetivos (aspirados para o desembarque no sul da França), que o restante da Divisão Brasileira, à medida que ia chegando, ia sendo prematuramente empenhado em combate. Prematura e

temerariamente. Os 1º e 11º RI não chegaram sequer a concluir sua preparação. Receberam armamento e equipamento às vésperas de entrarem em linha...

Erro? Claro! Não há como negá-lo, mas debitem-no ao comando americano.

Mark Clark, com a autoridade de Comandante do XVº Grupo de Exércitos, em suas memórias, referiu-se separadamente a cada uma das Grandes Unidades que estiveram sob suas ordens. Ele foi impiedoso, por exemplo, com a 92ª DI americana:

“A 92ª recebeu uma preparação e um treinamento completos para a ação, assim como todas as nossas divisões. Foi levada à frente, gradativamente, num setor relativamente tranqüilo e sob a competente direção do General-de-Divisão Ned Almond. Não obstante essas vantagens, não passou na prova quando teve de atacar, nem quando os alemães investiram no vale do Serchio. Os comandantes de regimento não puderam controlar suficientemente, na emergência, as suas tropas, principalmente pela ausência da disciplina rígida requerida na batalha e porque os oficiais subalternos, freqüentemente, esqueciam responsabilidades de rotina e careciam de condições essenciais para o Comando”.

Mas, quando se referiu à FEB, assinalou: “Num de nossos ataques, a 10ª Divisão de Montanha e a 1ª Divisão Brasileira fizeram alguns rombos impressionantes nas defesas alemães, nos meados de fevereiro. A 10ª, escalando miraculosamente os maciços rochosos, capturou Monte Belvedere... enquanto os brasileiros tomavam Monte Castello e as duas grandes unidades se lançaram para nordeste... Os brasileiros, bordejando a orla sul do vale do Pó, deram uma arrancada de 130 milhas até Alessandria... Nesse meio tempo, a arremetida brasileira cortara a principal via de retirada dos alemães do litoral ligúrico... Em Fornovo, os brasileiros toparam com a 148ª Divisão Alemã, que lhes havia aplicado uns golpes duros e capturaram seu General e 6.000 homens.

Parece-me suficientemente provado que soubemos superar o despreparo e a precipitação no emprego das tropas, com um desempenho que nos orgulha.

A tropa era indisciplinada

Quando o 1º escalão transpôs o estreito de Gibraltar, o Comandante Paul S. Maguire, do navio-transporte, dirigiu aos soldados uma bonita saudação em que disse, entre outras coisas: “Nosso navio já transportou milhares de tropas e ainda muitas mais terá que transportar, mas nenhuma delas deixará, por certo, melhor impressão que a vossa”.

Se o Comandante Maguire não poderia deixar de saudar seus passageiros, por ser simplesmente grosseria se se omitisse no cumprimento de uma tradição naval, fica justificada sua mensagem. Mas, se tudo não passou de um mero e formal cumprimento, poderia ter sido menos enfático em seus elogios.

Em 1952/54 fui, por algum tempo, Ajudante Secretário do 11º RI e tive ocasião de manusear boletins correspondentes aos meses de campanha. Não me recordo de ter lido punições disciplinares em grande número. Nenhuma indicação encontrei de baixo índice disciplinar da tropa.

O Serviço de Justiça Militar da Divisão realizou 278 julgamentos, com 137 condenações e 141 absolvições. Para um efetivo total de 25.000 homens (1ª DIE + Depósito de Pessoal), este dado representa 0,54%, porcentagem desprezível.

Rubem Braga, numa de suas crônicas, escreve: “Não mandamos à Itália 25.334 anjos em 1944. A nossa tropa, como toda a tropa de ocupação em país estrangeiro, praticou abusos e crimes. Mas eles foram raros e foram punidos sempre que descobertos, e não é a eles que está associado na memória e no sentimento do povo italiano da Toscana e da Emília o nome de brasileiro. A FEB era bem um resumo do povo do Brasil, não só porque tinha soldados de todos os seus Estados e todas as classes sociais e níveis de cultura, como porque levava todos os seus defeitos e improvisações, todas as suas incoerências e mitos, todas as falhas e virtudes desse povo. Pois estou convencido de que, dentro da modéstia de nossas forças, o pracinha brasileiro deu o seu recado, cumpriu sua missão. E a sua melhor vitória me parece a ressonância de afetos e de saudades que ainda guarda, entre as paredes de pedras dessas casas isoladas da montanha, no coração da gente simples e boa da Itália, esta palavra; Brasileiro!”

Houve apenas dois casos de deserção. 32 homens regressaram com atraso das dispensas que lhes foram concedidas, as famosas “tochas”, sem chegar a caracterizar caso de deserção.

A FEB esteve sempre em setores tranquilos da frente.

Vejamos o que tem a dizer o General americano Vernon Anthony Walters, que foi oficial de ligação junto à FEB.

Antes ele tomara parte no desembarque no norte da África, lutara no Marrocos e na Tunísia e estivera presente em toda a campanha da Itália, inclusive no sangrento desembarque de Anzio e na conquista de Roma.

“...os alemães iniciaram o fogo pelas nove horas da noite. As granadas caíam em torno de nosso posto de Comando e continuaram durante horas... Fiquei feliz com a oportunidade de ir a Florença e passar uma noite calma, a salvo dos bombardeios... Confesso que gostava muito daquelas viagens, porque elas me davam oportunidade de fugir dos intensos bombardeios noturnos em Porretta...Era tão intenso o bombardeio das estradas da área da Divisão, que fomos obrigados a utilizar geradores de fumaça nos principais entroncamentos, tentando evitar que os alemães observassem o tráfego...A incômoda posição do Quartel-General da Divisão brasileira foi responsável por um dos mais embaraçosos momentos de minha carreira de intérprete. O General Crittenberg, Comandante do Corpo de Exército, veio visitar o General Mascarenhas, por ter ouvido dizer que o QG da Divisão se encontrava sob pesado fogo de artilharia, dificultando muito seu funcionamento. A intenção do Gen Crittenberg era deixar claro a Mascarenhas que não havia objeções quanto à transferência para outro local, fora do alcance de um bombardeio tão intenso. Como eu era a única pessoa, entre os presentes, que falava os dois idiomas, confesso que, talvez por ter dormido muito pouco durante toda a semana, a tradução das palavras do Gen Crittenberg para o português foi revestida de um entusiasmo, em favor do recuo para uma área mais abrigada, que não constava do original. Quando concluí minha tendenciosa tradução, o Gen Mascarenhas replicou pausadamente: “Gen Crittenberg, o senhor é um oficial norte-americano e tem na Itália vários quartéis-generais sob seu comando. O senhor pode transferi-los para a frente, para os lados, para trás e ninguém notará. Este, porém, é o único Quartel-General brasileiro na frente italiana; quando eu decidir movê-lo, será para a frente, nunca para a retaguarda!” Senti-me devidamente punido por esta resposta e muito envergonhado comigo mesmo, por ter apresentado uma versão em português muito mais favorável à mudança do que o Gen Crittenberg expressara em inglês. Minha única desculpa era a pressão do ininterrupto bombardeio e a falta de repouso...Uma noite, durante o bombardeio, eu estava lendo um jornal no vestíbulo do hotel onde se localizava nosso QG. Um grupo de uns seis tenentes brasileiros tinha chegado do depósito de recompletamentos, localizado na retaguarda, e sentou-se perto de mim. Os oficiais estavam visivelmente nervosos e um deles, vendo que eu era um norte-americano, julgou que não entendesse português e comentou: “Olhem este norte-americano de uma figa, sentado aí calmamente, enquanto nossa gente sofre um pesado fogo inimigo”. Baixei o jornal e disse em português: “Se você pensa que estou muito calmo lendo o jornal,

está redondamente enganado. Estou tão preocupado com a granada quanto você, realmente mais, pois me encontro aqui há muito mais tempo e receio já estar abusando da lei das probabilidades”...

O Gen Walters continua: “Anotei em meu diário que, a 23 de dezembro, após o jantar, fui para o quarto mais ou menos às 10,30. O bombardeio não cessou a noite inteira e eu estava realmente apavorado. Havia ocorrido muita coisa em minha vida, desde os desembarques em Safi, quando eu me recusava a admitir que sentia medo realmente. Os brasileiros celebraram discretamente o Natal, mas os alemães não tiveram a menor consideração pela data, o que me pareceu nada amistoso da parte deles. Fomos bombardeados a semana inteira, desde o Natal ao Ano Novo, sem folgar um só dia...” finalmente, a 14 de abril de 1945, começou a grande ofensiva da primavera do Vº Exército, com os brasileiros em linha para desempenharem seu papel, começando com o ataque à cidade de Montese, onde se desenrolou o mais duro combate que a divisão travou na Itália. Naquele dia, dois terços de toda a artilharia alemã, que bombardeava a frente do IVº Corpo, se concentraram sobre Montese e seus arredores.”

Ao fim da guerra, Walters registrou em duas páginas e meia de seu diário todas as aventuras que vivera até aquela data, segundo suas próprias palavras, “pelo valor que possam ter, mais tarde. Ele as publicou trinta e dois anos depois. Eis um trecho: “Um punhado de recordações me vêm à memória: o início da guerra, o desastre de Pearl Harbour, a Itália, Clark, a avançada de Gagliano para o norte, o odor dos cadáveres nas vilas italianas, o inferno de Anzio, a entrada triunfal em Roma, a perseguição, Pisa, Livorno, os franco-atiradores, os vôos sobre as linhas alemães em teco-teco, a chegada dos brasileiros, os duros e longos invernos, os dias e noites sob fogo em Porretta; Monte Castello, Castelnuovo, os terríveis bombardeios alemães em Montese, na noite em que a conquistamos”...

Aí está a opinião de quem viu de perto a guerra em várias partes da África e da Europa. Pelo que expressa, não parece ter sido tão tranquilo o setor da FEB.

Vernon Walters escapou milagrosamente de morrer queimado, quando, durante um bombardeio da artilharia alemã, um camburão de gasolina explodiu, envolvendo-o em chamas. Escapou por enrolar-se imediatamente em um cobertor; levado para o hospital, teve de esperar sua vez enquanto eram atendidos homens mais feridos. E, quando finalmente foi atendido, logo teve de ser transferido para uma trincheira, porque o hospital passou a ser bombardeado...No dia seguinte foi removido para o hospital de Livorno, onde permaneceu em tratamento até o fim da guerra.

Bastariam estes fatos para contestar a afirmação de que a FEB esteve em área calma.

Mas, os americanos lançaram, ao lado da FEB, a 10ª Divisão de Montanha, Grande Unidade cuidadosamente treinada no Colorado e no Alasca, experimentada nas ilhas Aleutas, formada por pesquisadores de alto gabarito, homens de 1,80 m de altura, uma tropa verdadeiramente de escol. Pois foi essa poderosíssima divisão que veio lutar junto da nossa. Não é de se perguntar, por que os americanos treinaram com tamanho requinte aquela divisão para empregá-la num setor tranqüilo da frente? As tropas americanas estavam engajadas nos Alpes franceses e nas acidentadas ilhas do Pacífico, onde uma Divisão como a 10ª seria muito bem-vinda. Mas, colocaram-na para a conquista de Belvedere, elevação que a FEB, sem nenhuma especialização de guerra em montanha, já havia enfrentado...

É conveniente esclarecer, ainda, que a FEB não passava de uma Divisão de Infantaria, acrescida de um depósito de pessoal, para recomplementos e serviços especiais diversos, não ligados às operações.

Ora, durante a 2ª Guerra, no continente europeu, mais de 2.000 divisões foram empregadas pelos diferentes exércitos engajados na luta. Foram mais de 30.000.000 de homens e, salvo um ou outro estudioso do conflito, duvido que haja quem possa mencionar sequer uma delas. Talvez alguém recorde a 82ª ou a 101ª Pára-quedista. Ou, quem sabe?, a 10ª de Montanha...

No próprio IVº Corpo de Exército, ao qual a DIE esteve subordinada, havia outras cinco divisões americanas. Seu efetivo total chegou a 246.000 homens, dos quais, além de 172.000 americanos, estiveram em combate 10.400 ingleses, 24.000 sul-africanos, 11.600 indianos, 11.600 italianos e os 16.700 brasileiros.

Por que, então, só a divisão brasileira deveria ter realizado feitos extraordinários? por que, entre 30.000.000 de combatentes, os minguados 16.000 febianos deveriam ter praticado façanhas?

Divisão só excepcionalmente atua isolada, independentemente. Em situação normal, está sempre enquadrada por um Comando Superior, que planeja, coordena e determina seu emprego. Divisão não ataca por iniciativa própria, nem recua sem autorização superior.

Os ataques a Monte Castello.

Pelos motivos acima, é claro que a DIE não atacou Monte Castello por determinação própria.

Quando duas forças se defrontam, no campo de batalha, fazem o que se denomina a avaliação do poder relativo de combate. Não se parte para um ataque sem que antes se procure estimar o valor que o adversário poderá lançar para defender-se.

Tal cuidado já o ensinava Cristo: “Qual o rei que, partindo para combater outro rei, não se senta primeiro a examinar detidamente se é capaz de enfrentar com 10.000 soldados aquele que lhe vem ao encontro com 20.000?”(Lc 14, 31)

A verdade é que o IVº Corpo não parece ter considerado convenientemente o poderio alemão em Belvedere e Monte Castello, pois os atacou quatro vezes, sem êxito, com valor nunca equivalente ao de uma divisão, para, ao final, conquistá-los com duas divisões.

De início, assinale-se a importância de Monte Castello, porque muitos o consideram objetivo secundário. Veja-se o “Roteiro do IVº Corpo”.

O 1º ataque foi a 24 de novembro. Conduziu-o a Task Force 45, grupamento constituído em torno da 45ª Brigada de Artilharia Antiaérea, que reuniu dois batalhões do 370º RI americano, o 3º batalhão do 6º RI brasileiro e o nosso Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Comandou-o o Cel americano Cronks e o objetivo do batalhão brasileiro nem era Monte Castello, mas Monte Terminale.

Aliás, a fixação desse objetivo para nosso batalhão é cabal prova de como mal informado andava o IVº Corpo a respeito do valor dos alemães, na área. Era elevação situada profundamente na posição inimiga, onde, seguramente, estariam localizados os aprofundamentos da divisão alemã. Como esperar que um simples batalhão conseguisse tamanha penetração? Nem mesmo quando o conjunto Belvedere-Castello foi conquistado, três meses depois, graças ao ataque simultâneo de duas divisões, Monte Terminale foi imposto como objetivo do escalão atacante...

Monte Castello, nesse 1º ataque, era objetivo intermediário do 2º/370º RI americano. Seu objetivo final era M. della Torracchia, o mesmo que, em fevereiro, seria o objetivo final da 10ª de Montanha!

O 3º/6º RI, o mais fatigado de toda a divisão brasileira, pois fazia 70 dias que se encontrava em combate, progrediu bem, até o momento em que se viu completamente exposto em seu flanco esquerdo, porque o 2º/370º americano simplesmente se retraiu, sem a menor cerimônia. Uma companhia de carros americanos, que seria lançada na tentativa de levá-lo a retomar o ataque, nem chegou a transpor a linha de partida!...

Oferecer flanco exposto à ação inimiga é o que de pior pode acontecer a quem ataque. Tiros de flanqueamento desmoralizam. Não transpor a linha de partida é o fracasso completo, pois ela materializa, no terreno, os locais em que o atacante revela seu ímpeto.

o 2º ataque foi continuação do 1º, porque desencadeado na madrugada do dia seguinte (a ordem foi dada às 2,30, para execução ao alvorecer), levando a marca da impetuosidade um tanto irrefletida do Comandante do IVº Corpo. Foram empregados os mesmos elementos do dia anterior e, se haviam sido sumários os reconhecimentos na primeira investida, nesta segunda tentativa eles simplesmente não existiram. Pelo menos para o extenuado batalhão brasileiro, cuja zona de ação foi mudada, durante a noite, passando a incluir Monte Castello!.

Os exércitos utilizam um conjunto de dados colhidos em diferentes campanhas e fórmulas empíricas resultantes de observações e experiências em combate, que permitem estimar, com apreciável precisão, as necessidades de combustível, de munição, de suprimentos de todas as classes, a velocidade de um ataque contra posição sumariamente organizada, organizada, ou fortemente organizada, o prazo para se atingir, quando na defensiva, cada um desses estágios de organização. Enfim, os Comandantes podem saber, antecipadamente, até mesmo o número de baixas que sua tropa sofrerá, em função do tipo de operação em que irá engajar-se.

Ainda que isso possa parecer excesso de racionalismo, não difere dos prognósticos emitidos hoje, de tantos milhares de novos casos de AIDS, em um determinado país. Não difere do que já ocorria em guerras mais antigas, evidentemente sem a precisão dos números de hoje. Lembra-me o Gen De Négrier, da célebre Legião Estrangeira: “Sois soldados para morrer e eu vos envio para a morte!”, ao decidir-se por executar missão de alto risco.

Pois bem. A coletânea de dados das operações militares tornou-se um “Vade-Mecum”, muito utilizado até mesmo em tempo de paz, pelas escolas de Estado-Maior.

Este “Vade-Mecum” computa o número de horas de luz necessárias para reconhecimento, antes do desencadeamento de um ataque, em função do escalão considerado. Assim, ele prevê que um BI para atacar, centralizado, uma posição organizada (e Castello certamente o era, no mínimo!), precisaria de 6 horas, das quais 4 de luz.

Dados de “Vade-Mecum” não devem ser tomados como imutáveis. Cada caso é um caso, mas desprezá-los ou ignorá-los pode custar muito caro.

Este 2º ataque foi também conduzido pela Task Force 45, já sob o comando do Gen Paul Rutledge. Foi contido por contra-ataque alemão apoiado por carros de combate e veio comprovar que o escalão atacante era inteiramente insuficiente, diante da força de defesa e das facilidades a ela proporcionada pelo terreno.

Voltemos ao “Vade-Mecum”: quem ataca deve obter superioridade, no mínimo, de 2 para 1, sendo sempre desejável que seja de 3 para 1 ou mais. Os dois primeiros ataques ignoraram esse princípio, claramente.

Os 3º e 4º ataques somente vieram provar que uma divisão não tem poder para combinar atitudes; não pode defender uma frente de 18 km e ainda atacar em 2 km dessa mesma frente, para conquistar objetivos tão bem defendidos quanto Belvedere-Castello-Torraccia.

O Gen Crittenberg quis saber as razões do insucesso de 4º ataque, a 12 de dezembro. Sem se preocupar com cortesia, Mascarenhas foi a fundo no problema e disse que sua divisão guarnecia frente de 18 km e recebeu missão de atacar em 2 km; não tinha poder para tanto. Sua tropa manifestaria capacidade de combate quando recebesse missão adequada a seus meios, não só quanto à profundidade dos objetivos impostos, mas também quanto à largura da zona de ação que lhe fosse atribuída. Enquanto recebesse missão como a do dia 12, somente poderia revelar impossibilidade de combater vitoriosamente. Disse mais que não cabia ao Comando brasileiro julgar-se a si próprio; o Comando americano, que tinha a divisão sob suas ordens, poderia atestar se vinha ou não combatendo a contento. Essa resposta de Mascarenhas foi entregue às 5 horas da manhã de 13 de dezembro, mesmo dia em que o avanço na direção de Bologna fora bloqueado em toda a zona de ação do IVº Corpo, e uma divisão americana de 15.000 homens se vira, em horas, reduzida a 8.000!

Na mesma noite de 12 de dezembro os alemães haviam contra-atacado na região de Camaiore e Viareggio, obrigando 2 divisões a recuar 5 km. O Corpo, verificando que havia uma grande reação alemã em toda a frente, disse que o assunto estava fora de apreciação e que a tropa brasileira mantivesse suas posições. A neve já cobria os Apeninos. Ninguém mais avançava. Era a estabilização.

Camaiore, acima citada, fora conquistada pelo Destacamento FEB, a primeira tropa brasileira a entrar em combate, no dia 18 de setembro. Já se está a 13 de dezembro e o IVº Corpo continua em Camaiore...

Só a FEB deve progredir?

Nenhuma atividade ofensiva se processa em toda a Itália. Começa a fase que ficou conhecida como Defensiva de Inverno, e que vai até 14 de fevereiro do ano seguinte.

Aliás, desde que se iniciaram as tentativas de conquista de Castello, em novembro de 44, até fevereiro, nenhum progresso se verificou, na frente do Vº Exército ou na do VIIIº, a leste. O poderoso XVº Grupo de Exércitos estava paralisado, chegando mesmo a registrar alguns recuos, no vale do Serchio, só contidos graças à intervenção de tropas indianas.

Por que somente na frente brasileira deveria haver avanço? Por que haveria de caber à FEB levar de roldão as experimentadas divisões do Marechal Kesselring, primorosamente e havia longo tempo instaladas nas cristas da cordilheira?

A verdade, porém, é que antes de iniciar a ofensiva, era imprescindível fincar pé naquele desafiador conjunto Belvedere-Castello-Torraccia, para liberar a estratégia rodovia 64.

Mas quando o alemão se decidia por barrar um eixo, não blefava. Haja vista o que fez em Cassino. O que ali ocorreu, guardadas as proporções, repetiu-se em Castello. Veja-se:

- 13 Fev 44 – 1º ataque, conduzido por indianos e neo-zelandeses, sob o comando do Gen Freyberg; sem êxito;

- 13 Fev -255 aviões despejaram 576 toneladas de bombas sobre a elevação, matando dezenas de alemães; seguiu-se intensíssimo fogo de artilharia que durou todo o dia; partiu o ataque ao alvorecer, repellido com pesadíssimas baixas;

- 16 Fev – o Regimento Real de Sussex, inglês, é lançado para reforçar o ataque, mas nada consegue; 143 mortos;

- 17 e 18 Fev – renova-se o ataque, com indianos e neo-zelandeses, sem resultado e terríveis perdas; o Vº Exército resolve dar um tempo, que duraria quase um mês;

- 15 Mar – de 08,30 às 12,00 horas, sucessivas ondas de aviões lançam 1.320 toneladas de bombas sobre o monte, matando 75 alemães; em seguida, a artilharia começa disparar 200.000 tiros, durante 2 horas; o ataque parte, mas é barrado...

- 22 Mar – os neo-zelandeses renovam a investida e amargam 1.594 baixas; o Vº Exército resolve esperar mais um pouco...

- 11 Mai – após preparação de artilharia que envolveu 1.000 peças de todos os calibres e que durou 2 dias, com 173.000 granadas e 1.550 incursões aéreas, partiu o ataque noturno, mais outra vez sem sucesso.

- 18 Mai – o Corpo de Exército polonês conquista Monte Cassino, tendo 4.056 baixas!

O aparentemente inexpressivo monte, em cujo topo se erguia o secular mosteiro, fora literalmente arrasado, mas resistira de 13 de fevereiro a 18 de maio, isto é, durante 95 dias, em pleno período de ofensiva aliada. Monte Castello, curiosamente, também resistiu por 95 dias, dos quais, porém, 70 durante a defensiva de inverno, em que toda a frente estabilizou-se.

Cassino era defendido por pára-quedistas, sabida e compreensivelmente inferiores, em poder de combate, às divisões de infantaria, pois seu armamento é necessariamente mais leve do que o daquelas.

Apesar de tudo isso, a tomada de Cassino é considerada grande vitória, não apenas pelos poloneses, que teriam esse direito, afinal, mas também pelos americanos...

Nós, brasileiros, contudo, devemos envergonhar-nos da conquista de Castello?

Belvedere-Gorgolesco-Castello constituem uma linha de alturas paralela à frente de contato. Della Torracia está num compartimento mais à retaguarda. Monte Terminale, que foi objetivo fixado ao batalhão brasileiro que participou do 1º ataque, está num terceiro compartimento!

Belvedere caiu antes de Castello. Se isso não acontecesse, Castello não cairia, como se comprovou nos ataques anteriores. Aliás, é conveniente ressaltar, que o ataque da 10ª a Belvedere foi precedido, na noite de 18/19, por uma ação, clássico golpe de mão, sobre Monte Serrasiccia-Capel Buso-Pizzo di Campiano, para proteger o flanco W da divisão e possibilitar seu desdobramento na base de partida. Garanto que a 10ª não se sente desmerecida por isso. Somente a FEB é que deve envergonhar-se de ter seu flanco protegido.

Então, o IVº Corpo, que teimava em conquistar Belvedere, Castello e Torracia com simples grupamentos de valor RI Ref, agora emprega duas Divisões para fazê-lo. E o erro é nosso...

Quando fala do ataque das duas divisões, Mark Clark considera “miraculosa” a escalada de Belvedere pelos montanheses da 10ª. Não é tudo isso sintomático; não vem atestar que a conquista daqueles elevações exigia o emprego de forças especiais?

A importância de Castello era tão grande, que no dia de sua conquista o PC Avançado da FEB recebeu visita do Ten Gen Mc Narmey, Cmt das forças americanas no Mediterrâneo, Ten Gen Mark Clark, Cmt XVº Gp Ex, Ten Gen Truscott, Cmt Vº Ex, Maj Gen Otto Nelson, Ch EM Gen Mc Narmey, Maj Gen Joseph Cannon, Cmt 15ª Força Aérea, Maj Gen Crittenberg, Cmt IVº Corpo.

A rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã

Às 9 horas da manhã de 27 de abril, o Gen Lucien Truscott, Cmt Vº Ex, chegou a Montecchio, onde se instalara o PC Avçd da FEB, à procura do Gen Mascarenhas. Informado de que Mascarenhas se dirigira a Collecchio, para assistir à ação da vanguarda brasileira e, tendo tomado conhecimento da situação, disse: “Diga ao Gen Mascarenhas que o comando do Vº Ex tem o máximo interesse em deter e destruir essa divisão alemã, antes que ela alcance a região de Parma”.

Logo em seguida, chegou o Gen Crittenberg. Cientificado da marcha favorável dos acontecimentos, disse ao Ch EME da FEB, Cel Brayner: “A 148ª não deve passar. Não pode passar para o norte. Faça sentir isso ao Gen Mascarenhas”.

Não satisfeito, ao retornar a seu PC, enviou o seguinte radiograma ao Gen Mascarenhas: “Estou contando convosco no sentido de impedir que quaisquer elementos inimigos, inclusive a 148ª DI, transponham o rio Pó e escapem para o norte. Esta é a grande oportunidade que se apresenta para aniquilar essas forças inimigas. Coordenai com o Gen Cmt da 34ª DI”.

Plenamente convencido do acerto com que estava conduzindo a operação, Mascarenhas não tomou medida alguma especial para coordenar com a 34ª DI Americana. Se o tivesse feito, teria paralisado toda a empolgante ação que vinha desenvolvendo e criado sérios problemas para o futuro das operações do Corpo.

Na verdade, nem o Ex nem o CEx esperavam que tudo aquilo acontecesse. A prova está que, naquele mesmo dia 27, chegou ao PC da FEB a Instrução de Operações nº 89, atribuindo à divisão brasileira missão que a atrairia para leste. Tamanho descompasso entre o que determinava esta ordem e o que passava no terreno revela, claramente, que o Corpo não estava ciente do que a DIE estava realizando. Sem deixar de cumprir a estranha ordem, mas fazendo-o com judiciosíssima economia de forças, a FEB evitou que a 148ª passasse fagueira, com seus 15.000 homens, para surpreender a 34ª ao norte de Parma.

Quando os aflitos apelos do Vº Ex e do IVº Corpo chegaram, o combate de Collecchio já estava em declínio, com a vitória em nossas mãos.

As unidades brasileiras, em seguida, prosseguiram na ocupação de todas as passagens e vias de escape dos alemães. Nem mesmo o oficial americano de ligação, que o Corpo enviou para substituir o já mencionado Maj Wernon Walters, baixado ao hospital, conseguiu aquilatar a importância da vitória que se esboçava. Quando finalmente se deu conta do que se passava,

tratou de informar ao Gen Crittenberg. Mas faltava apenas uma hora para o desfecho. tempo insuficiente. Crittenberg não pôde estar presente.

O Vº Ex só tomou conhecimento da rendição alemã quando as unidades da 148ª, já desarmadas, desfilavam sob escolta para Gaiano e Felegara.

O episódio da rendição daquela famosa divisão alemã, imposta em combate, ecoou profundamente, despertando as mais curiosas reações dos Comandos Superiores. A principal e indiscutível, resultou de não ter o comando da divisão brasileira consultado o Comando do IVº Corpo, nem estabelecido ligação com a 34ª DI Americana... Por que haveríamos de correr atrás dos comandos americanos, se nos julgávamos capazes de montar e executar a operação que impôs a rendição, por nossa própria conta e com os nossos meios exclusivamente?

Quando terminaram as negociações entre os representantes do Comando da 1ª DIE e os da divisão alemã, ficando assentados todos os detalhes para a rendição, o Gen Mascarenhas os aprovou. Nesse momento, o Chefe do EM Divisionário propôs que se desse imediata comunicação ao Cmt IVº Corpo, Gen Crittenberg. Não concordou o Gen Mascarenhas. Esta comunicação seria feita oportunamente.

Tinha razão o Chefe brasileiro, mais experiente e melhor psicólogo que seus colaboradores.

Se aquele acontecimento ocorresse sob as vistas imediatas de um comando americano, o feito das armas brasileiras teria sido desfigurado e passaria imediatamente à responsabilidade dos chefes do Exército dos Estados Unidos”.

O livro de onde foram extraídos estes trechos é eivado de mal disfarçada ojeriza de seu autor para com o E/3 da FEB, o então Ten Cel Humberto de Alencar Castello Branco. Sentindo-se de certa forma ofuscado pelo incontestável brilho de seu Oficial de Operações, Lima Brayner não perde ocasião de enaltecer-se, realçando sua participação. É, pois, sintomático que, no trecho acima, reconheça ter sido rejeitada uma sua sugestão. Ele o não faria gratuitamente...

A vitória em Forno di Taro gerou até ciúme. Tanto é verdade que o IVº Corpo emitiu o seguinte radiograma circular às suas divisões:

“No cumprimento do rádio 6727, do Vº Ex, datado de 02.0146 B Mai 45, os Comandos só podem aceitar rendição incondicional de Unidades inimigas. No caso de rendição de uma Grande Unidade, deve-se entrar em contato com este QG para instruções. Gen Crittenberg, Cmt”.

Mensagem circular apenas para “camuflar” o real destinatário, porque as demais divisões do Corpo não tinham vivido, pelo menos até aquela data, episódio algum de rendição de GU inimiga.

A vitória em Forno resultou de uma série de fatores, entre os quais merece especial menção a capacidade de improvisar, essa marca tão acentuada do caráter brasileiro e tantas vezes acimada de responsável por falhas de nosso comportamento, como povo.

Mascarenhas, antevendo a vitória que poderia obter, não titubeou em “desmontar” parte da artilharia, naquela oportunidade menos necessária, para motorizar completamente sua infantaria, distribuindo-a por todas as passagens que, dos Apeninos, demandavam o vale do Pó. Providência inusitada surpreendente e, por isso mesmo, vitoriosa.

Rubem Braga conta: “Quando perguntei ao Gen Cordeiro de Faria pela sua artilharia, em Vignola, ele me respondeu: Agora não tenho mais nada a ver com a artilharia; sou gerente de uma empresa de transportes...”

Vernon Walters, depois de narrar sua baixa ao hospital de Livorno, revela sua pressa em retornar à frente. Superestimando a importância de sua presença, chega a dizer aos médicos que o assistem: “Vocês estão privando o Vº Ex do concurso de toda uma divisão, uma vez que ninguém, como eu, poderia falar com os brasileiros”. Certa manhã, um dos médicos veio até minha cama, atirou-me um exemplar do jornal.

“Stars and Stripes” e disse:” – Eles estão, sem você, conseguindo resultados jamais alcançados em seu tempo!”

Olhei para o jornal e soube que os brasileiros haviam capturado uma divisão alemã que, pela primeira vez, se rendia totalmente na Itália. Era a 148ª Divisão. Por incrível falta de sorte, perdi a maior conquista dos brasileiros”.

Alguns dados interessantes.

- Número de mortos – foi ligeiramente inferior à média das divisões americanas, na mesma frente;
- Número de baixas aos hospitais de campanha, por doenças, por 1.000 homens, por mês, foi de 62,7 na FEB, contra 93,0 na média da Divisões americanas;
- Número de casos neuro-psiquiátricos foi 2,3 vezes maior na força americana, do que na brasileira (855 em média das americanas contra 373, na FEB);

Outras doenças	FEB	Divisões americanas
diarréias/desintérias	143	155
febre tifóide	4	5
Ap. respiratório	853	581
hepatite infecciosa	36	792

- Número de prisioneiros 20.573
- Brasileiros capturados 35
- Dias em ação 239
(De 6 Nov 44 a 2 Mai 45)

“A história é feita de fatos e farsas”. Às vezes, os fatos vencem.
Não é verdade?

A Criação da Arquidiocese de Brasília

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL tem inscrito no seu Estatuto, como finalidade, entre outras de caráter nacional, estimular o conhecimento da História do Distrito Federal, estudando-a e divulgando-a; preservar a memória e as tradições da cidade; comemorar datas e rememorar fatos históricos nacionais e brasilienses.

Em memoráveis sessões magnas, datas e fatos do Brasil e do Distrito Federal foram evocados. Numa dessas sessões foi comemorada a data da instalação da Arquidiocese de Brasília e a posse do seu primeiro Arcebispo. Essa data, 21 de abril de 1960, coincide com a inauguração de Brasília.

Feliz coincidência. No mesmo dia em que, em atos civis, se concretizava o sonho de Tiradentes, Hipólito da Costa, Varnhagem e José Bonifácio e se tornava realidade a visão profética de Dom Bosco, Brasília se colocava sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida e sob a dependência religiosa da Santa Sé.

Quais foram os antecedentes da criação da Arquidiocese de Brasília ?

Desde antes da inauguração, Brasília, já contava com a presença e a atuação da Igreja em sua vida diária. Não apenas da Igreja Católica, mas, também, das diversas denominações evangélicas que, desde então, faziam o seu ministério junto aos fiéis. Dentre os padres e pastores pioneiros, podemos citar alguns nomes, graças ao resgate de sua memória fruto das minuciosas pesquisas de Adirson Vasconcelos, que os inscreveu para sempre na História de Brasília. São, entre tantos, com as devidas escusas pela inevitáveis omissões, o Padre Gama considerado o primeiro sacerdote a dar assistência espiritual aos moradores da região onde hoje se localiza a cidade do Gama. Padre Lobo, primeiro a se fixarem Brasília. Padre Primo, constituído, em 1957, Vigário-Geral de Brasília. Padre

Raimundo, diretor, no mesmo ano, do Colégio Dom Bosco, localizado na então Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante). O Padre Roque foi Vigário dessa cidade, onde, também em 1957, inaugurou a Igreja de Dom Bosco.

Vários pastores inscreveram seus nomes na História da cidade. Entre outros, os que vieram implantar a primeira Igreja Batista: James E. Musgrave Jr, Elias Brito Sobrinho e Marcelino Cardoso. Com a sagração da Primeira Igreja Batista, o Pastor Elias radicou-se em Brasília. Primeiro Pastor da Igreja Batista de Taguatinga, foi o Pastor Glicério Rodrigues.

Esses religiosos, durante a construção e depois dela, cumpriram importante missão pastoral, em Brasília, como que preparando-a para receber o galardão com que seria agraciada.

Com a cidade prestes a ser inaugurada, o Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, sintonizado com o forte sentimento religioso do povo brasileiro, solicitou ao Santo Padre o Papa João XXIII, por intermédio do Núncio Apostólico – Dom Armando Lombardi, que aqui instalasse uma Arquidiocese, o que daria a Brasília uma condição compatível com o seu status de capital do Brasil. Sua Santidade atendeu ao pedido, ouvido Dom Fernando Gomes dos Santos – Arcebispo de Goiânia, a cuja Arquidiocese Brasília estava subordinada. Dom Fernando não só concordou como participou ativamente dos grandes acontecimentos da cidade durante a inauguração.

Com a Bula “Quandoquidem Nullum”, de 16 de janeiro de 1960, o Papa João XXIII criou a Arquidiocese de Brasiliapolitana, prelecionando que, com sua autoridade apostólica, separava da Arquidiocese de Goiânia “o território que se constitui pela lei civil o novo Distrito Federal da República do Brasil e forma com esse território a Arquidiocese de Brasília, diretamente dependente da Santa Sé.”.

Em 10 de março desse ano, Sua Santidade, atendendo ao pedido das autoridades brasileiras no sentido de que alguém do Colégio dos Padres Purpurados viesse presidir as solenidades de inauguração, em seu nome, designou o Cardeal Manoel Gonçalves Cerejeira – Patriarca de Lisboa. No dia 12, o Pontífice nomeou o primeiro Arcebispo de Brasília, em Bula assim iniciada: “João, Bispo, servo dos Servos de Deus, ao Venerável Irmão José Newton de Almeida Baptista, ainda Arcebispo de Diamantina, eleito Arcebispo de Brasília, Saúde e Bênção Apostólica.”. No mesmo dia, Sua Santidade apresentou Dom Newton ao Clero e ao povo, dele dizendo ser “homem de insigne piedade e de grande prudência, de singular conhecimento das coisas e dos homens” e

exortou o Clero e o povo a recebê-lo com grande amor e a obedecer seus mandamentos e ordens, que seriam sempre para o bein de todos.

As solenidades de instalação da Arquidiocese e da posse de Dom Newton constam da ata que foi assinada pelo Presidente Juscelino, pelo Vice-Presidente João Goulart e pelos seguintes Prelados: Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Arcebispo de São Paulo, Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Augusto Álvaro da Silva, Arcebispo de Salvador, Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico e Dom José Newton. Arcebispo de Brasília.

No discurso de posse, Dom José Newton falou da importância do evento e da singular circunstância de o mesmo fazer parte das solenidades de inauguração da nova capital, acentuando que esse acontecimento se inseria na história do mundo e, com a humildade que coroa os sentimentos daqueles formados na fé religiosa, falou do seu provimento na sublime missão de pastorear os fiéis da nova Arquidiocese, dizendo que abria “por primeira vez os lábios para manifestar, entre outros sentimentos, que suporta o peso de um cargo de esmagadora responsabilidade, porque a fé que o socorre, a garantir-lhe que o dedo de Deus está aqui 'digitus Dei est hic'. De fato, não se deu ao garimpo desta espécie e não foi objeto de conchavos humanos. Pode-se, pois, sentir conduzido por aquela Providência, que constitui a força e a coragem da sua avassaladora missão.”

Cessadas as alegrias e as emoções dos atos solenes que presidiram a inauguração da cidade e da instalação da Arquidiocese, passou a Igreja Brasiliense e seu Pastor a viverem intensamente a realidade do cotidiano.

Para que se veja como os problemas de hoje são os mesmos velhos problemas de ontem e foram sempre uma preocupação de Dom Newton, só um expressivo exemplo: a migração. Em carta de 15 de julho de 1960 a Dom Helder Câmara, então Secretário-Geral da CNBB, queixava-se “do afluxo constante, avassalador, de nordestinos para Brasília com as mais graves conseqüências sociais (...). Simples e de boa fé, imaginam os migrantes que isto aqui é realmente uma Canaã, onde escorre leite e mel (...). Uma vez aqui, porém, vêm-se em situação aflitiva, sem abrigo e sem o que comer (...). As mais impressionantes favelas, que já vi em minha vida, estão a surgir em Brasília.”

Trinta e cinco anos depois, esse quadro trágico, longe de estar banido, ampliou-se como se ampliou a cidade, extrapolando todas as previsões. As favelas da cidade foram sendo transformadas em assentamentos na periferia e acabaram virando cidades-satélites, sem infraestrutura de serviços básicos, onde o povo vive em condições precárias.

Não ficou o Pastor na mera contemplação do problema, pois como dizia na carta: “Temos feito o impossível para socorrê-los e nossa primeira obra de assistência arquidiocesana vai surgir – a ‘Casa do Candango’” A dificuldade era de tal monta que Dom Newton dizia que ela (a migração) representava 40% das dificuldades da Arquidiocese. E, profético, acrescentava “sobretudo pelas suas repercussões futuras”.

E, daí para frente foi constante seu mergulho na vida da comunidade, em momentos graves, solenes, e em momentos alegres e festivos. Ora comemorando com os motoristas o Dia de São Cristóvão, “padroeiro dos viandantes e peregrinos e, adequando-se ao tempo, dos automobilistas.” Ora participando de ações públicas de interesse nacional, como nas comemorações do centenário do Ministério da Agricultura, quando celebrou missa e proferiu discurso, assim iniciado: “Considero um privilégio, não só o ter celebrado esta Missa histórica, mas também o poder proferir uma palavra de congratulação pela faustosa ocorrência, tanto mais que sou um dos signatários do Convênio entre o Episcopado e o Ministério da Agricultura e guardo na consciência, como consolações de meu apostolado, as Semanas Ruralistas que promovi.”

Nesse pronunciamento, demonstrou que suas preocupações não se exauriam com o homem urbano, mas, também, e com mais ênfase pelo homem do interior – iletrado, sem saúde, mal alimentado, sem assistência e orientação para o trabalho, como, de resto, ainda hoje.

Muito, ainda, haveria a dizer da meritória obra sócio-religiosa que esta Arquidiocese, mercê do trabalho, empenho, sacrifício e piedade do Pastor e de todo o Clero, ao longo de sua profícua existência, vem desempenhando nesta cidade, tarefa impossível nos limites de um simples trabalho como este. O que se pode dizer é que é extremamente grato ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, como instituição dedicada a estudar, divulgar e estimular o conhecimento da História do Distrito Federal, testemunhar a importância da piedosa missão da Arquidiocese de Brasília e dos seus Pastores nesses anos de existência fecunda na vida espiritual e material desta cidade.

Para orgulho e honra do Instituto, o primeiro Arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida Baptista é sócio honorário da Instituição à qual tem prestado os mais relevantes serviços com o brilhantismo de sua inteligência e sua dedicação à causa da Cultura. A ele agradecemos os valiosos subsídios fornecidos para elaboração deste trabalho.

Lourierdes Fiuza dos Santos – Cadeira nº 83 – Patrono:
Machado de Assis

A GRANDE HIDROVIA

MOACYR SANTOS FRANÇA
CEL. ÁER/REF.

Os rios são, poeticamente, estradas que caminham e não obstante o estrago que provocam suas cheias desastrosas, arruinando, por vezes, cidades, plantações e outros empreendimentos humanos, o fato é que apesar de tudo deixam um saldo amplamente favorável, donde a persistência das relações entre o homem e os cursos fluviais, porquanto é através destes que o homem obtém desde o alimento até a energia de que necessita.

Recordaríamos aqui que nos primórdios de sua civilização os grupos humanos encontraram, nos rios, os caminhos que permitiam, com certeza, as mais antigas relações comerciais, ao mesmo tempo em que se multiplicavam, as suas margens, os núcleos urbanos. Nesse particular o Rio Amazonas é dos mais expressivos.

Em suma, fonte de água e alimento, guia seguro para orientar a penetração em território desconhecido, o rio assumiu muitas vezes o papel de divindade benfazeja e protetora.

Um rio principal e todos os seus afluentes formam uma rede hidrográfica ou fluvial que corresponde ao escoamento das águas de uma área a qual passa a denominar-se de Bacia Hidrográfica. Assim, ao falarmos em Bacia Hidrográfica, devemos pensar na totalidade da área que contém a rede hidrográfica.

O mapa abaixo tem por finalidade proporcionar, para melhor compreensão do assunto, uma visão panorâmica do quadro hidrográfico por excelência, associado ao hidrológico por ser este que comanda o regime fluviométrico.



Com esses comentários preliminares, de caráter geral, passemos ao tema principal e objeto de nossas considerações ou seja a “Grande Hidrovia”.

A Grande Hidrovia constitui, em realidade, um plano ambicioso que vem do século XIX e que prevê a ligação das bacias dos rios Orenoco, Amazonas e Prata, integrando assim, todos os países da América do Sul, excetuando o Chile, em uma rede de 9.818 Km de extensão da qual 1.650 Km estão na bacia do Orenoco, 4.333 Km na do Amazonas e 3.370 Km na do Prata.

Relativamente à Bacia Amazônica cabe informar que a mesma contém 18% de toda a água corrente do planeta, estendendo-se por uma área equivalente a 56% do território nacional, sendo integrada, ainda, pelas bacias constituídas pelo Tocantins – Araguaia que não são afluentes diretos do Amazonas.

No tocante à bacia Platina é mesma constituída de um conjunto de três bacias: a do Rio Paraná, a do Rio Paraguai e a do Rio Uruguai.

De toda a Grande Hidrovia, cerca de 17% do traçado correspondente a 1.730 Km, pelo que se tem conhecimento, necessitam de uma série de obras, visando a conexão da bacia do Orenoco com a da

Amazonas e desta com a Prata, por sinal dois pontos considerados neurálgicos para sua complementação.

Tais pontos, evidentemente, não passaram ignorados pelos países interessados na internacionalização da Amazônia, donde deduzir-se o significado de três fatos que poderiam parecer desconexos e ocorridos nos últimos anos ou sejam:

- Imposição da reserva indígena ianomâmi na fronteira do Brasil com a Venezuela, ocorrido no início da década de 90;
- A campanha ambientalista deflagrada na mesma época para a criação do parque do Pantanal, na região onde nasce o Rio Paraguai;
- Os planos para a instalação do que denominaríamos de a República do Pontal do Paranapanema em uma região estratégica entre os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Há que lembrar que nessa última região, situa-se quase a metade do parque gerador de energia elétrica do Brasil, incluindo a Usina hidrelétrica de Itaipu na fronteira com o Paraguai.

No tocante à reserva ianomâmi considerar que a mesma adquiriu o status de nação, além de ocupar uma área desproporcional ao tamanho de sua população e rica em minerais estratégicos. Em função desse quadro, passa a existir, conseqüentemente, o risco dessa nação ser, com base no princípio da auto-determinação dos povos, elevada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), à condição de Estado autônomo com reflexos em nossa integridade territorial.

A construção desse Projeto, independentemente das dificuldades criadas por pressões internacionais e que deverão ser superadas pelo exercício do princípio da soberania nacional, concorrerá, geopoliticamente, para o desenvolvimento do País, vivificando, inclusive vazios demográficos, com reflexos na segurança nacional, além de integrar-nos política e economicamente com os países do continente sul americano.

Concluiríamos com uma citação de Alberto Torres quando diz em seu livro o “Problema Nacional Brasileiro”: ‘Segundo um princípio ainda vigente entre as nações cultas, os governos recusam-se a submeter à decisão arbitral os litígios que tocam os seus interesses vitais. Invocar o mesmo princípio, não contra a serena e alta autoridade da Justiça Arbitral, mas contra a exploração colonial de sua terra e da sua gente, vale por invocar o mais límpido, o mais certo dos direitos’.

Brasília/DF, 18 de abril de 2000.

Segurança Nacional, Reconciliação e Plano Colômbia

NESTOR DOS SANTOS LIMA

Nos dias que correm, parece-me que, sem prejuízo de outras opiniões mais exaltadas, posso dizer que a segurança no Brasil não pode ser assegurada, com todo o potencial de força do nosso país, se não garantirmos previamente a tradicional coesão entre militares e civis. Hoje, esta continua sendo corroída pelos efeitos perniciosos da ruptura ocasionada pela contrarrevolução autoritária de 1964 – se é que a podemos chamar assim que utilizou o enfrentamento da esquerda contra a direita no Brasil, para fragmentar quase irremediavelmente a confiança entre o nosso povo e nossas forças armadas. Sobre essas vinha repousando, há longo tempo, o edifício da segurança nacional, nutrido basicamente pelo entendimento entre a espinha dorsal militar do país e a massa humana mobilizável para a hipótese de um conflito militar que não pudéssemos evitar.

A experiência memorável da participação do Brasil na última conflagração mundial de 1939/45 a assisti de perto quando em 1942 fui convocado para treinamento para participar dos contingentes que deveriam seguir para a frente de guerra na Europa e África; durante 4 anos de serviço no 16º Batalhão, depois Regimento de Infantaria, localizado em Natal RGN, participei de operações de vigilância e defesa da costa do Rio Grande do Norte para evitar desembarques eventuais de tropas do Eixo que poderiam montar “golpes de mão” contra a base aérea de Parnamirim por onde transitavam diariamente milhares de aviões norte-americanos em rota para a África. Tudo só foi possível pela coesão civil-militar que reinava no país, sob a mão firme de um grande estadista com os defeitos e as qualidades de Getulio Vargas.

Essa unidade civil e militar foi fundamental para permitir posteriormente a organização da Força Expedicionária Brasileira estruturada e mantida até o final da II Guerra mundial pelo talento político

de Getúlio Vargas, presidente a quem não se pode negar, naquela difícil contingência da história do Brasil, um fino sentido de estadista que num estado autoritário por ele instalado, soube unir os brasileiros num esforço de guerra a que não poderiam fugir o nosso povo e o nosso país para podermos participar merecidamente do mundo que estava sendo gestado pelas armas num conflito em escala mundial.

Com o início do século XXI, completou-se meio século dos eventos atrás mencionados e muita água rolou por debaixo das pontes. Apesar da mudança radical da conjuntura mundial, o enfrentamento entre a esquerda nacional e o situacionismo interno no Brasil foi-se prolongando por obra das viúvas do socialismo que teimam em manter acesas as brasas deixadas pelo autoritarismo militar que, diga-se de passagem, nos livrou de ligarmos a nossa sorte à canoa furada do último estágio da ofensiva vermelha que ameaçava o mundo e veio a esfacelar-se, sem um tiro, com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética nos últimos dias do século passado. Apesar desses fatos desencorajadores para os fanáticos marxistas nacionais, os nichos ocupados por intelectuais esquerdistas em vários setores da vida brasileira de hoje persistem afanosos em acentuar e alargar a clivagem que vem corroendo sub-repticiamente qualquer esforço para uma reconciliação nacional sem a qual dificilmente o Brasil poderá formular e exercer uma política externa à altura dos desafios novos que nos lançam a onda da globalização soprada pelos ventos do norte e apoiada pela crescente presença militar norte-americana no continente sul americano a pretexto de combater o narcotráfico nas terras sul americanas, desde que permaneçam intactas as suas raízes nos Estados Unidos da América, o maior mercado mundial de entorpecentes.

Sem a reconciliação nacional entre civis e militares, como pode o Governo brasileiro articular posições defensivas válidas para resguardarmos o país das pressões norte-americanas para abocanhar, contra pagamento em dólares norte-americanos, desvinculados da cotação ouro como o estabeleceu o Acordo de Bretton Woods ou por um “anschluss” sob a forma da ALCA que o Presidente Bush nos quer meter goela a baixo no tempo que convier às suas empresas ansiosas de dispor do enorme mercado sul-americano indefeso e o pior, sem as mínimas concessões pleiteadas tenazmente pelo Brasil para ter em troca acesso ao rico mercado do gigante do norte. Nessas condições, se impõe antes de tudo um esforço de reconciliação nacional para destruir as barreiras que ora impedem a ação conjunta de um povo brasileiro motivado para seguir a liderança de um Governo que possa contar com as Forças

Militares brasileiras somadas aos 160 milhões de brasileiros que lhe fornecem apoio de força e de sangue que todos estamos dispostos a derramar em defesa da integridade do nosso território. A este o defenderemos onde quer que seja necessário, certos de que, antes de esquerdistas ou de direitistas, somos todos brasileiros, unidos e prontos para lutar pela conquista dos nossos destinos inscritos no pavilhão verde amarelo, antes que sejamos compelidos a fazê-lo por força das nuvens que se acumulam nos horizontes da Pátria, a saber, a Globalização e o Plano Colômbia.

A globalização é inevitável. Seus riscos são muitos.

Numa perspectiva mundial, há que vê-la como a prolongação do esforço de Roma para formar o império romano e estendê-lo até onde fosse possível, até o seu declínio pelo assédio dos povos emergentes, naquela época fichados como “os bárbaros”. Passou a onda com a queda de Constantinopla e do império romano em 1453. O interesse pelo mundo voltaria a incendiar a imaginação do ecúmeno com o ciclo dos descobrimentos levado a efeito pelos portugueses, os que primeiro perceberam as possibilidades do comércio mundial do que resultou a abertura do caminho das Índias pela circunavegação do continente africano e a posterior descoberta do Brasil que daria ao ocidente uma nova perspectiva mundial pela qual se jogaram os lusos e os espanhóis, abrindo as correntes comerciais interoceânicas que iriam cair nas mãos dos “povos de rapina”, ingleses, holandeses e dinamarqueses, vanguarda detrás da qual se anunciava o poder norte-americano a partir de fins do século XVIII. Esse poder norte-americano viria a disputar a primazia do mundo até conseguí-la nos dias atuais, a título da terceira globalização que ora assistimos com preocupação porque vem montada pelas gigantescas empresas de comércio, escudadas nos mecanismos financeiros de apoio ao dólar norte-americano, moeda de valor fiduciário mas mesmo assim divisa de referência mundial, cujo monopólio de emissão pertence exclusivamente aos Estados Unidos da América e cujo guardião é a estrutura do FMI e do Banco Mundial. Esta vez a globalização tem dono certo, os Estados Unidos da América, que com a ALCA pretende formar o núcleo do seu poder total sob o signo do dólar. Todos os instrumentos estão prontos e até 2005 estaremos todos absorvidos no seu abraço fraternal talvez irremediavelmente se não soubermos negociar as condições que nos permitam algum jogo de cintura.

E a propósito de combater o narcotráfico, o governo norte-americano está montando um dispositivo de força militar abrangente de

todos os países do continente, em torno do Brasil, que não deixa dúvidas de suas intenções, caso não estejamos nós, brasileiros, dispostos a cooperar entregando-lhes a nossa soberania. A propósito, sobre o dispositivo militar norte-americano acima mencionado, o jornal de Porto Alegre RS “ZERO HORA” de domingo 25-03-01, publicou uma detalhada informação intitulada “EUA JÁ TEM 20 GUARNIÇÕES NA AMÉRICA DO SUL” nas pgs.38, 39 e 40 daquela edição, com números, dados e fotografias cobrindo a matéria, da lavra de Humberto Trezzi, tudo sob o subtítulo de “GUERRA AO NARCOTRÁFICO” reportagem que merece a maior atenção de todas as pessoas atentas para o que se está armando para o cenário continental, a não longo prazo. E aqui cessa a minha alusão à globalização para entrarmos na posição do Governo brasileiro tal qual exposta pelo General Alberto Cardoso. A informação em causa obtive-a no Escritório do Gabinete de Segurança Institucional, no palácio do Planalto, na sede dessa nova entidade que substituiu e enfeixou os órgãos de segurança restantes do desmantelamento da estrutura militar com a qual a reinstalação da democracia no país não suportava conviver, sobretudo com seus métodos de agir eivados de autoritarismo e fobias anti-democráticas. Lá hoje trabalham juntos civis, militares e técnicos e especialistas de toda a espécie dando o seu melhor para não deixar o nosso governo – de um país muito vasto e de fronteiras abertas – desinformado do que vai pelo seu amplo interior. Talvez já comece ali a vingar a plantinha da reconciliação nacional que teimamos em regar, sempre que possível... O documento do General Cardoso foi publicado no “Estado de São Paulo” em 16.10.2000, podendo ser obtido pela Internet.

O General Cardoso informa que o ataque militar às áreas de cultivo de coca seria iniciado em janeiro do ano em curso, nos departamentos de Putumayo e de Caquetá, cujos rios descem dos Andes e se vão jogar na Amazônia brasileira nos rios Içá e Japurá, possivelmente carreando restos de produtos tóxicos, o que preocupa as autoridades brasileiras. As plantações ilegais deverão ser transferidas para a zona andina. Mas teme-se que as instalações de beneficiamento venham abrigar-se na Amazônia brasileira ocidental, quase deserta, a leste da Colômbia. As fumigações aéreas de combate às culturas ilegais são feitas à base de GLIFOSATO, produto tóxico que acarreta riscos para a saúde humana e para o equilíbrio ecológico da área brasileira. Quanto às possibilidades de vietnamização do conflito na Colômbia, confia o General Cardoso que o Congresso norte-americano já limitou (até quando?) a participação militar norte-americana na Colômbia em 500 militares e 300 especialistas civis. Esses números podem crescer...

É sempre bom saber que “Senatori buona gente, Senatus mala bestia” como diziam os romanos. Preocupa-nos ainda , segundo o General Cardoso, a utilização de herbicidas para combater plantações de coca e de papoula com o fungo FUSARIUM OXYSPORUM que pode constituir um risco em potencial para a rica e frágil biodiversidade da flora amazônica. A última preocupação dos brasileiros quanto a esta chamada “Guerra do Sul” é o seu impacto negativo no ideal integracionista latino-americano inspirado nas idéias de Bolívar vasadas na sua carta de 17.12.1824 de Lima às repúblicas hispano-americanas liberadas pela gesta bolivariana , que viria se materializar no Congresso Anfictiônico de Panamá de 22.06.1826, ultimamente objeto da reunião dos países sul-americanos em Brasília, de 31 de agosto de 2000. Assim a dita “Guerra do Sul” que para nós , brasileiros, é ou poderá ser a “Guerra da Floresta Amazônica” para nos aproximarmos do Professor Samuel Benchimol (1992 Amazônia -a Guerra na Floresta Editora Civilização Brasileira R1) não aceitando a inversão geográfica soprada pelo Pentágono aos círculos da inteligência brasileira.

A informação compacta do Escritório do Gabinete de Segurança Institucional do Governo brasileiro parece ser a primeira de muitas que aparecerão em seguida para manter o público brasileiro ao par do andamento dos eventos dessa incômoda situação em desenvolvimento na região a 400 kms ao norte da calha amazônica em Manaus, acima do paralelo O/N onde passa o Equador. Primeiro, que seja evitada a expressão “Guerra do Sul” em se referindo a eventos daquela área em documentos brasileiros, é o que eu proponho por motivos óbvios, geográficos. Afora isso, as informações da agência brasileira datam de 16 de outubro do ano passado e a imprensa local já está muito adiantada, a julgar pela volumosa documentação publicada em 25.03.01. pelo jornal “ZERO HORA”, de Porto Alegre, sob o título “GUERRA AO NARCOTRAFICO”, atrás referido, segundo as quais os Estados Unidos já tem 20 guarnições na América do Sul, com indicação em mapas, e que ademais estariam disponíveis nelas cerca de 1.500 militares desde o Caribe ao Chaco paraguaio, em uma espécie de cordão sanitário, cercando o imenso vazio que é o Brasil, a ser coberto pelo SIVAM.

A espalhafatosa reportagem do ZERO HORA é assinada por um jornalista, Humberto Trezzi, mas se o jornal tem boa reputação, não será por isso que a matéria deixe de ser do maior interesse para o Governo brasileiro e deva ser objeto de cuidadoso trabalho dos órgãos competentes para não sermos apanhados de surpresa.

Finalmente, temos uma situação de pré-beligerância configurada para justificar tudo o que as forças armadas brasileiras

fizeram com o projeto Calha Norte, tão perseguido pela esquerda, pelos círculos ecologistas ao ponto de quase ser descontinuado pelo intenso patrulhamento dos que tem outros interesses, que não o da defesa nacional. Não levou muito tempo para se verificar que tinham razão os que lutaram pela implementação do dito projeto incipiente de defesa das extensões aparentemente desabitadas do Brasil acima do paralelo do Equador, ora disputado pelo narcotráfico e sujeito aos azares da incompetência da Colômbia em se fazer respeitar dentro de suas próprias fronteiras.

Que nos cuidemos, os brasileiros! Olhemos aonde nos podem levar os pequenos episódios cujas formas residuais recusam aceitar formas de reconciliação conducentes à paz interna. Uma Colômbia dividida é um convite à ação desagregadora de poderosas forças à procura de novas áreas para estenderem o seu poder, que não respeitará um Brasil, se estivermos divididos e desarmados.

A PRESERVAÇÃO DE BRASÍLIA

ERNESTO SILVA

“Comparo Lúcio Costa ao arquiteto grego Hipodamo de Mileto: seu plano introduziu, graças a uma arte humana, a variedade que alia Natureza não impôs.”

(Arnold J. Toynebee)

Inventando Brasília, como costumava dizer, Lúcio Costa escreveu uma das mais belas páginas do urbanismo, talvez a mais importante: um plano simples, harmonioso, moderno e funcional, obedecendo ao que fora solicitado no edital de concorrência – o traçado básico da cidade e um relatório justificativo.

Após um exame perfunctório dos projetos pelo júri internacional, a escolha foi fácil: “era o único plano para uma capital administrativa do Brasil” na apreciação do júri, merecendo a seguinte observação do juiz inglês William Holford: “todos os grandes pianos são fundamentalmente simples.”

E o de Lúcio Costa se revelara o mais consentâneo: “cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, próprio ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, além de centro de governo e administração, num foco de cultura.”

Ao correr dos anos, Lúcio Costa visita a cidade, concede entrevistas e vai se desludindo com as distorções que surgiram, desmantelando, aos poucos, seu plano original. Já em 12 de julho de 1962, Oscar Niemeyer, na Câmara dos Deputados, declarava: “Brasília está ficando uma cidade como as outras, pois o Plano de Lúcio Costa vem sendo totalmente desvirtuado.”

Em 1992, Lúcio Costa reclama da descaracterização da cidade: “A capital do país não é uma cidade qualquer. Brasília foi concebida com dignidade de intenção, é uma cidade simbólica e, conto tal, deve

ser PRESERVADA: Brasília não é uma cidade bastarda, mas uma cidade que já nasceu com “pedigree”, o que obriga a umas tantas limitações.”

MARÇO DE 1985

Instala-se o Governo de José Aparecido de Oliveira.

Sob sua inspiração, é proposta a inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial.

A preocupação de Aparecido era a preservação, a intocabilidade do único Plano moderno de uma Capital, o qual vinha sendo maculado por falta de sensibilidade de alguns administradores e pelo célere avanço da especulação imobiliária. Afirmava Aparecido: “Muitas cidades perderam os traços originais de sua fisionomia porque não se prepararam para a defesa de sua identidade”.

A batalha durou dois anos.

Em sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, realizada entre 23 e 26 de junho de 1987, observa o Comitê que a documentação que lhe fora entregue pelo GDF era insuficiente, pois não continha indicações precisas sobre o perímetro a ser preservado.

O relatório do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios faz menção às transformações ocorridas depois da inauguração da cidade e alude à ausência de plano regulador ou de código urbano e sugere que as autoridades brasileiras adotem uma legislação específica que assegure a SALVAGUARDA DA CRIAÇÃO URBANA DE LÚCIO COSTA.

Já o parecer de Leon Pressouyre, relator do processo, discorre sobre a definição de um IDEAL URBANO, baseado na separação das funções e insiste em um Plano regulador de modo a criar uma zona de proteção absoluta, cobrindo o Plano Piloto de Lúcio Costa.

Para dirimir todas as dúvidas o Governador José Aparecido através do Decreto nº 10829, de 14 de outubro de 1987, regulamentou o artigo 38 da Lei Federal nº 3751, de 13 de abril de 1960, comprometendo-se a “preservar as características das quatro escalas distintas em que se / traduz a concepção urbanística da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica”, abrindo, assim, o caminho para a ulterior decisão da Unesco, referendada, por unanimidade, no dia sete de dezembro de 1987. Estava Brasília incluída na Lista do Patrimônio Mundial.

Méritos ao Governador José Aparecido de Oliveira.

Ao deferir o pedido, o Comitê da Unesco recomendou a BRASÍLIA “uma política de conservação que RESPEITE AS CARACTERÍSTICAS DA CRIAÇÃO URBANA DE 1956.”

Ante a decisão da Unesco e a existência, na época, de uma série de projetos deturpando a estrutura original do Plano Urbanístico, Oscar Niemeyer desabafa: “AGORA ACABOU; QUEM NÃO GOSTOU QUE FAÇA OUTRA CIDADE.”

Lúcio Costa limitou-se a dizer: “O projeto é esse mesmo.”

O Diretor-geral da UNESCO, Frederico Mayar, no dia 29 de julho de 1988, ao entregar, em Brasília, ao Governo do DF, o marco comemorativo da inclusão da Cidade no patrimônio Cultural da Humanidade, declarou: “a inscrição nesta Lista consagra o valor excepcional e universal de Brasília, a fim de que seja protegida em benefício da Humanidade”.

José Aparecido aduziu: “Estamos livres de especulação imobiliária. A Capital Brasileira está sob a proteção da comunidade mundial contra catástrofes ou qualquer tentativa de descaracterização”.

Apesar de se tratar de um bem moderno, a Unesco, excepcionalmente, aceitou a indicação sob a condição de o Brasil respeitar integralmente o projeto original de 1957.

Deduzir-se-ia que os parlamentares eleitos pelo povo e os administradores da cidade honrassem o compromisso assumido pelo Brasil.

Mas o que se tem observado, ao correr dos anos, é a progressiva e constante degradação do Plano Urbanístico de Lúcio Costa, por omissão ou atos do Poder Executivo e Legislativo do DF, aviltamento condenado por todos os órgãos de defesa da cidade: IPHAN, DEPHAN, Conselho de Preservação de Brasília, Instituto de Arquitetos do Brasil e a sociedade brasiliense.

Enfim, um desrespeito às Leis de Preservação e à própria Unesco.

Cumprе ressaltar que Brasília não pertence aos que, temporariamente, ocupam cargos eletivos ou administrativos, mas ao povo brasileiro e à Humanidade.

Não é admissível que deputados estejam legislando sobre matéria que desconhecem, cedendo às pressões da especulação imobiliária, que só visa lucros e não se interessa pela cidade.

O mundo tece louvores à obra de arte de Lúcio Costa. Nossos administradores e legisladores não cuidam dela. Por favor, respeitemos Brasília.

ARMANDO CÂMARA E A RENÚNCIA

ALDO VINHOLES DE MAGALHÃES

Há 45 anos, quando Brasília começava a se concretizar como a nova capital do Brasil, lançando, entre saudável expectativa de alguns e imenso descrédito de outros, os alicerces de uma nova convivência com a imensidão desocupada desta terra, ocorreu um fato insólito, com características não lembradas em qualquer outro episódio político: um senador eleito com esmagadora maioria de votos em sua terra espontaneamente renunciava ao cargo ocupado ainda no velho Senado do Palácio Monroe na representação gaúcha da República.

Armando Corrêa Pereira da Câmara, o Professor Armando Câmara, ocupara a cadeira de senador, para a qual fora eleito dois anos antes, em oposição a João Goulart, também candidato ao cargo. Em oposição ao mesmo João Goulart feito presidente do Senado, abandonava o posto político mais avançado antes da Presidência da República. Entre as muitas decepções da época o fato comoveu o Rio Grande do Sul e os muitos admiradores do filósofo, sociólogo, professor universitário, fundador de entidades culturais, de um diário católico, da revista “Estudos”, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, primeiro reitor da Pontifícia Universidade Católica e diretor de escolas superiores no Rio Grande do Sul, em cuja capital nasceu em 1898.

Armando Câmara, quando nas magníficas dissertações de seu magistério se referia, por necessidade do tema, ao homem como “ser racional” sempre acrescentava, num parêntese verbal: “às vezes”. Um dia, após uma de suas referências com o habitual adendo, perguntei-lhe: “Por que, mestre, sempre é feita essa ressalva?” E ele, no sotaque de fronteira que tanto o marcava, quanto a estatura física e a manifestação espontânea: “O senhor há de concordar. Com uma frequência desanimadora as manifestações não são racionais!”. A irracionalidade de um momento histórico talvez estivesse no cerne de sua renúncia.

O Solar dos Câmara

Nos cursos de Direito e de Filosofia tive a felicidade de conhecer de perto o homem extraordinário que foi Armando Câmara. No jornalismo me aproximei ainda mais do fundador, dirigente e colaborador permanente do “Jornal do Dia”. Regularmente recebia dele os textos a serem divulgados. Muitas vezes pediu para que eu os lesse – para meu imenso constrangimento – e os comentasse, em certas particularidades. O desnível de nossas condições culturais me oprimia, embora não me esquivasse de atendê-lo sempre que possível. No jardim de sua mansão, o Solar dos Câmara, encontrei-o certa vez em aprazível recanto ao lado de dois assustadores cães que eu já conhecia mas encarava sempre com respeito: “Aqui me sinto melhor, Magalhães, em companhia destes dois amigos, do que ao lado de muita gente que conheço”, e os cães me olhavam, como que entendendo o apreço que lhes era dedicado pelo pensador solitário. Ainda aqui o dilema do racional e do “às vezes”.

O Rio Grande elegera um homem de extraordinária capacidade cultural, um intelectual brilhante. Não fora um político o escolhido em oposição ao político de maior destaque nacional na época. Essa a brecha que o destino abria entre dois expoentes daquele momento, às vésperas de acontecimentos que mudaram o rumo da História do Brasil. Pouco depois outra renúncia abalava o comando da República – a de Jânio – e o mesmo filósofo-não-político, fora da tribuna para a qual o elegeram, mas na tribuna da Imprensa e da Cátedra, prosseguia com o discurso veemente contra o que considerava desmandos e invasão a partir da filosofia de esquerda que condenava: entre outros, Guevara era condecorado com o Mérito Militar.

Os diálogos

No livro “Diálogos no Solar dos Câmara” de Jacy de Souza Mendonça, publicado pela Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na Coleção Pensadores Gaúchos, fica um registro fiel do que foi a obra de Armando Câmara que paradoxalmente não deixou obra escrita consolidada em livro. Disse ao autor de Diálogos: “Realmente, eu nunca escrevi obra alguma. Tenho dado, no entanto, os meus depoimentos. Mas nunca tive a intenção de publicar uma obra sistemática”.

Trilhamos, Jacy Mendonça e eu, os mesmos caminhos com relação aos estudos iniciais, ao percurso universitário e à atividade de jornalismo e magistério. Ele, no entanto, esteve muito mais próximo do

mestre como seu assistente na cadeira de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e depois como titular e livre-docente da mesma Faculdade. Participou dos diálogos a que se refere no título do livro e a que alude em muitos momentos da memória agora divulgada (1999).

Respeitosa e afetivamente ressalta no prefácio: “Meu propósito não é escrever o meu livro sobre ele, mas sim escrever, da minha forma, o livro dele”. E assim o fez, com grande capacidade.

A própria reunião de informações sobre os temas que seleciona em sua obra foi feita da maneira como sabia agradável ao mestre. No diálogo socrático, as considerações fundamentais, o constante conduzir e perguntar; aceitar e direcionar, discutir e concluir. Diante da sugestão de Jacy, no sentido de iniciar um “trabalho de síntese e sistematização”, ele comentou: “O senhor me fez realizar uma coisa que nunca pensei realizar. Nunca tinha pensado em ter uma oportunidade de fazer, numa palestra de galpão, muito empiricamente, uma costura de minhas idéias. Na verdade, numa linguagem de costureira, eu costurei peças que estavam desordenadas: uma manga para lá, outra manga para cá, de maneira que a coisa ficou mais ou menos alinhavada”.

A renúncia

“Renunciando, meus nobres colegas, não atendo, pois, a um toque de retirada dentro de uma batalha; obedeco, antes, a uma clarinada que me convoca para outras formas de luta pela restauração do regime democrático, pela intangibilidade da ordem constitucional e, sobretudo, pelo resguardo das estruturas seculares da civilização católica do País, ameaçadas pela suprema ameaça que pode pesar sobre um povo livre, a evangelização pela técnica insidiosa e escravizante do imperialismo comunista. É esta ameaça, meus colegas, que confere, em minha opinião, ao drama político-militar, que sofremos desde 11 de novembro, toda sua tensão desesperante e dantesca: um governo definido como oriundo da decisão das urnas e que foi amplamente constituído pela força das armas, assiste, entre complacente e cúmplice, à livre expansão, em nossa vida pública, das forças da revolução mundial, que são as maiores forças que a História já registra de esmagamento das liberdades democráticas e de corrupção da dignidade da pessoa humana. Em verdade, dinamitam-se, sub-repticiamente, os fundamentos do Corcovado. Está inclinada, pendente, a cruz da nacionalidade, essa cruz criadora das energias redentoras do homem e das nações e que, na frase de Joaquim Nabuco, deu ao Brasil “o seu traço eterno”.

As palavras da renúncia de Armando Câmara ecoaram por muito tempo. Terão apoiado motivos para os acontecimentos que se seguiram a 1956. Faziam eco a outras vozes que no Rio Grande e fora dele ainda se podiam ouvir, mais ou menos energicamente, sobre a situação política daquele momento. Certamente se harmonizavam com as 2.200 palavras com que o renunciante aceitou a indicação dele com os diversos nomes que compunham a coligação que o apoiou. Dizia aos eleitores em Porto Alegre, no Teatro São Pedro lotado: “Na confusão e no tumulto da presente realidade nacional, vosso apelo soa aos meus ouvidos como um imperativo de luta pela superação de uma crise que não é tão só política ou econômica, uma vez que atinge medularmente nosso processo histórico e social; que pela presença em seu âmbito de forças telúricas e primárias, estranhas e opostas ao seu curso secular, está ameaçado de projetar suas linhas de expansão rumo ao desastre e à regressão e de colocar, na energia de seu elã criador, uma tensão explosiva e revolucionária”.

Teria a renúncia constituído momento de fraqueza, ou o filósofo retratou, na explosão de seu gesto político, algo que até o presente nos deva fazer pensar e discutir, 45 anos depois? Na abertura de seu discurso ele informa aos senadores que havia dirigido à mesa diretora da casa “a estrutura lógica e o embasamento éticopolítico da renúncia” que naquele momento apresentava ao Senado.

O senador Mem de Sá, seu correligionário, amigo e suplente, que ocupou a cadeira deixada por Armando Câmara, não faz referência aos termos do documento reservado, embora naturalmente registre, em “Tempo de lembrar” – um livro de memórias – extraordinário momento da renúncia. Nem o meu amigo Jacy fala dele. E eu tentei encontrá-lo, sem êxito, nos arquivos do Senado.

SOBRE A NECESSIDADE E URGÊNCIA DE UM PROJETO DE FUTURO PARA O BRASIL

(Carta ao Excelentíssimo Senhor Coronel Affonso Heliodoro dos Santos, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal enviada em 3 de abril de 2000 pelo Embaixador Augusto Estellita Lins)

Senhor Presidente e Eminente Amigo,

A carta de Pero Vaz de Caminha é um ensaio em que o autor manifesta perplexidade mas também confirma a validade de todas as suas predisposições humanísticas e teológicas diante da descoberta do desconhecido. Nela se lê como a teoria, a pesquisa e a revelação se conjugam para justificar o saber universal como condição da posse e domínio do universo.

Da carta de Caminha resulta o perfil do homem renascentista cuja ambição de conhecimento universal predominou na descoberta do Brasil.

A esse perfil ambicioso se ajustaram alguns personagens como Pico della Mirandola, Leonardo da Vinci, Copérnico, e, no limiar da transição do mercantilismo, aquele que na juventude foi chamado de príncipe dos príncipes católicos, Henrique VIII, rei e teólogo, que concedia audiências em latim mas que passou à história como devasso, vingativo, autocrata, déspota.

Foram contemporâneos de Henrique e alguns deles seus interlocutores, os filósofos e cientistas Thomas Morus, Erasmus de Rotterdam e meu antepassado dom João de Barros, filólogo e planejador de economia e administração. Acho que esses homens nasceram 500 anos antes do tempo. Deviam viver hoje. O mundo moderno preparou o clima e o ambiente para gênios como eles, com os recursos da comunicação, da informação e da informática, da autonomia de cátedra,

da liberdade sexual, mas o espaço agora está vazio, eles não voltaram para nós, os homens que reúnem cultura universal, sensibilidade artística, visão cósmica e vocação política. Por que não existem mais? Leonardo da Vinci e Erasmus deveriam ter vivido no século XX, ao lado de Picasso e Einstein.

Dom João de Barros, político íntegro, por ser também administrador, historiador e lingüista, planejou metodicamente a ocupação de suas capitanias. Foi, porém, varrido pelas tempestades que dizimaram sua grande esquadra colonizadora, jogando ao fundo do mar ou dispersando o maior projeto do Brasil colonial. Talvez este desastre tenha significado um atrasamento de duzentos anos na colonização de nosso país, assim como o incêndio da biblioteca de Alexandria pode ter provocado um retardamento de mil anos no progresso do mundo ocidental.

Ele estava correto, entretanto, na estimativa do alto risco do empreendimento. Ele era um homem que tinha um projeto pessoal que se incluía e harmonizava no grande projeto colonial do governo português para todas as terras: povoamento e evangelização.

Nenhum profissional pode ter êxito se não conceber e concretizar seu projeto pessoal de vida, seja ele sintético, seja ele polímorfo. Meu avô paterno, o juiz Pedro Estellita Lins, homem do século XIX e ideólogo pacifista, construiu um projeto para os filhos e netos. Quando um de nós segurava incorretamente os talheres ou cometia um erro de gramática, ele sentenciava: sem boas maneiras e sem falar bem, você menino não pode jantar com o Presidente da República. Só muito mais tarde descobri a ironia cruel, implícita nesse glorioso projeto de jantar solene pois, sendo meu avô monarquista, achava que todo Presidente da República era um intruso e espoliador a quem seus filhos e netos teriam de ensinar as boas normas de educação e governo.

Cada um tem de descobrir e formular, dentro dos limites de suas ambições e de seu padrão de opinião e juízo, qual é seu projeto de vida pessoal e qual é o projeto político de nosso país, já que sem a construção de um projeto de vida ninguém tem futuro, o futuro não existe. Nos últimos meses, ao ser bombardeado por uma quantidade de festejos dos 500 anos de descobrimento do Brasil, penso sempre no fato de que a história é feita não só de passado, mas, também, de futuro.

No Rio de Janeiro, há cinquenta anos atrás, cantava-se nas ruas uma marchinha de Carnaval que dizia: Quem foi, quem foi que inventou o Brasil? Foi seu Cabral, foi seu Cabral, no dia 21 de abril, dois meses depois do Carnaval. Já então o poeta popular havia percebido

que vivemos em dois Brasis, o Brasil descoberto e o Brasil inventado. As manifestações de instinto, a alegria, a dança, a economia extrativa dos ciclos do pau-brasil e da borracha, são manifestações que pertencem ao Brasil descoberto, ao Brasil de Macunaíma. Os ciclos da cana-de-açúcar, do café e da indústria pesada, do futebol, da fé cristã, são artefatos do Brasil inventado, produtos da evangelização e da empresa. Se o período colonial teve seu plano no povoamento e na evangelização, o império também o teve em dois grandes projetos: a unificação do país na estrutura de uma sólida arquitetura nacional e o apoio ao processo de abolição da escravidão. Neste aspecto, é flagrante o contraste com os Estados Unidos da América que, não possuindo então um projeto político, não tinham tampouco um sistema democrático capaz de votar e colocar em vigor as leis contra a escravatura que se tornavam necessárias, resultando esse processo de omissões numa guerra que custou milhões de mortos e dividiu o país ao meio. Enquanto isto, no sistema brasileiro de democracia representativa e parlamentarista, os parlamentares votaram todas as leis progressivas até que a Princesa Isabel, num ato que seria chamado hoje de medida provisória, decretou a abolição de forma definitiva. Dai em diante, porém, os norte-americanos avançaram numa estrada pavimentada com projetos políticos de largo alcance, enquanto o nosso legislativo de hoje não consegue votar nenhuma das grandes reformas que circulam pelo Congresso. Houve, portanto, uma inversão de posições com relação ao futuro de cada um dos dois países.

Extraímos dos textos de Políbios, Heródoto, Júlio César, e dos mais modernos como Seignobos, H.G. Wells e Paul Veyne, a convicção de que a história nunca será rigorosamente científica, de que suas leis são discutíveis, mas que na prática um país que carece de projeto político não tem futuro e não pertence à história. Acho que quando se depositam as esperanças de grandeza de uma nação no aparecimento milagroso de um príncipe de Serendipe, então é muito mais provável que sejamos governados por tolos ou canalhas. Na história da Grécia, Atenas tinha as melhores condições para exercer um governo centralizado das cidades gregas mas sua democracia não construiu um projeto político. Os atenienses descendiam das primeiras invasões de aqueus ou dóricos que, chegando à região helênica aceitaram embora com reservas a união que se chamava de sangue – hoje se diria de genes com os habitantes locais, formando uma população de caracteres danubianos porém morena e de mentalidade aberta; os espartanos, contudo, descendentes da mais recente invasão dórica, e am predominantemente arianos louros de olhos azuis que desprezava os atenienses, chamando-os depreciativamente de

mestiços. É curioso verificar que os atenienses, num ato de submissão ao preconceito, em suas esculturas representam os heróis, os deuses e os semideuses com musculação e traços fisionômicos arianos, incrustando nas estátuas que hoje vemos cegas, olhos de safiras azuis. Ao contrário, as entidades perversas ou devassas eram representadas na forma de seres híbridos com as feições dos habitantes primitivos da Grécia. No festejo de nossos 500 anos de descobrimento, há muitas referências ao poder da epopéia marítima portuguesa, ao país magnífico que somos, à nossa história consistente e ao nosso presente glorioso. Não ha, porém, nenhuma menção a nenhum projeto de vida nem a nenhum projeto político para o Brasil dos próximos 500 anos. Sem projeto não existe futuro. Um país sem um projeto de sua missão futura é um país condenado a ser superado por outro que tenha seu próprio projeto, da mesma forma que Atenas foi superada pelos macedônios cujo rei Felipe convocou os filósofos para educarem seu filho Alexandre. E Alexandre se tornou o projeto político helênico que se concretizou vitoriosamente.

Talvez Atenas não tivesse um projeto porque são os filósofos ou os poetas e os mestres que têm capacidade para construir um projeto enquanto nós, os políticos (entre os quais a carreira diplomática me inclui) somos menos competentes na manipulação de hipóteses e teorias. E como em Atenas os filósofos não participavam do governo, mantinham um estado de litígio com a classe política que condenou Sócrates ao suicídio e reduziu Platão à escravidão, um castigo previsto na lei penal ateniense. No nosso país, tampouco têm os filósofos oportunidade de exercer funções decisivas no governo. Um projeto de futuro tem de se amoldar e formatar hoje, conformado às novas condições da ciência e das relações sociais tecnológicas. Quais são essas condições que só os jovens desta geração estão capacitados para compreender e acionar com diligência, uma das quais é o domínio da informática ? Que características são peculiares a esse mundo do futuro no qual o Brasil tem de atuar ? Como estão evoluindo a ciência, a literatura, o direito, a política e as artes nesta alvorada de milênio e de século ? Um exemplo está na arte de vanguarda com utilização de computadores. Estamos diante de uma revolução na museologia, com a criação de museus virtuais, obras mestras de arquitetura sem paredes para exibir obras de arte virtual que se transformam em resposta ao estímulo de um olhar ou um gesto do observador, de tal maneira que as relações públicas e sociais também atuam como agentes motopropulsores dos estímulos visuais, tornando-se co-autoras da própria obra de arte. O museu Fresh H2O Expo, construído em 1997 na ilha de Neeltje Jans, na Zelândia, ó um museu de

água nascido de deformações fluidas de quatorze elipses dispostas numa extensão de 65 metros; segundo seus arquitetos, o museu deve ser uma liga turbulenta do duro e do fraco, de corpo humano, cimento, metal e efeitos eletrônicos interativos, ou seja, numa fusão de organismo, ambiente e tecnologia. Em Nova York, o arquiteto Hani Rashid e o grupo Asymptote criaram o museu 3 DTF, um ambiente que junta arquitetura virtual e telas que representam o curso da Bolsa de Stock Exchange em tempo real.

O mesmo Hani Rashid colabora com o projeto do Museu Virtual Guggenheim que revoluciona o conceito de museu. No entanto, ele mesmo afirma que, apesar do tremendo sucesso destas inovações de meios, métodos e instrumentos, e do desempenho maravilhoso desses projetos, existe somente um inconveniente: a ausência de obras de arte virtual de valor suficiente para serem expostas. Na verdade, esses museus do renascimento virtual poderão ficar vazios por muito tempo. Não temos dúvida de que os futuros profissionais de comunicação social, jornalismo, publicidade e relações públicas, serão os filósofos arquitetos do terceiro milênio e do século 21. Como entreviu o filósofo Wittgenstein, chegou o momento em que – pela mão dos computadores ou como seria mais correto dizer, pelo mouse (e Wittgenstein não previu o advento dos ordenadores) – a semântica dos signos enforcou a metafísica. Não havendo mais ideologias, nossos novos filósofos pouco podem esperar dos políticos, dos cientistas e dos economistas.

Que estimativa se pode fazer sobre a posição dos cientistas a partir deste momento ? A ciência atual nos propõe problemas e levanta questões mas não nos fornece mais respostas nem soluções. Como atesta o genial Premio Nobel, o físico Richard Feynman, a ciência está hoje orientada pelo princípio da incerteza; e também pela incapacidade de analisar os fenômenos de instabilidade e defluxo turbulento; e pela teoria dos erros e pela teoria do caos ainda enigmática. A ciência nada nos dirá nunca mais sobre a essência de Deus, a cadeia lógica, os princípios analíticos racionais universais e a alma humana.

A atuação dos economistas não é muito mais promissora e fecunda que a dos cientistas. Os economistas costumavam nos surpreender a cada século com os disparates que a economia comete. Depois passaram a nos tomar de assalto a cada década e agora a cada semana, em obediência à lei da aceleração do momento histórico enunciada por Arnold Toynbee. Os economistas apelam para o disparate sempre que a economia não se ajusta na prática às suas prescrições e previsões teóricas. Cada dia a economia se parece mais com os mapas

astrológicos de Dame Typhaine du Guesclin que na Idade Média tinha visões, e menos com uma ciência social das relações humanas.

Os bilionários do ano 2000 não possuem mais fortunas em diamantes, ouro, palácios, castelos e exércitos particulares. Seus bilhões se contam em dígitos de computador e dívidas com o tesouro nacional. Neste ano 2000, 95% das mega-empresas produzem serviços, enquanto apenas 5% delas produzem bens, de tal modo que princípios econômicos de integração horizontal e vertical, economias de escala e fronteiras entre micro e macroeconomia se transfiguram em revelações que nós, miseráveis fisiocratas e Moisés sem pátria no mundo globalizado, vamos reverenciar no cume do monte Sinai. Em vez de sinos no alto das torres das catedrais góticas, a voz de Deus se propaga hoje nas colossais antenas dos arranha-céus onde se adora Deus, mas nessas novas catedrais o deus é outro, é o Deus-dinheiro.

Um vôo rasante, paralelo ao da ciência e da economia, sobre os fortins da política mundial, não nos descortinaria paisagens mais tranqüilas.

A classe política perdeu o controle do governo em todos os países. Os Parlamentos não conseguem mais impor tributos e impostos sobre a propriedade e o trabalho nem as taxas alfandegárias, a menos que se desconsiderem os incentivos e privilégios conseguidos pelos lobistas dos traficantes de bens e de drogas e da lavagem de moedas. No entanto, para aquilo é que foram criados no Renascimento e na era mercantilista. Poder, autoridade e comando pertencem a uma retórica com que as Constituições feitas de retalhos neo-liberais pretendem camuflar ou ocultar a realidade. E a realidade é que não é nosso sistema só que está em desconstrução, são todos os sistemas e estruturas : a família organizada em pirâmide social; o estado orgânico; as fronteiras e limites de nação e país; a virtude; o respeito romano ao seu e ao alheio; o juramento e o compromisso da palavra dada. Um dos candidatos a Presidente dos Estados Unidos da América já anunciou algumas de suas intenções ao declarar a um público internacional que, em matéria de questões de direitos humanos e de preservação de recursos ecológicos, já não existem mais fronteiras nem limites nem soberania nacional que preservem nenhum Estado da intervenção punitiva estrangeira.

O mundo está sendo dominado por uma linguagem universal mas ela não é um idioma, nem mesmo o inglês. É uma linguagem-meio, uma linguagem-instrumento de comunicação onde todas as inovações são possíveis porque um instrumento como a internet não opera conceitos e um computador não é um cérebro linguisticamente estruturado. Grandes descobertas têm sido feitas no estudo das funções

cerebrais da operação lingüística, de tal modo que logo teremos de revisar nossa glossemática para acompanhá-las. Podemos construir museus virtuais para descobrirmos que ainda não temos uma arte de obras virtuais para expor neles, não temos por assim dizer uma literatura dessa linguagem. Mas o maior desafio virá quando se chegar a decifrar os códigos genéticos onde se preserva oculta a linguagem universal da espécie humana, a capa geológica profunda onde se depositam os testemunhos arqueológicos e semióticos de todas as linguagens e línguas humanas, pois todas obedecem à mesma estrutura lógica que as torna intertraduzíveis. É sobre este mundo em desconstrução que os jovens serão os arquitetos do terceiro milênio. Eles vão operar as novas linguagens no jornalismo; a integração de todas as possibilidades de escolha e decisão nas propostas da publicidade lhes trará inovações fantásticas; e o simbolismo e a normatização dos comportamentos no cerimonial e nas relações públicas sintetizarão todas as linguagens anteriores. Enganam-se os governantes demagógicos que na sua ingenuidade profissional e corporativa atribuem ao cerimonial apenas requintes elitistas e suspeitas de ademanes cortesãos. Ignoram que o cerimonial provém da etiqueta que por sua vez nasce na base social do povo. Cerimonial é antes de tudo cordialidade, hospitalidade e solidariedade. Na elite, essa espécie de selva civilizada onde todas as feras gozam de arbitrariedade e impunidade, o indivíduo pode viver entre inimigos e até mesmo subvencioná-los e cometer qualquer desatino ou crime sem temor das conseqüências. Na base do povo, entretanto, onde cada dia se atravessa a fronteira do inferno, se apaga o limite entre pobreza e miséria e se nasce de novo em cada manhã, é aí que solidariedade, cordialidade e hospitalidade se tornam condições de pura sobrevivência.

Quem não preza o cerimonial não carece apenas de educação e cultura, mas na verdade não possui nem mesmo sequer o conhecimento primário da natureza humana e da realidade social.

A cada momento nossa sensibilidade vem sendo provocada pelas expressões de perplexidade e pânico dos brasileiros de todas as áreas de ocupação e de todos os níveis de instrução e especulação filosófica, diante do futuro de nosso país.

Os filósofos e profetas do século 21 e do terceiro milênio surgirão deste planalto cuja vastidão propicia a meditação e cuja visão equidistante de todos os extremos do país excita a análise de suas realidades mínimas e confere aos observadores o grau de abstração sem o qual a gestalt coletiva não poderia ser formulada.

Sugiro a Vossa Excelência, Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, que assuma a liderança de um novo esforço de salvação nacional, jogue a luva do desafio convidando todos os jovens a formularem seus projetos pessoais de vida e todos os brasileiros a se unirem na tarefa comum de enunciarem o projeto político do Brasil para os próximos 500 anos, levando em conta as novas condições científicas e tecnológicas e as novas linguagens que as vão exprimir. Sem um projeto político de futuro, o futuro não existiria para nós.

Respeitosas e afetuosas saudações.

(AUGUSTO ESTELLITA LINS)
Embaixador

Palavras do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pronunciadas durante o sepultamento de Pedro Aleixo.

Meu querido Pedro Aleixo: Há alguns dias, ao preparar o meu discurso de posse na Academia Mineira de Letras, dediquei boa parte dessa oração literária ao seu louvor, como amigo e personagens que fomos de dramático trecho da história deste País. Era você que devia dar-me as boas vindas daquela Casa de Cultura. Infelizmente não será mais você que ali me acolherá, com a beleza de seu verbo, para dizer de minha vida e de meus trabalhos o elogio generoso, que se inspiraria no seu coração e na sua inteligência. Em vez de ser você a acolher-me, sou eu que estou aqui para lhe dizer adeus. Só eu sei o esforço que faço para cumprir este dever de amizade. Tenho de reunir todas as minhas energias para poder conservar de público a serenidade de que preciso para lhe falar. Se nossa amizade não cresceu conosco, porque já éramos jovens quando nos conhecemos, ela se consolidou ao longo da vida por uma admirável comunhão de sentimentos. Militamos em campos opostos, no plano da vida política, mas a nossa inspiração era a mesma: a de dedicação ao nosso povo, à nossa terra e à nossa Pátria. Por isso, embora fôssemos adversários, sempre afetuosamente nos abraçamos. Acima das divergências e dissensões de ordem política, prevalecia em nós o sentimento da estima fraterna que teria talvez o seu mais belo ato no discurso com que você iria receber-me na Academia. A morte interrompeu esse ato quase à hora em que ele deveria realizar-se. Não ouvirei assim a sua voz amiga. Mas não sou eu apenas que lamento o seu definitivo silêncio. É todo o Brasil. Porque você soube ser, com seu talento, com a sua cultura, com a sua bravura cívica, uma figura de expressão nacional, das maiores que Minas Gerais tem dado ao Brasil. A democracia brasileira, que se vai pouco a pouco se reencontrando, ia ter em, você, nesta hora decisiva, um de seus obreiros mais capazes. O empenho com que você, já gravemente enfermo, se vinha dedicando à formação de um novo Partido Político, como uma terceira força no quadro

das opções nacionais, diz bem de sua dedicação cívica em favor de nossa Pátria. Não havia obstáculo que lhe tolhesse o caminho. Bravamente, obstinadamente, você pregava as suas idéias, convicto de que elas, em dias próximos, seriam o fio d'água que se transforma em caudal. A vida pública que você realizou, num itinerário que o levou às mais altas posições da vida parlamentar e administrativa da Nação, só lhe trouxe o duplo proveito da consciência tranqüila e da missão dignamente executada. Fomos testemunhas de suas ascensões e de seus silêncios, de seus discursos e de suas atitudes, e a verdade é que, em todos os momentos da vida que Deus lhe deu, sempre nos orgulhamos de você pela retidão de sua conduta, pela coerência dos princípios democráticos, pela altivez de seu comportamento, pelo calor humano de suas relações de homem de bem. Outras vezes se farão ouvir para louvar o grande homem que o Brasil acaba de perder. Eu perco, com a sua morte, o companheiro de meio século. Sinto que se vai com você, nesta hora derradeira, um patrimônio comum, que só nós dois sabíamos reconhecer. Agora, resta a mim cultivar aquela saudade interior, com o vagaroso repassar de lembranças de outrora. E só assim tornarei a tê-lo comigo, tal como você era, aparentemente esquivo, mas em verdade fiel; pensando diferente de mim, mas na realidade sabendo compreender-me, como eu próprio sabia compreendê-lo. A Academia Mineira, refúgio das letras de Minas e onde se alteiam pensamentos que buscam o clima de liberdade necessário às criações do espírito, aqui está ao seu lado, companheiro Pedro Aleixo, trazendo-lhe pela minha humilde voz a palavra do seu amor, e de sua saudade. Você foi longe na vida política e alto andou pelas cumeeiras da glória, levado pela eloqüência de suas orações e pela força de sua erudita formação humanística. Minas tanto se orgulhou de você que o Brasil tentou arrebatá-lo de nós. A Academia Mineira de Letras se fez concha de ressonância desse sentimento e conduziu por entre galas e aplausos, para a galeria de seus imortais. Embora saibamos que a vida nada mais é do que uma preparação para a morte, a morte nos desorienta. De certo modo, não a aceitamos. É preciso que o tempo passe para que atenuie a revolta interior, diante de silêncios como o desta hora. Mas para o seu caso, meu querido Pedro Aleixo, há de prevalecer no íntimo de seu espírito uma consolação final – a de que você soube encerrar a parábola de seu destino. E de tal modo que outras mãos irão recolher a bandeira que você jazia questão de empunhar, como a sua última lição em benefício da democracia brasileira. Que Deus o receba, na sua magna e definitiva glória. Você cumpriu o seu dever!

DISTRITO FEDERAL: MUNICÍPIO OU ESTADO E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

LEON FREIDA SZKALROWSKY¹

Considerações históricas

A questão proposta não é cerebrina, nem meramente acadêmica, pois tem implicações muito importantes, no campo das finanças públicas e nas relações com as unidades federativas.

A posição e a natureza jurídica da Capital do Império e, posteriormente, da República, tem variado muito, desde o alvorecer Brasil independente.

A Constituição imperial de 25 de março de 1824, introduzida pela Carta de Lei desta mesma data, no artigo 72, fazia menção à Capital do Império e o Ato Adicional – Lei 16, de 12 de agosto de 1834, no artigo 1º, registrava que a autoridade da Assembléia Legislativa da Província, onde estivesse a Corte, não compreenda a Corte nem o seu Município.

João Barbalho, comentando a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (sic), advertia a necessidade do Governo

¹O Professor Leon Freida Szklarowsky é Subprocurador Geral da Fazenda Nacional aposentada, advogado e juiz de paz e arbitral da American Arbitration Association, de Nona York, Conselheiro e juiz arbitral da Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal, Acadêmico da Academia Brasileira de Direito Tributário, IBAD, ITAB, LASP e LADF, Instituto Histórico e Geográfico do DF, Academia Maçônica de Letras do DF e Academia de Letras e Música do Brasil. Entre suas obras, destacam-se: *Execução Fiscal, Responsabilidade Tributária e Medidas Provisórias, ensaios, artigos e parecer .c sobre contratos e licitações, temas de direito administrativo, constitucional, tributário, daí; comercio! e econômico. Ainda, Hebreus, história de um povo, Ed. Elevação, S.P., outubro 2000, crônicas, poesias e ensaios premiados.*

Federal ter sua sede em território neutro, que não pertencesse a nenhum dos Estados, para estar em sua própria casa. O artigo 2º da primeira Constituição republicana rezava que cada uma das antigas províncias formaria um Estado e o antigo Município neutro constituiria o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se desse a execução da ordem prevista no artigo 3º, isto é, a mudança da Capital Federal, para o Planalto Central. O parágrafo único fornecia um indicativo que não podia ser ignorado, ao determinar que, com a mudança, o Distrito Federal constituiria um Estado.² O Congresso Nacional tinha competência privativa para legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, sendo administrado pelas autoridades municipais, cabendo-lhe as despesas de caráter local.

Rui Barbosa considerava-o um semi-estado ou quase-estado, visto que não tinha organização nem participava, como os Estados, da qualidade de membro³. Ensina Michel Temer que o Distrito Federal, na Constituição de 1891, sucedeu ao Município neutro.⁴

Em 1934, a Constituição colocou o Distrito Federal entre os Estados e os Territórios, constituindo assim os Estados Unidos do Brasil. Fazia parte da união indissolúvel e perpétua dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Já, em 1937, a Constituição Federal, conquanto o manteve como parte indissolúvel da União dos Estados e dos Territórios, paradoxalmente, determinou que a União, o administrasse, enquanto sede do Governo da República, por meio de um prefeito nomeado pelo Presidente da República, com a aprovação do Conselho Federal. A Lei Constitucional número 9, de 28 de fevereiro de 1945, ordenou que o Distrito federal enquanto sede do Governo da República seria organizado pela União.

A Lei Máxima democrática de 1946, sucessora da Carta centralizadora de 37, alçou o Distrito Federal – Capital da União – à mesma posição dos Estados, como partícipe da União, ofertando-lhe autonomia relativa, ao permitir ao DF manter a Câmara de Vereadores, elegendo os legisladores, mas seu prefeito era nomeado, pelo Presidente

²Cf. *Constituição Federal Brasileira, Commentarios. Rio de Janeiro, Typographia da Companhia Litho – Typografia, em Sapopemba, 1902, pp. 15 usque 17 e 135 e 277. Cf também Curso de Direito Constitucional, de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Edição Saraiva, São Paulo, 1967. p. 77.*

³Cf. *Comentários, volume V p. 39.*

⁴Cf. *Elementos de Direito Constitucional, Revista dos Tribunais, 1982, pp. 103 e segs.*

da República, com a aprovação do Senado Federal, e demissível ad nutum pelo Chefe do Executivo Federal. Elegia, porém, deputados e senadores. Com a Emenda Constitucional nº 2, de 3 de julho de 1956, o Distrito Federal passou a ser administrado por um prefeito eleito, pelo sufrágio direto, da mesma forma como o eram os vereadores. A capital situava-se no Rio de Janeiro, vindo a mudança, para o planalto, ocorrer em 1961, com o Presidente Juscelino Kubitschek. Pela Emenda Constitucional nº 3, de 8 de junho de 1961, porém, o Distrito Federal passaria novamente a ser administrado por um prefeito nomeado pelo Presidente da República, mediante aprovação do Senado da República, mas a Câmara seria eleita pelo povo, com as funções atribuídas pela lei federal. Esse diploma previu a eleição de representantes para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Câmara do Distrito Federal. Narra Manoel Gonçalves Ferreira Filho que o Distrito Federal ficou sem representantes, por não haver o Congresso Nacional definido aquela eleição⁵.

A Constituição de 1967 retrocede violentamente e, embora conceda ao Distrito Federal o status de partícipe, juntamente com os Estados e os Territórios, da República Federativa do Brasil, novo nome da República brasileira, deixando para trás a denominação anterior de Estados Unidos do Brasil, recusa-lhe a autonomia e assenta que a lei disporá sobre sua organização administrativa e judiciária, cabendo ao Senado as funções legislativas sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração. Novamente, o Presidente da República detém a competência para nomear o Prefeito, depois da anuência do Senado. Não obstante, é-lhe atribuída competência para arrecadar os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios, da mesma forma que aos Estados não divididos em Municípios.

A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, mantém a mesma linha da Constituição de 1967, entretanto, essa Emenda é mais generosa que a Carta emendada e concede ao Distrito Federal o status de Estado *sui generis*, pois o Presidente da República nomeará um governador e não mais um prefeito.

Constituição vigente

José Afonso da Silva ensina que o Distrito Federal, atualmente, não é Estado nem Município, porém, de certa forma, é mais que Estado, mas diminui-lhe o tamanho político – institucional, porque algumas

⁵*Cf. op. cit. p.78.*

funções pertencem à União como o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Polícia e o Ministério Público. Todavia, reconhece-o como unidade federada, com autonomia parcialmente tutelada, abjurando a condição de autarquia, segundo sua concepção anterior.⁶

A Constituição vigente produz uma significativa revolução na natureza jurídica política do Distrito Federal. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Eis a novidade alvissareira: não só o Distrito Federal, mas também os Municípios constituem parte da União. Compõe-na. É a nota indicativa do artigo 1º.

Não se trata de declaração meramente formal, visto que o 1º lhe confere autonomia político-administrativa, como o faz com relação à União, aos Estados e aos Municípios, no mesmo pé de igualdade. Os Territórios, contudo, não passam de autarquia, porque integrantes da União. Embora não mais existam, poderão vir a ser criados.

Natureza jurídica⁷

Sem dúvida, o Distrito Federal, na nova feição constitucional, é uma unidade da Federação, conquanto sofra algumas restrições que lhe não fere absolutamente as características de Estado e de Município, desenhadas pela Carta. **É um Estado e também um Município.** Daí a natureza singular, híbrida. A Carta veda sua divisão em Municípios⁸. A Lei Orgânica do DF prevê a criação de regiões administrativas, que integram sua estrutura administrativa, tendo em vista a descentralização administrativa, a utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida.

⁶Cf. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁷Sobre o assunto, confirmam-se nosso Terracap – Empresa Pública local e não federal, in *Revista de Direito Público, Revista dos Tribunais*, 1982, volume 61, pp. 93 e segs.: artigo do Ministro Luiz Rafael Mayer, in *Revista de Direito Administrativo*, 125/15; artigo de Paulo Sepúlveda Pertence, in *Revista Doutrina e Jurisprudência do Tribunal do Distrito Federal*, volume 2, 1º semestre, 1967; *Direito Administrativo Brasileiro*, Hely Lopes Meirelles, Malheiros Editores, 17ª edição, 1992; Acórdão da 2ª Turma do STF, RE 61642, DF, in *Revista de Direito Público cit*, 5/228; Distrito Federal, de nossa autoria, in *Suplemento Direito & Justiça, Correio Braziliense*, 11 setembro 2000).

⁸Cf. a t. 32 da CF i

O Texto Constitucional oferece ao Distrito Federal as competências legislativas reservadas aos Municípios e aos Estados, elegendo o governador, o vice-governador e os deputados distritais e tem representação no Congresso Nacional, assim que a Câmara dos Deputados se compõe de representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, enquanto o Senado Feder é integrado por representantes dos Estados e do Distrito Federal⁹. O Senado Federal é a câmara representativa dos Estados federados, daí porque a Constituição atual, como o faziam as Constituições de 1969, 1967, 1946 e 1891, comanda que o Senado se comporá de representantes dos Estados e do Distrito Federal.

A autonomia está expressamente prevista no artigo 32, quando assegura que se regerá ela Lei Orgânica votada e aprovada pela Câmara Legislativa, de conformidade com os princípios da Constituição. Vale dizer: estão aí desenhadas as capacidades de auto-organização, auto-governo, auto-administração e auto-legislação. A Lei Orgânica do Distrito Federal mandamenta que este integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esse diploma, observados os princípios constitucionais. Brasília é capital da República e é também a sede do governo do Distrito Federal¹⁰.

O Distrito Federal acumula as competências legislativas estadual e municipal. Exerce atividades atribuídas ao Estado e aos Municípios (arts. 25 e 30 da CF).

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Legislativa, o Executivo, pelo Governador eleito, e o Judiciário, pelos Tribunais e Juízes. Aqui, a anomalia ou o cochilo do constituinte, pois o artigo 22, inciso XVII, conferiu à União competência privativa para legislar sobre organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes. Sem qualquer justificativa plausível, cometeu um retrocesso imperdoável, com relação a esse Poder, o mesmo ocorrendo com os juizados especiais e a justiça de paz. Isto, porém, não macula a autonomia nem desmancha sua dupla posição ou identidade de Estado e Município.

A Constituição atribui competência à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituir os tributos previstos no artigo 145 (impostos, taxas e contribuições de melhoria, decorrentes de

⁹Cf. arts. 44 a 47 da CF.

¹⁰ Cf. artigos 1º, 2º e 6º da Lei Orgânica do DF.

obra pública) e ao Distrito Federal também impostos municipais. Este participa da repartição das receitas tributárias.

O artigo 169, alterado pela E C 19/98, alerta que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

A Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Complementar 101/2000, no artigo 1º, § 3º, alínea b, inciso II, define que a Estados se entende considerado o Distrito Federal.

É de se assinalar que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao assemelhar o Distrito Federal ao Estado, simplesmente repetiu a Constituição, sem lhe retirar também as características de Município, no que concerne aos serviços municipais e competências que acumula. Não o fez e não poderia fazê-lo.

Se assim é nada mais lógico que interpretar a lei, de forma inteligente, como quer Carlos Maximiliano, com apoio decisivo de Celso, Savigny, Salvat, Windscheid, Sutherland, Bozi, Berriat Saint – Prix, Fabreguettes e Bernardo Carneiro¹¹, não podendo a exegese conduzir ao absurdo nem chegar a conclusão impossível, preferindo-se o sentido que se concilie com o resultado mais razoável e que melhor corresponda às necessidade da prática e seja mais humano e benigno, suave.

Conclusão

Na verdade, em se interpretando corretamente a Constituição, colocando o Distrito Federal na sua exata condição de Estado e de Município, não há o seu rebaixamento da posição de Estado para Município, como se tem propalado, nem se está ferindo o princípio fundamental da moralidade pública, um dos mais importantes e significativos princípios e norteia a Administração Pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É, sem dúvida, o mais notável de todos. Nem se lhe está emprestando privilégio indevidamente, já que este lhe advém da Carta Maior, quando lhe concede e a dupla cidadania ou identidade.

A **questio** toda deve ser enfocada, não pelo ângulo da injustiça ou da angústia ou da personalidade das situações criadas, senão tendo em vista o aspecto da constitucionalidade e da moralidade.

É um equívoco muito grande e sofisma imperdoável pretender que essa interpretação produz o rebaixamento do Distrito Federal, se

¹¹Cf *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Freitas Bastos, 6ª edição, 1957, pp. 209/211.

este ostenta a qualidade dupla e, portanto, exerce a competência de ambas as entidades políticas e, mais, exerce as atividades de um e de outro ente, inclusive aquelas que dizem respeito ao peculiar interesse local. Assim, verifica-se que há um plus impossível de passar despercebido. Não legisla apenas sobre matéria estadual nem exerce somente atividades próprias do Estado, contudo legisla também sobre matéria municipal e exerce atividades inerentes ao Município.

Com o maior respeito aos que divergem dessa opinião, ressalto que lei complementar ou ordinária não tem o condão de modificar a Constituição e rasurar natureza dúplice que lhe foi delineada, pela Carta. Será um contra-senso interpretar-se de maneira diversa. Ofertaria a Lei Máxima maiores atribuições sem lhe dar os meios respectivos? Não há como aceitar esta tese, por mais que se tente extrair da lei esse entendimento. Seria o mesmo que solicitar a alguém que compre dois produtos com recursos destinados a um só deles. Isto, evidentemente, contraria os princípios da lógica e do bom senso e até dá matemática.

O legislador ordinário ou complementar não pode ultrapassar as lindes traçadas pelo constituinte em desvirtuar a natureza que a Constituição lhe fixa.

Destarte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal – Lei 2573, de 27 de julho de 2000, está em perfeita consonância com a Constituição, quando enuncia, no § 2º do artigo 36, caber ao Poder Legislativo a parcela de seis por cento do limite de sessenta por cento da receita corrente líquida para a despesa total com pessoal do Distrito Federal, previsto na LC 102 cit.¹²

¹²Este parágrafo fora vetado pelo Governador. Não obstante, o Legislativo rejeitou o veto.

DILERMANO REIS: O LIVRO QUE VEM

ANTONINHO RAPASSI

Como é gratificante encontrar livros biográficos. O primeiro que comprei era uma verdadeira catilinária contra Pombal. Camilo Castelo Branco, seu autor, era um vulcão. Criador de neologismos e hábil manipulador de adjetivos, prendia o leitor do começo ao fim dos seus livros, escritos velozmente, por encomenda ou por simples necessidade financeira.

Recentemente foram lançados livros sobre a vida de Assis Chateaubriand, Barão de Mauá e Olga Benário. E agora vem esta boa notícia: Dilermando Reis está sendo biografado. O paulista de Guaratinguetá que se tornou famoso violonista, era oriundo de humilde família, o que é bom sempre lembrar. Venceu pelos seus esforços e invejável talento, que possuía. Do pai, coveiro, recebeu as primeiras lições na arte de tocar o violão. Que tocou com os seus dedos grossos, curtos e cabeludos. A história de Dilermando Reis vai ser contada por Genésio Nogueira, que fez pesquisas, reuniu fotos inéditas e montou seu livro com 416 páginas. Digamos muito obrigado a este diligente músico, pela obra que vai nos oferecer. Ela faltava nas livrarias, nas bibliotecas e sua ausência sempre foi motivo de interrogação: Como e onde conhecer mais sobre a vida do músico e compositor, que tão bem merece figurar ao lado de um Carlos Gomes?

Genésio Nogueira é também violonista. Executa à perfeição o imenso repertório dedilhado por Dilermando. Tem a mesma técnica e sutileza de acordes.

Quem teve o privilégio de viver a fase de ouro da história do Brasil, que foram os anos 50 deste século que se finda, há de se recordar que tudo era bem diferente de agora. Havia uma contagiante euforia e confiança. Viviam-se a fase de modernizações, de progresso e de desenvolvimentismo. O que, aliás, desagradava muita gente fina.

O povo, de uma forma linear, era convocado para a grande arrancada de enfrentamento do atraso. Cujos desafios foram vencidos. Nesta época, todos os brasileiros se tornaram bandeirantes. No peito de cada um queimava a chama do entusiasmo e da coragem. O romantismo caracterizava o comportamento social deste povo que ainda era cheio de afetuosidades.

O Presidente da República, que esbanjava glamour, conduzia o Brasil inteiro sob a esperta e eficaz política da conciliação e do otimismo. A música, como não podia faltar, era o ingrediente de todas as horas. As portas do Catete, do Palácio das Laranjeiras e mesmo as do Itamaraty sempre estiveram abertas para os encontros de artistas. O Planalto Central, onde se instalou o imenso canteiro de obras, era impulsionado com a nossa música popular. Um povo que tinha um Luiz Gonzaga na música, como um Guimarães Rosa nas Letras, e um JK na presidência, tinha tudo para acreditar em si próprio.

E foi neste período, que se destacou no cenário musical, o violonista Dilermando Reis. Ao lado do pianista Benê Nunes fazia parte da comitiva presidencial. A vantagem que Dilermando levava é a de que o seu instrumento sempre estava a tiracolo. Com o Presidente, passava o dia no Rio e a madrugada com os candangos, que erguiam a nova Capital do Brasil em meio à poeira do cerrado. E foi Dilermando Reis quem deu o nome da 1ª construção planaltina. O chamado palácio de tábuas, feito para dar abrigo ao Presidente JK, acabou por ser batizado de “Catetinho”.

Ouvir Dilermando Reis é mergulhar no passado bom e gostoso de ser lembrado. Ouçam sempre o mestre de Guaratinguetá. Ou então vejam como ele tem seguidores pontuais, nas figuras de Genésio Nogueira e de Anerlindo Rodrigues. Estes dois violinistas brasileiros, dedicam-se diariamente a manter o genuíno estilo dilermandista. E como é bom ouvi-los. São músicos de um outro Brasil. Não deste Brasil desmemoriado e sem-vergonha de hoje; Brasil pagodeiro e das músicas com letras esculachadas, que já não arrepiam as piás mulheres. Ah! Brasil ingrato!

A nossa mídia deveria receber uma ordem santa para promover a ressurreição de Ernesto Nazareth, Zéquinha de Abreu, Canhoto e Dilermando Reis. Ah! Se a mídia ditadora abandonasse o vício nefasto de apelar para os atributos calipígijs nas danças e saracoteios. Quem sabe as coisas melhorariam e aí começaríamos uma campanha contra a violência indecente das armas mortíferas e dos estúpidos enredos maniqueístas, que as tevês exibem exaustivamente.

Sem estas escatologias, poderíamos cuidar melhor da felicidade da nossa gente. E todos seríamos felizes.

ESCORÇO HISTÓRICO DA UNIDADE DE VIZINHANÇA 07/08 SUL

JOSÉ HELDER DE SOUZA

Ultimamente, nas comemorações dos quarenta e um anos de Brasília, vem se fazendo uma revisão e rememória da construção e implantação da Capital da República quando, em 1960, no dia 21 de abril, Juscelino Kubitschek de Oliveira, o estadista construtor e estruturador de um novo Brasil, fez a transferência da cúpula administrativa da República Federativa do Brasil (Legislativo, Judiciário e Executivo) para o então despovoado Planalto Central, a viver ainda, econômica e socialmente, ao modo dos tempos coloniais.

Lúcio Costa, arquiteto e urbanista, vencedor do concurso para escolha do plano urbanístico da nova capital do País, estabeleceu, no então Plano Piloto de Brasília, áreas a que se chamou de Unidade de Vizinhança (no memorial do Plano Piloto não há esta designação que apareceria depois da edificação das áreas residenciais) constituída de quatro superquadras.

A primeira dessas “unidades” foi a da faixa das Super Quadras Sul 107/108 e 307/308, começada a edificação em 1959, quando o quadrilátero do novo Distrito Federal conheceu, entre 1956 e 1959, grande movimentação de máquinas e operários, um grande canteiro de obras que, no dizer do recémempossado Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, provocaria um “choque que terá a virtude de fecundar todas as regiões desertas do Brasil” – o Planalto Central, principalmente, acrescentemos.

Essas “unidades” foram então edificadas para receber os funcionários públicos federais transferidos do Rio de Janeiro para este Planalto Central de onde se descortinava o futuro deste País, nas palavras do já então popular “JK”.

Construindo os blocos residenciais componentes dessas superquadras, a NOVACAP, presidida por Israel Pinheiro, o grande edificador de Brasília, autor do “milagre” que possibilitou a transferência do poder central, em menos de quatro anos, do Rio de Janeiro para o novo sítio da Capital da República, principiou, concomitantemente, a erguer os componentes da Unidade de Vizinhança 107/108 e 307/308, tal como está hoje, felizmente, sem grandes alterações no meio das deformações por que vem passando Brasília, com o beneplácito ou descaso dos governantes.

Primeiro foi a chamada igrejainha, entre as superquadras 307/308, obra arquitetônica de Oscar Niemeyer e hoje posta pela Igreja Católica Apostólica Romana, sob a invocação de Nossa Senhora de Fátima. “Chapéu de freira” foi como o candango daqueles dias a chamou por seu inusitado formato a lembrar o bicudo chapéu usado por certa irmandade religiosa.

No mesmo seguimento da “igrejainha”, foi edificada a Escola Parque, destinada à complementação da educação dos alunos das Escolasclasse (ensino de primeiro grau) localizadas entre os edifícios residenciais das superquadras, cada uma delas com uma escola de ensino de 1º Grau e um Jardim de Infância entre essas áreas de moradia.

As escolas parque foram concebidas, revolucionariamente, por Anísio Teixeira, o renovador do ensino no Brasil, e por ele incluídas no plano educacional de Brasília. Nessas escolas parque, previstas para ser edificadas em grandes espaços, de quatro em quatro superquadras, os alunos do ensino de primeiro grau teriam e têm, complementação educacional: praticando educação física e exercitando formação artística, com iniciação em artes plásticas, musica, teatro, cinema infantil e mais uma biblioteca para o cultivo da leitura.

No sentido oeste, pegado a este conjunto, na margem da via por onde circulariam e circulam, é claro, os veículos automotivos, na hoje chamada W3 Sul, Quadra 508, Israel Pinheiro ergueu edifício de dois andares ocupando todo um bloco da referida quadra para sede da NOVACAP, a empresa por ele presidida incumbida de construir Brasília. Dois andares para ser referência de gabarito para as construções futuras. Hoje nele funciona o Espaço Cultural da 508, nome oficial, e a própria Fundação Cultural de Brasília, do GDF.

No outro bloco da mesma quadra, no sentido sul, a NOVACAP ergueu um conjunto de lojas e na sua extremidade, a primeira lavanderia de Brasília, que lá ainda está como testemunha daqueles dias heróicos. Numa dessas lojas, Israel Pinheiro estabeleceu, em regime de concessão,

o mais famoso restaurante do Distrito Federal daquela época: o “Chez Willy”. A grande casa de pasto e então ponto de encontro de quem participava do trabalho pioneiro de antes da inauguração e transferência da nova capital da República, era dirigida pelo suíço Willy e sua mulher Magda. O casal era proprietário do primeiro grande restaurante – também “Chez Willy” – da Cidade Livre que, como o nome dizia, ergueu-se livremente como a cidade dos candangos vindos para trabalhar na construção de Brasília, é o hoje denominado Núcleo Bandeirante.

Em seguida foi erguido o primeiro Centro de Saúde tal como está lá até hoje, com pequenos e feios acréscimos. Nele eram feitos todos atendimentos médicos enquanto era construído o primeiro Hospital Distrital no começo (faixa de 100 e 300) da Asa Sul. Sua destinação sempre foi um centro de pequenos atendimentos e cadastro de certos pacientes, bem como o de cuidados de vacinação e prevenção de doenças endêmicas. Sempre localizados naquela parte das Unidades de Vizinhança.

Ai se tem igualmente (Setor Comercial Local 108/ 109) o primeiro supermercado. A NOVACAP o construiu para a Sociedade de Abastecimento de Brasília, a conhecida SAB. Como o nome está dizendo – SAB – constituída para suprir o mercado de produtos alimentícios e outras mercadorias, a preços módicos, indispensáveis ao dia a dia da população da nova cidade. A SAB e seus supermercados, existiu ou existiram e resistiram, até o primeiro governo de Joaquim Roriz, quando foi extinta.

Na parte Leste deste primeiro conjunto de superquadras, nas proximidades das pistas do Eixo Rodoviário Sul, instalou-se o primeiro clube de Unidade de Vizinhança. Com pequenas modificações pode ser encontrado, hoje, tal como era e serviu para encontros e entretenimentos de muitos jovens cidadãos brasilienses dos primeiros tempos, agora lá passeando com os netos.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, o sempre louvado presidente da República por sua obra mudancista que modificou todo o Brasil, para efetivar e executar a transferência da capital, criou, no DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), o Grupo de Trabalho de Brasília. A este órgão, conhecido então como GTB, coube organizar a vinda dos funcionários públicos federais para a nova cidade e nela dar-lhes moradia e condições de vida, nos mínimos acertos. Um restaurante, a preços abaixo do mercado, para servidores públicos, o famoso GTB, foi instalado num dos componentes da Unidade de Vizinhança de que aqui cuidamos e que é a hoje tão conhecida Biblioteca Demonstrativa do

Ministério da Cultura. O restaurante funcionou até bem depois da inauguração de Brasília.

Neste conjunto arquitetônico e urbanístico da primeira Unidade de Vizinhança, figura também o Cine Brasília, edificado no espaço entre as superquadras 106 e 107 da Asa Sul. Foi, destaque-se, o primeiro grande, confortável e indispensável cinema de Brasília funcionando desde a inauguração de Brasília, em 1960 e, até hoje serve aos brasilienses como casa exibidora de bons filmes, é obra de arte arquitetônica e patrimônio artístico nacional e internacional.

Nos nossos dias de agora o governo do Distrito Federal, para consternação dos que viveram a edificação daquela Unidade de Vizinha, quer acabar com alguns de seus componentes, como o clube, o que consideramos, com o povo, um descalabro.

ESTÁTUA À JUSTIÇA

PAULO DE AZEVEDO MARQUES

Os idealizadores da estátua à Justiça, erigida em Brasília, na Praça dos Três Poderes, em frente ao Supremo Tribunal Federal, imaginaram com esta iniciativa lembrar Pallas Atenae, a Deusa da Justiça na mitologia grega e colocar a nova capital sob o signo e inspiração da terrível mas justíssima deusa. Jamais cogitaram fosse essa estátua o monumento mais focalizado e evidenciado na Capital Federal. É frontispício dos Três Poderes, das avenidas, do horizonte, da terra e do céu, dos movimentos sociais e políticos, do povo de Brasília. Está se tornando um símbolo nacional. De traços elegantes e modernos, a bela e fascinante estátua é concepção e execução do escultor mineiro Alfredo Ceschiati, cuja presença está imortalizada também em outras esculturas de Brasília.

O custo da estátua foi orçado, pelo escritório Ceschiati, em um milhão de cruzeiros. Programou-se a sua doação a Brasília pelo povo de Goiás e de São Paulo, a exemplo do que já ocorrera com o monumento dos Bandeirantes, doado à Goiânia pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, sob a liderança, entre outros, de então acadêmico Antonio Sylvio Cunha Bueno. Divergência pessoal entre Guilherme Augusto Lopes e Paulo de Azevedo Marques, presidentes do “XI”, frustrou a iniciativa e a estátua foi doada pela Novacap, sem qualquer referência aos seus idealizadores.

A idéia dessa estátua surgiu durante a Semana Nacional Mudancista, realizada na velha e sempre nova Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, promovida pelos Centros Acadêmicos XI de Agosto, de São Paulo, e Centro Acadêmico XI de Maio, de Goiás, em março de 1957; marcou a presença pioneira dos acadêmicos de Direito na capital federal e é uma das mais belas páginas da vida universitária brasileira.

Foi a participação independente e corajosa dos moços e da sociedade brasileira, representada naquela semana mudancista por suas

melhores expressões, na jornada do ontem para o futuro, que desbravou os sertões da geografia brasileira, quando Brasília era um “detalhe e um enigma, um sonho e um conflito”.

Integraram a organização de honra da Semana Mudancista o presidente Juscelino Kubitschek, os governadores Jânio Quadros e José Ludovico de Almeida, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara Federal, magníficos reitores, líderes empresariais e professores universitários. Políticos da mais alta expressão, ministros, OAB e UNE prestigiaram o evento.

As teses dos universitários versaram sobre temas de grande atualidade no âmbito da História, do Direito, da Economia, Engenharia, Arquitetura, Urbanismo e Sociologia. Curso de extensão universitária “Problemas da Mudança da Capital”, promovido pela Universidade de São Paulo, foi o ponto alto do conclave.

Na semana mudancista, foi planejada, juntamente com a Fundação Coimbra Bueno, a Jornada Bandeirante, Brasília-Santos, tendo por objetivo a implantação do primeiro polígono de asfalto do Brasil, baseado na rota dos Bandeirantes rumo ao Oeste.

Os universitários brasileiros, sob liderança do Centro Acadêmico XI de Agosto e do Centro Acadêmico XI de Maio, foram o rosto e os protagonistas da História, que se funde no bronze e na memória, a caminho dos séculos.

A Semana Mudancista foi antes de tudo, uma opção idealista pela nacionalidade, que levou a mudança da Capital para o coração do Brasil.

O Centro Acadêmico XI de Agosto inscreveu-se na pré-história de Brasília. Não transigiu com a Constituição. Fez-se a Capital da Esperança.

A estátua à Justiça, nascida nesse cenário de grandeza política e cívica, é irreversível esperança da realização plena da verdadeira e legítima justiça no Brasil.

Ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e da Semana Mudancista, Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo.

EVERARDO ADOLFO BACKEUSER

(Esboço Biográfico e Pensamento Científico)

MANOEL SORIANO NETO

Com grande satisfação e ufania, apresento uma súpula de dados histórico-culturais de relevância, referentes ao insigne Patrono da Cadeira nº 89, de nosso IHGDF, que tenho a honra de ser o ocupante.

Everardo Adolfo Backeuser, engenheiro, cientista, educador e professor universitário, foi também um dos maiores geógrafos brasileiros, notabilizando-se em um dos mais importantes ramos do saber: a geopolítica.

Backeuser nasceu em 23 de maio de 1879, em Niterói-RJ, vindo a falecer em 1951, na cidade do Rio de Janeiro.

Ele era formado em Engenharia e Ciências e lecionou em vários e renomados estabelecimentos de ensino do país, tais como a Escola Politécnica, a Pontifícia Universidade Católica, a Escola Nacional de Engenharia, a Faculdade Católica de Filosofia e o Instituto de Pesquisas Pedagógicas, todos no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Cultura poliédrica, Backeuser distinguiu-se como emérito lente e educador, tendo sido presidente da Comissão Nacional de Ensino Primário do então Ministério da Educação e Saúde e da Confederação Católica Brasileira de Educação; outrossim, foi diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais e idealizou a “Cruzada Pedagógica pela Escola Nova”, dirigida pela professora Alcina Moreira de Souza, que viria a ser sua esposa e permanente colaboradora.

Everardo Backeuser era membro de várias entidades histórico-geográfico-culturais do Brasil, entre as quais sobrelevam-se, pela superlativa importância, – a Academia Brasileira de Letras e a Sociedade Brasileira de Geografia.

A obra desse eminente cientista brasileiro é das mais alentadas, abrangendo os campos da literatura, das artes e das ciências. Escreveu

inúmeros trabalhos, em especial sobre geografia, geologia e geopolítica, ramos aos quais devotava especial carinho.

Num incompleto epítome referente à vasta obra “gutenberguiana” de Backeuser, podemos citar: “Habitações Operárias” (1906); “A Figura Imponente do Kaiser” (1916); “Os Cristais – Fatos e Hipóteses” (1916); “Os Sambaquis do Distrito Federal” (1916); “Teoria dos Magmas Telúricos” (1916); “A Faixa Litorânea do Brasil Meridional” (1918); “Reconhecimento das Rochas” e “Glossário de Termos Geográficos” (1924); “Contribuição para a Geologia do Distrito Federal” (1926); “Problemas do Brasil – Estrutura Geopolítica” (1933); “Aritmética na Escola Nova” (1933); “A Sedução do Comunismo” (1934); “Teoria e Prática da Escola Nova” (1934); “Técnica da Pedagogia Moderna” (1936); “O Trabalho nas Escolas Experimentais do Distrito Federal” (1937); “Um Mestre Insigne – Nerval de Gouveia” (1938); “O Livro do Gênesis e as Cosmogomas Modernas” (1940); “Ensaio de Biotipologia Educacional” (1941); “Minha Terra e Minha Vida” (1942); “Geopolítica e Geografia Política” (1942); “A Geopolítica Geral e do Brasil” (1948).

Da fecunda obra de Backeuser, dois livros se tornaram referenciais: o primeiro, intitulado “Técnica da Pedagogia Moderna”, em que o autor evidencia as estreitas ligações entre a pedagogia e as ciências afins, como a biologia, a psicologia, a sociologia e a filosofia – que foi transformado no “Manual de Pedagogia Moderna”, compêndio didático para as Escolas Normais e Institutos de Educação, e que orientou, por muitos e muitos anos, pedagogos, professores, alunos e cientistas sociais; o segundo é o clássico “A Geopolítica Geral e do Brasil”, acerca do qual traçaremos algumas considerações, linhas à frente.

Diga-se mais, que Everardo Backeuser prefaciou incontáveis obras de geógrafos, escritores e educadores de nomeada, tendo ainda escrito alguns ensaios, como “Caxias, Verdadeiro Duque” (1941) e composto uma comédia “Não me Fales Nisso” (1915).

A respeito de seu notável livro “A Geopolítica Geral e do Brasil”, convém lembrar que Backeuser é considerado, em nosso país, como um dos principais precursores da nova ciência, ombreando-se a outros ilustres exegetas da matéria, tais como Pombal, Cairu, os brasileiros Alexandre de Gusmão, José Bonifácio, Mauá, os dois Rio Branco, Alberto Torres, Rondon, Mário Travassos, Lysias Rodrigues, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Delgado de Carvalho, Therezinha de Castro e outros.

Backeuser foi o primeiro divulgador no Brasil – isso em 1925 – dos conhecimentos de um dos pais da geopolítica, o sueco Rudolf Kjellen e procurou nos já referidos livros “Geopolítica e Geografia

Política” e “A Geopolítica Geral e do Brasil”, dirimir dúvidas a respeito de vários aspectos da geopolítica, entre os quais a definição da novel disciplina e o ramo da ciência à qual ela pertence. Assim, em 1948, na PUC do Rio de Janeiro, ao criar o Instituto de Direito Comparado, Mestre Backeuser introduziu a cadeira de Geopolítica, prelecionando que “geopolítica é a política feita em decorrência de condições geográficas”, aduzindo a este conceito, que “ela – a geopolítica – não é parte ou capítulo ou parágrafo da ciência geografia, mas da ciência política”.

Para que se possa melhor compreender as vanguardistas idéias de Everardo Backeuser, sucinta e anteriormente expostas, mister se faz a apresentação de uma brevíssima recorrência histórica ao pensamento dos corifeus da Geopolítica, consoante o douto e lúcido ensinamento do então Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal, “in verbis”:

“RATZEL – explicou a evolução geográfica dos espaços políticos, asseverando que os Estados, como os seres vivos, nascem, vivem, entram em apogeu e morrem, dentro da Lei do Expansionismo.

KJELLEN – formulou a célebre divisão da política, em: Geopolítica (Território), Demopolítica (Povo), Ecológica (Economia), Sociopolítica (Sociedade) e Cratopolítica (Governo); deu a primeira ênfase para, através dela, asseverar que um Estado só pode ser reconhecido como detentor de um grande poder real, quando possuir grande espaço, liberdade de movimento e coesão interna.

MACKINDER – definiu o “heartland” para afirmar, como profecia: “Quem dominar a Europa Oriental controlará o Coração da Terra; quem dominar o Coração da Terra, controlará a Ilha Mundial, e quem dominar a Ilha Mundial controlará o Mundo”.

MAHAN – é o conceituador do Poder Marítimo, segundo a tese de quem possui potencial militar só obterá hegemonia e vitória se dominar os mares.

HAUSHOFER – viu a Geopolítica como um meio de educar as massas no conceito de espaço, onde a luta pelo espaço vital (Lebensraum) deu a tônica às futuras aventuras hitleristas.

SPYKMAN – adotou a visão global de Mackinder para lhe dar significado diferente com a introdução do seu conceito de “Rimland” (região das fímbricas, ou seja, das orlas marítimas do Velho Mundo) e afirmou: “Quem controlar o “Rimland” dominará a Eurásia e quem dominar a Eurásia controlará os destinos do Mundo”, o que tem baseado a geoestratégia da política de segurança dos EEUU.

SEVERSKY – definidor do Poder Aéreo, como sendo a capacidade que tem uma nação de defender seus interesses por meios

aéreos. A sua visão tem sido ampliada com o raio de ação das aeronaves modernas, os mísseis intercontinentais e os satélites, mas, ainda assim, serve para as cogitações bélicas dos estrategistas dos dois mundos”.

Everardo Backeuser difundiu e ampliou esses pensamentos, realçando, constantemente, a importância da aplicação da geopolítica às fronteiras de qualquer Estado, como também o fizeram, de outras maneiras e em outras épocas, o Barão do Rio Branco, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, Euclides da Cunha, Lysias Rodrigues, Ornar Emir Chaves, Therezinha de Castro e Teixeira Soares.

Backeuser era um eterno preocupado com a soberania nacional e, por isso, sempre deu ênfase à ocupação e vivificação das áreas limítrofes do Brasil – país de dimensões continentais – evidenciando uma larga visão prospectiva, haja vista a hodierna e indisfarçável cobiça internacional sobre a nossa Amazônia, máxime da parte das nações hegemônicas e “globalizastes” da atualidade.

Eis, em grande síntese, o que foram o pensamento e a obra desse grande e incansável patriota, Everardo Adolfo Backeuser, cientista, educador, geógrafo e geopolítico, orgulho do Brasil!...

MANOEL SORIANO NETO – Cel Inf QEMA
Chefe do C Doc Ex

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA: UM MAÇOM BRASILEIRO QUE FOI GRÃO-MESTRE PROVINCIAL NA INGLATERRA

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO

O Correio Braziliense de 06 de janeiro de 2001 estampou a seguinte notícia: “MISSÃO EM LONDRES. Por ocasião de sua viagem a Londres, onde estará entre os dias 27 e 30 de março, o presidente Fernando Henrique Cardoso prestigiará a solenidade de traslado dos restos mortais de Hipólito José da Costa para o Brasil.

NO PANTEÃO – O embaixador Sérgio Amaral, pessoalmente, conduziu todo o processo de homenagens ao fundador do primeiro jornal brasileiro na capital britânica – o Correio Braziliense -, atendendo a um desejo do presidente dos Associados, Paulo Cabral de Araújo. A intenção é colocar os restos mortais de Hipólito José da Costa no Panteão da Liberdade, na Praça dos Três Poderes”.

No dia 14 de janeiro replicou com a seguinte informação: “Patrono de volta conforme esta coluna noticiou em primeira mão, o presidente FHC e o nosso presidente Paulo Cabral estarão em Londres no fim de março para o traslado dos restos mortais de Hipólito José da Costa. Com o decisivo apoio da embaixada do Brasil, a Fundação Assis Chateaubriand dá os passos finais para a transferência, para Brasília, dos despojos do Patrono da Imprensa Brasileira e fundador, em Londres, do Correio Braziliense, em 1808.

Eles serão colocados em herma própria e sacralizada nos jardins do Museu da Imprensa, pertinho da sede do Correio Braziliense. A cerimônia está prevista para o dia 21 de abril, data da fundação da Capital Federal e do início de circulação do principal jornal da cidade. Grande e belo desafio!”.

Trata esse artigo de realçar alguns aspectos, um tanto quanto desconhecidos, da figura de Hipólito José da Costa como um maçom

que lutou pela Independência do Brasil. A maçonaria brasileira, especialmente o Grande Oriente do Brasil, tem a obrigação de retirar do pó dos seus arquivos, os traços desconhecidos desse grande maçom brasileiro e apresentá-lo, em toda sua inteireza e pujança, para as atuais e as futuras gerações da nação. O momento é mais do que apropriado para tal empreitada.

Baseia-se o presente esboço biográfico em notas de um livro que João Nery Guimarães estará publicando brevemente, pela editora do Grande Oriente do Brasil, e do livro de José Luiz de Moura Pereira sobre essa gigantesca figura maçônica.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na antiga Colônia do Sacramento em 25 de março de 1774. Filho de Félix da Costa Furtado de Mendonça, brasileiro, natural de Saquarema, da província do Rio de Janeiro e de Ana Josefa Pereira, natural da própria Colônia.

Com os constantes tratados entre portugueses e espanhóis, a família mudou-se para o Rio Grande de São Pedro quando da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Hipólito cursou as primeiras letras em Porto Alegre, sendo muito influenciado pelo seu tio, o padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, de gênio irascível, que o preparou para prestar o vestibular em Coimbra.

Em 29 de outubro de 1792, com 18 anos de idade, matriculou-se na Faculdade de Matemática e, ainda no mesmo mês, na Faculdade de Filosofia da Universidade Coimbra. A 18 de outubro do ano seguinte, ingressou na Faculdade de Direito, onde se formou em 5 de junho de 1798, com 24 anos de idade.

Em Coimbra, Hipólito recebeu o impacto da profunda reforma universitária, realizada pelo Marquês de Pombal e por Verney. Após três meses de formado, em plena viradeira do reinado de D. Maria I, foi nomeado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares e Ministro da Rainha, para uma missão nos Estados Unidos da América.

Hipólito embarcou para os Estados Unidos a 16 de outubro de 1798 na corveta *William*, chegando à Filadélfia, após 59 dias de viagem, em 13 de dezembro de 1798. Viveria durante dois anos num país completamente diferente do seu, recebendo em cheio o impacto das idéias maçônicas, provenientes da França e da Inglaterra, nos recém-libertos Estados Unidos. Frequentou os meios profanos e maçônicos de Filadélfia. Tudo leva a crer que teria sido iniciado maçom no dia 12 de março de 1799 na loja George Washington nº 59 aos 25 anos de idade.

A missão de Hipólito nos Estados Unidos tinha algo de secreto e estava no domínio da espionagem, pois teria de observar as novas

técnicas implantadas pela nova república nas Américas e conseguir, no México, o inseto e a planta da cochonilha para levá-los a Portugal, burlando a vigilância da alfândega espanhola que proibia, terminantemente, a exportação de tais itens. A cochonilha é um inseto que deposita seus ovos nas plantas e depois morre, ficando a carapaça para proteger os ovos. A cochonilha do Nepal fornece um colorante, o carmim, muito usado na época, especialmente no rosto das mulheres vaidosas, o famoso *rouge* dos franceses; outras espécies produzem a goma-laca, conhecida dos Astecas e aproveitada pelos espanhóis. A cochonilha foi conseguida mas não alcançou Portugal, dado o inverno e o longo tempo a bordo nos lentos veleiros daquela época. Além da cochonilha, as ordens de D. Rodrigo incluíam a espionagem de minas de ouro e de prata no México e seus respectivos métodos de exploração.

Quanto aos Estados Unidos, teria que apresentar relatórios sobre os seguintes assuntos: o cultivo de tabaco, arroz, cana de açúcar, como também a produção de minérios, a pesca da baleia e outras indústrias ou projetos de engenharia, especialmente os de hidráulica, navegação dos rios e de máquinas desconhecidas na Europa e que pudessem ser utilizados na economia portuguesa.

Hipólito escreveu três monografias e seis cadernos de observações que foram entregues pessoalmente a D. Rodrigo. Alguns relatórios ficaram esquecidos por mais de 150 anos e foram recuperados na biblioteca de Évora por Alceu de Amoroso Lima em 1955 e publicados pela Academia Brasileira de Letras.

Hipólito, na América do Norte, não se restringiu à capital dos Estados Unidos – Filadélfia – pois atravessou o Estado de Nova Iorque, visitou Montreal, no Canadá, Ontário, o lago Erie, a cachoeira do Niágara, Vermont, New Hampshire, Massachussets, Rhode Island e Connecticut. Na sua prolífica missão, escreveu sobre o bicho da seda, o método de construir pontes de madeira, de um só arco, a febre amarela, a higiene pública, as causas de doenças endêmicas e a força naval americana.

Em 10 de janeiro de 1799 foi apresentado ao Presidente John Adams, apreciando a simplicidade com que esse tratava as pessoas, tão diferente da etiqueta da monarquia portuguesa. Um diplomata espanhol também apresentou Hipólito a Thomas Jefferson, tendo, inclusive, jantado ambos na casa deste, na Filadélfia.

O seu círculo de relações políticas incluíam, ainda, as relações oficiais com Timothy Pickering, secretário de Estado; Oliver Walcott, que sucedeu Alexander Hamilton, como secretário do Tesouro americano.

Relacionou-se também, com vários emigrados franceses, pois existiam mais de 2500 naquela época em Filadélfia, fugidos primeiramente do Terror e posteriormente de Napoleão Bonaparte, entre os quais um Colbert, descendente de Jean-Baptiste Colbert, ministro de Luís XIV; com Lefébure de Cheverus, futuro bispo de Boston e mais Olive e Mourque. Mecenas Durado, um dos biógrafos de Hipólito, chega a afirmar que esse último francês teria apresentado Hipólito à Arte Real em Filadélfia, pois Mourque era filho da Viúva.

Hipólito escreveu um Diário durante sua estada na América do Norte, extremamente minucioso, porém, jamais tocou no assunto sobre sua iniciação em 12 de março de 1799 na Loja George Washington. Teve, talvez, receio da Inquisição que perseguia os pedreiros-livres em Portugal e que haveria de ter, no futuro, conseqüências funestas sobre sua vida, pois foi hóspede compulsório da “dita cuja”, Hipólito José da Costa teria pedido demissão da respectiva Loja pouco tempo depois. Os arquivos referentes ao ano de 1799 daquela Loja não mais podem ser consultados pois, lamentavelmente, um incêndio os destruiu em 1819.

Os relatos de Hipólito e Coustos são peças clássicas da maçonaria universal no tocante à perseguição da Inquisição sobre os maçons nos primórdios do século XIX. Abundam, contudo, diversas citações sobre a Framaçonomia como Hipólito a chamava:

“...na Aurora de Filadélfia de hoje (19/04/1799) vinha uma publicação das Lojas dos Framaçons que cortei e guardei como curiosa...”

“um francês, Mr. Mourque, me emprestou hoje (23/07) um livro em inglês, onde vem transcrita toda a maçonaria, palavras, sinais etc”.

“a 1º de agosto conversei com um português da Ilha da Madeira que, perseguido por ser framaçom, fugiu para a América, aí se estabelecendo. Quando chegou ao porto de Nova Iorque, onde não conhecia ninguém e a precipitação com que fugira, não lhe deu lugar nem a trazer uma carta de recomendação, arvorou uma bandeira branca com estas letras azuis – **Azilum querimus** –, pelo que quase todos os pedreiros-livres de Nova Iorque foram a seu bordo, recebendo-o depois e tratando-o com aquela hospitalidade que caracteriza esta sociedade”.

“...no dia 21 de agosto assisti o enterro do capitão de artilharia Thomas Weaver, com as honras militares e da maçonaria ou pedreiros-livres”.

“...no dia 07 de setembro, visitei, em Providence, entre outros edifícios, o do mercado, em cujo segundo andar há uma loja de pedreiros-livres, que tem as suas armas e insígnias em ambas as extremidades do edifício”.

“... em 11 de setembro, visitei Bunker Hill, onde se deu a primeira batalha na revolução da América e aí achei uma pirâmide com as armas dos pedreiros-livres em cima, e com a inscrição que devia ser erigida pela loja dos pedreiros-livres, em memória do general Dr. Joseph Warren”.

Hipólito retornou a Portugal no final de 1800. Lá, D. Rodrigo de Souza, que era ligado ao partido inglês, tinha fundado a Casa Literária do Arco do Cego, uma tipografia que, suprimida em 7 de dezembro de 1801, foi incorporada à Imprensa Régia. Hipólito, como diretor literário nomeado da Imprensa Régia, decidia o que seria publicado, revisava os textos e publicava artigos diversos.

Em abril de 1802, D. Rodrigo, então ministro da Marinha e Ultramar, mandou-o a Londres para comprar livros, destinados à Biblioteca Pública e máquinas para a Imprensa Régia. A ida a Londres também possuía outro objetivo: estabelecer contato com e reconhecimento da Maçonaria inglesa no tocante à sua congênera portuguesa.

Dos contatos com os principais próceres da Maçonaria portuguesa e sendo um homem acatado pela sua posição e cultura, Hipólito apareceu, em 12 de maio de 1802, às portas da *Premier Grande Loja* e foi recebido como plenipotenciário de quatro lojas portuguesas que desejavam erigir uma Grande Loja Nacional em perfeita amizade com a Grande Loja dos Modernos.

Sabe-se que os contatos de Hipólito lograram êxito, sendo, o fato, confirmado por William Preston, seu contemporâneo, colega de loja e autor da obra clássica, “*Illustrations of Masonry*” (1812, pg. 375).

As intrigas em Portugal, por causa de sua viagem a Londres, campeavam soltas. Avisado de que seria preso se regressasse a Portugal, Hipólito fez ouvidos moucos. Assim aconteceu no final de junho de 1802, ao regressar a Lisboa. Prendeu-o José Anastácio Lopes Cardoso, corregedor de crime da Corte, o qual tinha instruções de Pina Manique, chefe de polícia, no sentido de procurar insígnias ou papéis que comprometessem o brasileiro. Colocado em segredo na cadeia do Limoeiro, nela permaneceu seis meses, sendo, depois, transferido para os cárceres da inquisição, de onde seria arrancado, depois de três anos, pela Maçonaria, com a compra de guardas e a intervenção dos Irmãos José Liberato e Ferrão.

Ao sair da prisão, Hipólito refugiou-se na casa do Irmão Barradas e no convento de São Vicente de Fora, para ser, depois, entregue aos cuidados dos Irmãos Rodrigo Pinto Guedes e José Aleixo Falcão.

Somente depois de um ano, em 1805, é que conseguiria escapar para o Alentejo, como criado do Irmão desembargador Fillipe Ferreira. Posteriormente alcançou a Espanha, dirigindo-se, depois, à Inglaterra, onde acabou vivendo 18 anos até a sua morte em 1823. Lá radicado, exerceu as funções de professor, tradutor, jornalista, impressor além de ativista político e maçônico.

Em Londres, participou de várias lojas maçônicas. Tanto assim que em 1807 foi membro da Loja das *Nove Musas* e, em março de 1808, ingressou na Loja *Antiquity*, cujo Venerável Mestre era o Duque de Sussex. Chegou a ser Mestre Adjunto (Deputy Master) em 1812/ 13 quando o duque era Venerável, ou seja, na ausência do duque presidia as sessões. Consta, ainda, ter sido um dos fundadores da Loja *Royal Invernes*, em 1814.

Foi muito chegado ao Duque de Leister e amicíssimo de Augustus Frederick, Duque de Sussex, um dos filhos de Jorge III, primeiro Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra, desde sua criação em 1813 até 1843, quando veio a falecer. O duque, que conhecera Hipólito nas primeiras andanças maçônicas dele por Londres, passou uma temporada em Lisboa, já que por ali, andou semi-exilado para esquecer os seus casamentos morganáticos. O duque de Sussex, quando retornou à Inglaterra em 1813, foi nomeado Grão-Mestre Adjunto dos *Modernos*, sucedendo ao seu irmão – o Príncipe de Gales – como Grão-Mestre dos *Modernos*. Por ocasião da fusão, tornou-se como Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra, tendo seu irmão – o Duque de Kent, grão-mestre dos *Antigos* – como Grão-Mestre Adjunto. Após a derrota de Napoleão, a monarquia inglesa unificou sua maçonaria para melhor dominar o mundo de então. O duque de Sussex exerceu imensa influência sobre os destinos da maçonaria em seu tempo de grão-mestrado e teve, como seu secretário particular, o nosso Hipólito que também participou ativamente, até a sua morte em 1823, de todos os mais íntimos segredos da fusão maçônica de 1813. Foi, também, membro da Loja de Promulgação (dos novos rituais) em 1809/1811, da Loja de Reconciliação 1813/1816, do Corpo de Mestres Instalados que existia na Grande Loja dos *Antigos*, mas inexistente nos *Modernos*. As mais recentes pesquisas maçônicas inglesas descobriram manuscritos de HJC sobre a elaboração dos novos rituais que resultaram na união das duas Grandes Lojas rivais.

John Hammil chega a dizer que “H.J. da Costa, um homem de grande importância na história da Independência e da cultura do Brasil, e como se descobriu recentemente, de não menos importância no desenvolvimento de nossos rituais imediatamente antes e depois da União

de 1813” (AQC, 92:50). Estão sendo encontrados diversos manuscritos de HJC sobre rituais pré e pós-União das Grandes Lojas na Inglaterra. Existem ainda algumas raríssimas versões, editadas e manuscritas, do *Syllabus* de William Preston pertencentes HJC. A mais antiga e a mais rara pertenceu a HJC (AQC, 81:145). Tais versões encontram-se guardadas na seção de obras raras da biblioteca da Grande Loja Unida da Inglaterra.

Hipólito era tão íntimo do duque que chegou a ser nomeado por ele, Secretário para Assuntos Estrangeiros da Freemason's Hall, Presidente do Conselho de Finanças da Grande Loja de 1813 até a sua morte em 1823 e Grão-Mestre Provincial de Ruthland, apesar da inexistência de lojas nessa província. O duque foi padrinho de seu casamento em 1817 e liderou uma petição para a construção de um monumento em sua homenagem a ser construído na Igreja de Hurley em Maidenhead. HJC era membro ativo do Royal Arch e acredita-se que tenha sido exaltado numa loja ligado aos Antigos. Assim, quando o duque foi instalado como *First Grand Principal* em 1810, HJP era um dos dois nomeados para examiná-lo no Royal Arch. Em 1819, o Supremo Conselho de França para o REAA conferiu, por patente, o grau 33 para ele e o duque.

Em 1955, Gastão Nothmann, a pedido do biógrafo de Hipólito, Carlos Rizzini, descobriu o túmulo de HJC na Igreja de St. Mary, na paróquia de Hurley, Berkshire, perto de Londres e onde existem duas lápides: i) uma com os seguintes dizeres da autoria do duque de Sussex e mandada colocar pelo próprio: “À sagrada memória do Comendador Hipólito José da Costa que faleceu no dia 11 de setembro de 1823 com a idade de 46 anos. Um homem distinto pelo vigor de sua inteligência e seu conhecimento na ciência e na literatura quanto pela integridade de suas maneiras e caráter. Descendia de uma nobre família no Brasil, e neste país residiu nos últimos 18 anos, durante os quais produziu numerosos e valiosos escritos que difundiu entre os habitantes desse vasto Império pelo gosto de úteis conhecimentos, com amor pelas artes que embelezam a vida e amor pelas liberdades constitucionais fundadas na obediência às leis salutares e nos princípios de mútua benevolência e boa vontade. Um amigo que conhecia e admirava suas virtudes e que as registra para o bem da posteridade”; ii) a outra dos familiares: “Sob esta lápide estão depositados os restos do corpo do Comendador Hipólito José da Costa, Encarregado dos Negócios do Imperador do Brasil, que faleceu no dia 11 de setembro de 1823, com a idade de 46 anos”.

Tinha, em seu exílio londrino, estreitas vinculações com maçons famosos, seja William Preston, ex-Venerável da *Antiquity* e autor do clássico *Ilustrações da Maçonaria (Illustrations of Masonry)* em que HJC é citado como plenipotenciário em Londres para regularizar as Lojas portuguesas, seja o general venezuelano Francisco Miranda, líder da emancipação da América espanhola e fundador na sua casa da famosa Loja *Gran Reunión America*, na qual foram iniciados Bolívar, O'Higgins, Alvear, San Martín e tantos outros próceres sul-americanos. Com o concurso de Hipólito, em 1812, seria iniciado na Maçonaria Domingos José Martins, brasileiro com firma comercial em Londres, que viria a ser o chefe da Revolução Pernambucana de 1817.

Seu exílio em Londres não o fez esquecer o Brasil e a luta pela Independência, antes pelo contrário, acirrou o seu fervor de luta, tanto assim que a sua mais importante obra, todavia, foi a criação, em 1808, do CORREIO BRASILIENSE, ou ARMAZÉM LITERÁRIO, cuja publicação só seria interrompida em 1823 e que chegou a ter uma tiragem de 1000 exemplares em média. Este jornal não foi, apenas, o primeiro órgão da imprensa brasileira, ainda que publicado no Exterior, mas, principalmente, o mais completo veículo de informação e análise da situação política e social de Portugal e do Brasil, naquela época, com a preconização de uma verdadeira reforma de base para o nosso país. Bateu-se pela necessidade da construção de uma rede de estradas, pela utilização de matérias primas na fabricação de manufaturas proporcionando formação e expansão do mercado interno – pela abolição da escravatura, pela transferência da Capital do país para o interior, perto de onde hoje se situa Brasília, e pela adoção de uma política imigratória, que aproveitasse, de preferência, artesãos e técnicos, ao invés da mão-de-obra não qualificada.

No *Correio Braziliense*, vergastava não só os erros e abusos da administração portuguesa na sua maior colônia como também em Portugal. Atacava com veemência a corrupção que grassava entre aqueles que dirigiam o Império Português, com exceção de uma só pessoa: D. João VI. Essa exceção e a carta que o Duque de Sussex mandou ao monarca português serviram para criar uma aura de simpatia do Rei para com seu súdito no exílio.

Apesar disso, o *Correio Braziliense* teve uma fase em que entrava no Brasil como se contrabando fosse, e era vendido na loja do comerciante inglês J. J. Dodsworth, um dos ascendentes de Henrique Dodsworth, prefeito do Rio de Janeiro em 1945.

Graças à saga do Correio Braziliense, HJC passou à História como “O PATRIARCA DA IMPRENSA BRASILEIRA” e habita a memória nacional como uma de suas mais luzentes figuras.

As três obras maçônicas raríssimas de HJC – Cartas sobre a Framaçonaria, Narrativa da Perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, Natural da Colônia de Sacramento, no Rio da Prata, prezo e processado em Lisboa pelo pretense crime de Framaçon ou Pedreiro Livre e Esboço para a História dos Artífices Dionisíacos – foram traduzidas por João Nery Guimarães e serão editadas brevemente pelo Grande Oriente do Brasil numa edição comemorativa sobre o grande brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ARS QUATUOR CORONATORUM (AQC) Nº LII, LXXV, LXXXIII, XCII, XCIV.

CASTELLANI, José, Os Maçons na Independência do Brasil, ed. Trolha, Londrina, 1993.

CASTELLANI, José, Os Maçons que Fizeram a História do Brasil, ed. Gazeta Maçônica, SP, 1991.

DOURADO, Mecenas, Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense, Bibliex, RJ, 1956.

CASTRO, Therezinha de, Hipólito da Costa – Idéias e Ideais, Bibliex, RJ, 1985.

SOBRINHO, Barbosa Lima, Hipólito da Costa – Pioneiro da Independência do Brasil, Fund. Assis Chateaubriand, BSB, 1996.

COSTA, Hipólito José da, Narrativa da Perseguição, UFRS, Porto Alegre, 1974.

GUIMARÃES, João Nery, Obras Maçônicas de Hipólito José da Costa – Homenagem ao Segundo Centenário de sua Iniciação no prelo da Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil.

MARQUES, A. H. de Oliveira, História da Maçonaria em Portugal das Origens ao Triunfo, vol. I, Ed. Presença, Lisboa, 1990.

PEREIRA, José Luiz de Moura, Hipólito da Costa – O Patriarca da Imprensa Brasileira, Studio Z, BSB, 1996.

RIZZINI, Carlos, Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, Cia, Ed. Nacional, SP, 1957.

*do Instituto Histórico e Geográfico do DF.

HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

NONATO SILVA

O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias.

João Ubaldo Ribeiro.

1. ANTECEDENTES

Dos primórdios da Língua Portuguesa, até 1911, as irregularidades e incertezas ortográficas pululavam a céu aberto, como que “uerba graeca per Auxonias fines sine lege uagantur”.

No entanto, a Língua já era una, geralmente adequada à representação do sistema fônico do português desde o século XIII.

Pôde, assim, a ortografia acompanhar as alterações por ela sofridas no decorrer dos séculos subseqüentes, principalmente pelas alterações motivadas pela ação dos eruditos, eclesiásticos e leigos que, tomando o Latim como modelo, introduziram, na grafia, letras supérfluas. Mesmo pertencendo ao étimo latino, não correspondiam a qualquer fonema real e formal da palavra.

2. ORTOGRAFIA

Ortografia, do grego *orthós*, reto, correto, e *grápho*, escrevo, de uma língua, vem a ser “a transcrição de seus vocábulos geralmente aceita pelos seus bons escritores”, prendendo-se “à Fonética, como a linguagem falada à escrita, pois é ela a transliteração correta dos vocábulos.” (Eduardo Carlos Pereira, *Gramática Histórica*. 9a. ed. pág. 100).

Não é fácil “estabelecer-se um padrão uniforme de correção ortográfica”. Isto porque há uma área vastíssima em que se fala o português, tendo-se em vista uma grande variedade, quase sem limites, dos fonemas vocabulares. De outra parte, é deficiente e imperfeito o alfabeto comum, com olhos à fixação, na escrita, desses “variadíssimos matizes, no tempo e no espaço, dos valores quantitativos e qualitativos de nossos fonemas agrupados em vocábulos”. Daí a dificuldade de um “áspero problema” tornar-se “o ideal de uma ortografia unificada”, dificuldade essa acrescida de “inércia do espírito conservador, que naturalmente oferece tenaz resistência a qualquer inovação uniforme dos vocábulos de nossa língua” (op. cit.).

3. SISTEMAS ORTOGRÁFICOS

Entendem-se, por “sistemas ortográficos”, os diversos modos de transcrever ou translinear os fonemas vocabulares, cifrados em fonético, etimológico e misto ou usual, diante do fônico ou sônico.

3.1. SISTEMA FONÉTICO

O sistema fonético, do grego *phonê*, som, “consiste em se transcrever cada fonema vocabular pelo sinal gráfico correspondente”. Isto significa “escrever-se como se pronuncia”, ensejando ser a palavra escrita a imagem da palavra falada.

Trata-se do sistema primitivo, correspondente, de fato, aos primeiros documentos da língua, obedecendo a movimento espontâneo, natural, com representação “exclusiva dos sons percebidos e a intuítos originais da invenção do alfabeto”. Por isso, é também chamado de “sistema filosófico”.

Daí, as incertezas ortográficas verificadas em documentos primitivos, motivadas por um sincretismo das formas vocabulares. Mesmo assim, apareceu tendência etimológica proveniente do latim medieval. *Noticias do Torto*, 1189, apresenta características gráficas, como *aver*, *ey* (hei), *ouverum*, *eygreyja*, *otros*, *omem*, *ore*, *onra*, *oje* e *outros*. Isto é comum nos cancioneiros do século XIII. E, em Fernam Lopez, século XIV, lê-se: *averdes*, *Afonso*, *estoria*, *onra* e outros.

Este sistema, tão decantado pelos foneticistas, não oferece segurança ortográfica, diante da “grande variedade de pronúncia, de região para região e de século para século”, porque a palavra escrita é a imagem escrita da falada. E a “mudança constante da pronúncia determinaria a constante mudança de sua representação”.

3.2. SISTEMA ETIMOLÓGICO

É certo que a ortografia, no sistema etimológico, do grego *étimos*, estudo da origem das palavras, visa mais a um principio ou tendência do que a um sistema. Esta tendência ou principio aparecem vagamente em documentos eivados de formas do latim medieval, máxime, no século XV firmando-se preponderantemente com a cultura clássica dos séculos XVI e XVII.

Procura o sistema etimológico aproximar a forma gráfica atual da forma gráfica conhecida originalmente, como *atenção, acto, afflicto*. Assim, procura o sistema “guardar o elemento tradicional primitivo das palavras e dar à ortografia uma base imóvel na fixidez morta da linguagem original, embora para isso tenha de reagir, às vezes até certo ponto, contra a evolução fonética das palavras latinas.”

Por isso, pontifica Gonçalves Viana, um tanto apaixonado: “Ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que chamou Renascimento assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno circulo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quase sem protesto. É ela uma tradição postiça e presunçosa de ortografia helenizada e alatinada.” (Ortografia Nacional, 9,12).

No entanto, este sistema envolveu “toda a literatura da Europa ocidental”, não constituindo “o mero pedantismo da época”. Anterior ao pedantismo dos séculos XVI e XVII, tem começo, com os latinistas do século XV a reação etimológica.

No “Leal Conselheiro” de D. Duarte, 1415, apesar das múltiplas cacofonias, como *regno, fortalleza, escandallo*, firma-se a corrente latinista, pois no rei-escritor encontra-se *scripto, dicto, haver, homem, sancta, ella, aquelle* e outros.

O certo é que, naquela época, a corrente etimológica expande-se e impõe-se definitivamente na língua. E o eruditismo latino afirma-se, de vez, mesmo com alguns percalços de escritores clássicos. Em Camões, por exemplo, ao lado de irregularidades ortográficas e de muitas reações fonéticas, assinala Epifânio Dias que “o desejo de seguir a etimologia chega a passar das marcas”.

É evidente que o sistema etimológico encontrou graves obstáculos, não só pela ignorância da origem de muitas palavras, dificultando o processo ortográfico, mas também pela prosódia e pela

tendência de simplificar, impossibilitando fornecer-se um tipo único de ortografia, que viesse evitar inúmeras incoerências. No entanto, motivou grandes avanços ortográficos.

3.3. SISTEMA MISTO OU USUAL

Aqui se configura o resultado da introdução do princípio etimológico no século XV, bem como o seu desenvolvimento nos séculos subsequentes. Trata-se de sistema *eclético, fonético-etimológico*, nascido da combinação das duas correntes, procurando “no princípio etimológico, modificado pela ortoépia (do grego *orthós*, reto, *épos*, palavra, isto é, regras da boa pronúncia) da língua, o padrão de uniformidade ortográfica.” Encerra, todavia, o gérmen da própria variação, impondo-se o rigorismo etimológico do sistema, de acordo com o temperamento do escritor, como *mulcta, poncto, mactar, charidade*. Encerra, também, a simplificação fonética, como *caridade, dito, igreja, ponto, matar*. Outros, porém, selecionam entre as duas correntes, como *egreja, logar, matar, multa, diphthongo, dicto*.

Neste sistema não se pode esperar coerência impecável, de vez que o variado uso é “o seu critério”. Faltou uma autoridade reconhecida que fixasse, em *vocabulário ortográfico*, os princípios e normas ortográficos, capazes de cimentar a unidade ortográfica do idioma. A confusão era generalizada.

4. PRIMEIRAS TENDÊNCIAS DE NORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ORTOGRÁFICO EM PORTUGAL E NO BRASIL

As primeiras tentativas de estabelecer regras e uniformizar a ortografia da língua portuguesa partem do século XVI. Tomam a dianteira os primeiros gramáticos da Língua Portuguesa, em Portugal, em esforço bem significativo. E assim é que surgiram os primeiros ortografistas.

Fernão de Oliveira, “o primeiro gramático da língua portuguesa, em mais de um passo de sua obra, que é de 1536, se manifesta favorável a um sistema ortográfico simples e claro.”

“Valem ainda, como se fossem de hoje, certas observações do gramático lusitano.” (Clóvis Monteiro, *Ortografia da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1954, pág. 12).

E exemplifica:

“Diz Antonio de nebrissa (Nebrija) q̃ temos na espanha somente as letras latinas: mas porq̃ e verdade que são tantas e taes as letras como

as vozes: nos diremos ã de nos aos latinos ha hi muita diferença nas letras: porã também a temos nas vozes: e não he muyto poys somos bem apartados em tempos e terras: e não somente isto: mas húa mesma nação e gente de hũ tempo a outro muda as vozes e também as letras”. (Ferrão de Oliveira, *Gramática da Língua Portuguesa*, 3a. ed., Lisboa, 1933, págs. 25-26).

E “numa das vezes em que mostra a conveniência de se grafarem à portuguesa vocábulos estrangeiros já adaptados, assim argumenta:

“Tiramos dantras nossas letras.k. porã sem duvida elle entre nos não faz nada: nem eu nunca vi em escritura de Portugal esta letra.k. escrita ora poys as dições gregas quando vem ter ante nos tã longe de sua terra: já lhes não lembra a sua ortografia: e nos as fazemos conformar com a melodia das nossas vozes: e cõ as nossas letras lhes podemos seruir. Por tanto.k. nem.ph. nem.ps. nunca ouuimos na nossa linguagem: nem nas auemos mester.” (Id. *ibid.*, pág. 30).

João de Barros assim doutrinava:

“A primeira e principal regra na nossa orthografia, e escrever todas las dições com tantas letras com quantas as pronunciamos, sem poer consoantes oçiosas: como uemos na escritura italiana e francesa”. (João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, Ulissipone, Lodouicum Rotorigiu Typographicum, MDXL, pág. 42).

Duarte Nunes Leão, a partir dos fins do século XVI, procura, com outros pseudo-etimológicos, a complicar o que “devia ser simples e claro”, como bem entendia Ferrão de Oliveira.

Então, volta, na prática, e na teoria, “a latinização sistemática da grafia portuguesa”, às vezes contrariando a natural evolução fonética dos vocábulos em pontos fundamentais”.

Demonstra-o um tópico da segunda das Regras Gerais da *Ortografia da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição remonta a 1576.

Assim:

“Item se deue aduertir, que aquelles vocabulos poderemos screuer com Orthographia Latina, que acharmos incorruptos. E incorruptos chamo aquelles, em que não está mudado mais, que a terminação final, que he geral em todas lingoas corruptas. Polo que se ha de screuer officio com dous .ff. porque officium se screue assi, & cauallo com, ll. porque *caballus* se screue assi. E screueremos *docto*, *doctor*, *doctrina*, *precepto*, *preceptor*, *pecto*, *pectoral*, *perfecto*, *contracto*, *usufructo*, & outros taes. E se alguns de orelhas mais mimosas dixerem, que lhe soa melhor, pronunciar-se estes como corruptos, e dizer *douto*,

doutor, doutrina, noute, ou noite, peito, perfeito, não lho estranharia. Porque na verdade, a pronúnciação d'aquelles vocabulolos, & de outros semelhantes, alguns a fazem sem.c. Mas por starem tão inteiros na forma Latina, eu os não screueria senão per.c. que o uso tudo vem amollentar, & fazer corrente. Polo que a cada hum fique, screuelos como os pronuncia. Mas os versificadores, cujo trabalho he buscar consoantes, poderão screuer de hua maneira, ou de outra.” (Duarte Nunes Leão, *Origem e Orthographia da Língua Portuguesa*, nova edição, Lisboa, 1864, pág. 176).

Avultam, também, na mesma linha, Pedro Magalhães de Gândavo, “insigne humanista”, no dizer de Barbosa Machado. Deixou o ortografista *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia da Língua Portuguesa, seguidas de Diálogo em Defesa da Mesma Língua*, 1574, Foi autor da primeira ortografia portuguesa. Entrou na linhagem humanística, iniciada por Fernão de Oliveira e João de Barros, dos defensores das excelências de nossa língua como idioma culto. Álvaro Ferreira de Vera, com sua *Ortografia*, publicada em Lisboa, em 1631. João Franco Barreto, historiador e ortografista. Escreveu *Ortografia da Língua Portuguesa*, 1671. Com observações com interesse gramatical, a par de outras em que faz referência ou discorda de D. Nunes de Leão.

Para secundar esses desbravadores do campo ortográfico qualificados, o século XVIII viu nascer uma plêiade vigorosa de ortografistas, quando se destacam D. Luís Caetano de Lima, historiador e literato português, publicando *Ortografia da Língua Portuguesa*, 1736; Frei Luis de Monte Carmelo, com seu *Compêndio de Ortografia*, Lisboa, 1767; e o gramático português João de Àorais de Mendonça Feijó, com sua *Ortografia ou Arte de Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*.

Mas a regularização e a simplificação da ortografia, em Portugal, encontraram seus legítimos paladinos somente na segunda metade do século XIX. “A primeira tentativa, no dizer de Herculano Carvalho, deve-se ao cirurgião de Brigada José Barbosa Leão que, a partir de 1875, lança as bases do que seria uma 'reforma ortográfica em sentido sônico'. Constituiu ele, de per si, “uma comissão de que ele mesmo é relator, é o projeto da reforma – bem concebida mas demasiado arrojada sobretudo por fazer tábua rasa de hábitos etimológicos – submetido em 1878 à Academia Real das Ciências, que lhe não deu seguimento.” (Enciclopédia Verbo, pág. 845).

A essa altura, surge o foneticista e romanista Gonçalves Viana que, assessorado pelo sábio orientalista português Guilherme de Vasconcelos Abreu, professor de Língua e Literatura Sânscrita, e que

escreveu *Bases da Ortografia Portuguesa*, 1885, “traça por seu lado novas bases para ortografia” (op. cit), procurando “conciliar os princípios da simplificação e da unificação com o respeito pelos hábitos tradicionais cientificamente fundamentados na história da língua, tendo já antes, aliado a doutrina com a prática, publicando vários trabalhos na ortografia preconizada.” (op. cit.).

Quinze anos mais tarde, questionário redigido por Gonçalves Viana tem acesso à Academia das Ciências, “onde todavia o desinteresse quase geral o acolhe e faz arrastar a sua realização”.

Em sessão de 10 de maio de 1900, A Academia Real das Ciências de Lisboa aprova o *Questionário Ortográfico* de autoria de Guilherme de Vasconcelos Abreu, que embasaria um *Dicionário Ortográfico da Língua Portuguesa*.

Diante desse cipoal ortográfico tinha-se que partir para uma solução plausível e definitiva.

O pontapé parte da *Ortografia Nacional* do Fonetista Gonçalves Viana, em 1904, estabelecendo normas fundamentais para a ortografia.

Por sua vez, o Brasil desperta. Mentalizava o que Brunot, notável filósofo francês, dizia referindo-se a seu país: “Uma das causas do atraso da instrução entre nós são as complicações ortográficas da Língua Materna”.

Razão por que “cada língua deve ter a sua ortografia, e esta não pode ser imutável, porque imutáveis não são as línguas que se falam”.

E, para tanto, pela primeira vez, a Academia Brasileira de Letras adota um sistema ortográfico simplificado, inspirado em Medeiros e Albuquerque, apresentado em 11 de julho de 1907 e sancionado pelo seu presidente Machado de Assis, em 17 de agosto deste mesmo ano.

Medeiros e Albuquerque justificava, assim, seu modelo ortográfico:

“A Academia Brasileira de Letras sentindo a necessidade de firmar uma ortografia para as suas publicações oficiais resolveu organizar um vocabulário ortográfico” obedecendo a 12 regras.

Era um sistema *sui generis*.

Entre outras sensaborias, mandava escrever *roza*, *linguajem*, *tranzir*, *dezhonra*, e por aí afora.

Contra esse sistema ortográfico insurgiram-se Rui Barbosa, Salvador de Mendonça, Silvio Romero, Carlos de Laet, Euclides da Cunha, Mário de Alencar e outros.

Desprestigiada, essa ortografia caiu em desuso, sendo tachada de “botucuda” e “ridícula”. Por isso, não foi aceita.

Mas, em 1911, o Governo Português resolveu criar uma Comissão composta dos notáveis Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo e Gonçalves Viana, incumbida de estudar definitivamente a reforma ortográfica.

E, pelo Decreto de 19 de setembro de 1911, do Governo Português, oficializava-se a reforma ortográfica, oriunda da Comissão.

Todavia, o triunfo das idéias, até aqui reformadoras em Portugal, mesmo que bem pensadas e solidamente assentes, não foi completo, devi do a um grave erro político e diplomático, por não envolver a Academia Brasileira de Letras na reforma ortográfica concluída.

Em consequência, houve os protestos de Mário Barreto, Sousa da Silveira e Antenor Nascentes. Com isso, a Academia Portuguesa viu-se na contingência de contactar com a sua congênere brasileira. E o presidente da portuguesa, Júlio Dantas, deslocou-se ao Brasil para tratar de um acordo ortográfico entre as duas Academias. Estabelecido pelos embaixadores dos dois países e pelos presidentes dos dois silogues.

5. FASE DOS ACORDOS ORTOGRÁFICOS

Como ficou referido, o modelo ortográfico português de 1911 resultou na elaboração e publicação do *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, com base no *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, por força do disposto nas portarias de 15 de fevereiro, e de 16 de março de 1911.

Em 11 de novembro de 1915, a Academia Brasileira de Letras aprova o modelo ortográfico português de 1911.

Em 24 de novembro de 1919, a Academia Brasileira de Letras revoga a decisão anterior, gerando o caos ortográfico no Brasil.

Em 21 de novembro de 1929, a Academia Brasileira de Letras volta a adotar a ortografia de Medeiros e Albuquerque, com algumas modificações.

Pelo Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931, o Governo Brasileiro ratifica acordo ortográfico entre Brasil e Portugal, selando entendimentos das duas Academias, Portuguesa e Brasileira, quando Portugal já o executava por força da Portaria de 27 de maio de 1931. E, pelo Decreto nº 23.028, de 2 de agosto de 1933, este Acordo torna-se obrigatório em todo o território nacional brasileiro.

Quando tudo parecia serenado, em matéria de ortografia, depara-se com um nó quase indesatável. É a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, dispondo em seu

artigo 26 das Disposições Transitórias: “Esta Constituição, escrita na mesma ortografia da de 1891 e que fica adotada no país”. Quando se escrevia *orthographia*, *attender*, *philosopho*, *pharmacia*, *phosphoro*, *physica*, *accento*, *acção* e demais.

Nesta circunstância já não se entendia mais nada. Estava-se rio meio da mais refinada balbúrdia ortográfica, um busílis labiríntico, necessitando-se dum fio de Ariadne, ensejando cada escritor inventar e utilizar seu próprio e variado sistema e método ortográficos.

Mas, pelo Decreto-Lei nº 292, de 23 de fevereiro de 1938, torna-se obrigatório o uso da ortografia de 1931, a partir de 1º de junho de 1939.

O Decreto-Lei nº 5.186, de 13 de janeiro de 1943, diz em seu artigo primeiro: “Até que seja adotado em definitivo o vocabulário oficial em elaboração, que consubstancie, de modo seguro, o acordo celebrado em 1931, entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, vigorará, em todo o país, como formulário ortográfico, o do *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* organizado pela Academia Brasileira de Letras de acordo com a Academia das Ciências de Lisboa, publicado em 1932.”

Em 24 de dezembro de 1943, a Academia Brasileira de Letras recebia o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, de autoria do professor José de Sá Nunes, por ela aprovado.

O Decreto nº 14.533, de 18 de janeiro de 1944, promulga a Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal, assinada em Lisboa em 29 de dezembro de 1929.

Em 2 de maio de 1945, foi constituída uma Conferência Interacadêmica entre Brasil e Portugal, com o fim de unificar o sistema ortográfico entre os dois países. Do entendimento, surge o *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, publicado em 1947.

Em Portugal, o Acordo entrou imediatamente em vigor, ex-vi do Decreto nº 28.228, de 8 de dezembro de 1945, do Governo Português. O mesmo não ocorreu no Brasil, uma vez que o Congresso Nacional não aprovou a “Ortografia de 1945”. Porém, pelo Decreto-Lei nº 8.286, de 5 de 1945, é aprovado o “Acordo Ortográfico”, resultante da Conferência Interacadêmica, incumbindo-se a Academia Brasileira de Letras de “adaptar às normas nele fixadas as instruções para a publicação do Vocabulário da Língua Portuguesa”, bem como de encarregá-la da “elaboração de um Vocabulário Ortográfico Resumido” e de “seu Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”.

Finalmente, a Lei nº 2.623, de 21 de outubro de 1955, “restabelece o sistema ortográfico do “Pequeno Vocabulário Ortográfico

da Língua Portuguesa”, revogando-se o Decreto-Lei nº 8.286, de 5 de dezembro de 1945.

E o Decreto Legislativo nº 9, de 29 de maio de 1957, “aprova o texto da Convenção entre Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em Lisboa”.

Praticamente, o sistema ortográfico no Brasil vigora ininterruptamente a partir de 29 de dezembro de 1943, pelo direito consuetudinário, apesar da odisséia legal por que passou.

Mesmo assim, a Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, fez algumas alterações ortográficas, mediante acordo entre Brasil e Portugal, mandando abolir “o trema nos hiatos átonos; o acento circunflexo diferencial na letra “e” e na letra “o” das palavras homógrafas de outras em que não são abertas a letra “e” e a letra “o”, exceção feita da forma “pôde”, que se acentuará por oposição a “pode”; o acento circunflexo e o grave com que se assinala a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que figura o sufixo “mente” ou sufixos iniciados por “z”.

Mas a decadência e os desmandos ortográficos não param por aí. Isto porque é próprio de povo subdesenvolvido estar-a alterar ou modificar, repetidas vezes, seu modelo e normas ortográficos. Países civilizados, em concreto, como a Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Espanha, entre outros, uma vez estabelecida a norma ortográfica definitiva, jamais, até o presente, a reformularam, sob qualquer pretexto.

De fato, a matéria é volúvel, instável, inconsistente. Tanto que Gonçalves Viana, já em 1904, no livro *Ortografia Nacional*, lapidou: “Este opúsculo não é um tratado de ortografia portuguesa; é antes um inquérito, e a crítica minuciosa, desenvolvida e documentada da atual anarquia ortográfica”. E acrescentava: “Nunca existiu ortografia uniforme em Portugal; pretender provar o contrário, ou mesmo insistir na afirmativa, seria obstinação ou ignorância manifesta dos fatos. Cada escritor tem usado a sua ortografia, mais ou menos metódica, sem entrarem em linha de conta aquelas que são indiscutivelmente errôneas, ou caprichosas, ou irrefletidas.”

Não é, hoje, tanto assim, mas quase isso. Trabalham, apenas, os revisores. “Eppure, si muove”.

6. NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Tentou-se estabelecer um novo Acordo Ortográfico entre os sete países de língua oficial portuguesa. Para tanto, realizou-se em maio de 1986, no Rio de Janeiro, um encontro específico. Estiveram presentes

representantes do Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. GuinéBissau não compareceu.

Os estudos ali realizados foram considerados radicais, convertendo-se num fracasso. Divergências inúmeras impediram a efetivação do Acordo.

Em Lisboa, em outubro de 1990, novamente se reuniram os representantes dos sete países lusófonos e firmaram um Novo Acordo. Estabeleceram os delegados: “a) Os signatários do Acordo devem convertê-lo em lei em seus respectivos países. b) A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras serão responsáveis pela publicação de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa.”

A nova redação do Acordo é menos radical que a de 1986. Atende melhor às necessidades dos países lusófonos. E evita a desagregação do idioma. O Acordo objetiva: a) Fixar e delimitar as diferenças do falar a língua portuguesa. b) criar uma comunidade constituinte de uma unidade lingüística expressiva, com ampliação de seu prestígio perante os organismos internacionais.

O Acordo assim entendido prevê:

“Artigo 29 – Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.”

E o Acordo deverá entrar “em vigor em 1 de Janeiro de 1994”. Como sempre, Portugal sai na frente, aprovando o Acordo pela Resolução da Assembléia da República, nº 26, de 4 de janeiro de 1991, publicada no Diário da República nº 193, I Série, de 23 de agosto de 1991. Cabo Verde também o já aprovou. O Brasil somente o aprovou pelo Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, entrando em vigor no dia 20 subsequente. E determina o Decreto Legislativo que “são sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo”.

O vocabulário ortográfico da língua portuguesa a ser elaborado até 1 de janeiro de 1993, por força do Acordo, inexistiu.

O Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa foi publicado em 1945, pela Imprensa Nacional. Também foi publicado, por força de Acordo Ortográfico, pela Imprensa Nacional, em 1961, por ordem da Academia Brasileira de Letras, o Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado por Antenor Nascentes. Em 1981, por Bloch

Editores, publicou-se o Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa com o nome de Vocabulário Ortográfico de Língua Portuguesa, em função do disposto no artigo 29 da Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971. E, estranhamente, este Vocabulário foi reeditado em 1998, por ordem da Academia Brasileira de Letras, rompendo todos os acordos ortográficos firmados no tempo e no espaço.

Esta a trajetória histórica e legal, percorrida pela malfadada ortografia da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil e demais Países Lusófonos, proveniente de acordos e mais acordos.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Bloch, 1981. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro,

BELLARD, HUGO. Guia Prático de Conjugação de Verbos. São Paulo, Cutrix, 1980.

BERGSTROM, MAGNUS. Prontuário Ortográfico. 5a. ed. Portugal, 1962.

BORBA, FRANCISCO DA SILVA. Pequeno Dicionário de Lingüística Moderna. 2ª ed. Editora Nacional. São Paulo, 1976.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, AURÉLIO. Dicionário da Língua Portuguesa, Século XXI. 2a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

CEGALLA, DOMINGOS PASCHOAL. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1984.

CUNHA, CELSO FERREIRA DA. Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FIGUEIREDO, CÂNDICO. Ortografia no Brasil. Lisboa, 1908.

FONSECA, FERNANDO VENÂNCIA PEIXOTO. O Português entre as Línguas do Mundo. Coimbra. Livraria Almedina, 1985.

GIORDANI, MARIO CURTIS. História de Roma: Antiguidade Clássica II. Petrópolis, Vozes, 1983.

HOUAISS, ANTÔNIO. A Nova Ortografia da Língua Portuguesa. Editora Ática, São Paulo, 1991.

GONÇALVES VIANA, ANTÔNIO DOS REIS. Vocabulário e Remissivo da Língua Portuguesa. Lisboa, 1911.

GONÇALVES VIANA, ANTÔNIO DOS REIS. Ortografia Nacional. Lisboa, 1904.

LEITE DE VASCONCELOS, JOSÉ. Lições de Filologia Portuguesa. 3a ed. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1959.

MONTEIRO, CLÓVIS. Ortografia da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 1955.

OLIVEIRA, CÂNDIDO DE. Para Entender Ortografia. São Paulo, Biblos, sal.

REIS, OTELO. Breviário de Conjugação de Verbos. 45a. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

SAID ALI, MANUEL. Gramática Histórica da Língua Portuguesa. 3ª ed. Brasília, Editora UnB, 1964.

JUSCELINO KUBITSCHKEK CANTOU COM O TENOR DO PLANALTO

Entrevista exclusiva do tenor lírico-dramático e heróico Ivan Evaldo de Mattos com o jornalista Jarbas Silva Marques.

No dia 5 de abril de 1955, no primeiro comício em Goiás em sua campanha rumo A Presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi interpelado em Jataí por Antônio Soares Neto, o Tõniquinho, se ele iria cumprir a Constituição Federal, transferindo a Capital da República para o Planalto Central. O candidato respondeu que sim.

Dois dias depois, JK realizou seu comício em Goiânia, na Praça do Bandeirante, quando Pedro Ludovico Teixeira e José Ludovico de Almeida, então governador de Goiás, convidaram-no para ir até o “Bamboo”, na época célebre restaurante e ambiente cultural refinado, de propriedade do maestro alemão Erico Pieper, a fim de conhecer aquele excepcional recanto musical em pleno coração do Brasil.

Lá estava o tenor Ivan Mattos, com o maestro Érico Pieper ao piano, preparados para executarem homenagem ao futuro presidente da República, a célebre canção mineira “Peixe Vivo”. Naquele especialíssimo momento, Juscelino aproximou-se do piano, abraçou carinhosamente Ivan Mattos e o acompanhou na canção que era a sua preferida e em seguida cantaram juntos a canção Oh! Minas Gerais, que é versão da célebre canção napolitana Vieni sul Mar.

O tenor lírico-dramático e heróico Ivan Mattos – o único filho do Planalto Central brasileiro a estudar canto lírico em Milão se prepara para o maior desafio de sua vida artística, cantar e interpretar o papel de Otelo na célebre ópera de Giuseppe Verdi.

Ivan Mattos deu o seu primeiro recital operístico sob a batuta do maestro alemão Érico Pieper aos 19 anos de idade cantando árias de “La Traviata” “Il Trovatore”, “Rigoletto” e “I Pagliacci”, iniciando seus estudos musicais e de técnica vocal com o tenor e maestro ítalo-uberabense Miguel Damiani.

Aos 22 anos, foi estudar canto na Medieval Universidade de Praga, na Tchecoslováquia. Aluno do barítono Premysl Koci, mudou-se para Paris, onde estudou com o célebre mestre Pierre Bernac, época em que também cursou Língua, Literatura e Civilização Francesa, na Universidade Sorbonne. Entretanto, foi o maestro italiano Arturo Merlini, em Milão, que descobriu a Verdadeira categoria de sua voz de legítimo tenor dramático, o que constitui uma raridade no canto tenoril. Ivan Mattos estudou ainda em São Paulo com o tenor italiano Giulio Lucchiari, e, depois de percorrer cantando por toda a Europa e América Latina, voltou a sua terra natal, Luziânia.

Ivan Mattos, para sustentar a sua voz de tenor dramático e heróico, além de ser abstêmio, passou a praticar Yoga e os exercícios do “Fole Indiano” (Bhastrika) – técnica respiratória yogue – e uma dieta lacto-vegetariana que garante a extensão e o volume da sua excepcional voz.

Nesta entrevista exclusiva, Ivan Evaldo de Mattos nos demonstra ainda a sua grande cultura musical e humanística, apresentando fatos desconhecidos até dos aficionados do “Bel Canto”.

JARBAS MARQUES – Ivan Mattos, qual é a sua programação artística para os próximos anos?

IVAN MATTOS – Completei no ano passado meio século de atividade artística como cantor lírico, erudito e popular, pela minha vivência e conhecimento da fisiologia da voz e do meu corpo, tenho dez anos pela frente com todo vigor. Pretendo encerrar minha carreira dentro de dez ou doze anos. Quando eu, julgar que devo parar de cantar, pretendo passar didaticamente os ensinamentos que aprendi ao longo de minha vida artística.

Meu objetivo é obedecer ao conselho que me foi dado em 1972, pelo maestro italiano Sergio Magnani, da Opera Palácio das Artes de Belo Horizonte, quando me ouviu cantando o final ato IV do Otelo, na presença do maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca. Nessa ocasião, o maestro Magnani disse-me que nunca tinha ouvido aqui na América Latina uma voz de legítimo tenor dramático e heróico como a minha. Aconselhou-me a especializar-me no papel de Otelo de Verdi, e, secundariamente, no repertório wagneriano, que exige o máximo dos tenores dramáticos e heróicos.

Levei 28 anos para amadurecer a idéia, porque o Otelo destrói a voz, o coração e toda a saúde. Como disse o grande tenor Lauri-Volpi.

Sinto-me preparado para esse desafio e a minha musculatura está obedecendo ao comando da minha mente e, dentro de três anos,

estarei no apogeu da minha voz e terei pelo menos mais sete anos depois desse apogeu.

Lembro que Lauri-Volpi e Giovanni Martinelli cantaram até os 82 anos de idade.

JARBAS – Qual é o maior desafio para você como tenor dramático?

IVAN MATTOS – O maior desafio é superar as dificuldades financeiras que sofremos em um país sem uma política cultural. O canto lírico exige treino intenso, disciplina, estabilidade emocional, social e financeira. O que nos é exigido excede em muito o que se demora para forjar um atleta olímpico. Quero dar um só exemplo: a Suécia quando percebeu o talento de Jussi Bjorling, Nicolai Gedda e Set Svanholm, o governo daquele país proporcionou todas as condições para que aqueles talentos excepcionais pudessem se dedicar exclusivamente à grandiosidade de sua arte, até a magnitude de suas vozes atingirem a celebridade e o reconhecimento internacionais. Graças ao imperador Dom Pedro II, o mundo conheceu o gênio incomparável Antônio Carlos Gomes, mandando-o para Milão, onde triunfou como compositor de ópera.

Os governos no Brasil não dão amparo e nem a estrutura para o desenvolvimento de talentos.

No ensino elementar, acabou-se no Brasil com as aulas de canto orfeônico, nas quais, além de aprender a solfejar, iniciávamos no amor à Pátria cantando nossos hinos, folclore e os valores humanísticos do nosso cancionário, que norteiam a formação e a vida de um cidadão e uma cidadã e de todo o corpo social. Retiraram o canto orfeônico das escolas e as quadras esportivas de grupos escolares e dos ginásios. É numa pequena multidão de alunos ou num coral de escola ou de uma igreja que uma voz se destaca e é notada por uma professora ou um regente de coral. Minha voz foi notada pelo padre Silvino Marchesi quando eu tinha 12 anos e cantava no coro do Ginásio Arquidiocesano Anchieta, em Silvânia.

Com a morte prematura do padre Silvino, prossegui no mês seguinte com o padre Edgar Pós, que o substituiu na direção musical do Ginásio Anchieta.

Já com o padre Edgar Pós, fiz minha triunfal estréia como solista. Poucos meses depois, ainda com 13 anos de idade, deu-se minha estréia profissional em Vianópolis no teatro da professora Helena Nasser.

O resultado do que falo foi espelhado há cerca de seis meses quando do encerramento da Olimpíada de 2000. Países com população igual ou superior à do Estado de Goiás e do Distrito Federal (juntas),

conquistaram medalhas de ouro em esportes individuais e nós, além das poucas em prata e bronze, quase todas foram em duplas e coletivas. Vale lembrar o que Confúcio disse há mais de dois milênios: “Se alguém deseja saber se um reino é bem ou mal governado, se sua moral é boa ou má, examine a qualidade da, sua música que lhe fornecerá a resposta”.

Ora, um artista da voz lírica precisa no mínimo de 12 horas diárias assim divididas: duas horas de preparo físico, uma hora e meia de voz, cinco horas de música, duas horas de línguas estrangeiras e uma hora e meia de estudo da literatura clássica e filosofia universal. Você pode ver que é um autêntico “expediente japonês” de trabalho. Esse é o maior desafio, o de conseguir meios para essa dedicação integral.

JARBAS – Você foi o primeiro cantor lírico do Planalto Central e de Goiás a estudar na Europa. Na sua época, quais as vozes que existiam em Goiás?”

IVAN MATTOS – Tivemos um rapaz, nascido em Posse e que faleceu em 1974 aos 54 anos de idade, Simão da Costa. Ele saiu de Posse, vivendo pouco tempo em Formosa e em Araguari, Minas Gerais, onde era engraxate. Mas já tinha a idéia de se tornar um cantor. Ao engraxar, ele cantarolava e pela beleza de sua voz o convidaram para cantar em rodas de jovens boêmios. Ao ouvi-lo cantar sambas, um desse boêmios disse-lhe que sua voz era ideal para o canto lírico. Ele seguiu o conselho e mudou-se para Santos, em São Paulo, onde arranjou um emprego e passou a receber aulas do grande maestro italiano Francesco Ferri, que lá ensinava e residia. Algum tempo após receber aulas do maestro Ferri, sua voz passou a ser enxergada pela critica especializada, que afirmou ter ele igual timbre e potência de Tita Ruffo, o rei dos barítonos e contemporâneo de Caruso, Simão da Costa morreu abandonado. Tive a honra e o privilégio de, aos 17 anos, em 1955, cantar ao seu lado no Cine Teatro Goiânia e na sede da Associação Bancária, sendo acompanhados pelo grande maestro alemão Érico Pieper, fundador da Orquestra Brasiliense de Salão, precursora da Orquestra Sinfônica de Brasília e da primeira orquestra sinfônica de Goiás. Lembro-me bem dele cantando acompanhado também pela grande pianista goiana, professora Odete Vargas, Simão da Costa tinha as pernas atrofiadas e um tórax descomunal. Nunca ouvi na Europa e nas américas voz de barítono tão doce e maviosa com potência e extensão como a dele.

O tenor Mauri Lopes, quando o ouviu, se lembrou de ter ouvido Gino Bechi em Curitiba. Declarou que a voz de Simão era muito superior a do célebre barítono italiano Gino Bechi.

JARBAS – Os goianos que estudavam canto na Europa eram apenas você e a Graciema?

IVAN MATTOS – Sim, Eu e a Graciema Félix de Souza, fomos colegas em Paris. Estudávamos com o mesmo mestre, ela foi quem me apresentou ao célebre maestro Pierre Bernac. Segundo Gino Bechi ele foi o “papa” do canto na França. Graciema deu recitais por toda a Europa. Ela era mais avançada nos estudos e só depois é que eu cantei pela Europa.

Na minha categoria – tenor dramático e heróico – até hoje, sou o único em Goiás e um dos poucos e raros no Brasil e na América do Sul. Tenho este triste privilégio. Gostaria que houvessem inúmeros cantores e cantoras não só em Goiás, mas no Brasil. Sonho em ver encenadas óperas em Goiânia, em Goiás Velho, em Pirenópolis. Abrigamos em nosso território o Distrito Federal e, felizmente, em Brasília se encenam óperas. Lá procuram criar platéias para o “Bel Canto”. Ao me fazer essa pergunta, minhas lembranças afloraram. Lembrei-me do dia 14 de junho de 1954. O teatro do Lyceu cheio, com todos os lugares ocupados. O governador Pedro Ludovico Teixeira na platéia e a Honorina Barra e Mauri Lopes cantando o dueto da “Traviata” – o Brindisi – acompanhados ao piano por Heloísa Barra. Eram duas vozes magníficas, lindas e extensas. Cantei também naquela noite como convidado especial do diretor do Lyceu, professor Antônio Peclat. Desejava que tivéssemos mais cantores e cantoras com todos os timbres de vozes que nos garantissem um elenco para encenarmos, no mínimo, uma ópera ligeira.

Durante um ensaio com o maestro Erico Pieper em 1955, do qual eu participava com os tenores Venicio Ferreira e Goiany Prates, o barítono Daniel de Almeida, os sopranos Diva Gianotti e Indiara Artiaga, o maestro Pieper declarou que se todos tivessem o meu entusiasmo, poderíamos apresentar com frequência duetos, tercetos e quartetos de óperas.

JARBAS – Existe crise no canto? Faltam cantores e cantoras?

IVAN MATTOS – Na época de Verdi se falava na crise do “Bel Canto” e Lauri-Volpi em seu livro “Vozes Paralelas” falou a mesma coisa. “Daqui a 50 anos não se ouvirá cantar mais como se canta agora”, disseram para Giuseppe Verdi. Ele disse então: “Eu gostaria de estar vivo daqui a 50 anos, para ver como estarão cantando melhor.” Existem várias opiniões, mas, sou otimista em relação ao ser humano apesar dos “desgovernos”. Hoje temos cantores ótimos. Temos Roberto Alagna, Franco Bonisolli e o jovem tenor mexicano Ramón Vargas.

Pedro Lopes Moreira – que para mim foi a maior autoridade em canto no Brasil e na América Latina – declarou no seu livro “A Ciência do Canto ou como Produzir corretamente a Voz Cantada” que

um tenor dramático, devido a sua verdadeira natureza, não consegue se mascarar de tenor lírico, é raro de ser encontrado. Tenho consciência do privilégio que Deus me deu. Espero apenas que eu consiga fazer jus a isso e possa atingir meu objetivo preparando-me para dentro de três ou quatro anos eu cantar o Otelo.

JARBAS – Os admiradores do canto lírico têm como o maior privilégio na condição humana uma voz como a de Garcia e de Caruso. Você os considera como um paradigma?

IVAN MATTOS – Como tenores sim. O tenor espanhol Manuel Garcia, nascido em 1775 e falecido em 1832, foi considerado por Giacomo Lauri-Volpi – o maior estudioso do canto e o primeiro a escrever sobre os cantores líricos – como o chefe da tradição da escola italiana de canto, “il sommo tenore”, apesar de ser espanhol, Manuel Garcia, além de ser esse excepcional cantor de que falou Volpi, era também o pai de Maria Malibran, de Paulina Viardot e de Vicente Garcia, célebres cantores que o sucederam, e foi o inventor do laringoscópio instrumento indispensável para o diagnóstico das afecções da laringe, das cordas vocais, e que antes eram detectadas por apalpamentos com diagnósticos errados e medicações prejudiciais para os seres humanos em geral, e, em particular, para cantores e cantoras. Devo ainda lembrar o método de canto que ele elaborou e que, passados mais de duzentos anos, ainda faz sucesso na ciência e na arte do canto.

Enrico Caruso, segundo todos os especialistas no assunto naquela época e até hoje, permanece insuperável como o maior cantor lírico de todos os tempos e de todos os países.

JARBAS – Otelo para os tenores dramáticos é como a picada de uma serpente, quando não mata, aleija. Depois de Tamagno – que foi escolhido pessoalmente por Verdi para o papel – Francesco Merli, Giovanni Martinelli e Mário Del Monaco foram os tenores dramáticos que mais atuaram nessa ópera. Otelo ficou 16 anos sem ser representada no Scala de Milão por falta de tenores dramáticos. Só em 1976, Plácido Domingo atreveu-se a “Ser picado pela serpente”. Você vai para o grande desafio?

IVAN MATTOS – Vou, Não tenho medo da picada da serpente, isso porque amadureci a idéia por 28 anos. Pensei: Francesco Tamagno – o “Grande Leão Rugidor” – morreu com 54 anos em plena maturidade e ele não fumava e não bebia, mas morreu de enfisema pulmonar e “angina pectoris”, doenças provocadas pelo que você inteligentemente chamou de “A Grande Víbora”, ou seja a ópera Otelo, de Giuseppe Verdi. Depois veio Giovanni Zenatello que cantou no Otelo em 1908, agüentando

pouquíssimo tempo. Tivemos em seguida Francesco Merli (1935) que suportou o Otelo por mais de dez anos no Scala de Milão. Giovanni Martinelli (1937), também muito resistente, tendo gravado com a orquestra do Metropolitan de Nova Iorque.

O admirável chileno Ramón Vinay, um artista superior, surgiu em 1949, mas atuou apenas 18 vezes. Vinay, foi um grande intérprete e Arturo Toscanini o escolheu para uma das gravações raras dessa ópera terrível.

E só então, apareceu o “rei” de todos os tenores dramáticos, Mario Del Monaco, que cantou no Otelo por 427 vezes recorde mundial e artístico absolutos. Como você bem notou, depois que Del Monaco cantou o Otelo no Scala pela ultima vez em 1960, só em 1976 é que Plácido Domingo rompeu a barreira de 16 anos, permitindo que o Otelo voltasse a ser encenado no Scala. Del Monaco encerrou sua brilhantissima carreira aos 59 anos, em 1974, devido a graves problemas renais que o atormentavam e faleceu em 1982, aos 67 anos de idade.

Sem ser extremamente otimista, mas com base nos meus ancestrais que são bastante longevos, e você é um dos poucos jornalistas, talvez o único a entrevistar minha avó, em Luziânia, aos 100 anos de idade, quando ela era a pessoa mais idosa do Município, apesar de Otelo ser uma ópera, trágica, não pretendo morrer nos próximos anos.

Não quero ser célebre numa fria lápide de mármore ou no belo texto do Otelo que conheço há 30 anos. O desafio é grande e quero apenas a ajuda dos goianos para o que almejo, representar o “Mouro de Veneza” e, possivelmente, outras óperas do repertório lírico-dramático e heróico.

JARBAS – Você poderia traçar um paralelo entre as interpretações de Mário Del Mònaco e Plácido Domingo?

IVAN MATTOS – Vocalmente Mario Del Monaco é insuperável, com sua voz genuinamente dramática, rara beleza de timbre e agudos robustos. Plácido Domingo é um artista completo, excelente tenor, exuberante ator dramático e Já há tempo regente de orquestra. Posso ainda trazer outros elementos para a sua consideração. Pelo Guinness Book o recorde de aplausos a Pavarotti na Opera de Viena, após cantar na ópera “O Elixir do Amor”, foi de uma hora e sete minutos, e Plácido Domingo cantando na ópera Otelo, na mesma Opera de Viena, foi de uma hora e vinte minutos, em 30 de julho de 1991. Ainda houve um fato interessante: Sir Lawrence Olivier, célebre ator shakespeareano, recebeu uma sugestão de um diretor teatral para ir assistir Plácido Domingo e a sua atuação como ator dramático no Otelo. Depois de assisti-lo, Sr Lawrence Olivier, que foi considerado um dos maiores atores teatrais e

cinematográficos de William Shakespeare, disse: “Meu Deus do céu, além disso ele ainda canta!”

JARBAS – Ivan, nessa última vinda dos três tenores ao Brasil, estranhei que Carreras, que é espanhol. Plácido Domingo que também é espanhol, embora tenha sido criado no México a partir dos nove anos, não mencionassem os grandes cantores espanhóis como Miguel Fleta, Francisco Vinãs, Alfredo Krauss e outros, além do mexicano Francisco Araiza e o brasileiro João Gibin, considerado pela crítica estadunidense, em 1962, como um dos melhores tenores da Europa. Será que nunca existiram?

IVAN MATTOS – Acho uma omissão imperdoável, mas não sei a quem atribui-la. Como desconhecer os tenores que você mencionou e Julian Gayarre, o divino, que foi o Pery na estréia da ópera “O Guarani”, de Carlos Gomes, no Scala de Milão, no dia 19 de março de 1870? O próprio José Carreras é o principal protagonista de Romanza Final, filme da vida do grande Julian Gayarre. Infelizmente existem também empresários maus e produtores que fazem tudo para destruir novos valores iguais ou mesmo superiores, em certos aspectos, aos mais antigos. Fizeram tudo para impedir a eclosão internacional do tenor Roberto Alagna. Há muitos apreciadores, mestres de canto e célebres maestros, que têm preferência por Franco Bonisolli, que tem a idade de Pavarotti, escolhido por Herbert von Karajan para a gravação de “Il Trovatore” em Berlim. Pedimos a Deus para que não prejudiquem a carreira de jovens tenores, como o mexicano Ramón Vargas.

JARBAS – Você canta em quantos idiomas?

IVAN MATTOS – Em oito idiomas e um dialeto. Canto em latim, português, italiano, espanhol, inglês, francos, alemão, russo e no dialeto napolitano. Recentemente voltei a estudar o tcheco e o iídiche.

JARBAS – Verdi foi o compositor que mais privilegiou a voz em toda a história da ópera. Até hoje, desde a sua estréia em 12 de agosto de 1845, no Teatro San Carlos de Nápoles, a ópera Alzira é discriminada pela crítica. Na verdade a discriminação tem origem política, pois ela nasceu da tragédia escrita por Voltaire e que narra parte do genocídio espanhol, liderado por Francisco Pizarro, contra os incas no Peru. Assisti sua filha Beatriz Mattos cantar no Teatro Nacional Cláudio Santoro, na Sala Villa-Lobos, no dia 27 de junho de 2000, quando a Alzira foi regida pelo maestro Giuseppe Cataldo. Qual é o registro vocal da Beatriz:

IVAN MATTOS – Minha filha Beatriz é um soprano lírico e formou-se em canto pela Universidade Federal de Goiás.

Quanto á Alzira, ela era um questionamento, embora romântico, ao colonialismo europeu em pleno Século XIX, Zamoro, Alzira e Ataliba

são líderes incas oprimidos pelos espanhóis no enredo operístico e a platéia europeia era colonialista não só nas Américas, mas na África, Ásia, como de resto em todo o mundo. A crítica desavisada dá como uma ópera fracassada no grande repertório verdiano, quando na verdade ela sofreu (e ainda sofre até os dias de hoje) a extensão desse boicote político. Verdi coloca não só essa questão do colonialismo na Alzira, como colocou, um negro como o seu Herói trágico. Otelo e um general negro que combate os turcos invasores de Chipre no final do Século XV e os vence, sendo então nomeado governador pela República de Veneza, ao derrotar os turcos numa terrível batalha naval. Otelo foi baseado em William Shakespeare e Alzira no genocídio espanhol que dizimou não só os incas, mas também, astecas, maias e toltecas.

JARBAS – Nesse ano, a Igreja Católica comemorou o seu Jubileu, pedindo perdão pelos crimes que ela cometeu contra a humanidade. Só que ela não individualizou os seus crimes. Ela não falou de quantos milhares de pessoas ela torturou e matou enforcadas ou queimadas nas fogueiras da Inquisição. Em relação ao canto lírico, existe uma bibliografia de mais de uma centena de livros que dão conta de que só na Itália ela estimulou a castração de mais de 6.000 crianças do sexo masculino de 8 a 12 anos, para que papas, cardeais, bispos, reis, príncipes e potentados feudais e burgueses pudessem ouvi-los cantar em igrejas, castelos e capelas. Essas castrações impediam endocrinologicamente que suas laringes se desenvolvessem e as cordas vocais pudessem conservar as dimensões mais curtas do que as dos homens e mais longas do que as das mulheres, e por ficarem mais musculosas que as cordas vocais das mulheres, as vozes dos “Castrati” fundiam a sonoridade infantil com a feminina.

Eles desenvolveram, com torturantes exercícios diários de até 12 horas, os gorgeios semelhantes e quase idênticos aos de pássaros canoros, como os canários, por exemplo.

Das técnicas respiratórias voltadas para o canto, eles desenvolveram a respiração intercostal. O mais célebre dos “Castrati”, Carlo Broschi – o Farinelli – usava tão bem a respiração que ao cantar parecia que não respirava porque não se via o seu abdome se mover.

Qual a diferença respiratória entre vocês tenores e os “Castrati”, na técnica sonora?

IVAN MATTOS – É bom lembrar que a voz humana tem sua origem no cérebro, precisamente na terceira circunvolução cerebral, no sulco de Rolandi, centro nervoso que é o gerador da voz, quando emite seus impulsos eletro-magnéticos.

Ao mesmo tempo, a força hormonal que está diretamente ligada aos principais sete centros nervosos do mais perfeito instrumento musical, que é o corpo humano.

Por exemplo, uma voz rica em harmônicos, metal, rica em timbre que corta o coro e a orquestra, está diretamente ligada às tireóides e paratireóides. O dono de tal voz tem um ligeiro hipertireoidismo. Já quem tem hipotireoidismo, a voz perde o brilho e se torna surda.

No homem a respiração é predominantemente diafragmática abdominal. Na mulher predomina a respiração intercostal.

Os “Castrati” praticavam mais a respiração intercostal por seus corpos terem se tornado mais próximos, fisiologicamente, do corpo feminino devido à castração. E eles eram castrados para não terem hormônios masculinos responsáveis pelas vozes másculas do baixo, do barítono e do tenor, mais coloridas e mais ricas em sonoridade.

Já o fato deles chegarem aos superagudos, a causa está na dimensão das cordas vocais e no correto fechamento da glote, por ação dos músculos adutores dessas mesmas cordas e nas cavidades cerebrais que são caixas de ressonância.

Concluindo, há três tipos de respiração: respiração baixa, ou diafragmática abdominal, respiração média ou intercostal e respiração alta ou clavicular. No canto usamos a combinação da respiração diafragmática abdominal com a respiração intercostal, formando a coluna de ar, que na glote é transformada em coluna sonora.

JARBAS – A resistência ao predomínio dos “Castrati” por dois séculos no canto lírico foi na Franca. O declínio dos “Castrati” começa com a permissão para a presença das mulheres, que até então eram proibidas de cantar e atuar teatral ou liricamente nos palcos, capelas e igrejas. O que ocorreu no canto lírico?

IVAN MATTOS – O que ocorreu foi um fenômeno social, econômico e político. As mulheres foram vítimas desses preconceitos que chegaram até nós.

Não só as mulheres, entretanto, o grande barítono Mattia Battistini era conde e teve o seu título de nobreza cassado pela própria família quando decidiu seguir a carreira de cantor lírico.

Devo lembrar que cantoras e atrizes no Século XX aqui no Brasil, eram discriminadas por muitas famílias tradicionais por seguirem a carreira artística. Felizmente chegou o momento esperado em que as mulheres foram colocadas no seu devido lugar como soprano, meio-soprano e contralto e os homens deixaram de ser “Castrati” para ser tenor, barítono ou baixo, ocupando suas posições na classificação vocal.

JARBAS – Então o declínio dos “Castrati” favoreceu o estabelecimento das categorias de vozes e suas subdivisões no canto lírico?

IVAN MATTOS – Exatamente, assim surgiu o soprano ligeiro coloratura, que é o, que mais se aproxima dos “Castrati”, por ser a voz mais aguda e mais ágil da mulher. Há o soprano lírico – que para muitos é o divisor de águas na voz feminina – o soprano dramático – que é a voz mais potente e colorida da mulher correspondente ao tenor dramático na categoria masculina.

JARBAS – A humanidade no momento atual não cometeria mais a violência de castrar novamente crianças para explorá-las como cantores diferenciados biologicamente. Tecnicamente as mulheres poderiam ser treinadas para cantarem próximas dos registros vocais dos “Castrati”?

IVAN MATTOS – Lauri-Volpi, que foi um grande estudioso da voz, afirmou que a voz dele foi criada pela sua mente. Ele a idealizou e começou a trabalhá-la com exercícios e concentração de energias do sistema yogui que a garantiram até os 82 anos de idade. Isso é possível.

Entretanto, deve-se tomar o cuidado de não violar as leis naturais que regem o corpo humano e a voz que nele habita. Um exemplo disso é o que aconteceu com Rosa Ponselle, que foi um grande soprano dramático e Lauri-Volpi a chamou de “Caruso in Sotana” (Caruso de Saia). Um maestro aconselhou Rosa Ponselle, que estava acostumada a cantar na “Aida” e na “Norma”, óperas exclusivamente para soprano dramático, a cantar na “La Traviata”, que tem partes dramáticas, partes para soprano lírico e partes para soprano ligeiro. Isto provocou um desequilíbrio tremendo na voz de Rosa Ponselle e ela perdeu a voz, afastando-se do canto por um mau conselho. Assisti aqui e na Europa maestros dizerem a cantores: “Canta Leve, canta leve!” Ora, canta leve quem tem voz leve. Uma cantora ou um cantor que tem voz pesada por constituição natural, tem de permanecer fiel à categoria de sua voz, cantando com flexibilidade e domínio de sua verdadeira natureza vocal.

O mascaramento da voz leva ao desastre profissional e biológico, a doenças nas cordas vocais complicações de toda ordem.

JARBAS – O único registro fonográfico da voz de um “Castrati” foi feita em 1912 na Capela Sistina, no Vaticano, A voz dele não é tão diferenciada para causar admiração. Alguns cantores tiveram o timbre bem próximo ao dele. Lembro-me de Tito Schipa, a quem Toscanini chamava de “Meu melhor violino” e pelo qual julgava ele que “todos os tenores deveriam se afinar”.

IVAN MATTOS – Na história do canto, há o caso do Beniamino Gigli. Ele já estava maduro, com a estrutura de voz para cantar como tenor e cantava os papéis de “Mimi” na “La Boheme” e “Santuzza” na “Cavalleria Rusticana”. Até que ele foi ouvido na Academia de Santa Cecília pelo tenor Bernardo De Muro, que perguntou-lhe “Você é macho ou fêmea”. Gigli respondeu: “Deixe-me explicar, maestro, é porque eu exercitei muito a voz branca na Capela Sistina. Ai o maestro aconselhou a Gigli a estudar os papéis de Rodolfo na “La Boheme” e Turiddu da “Cavalleira Rusticana”. Se não fosse Bernardo De Muro, diz Lauri-Volpi: “Talvez Gigli tivesse desaparecido entre as pálidas irmãs (freiras) do coro da Capela Sistina. E o mundo não teria conhecido uma das mais belas vozes que a humanidade já teve, e de uma carreira longuíssima, que cantou belissimamente por 41 anos só em teatros de opera, além do tempo que, quando criança, cantava nas igrejas, sendo a principal a Capela Sistina do Vaticano. Esteve inúmeras vezes no Brasil e gravou canções do nosso folclore como “Casinha Pequeninha”.

JARBAS – Acabamos de resolver uma dúvida histórica com o maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca, de Belo Horizonte. Uma outra grande vítima da Igreja foi Mozart, você concorda?

IVAN MATTOS – Concordo, Embora tenha sido disseminada a Versão que foi Salieri quem perseguiu Wolfgang Amadeus Mozart por inveja, quem o perseguiu foi o arcebispo de Salzburgo, porque ele era maçom, e a primeira ópera maçônica foi a “Flauta Mágica”, de Mozart. A esse respeito o grande maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca nos esclareceu que foi Salieri quem arranjou emprego para o filho mais velho de Mozart.

JARBAS – Falamos sobre os “Castrati” e não podemos esquecer que a Inquisição em Portugal condenou à morte por asfixia e queimou na fogueira o comediógrafo Antônio José da Silva – o Judeu em 1739.

IVAN MATTOS – É mesmo, ele escreveu três peças: “Dom Quixote”, “Labirinto de Creta” e “Variedades de Proteu” em 1737, dois anos antes dele ser assassinado.

O seu valor na língua portuguesa e inquestionável. Apesar de ter sido assassinado com apenas 34 anos de idade, a critica o situa como o maior dramaturgo no período compreendido entre Gil Vicente e Almeida Garret.

JARBAS – Dentre os milhões de assassinatos que a barbárie nazista cometeu contra a humanidade, poucos sabem do assassinato numa câmara de gás de um campo de concentração do tenor Joseph Schmidt. O que você diz sobre isso?

IVAN MATTOS – Exatamente, o caso desse tenor judeu alemão é um fato lamentável. Era um tenor lírico de uma voz inigualável tanto cantando árias de ópera como músicas folclóricas e populares. Ele morreu em 1942 numa câmara de gás. Eu me arrepio ao ouvi-lo cantar a *Mattinata* de Leoncavallo numa gravação de 1931, acompanhado pela Orquestra da ópera de Berlim.

Há pouco você falou do Tito Schipa. Na Segunda Guerra ele já estava perfilado para ser fuzilado pelos fascistas, e quando, ao cair da tarde, foi tocada a *Ave Maria* de Schubert, numa gravação do próprio Tito Schipa, o oficial que ordenaria a sua execução, ao constatar que era o grande tenor que estava ali para ser executado, chorou ao ouvir a *Ave Maria* e perguntou o que ele estava fazendo ali naquele lugar, liberando-o imediatamente. Depois desse fato a perseguição continuou e ele foi obrigado a naturalizar-se como cidadão português para fugir da sanha do fascismo de Mussolini.

O maestro Toscanini também se asilou nos Estados Unidos após enfrentar pessoalmente Mussolini que lhe ordenou que tocasse o hino fascista, “*Giovinazza*”, “*Suona Giovinazza*” (toca *Giovinazza*), disse Mussolini. Toscanini respondeu: “*Giovinazza non suono*” (*Giovinazza não toco*).

Há quem diga que o grande tenor espanhol Miguel Fleta morreu de desgosto prematuramente, quando foi proibido de cantar pelos franquistas.

Trágicas também foram as mortes de Carlo Buti, metralhado e Armando Borgioli, vítima de um bombardeio aéreo no norte da Itália, quando viajava em um trem durante a Segunda Guerra Mundial.

JARBAS – E o tenor espanhol José Carreras, além da luta contra a leucemia, da qual saiu incrivelmente vitorioso, teve algum outro tipo de problema grave em sua existência?

IVAN MATTOS – E oportuníssima a sua pergunta. Há poucos dias assisti o filme da história da vida de José Carreras. Fiquei maravilhado e profundamente comovido.

Aproveito esta rara oportunidade para prestar uma homenagem a esse grande homem, transcrevendo alguns trechos do filme que me marcaram indelevelmente.

José Carreras é um exemplo de vida, força interior e fonte perene de entusiasmo e amor ao canto lírico, erudito, popular e patriótico. Seguem alguns trechos do filme da vida de Carreras: A Guerra Civil Espanhola nos anos 30, influenciou a carreira e a vida de José Carreras. Barcelona era a capital da Catalunha e sofreu ao cair nas mãos do exército

fascista. O regime imposto por Franco afetou a família de Carreras. “Meu pai era professor até a Guerra Civil Espanhola e ele estava lutando ao lado dos republicanos. Depois ele foi proibido de trabalhar! Por razões políticas, digamos. Não que tenham dito: 'Não pode mais dar aulas' Mas ele nunca mais arranjou um emprego como professor. Infelizmente, naquela época, as coisas eram assim. É essencial para nós, manter nossas raízes, nossa identidade. O que digo é que, quanto mais catalão me deixarem ser, mais espanhol me sentirei”.

Até 1975, mesmo a língua catalã era proibida e seus hinos regionais banidos. Isso despertou o catalão em Carreras e o fez incluir músicas catalãs em seu repertório. Essa herança cultural o fez desenvolver um interesse pela liberdade política. Começou a querer papéis revolucionários que refletissem seus princípios. “Qualquer coisa que seja contra a, justiça social é contra mim mesmo, qualquer coisa contra a liberdade ou democracia, é contra mim, contra a sociedade. Isso está dentro de mim, essa característica”.

Entrando aos 31 anos começou a fazer mais papéis políticos. Fez André Chenier em 1979. Um aristocrata francês que apoiou a Revolução. “Esse é um herói, não um herói romântico, um homem envolvido politicamente, cheio de idealismo. E uma ópera que qualquer tenor do mundo gostaria de cantar. Aqui, o herói é o tenor, e ele tem as melhores árias”. Isso acontece na maioria das óperas do repertório de Carreras.

Em julho de 1987 Carreras foi a Paris para interpretar Rodolfo, em uma adaptação de “La Bohème”.

“Eu estava nas filmagens de 'La Bohème', me senti mal e fui fazer um check-up no hospital 48 horas depois descobri que o que tinha era leucemia linfoblástica aguda. Tinha 40 anos, e uma vida, permitame dizer, bem sucedida em todos os aspectos. Foi um grande choque. Tinha uma chance em dez de sobreviver. Esse câncer de medula, no estágio em que estava, geralmente é fatal. Os tratamentos para uma cura seriam dolorosos e debilitantes”.

O fato é que o mundo inteiro se comoveu com a doença de José Carreras.

Houve uma onda imensa de solidariedade e esperança pelo seu total restabelecimento, principalmente por parte de seus grandes colegas Luciano Pavarotti, Plácido Domingo, Montserrat Caballè e Justino Diaz.

JARBAS – Aqui, na América do Sul, tivemos o exílio de Libertad Lamarque no México, em razão de perseguição política e inveja de Evita Perón. Você conhece esse fato?

IVAN MATTOS – Sim, Libertad Lamarque, além de cantora era uma atriz maravilhosa. Recentemente a vi velhinha, numa novela mexicana no SBT. Seus olhos, apesar dos mais de 81 anos, estavam brilhantes e sua voz viverá eternizada na “Madreselva”. Seus filmes são inesquecíveis. Outros artistas célebres, como José Mojica e Pedro Vargas, se juntaram a ela nos famosos musicais. Faleceu recentemente aos 92 anos de idade.

Quase ia me esquecendo da grande cantora lírica alemã Erna Sack, que viveu no Brasil no tempo da Alemanha de Hitler, para escapar da perseguição nazista,

JARBAS – Ivan, Quais são suas metas, além de cantar Otelo?

IVAN MATTOS – Estou preparando um CD triplo, um álbum com três CDs e deverei ser acompanhado pela Orquestra Filarmônica de Goiás, na “Morte di Otello” – final do IV Ato da ópera “Otelo”, e em outras peças especialmente escolhidas para o fechamento do terceiro CD que comporá o “Álbum Triplo”.

Além disso estou organizando apresentações em mais de 40 cidades do interior goiano e pelo menos 20 capitais brasileiras, em parceria com o Governo do Estado de Goiás, através da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – Agepel.

JARBAS – Como foi que o senhor, um ex-barítono, virou tenor?

IVAN MATTOS – O tenor dramático realmente se confunde com o barítono porque tem exuberância e sonoridade na região central da voz e nos graves. E é comum um tenor dramático não ter os superagudos logo de início, porque eles precisam ser trabalhados, com o fortalecimento da musculatura respiratória do diafragma, dos músculos intercostais e dos músculos adutores das cordas vocais. Então, fui confundido com barítono por grandes mestres, como o célebre Pierre Bernac, de Paris, com quem estudei durante um ano e três meses. Mas ele não descobriu a verdadeira categoria da minha voz, que é a de um tenor dramático. Então, dirigi-me a Milão, onde estudei com o célebre maestro Arturo Merlini, que recebeu o título de melhor professor de canto da Itália do ano de 1961. Além de maestro, ele foi um cientista da voz, trabalhando como assistente de um médico laringofoniatra, que cuidava das cordas vocais dos maiores cantores líricos do mundo. Numa audição com o maestro Merlini, em Milão, em março de 1962, cantei uma ária da ópera Don Pasquale, de Gaetano Donizetti. Quando terminei a ária, ele, entusiasmado e admirado, disse: “Que interessante! Será por que todo brasileiro tem uma bela voz? A sua voz é muito bela, e os brasileiros não perdem nada em beleza de voz para nós, italianos, Qual

será a particularidade dessa raça brasileira tão semelhante canoramente com os italianos?” Mas, de repente, com um temperamento tipicamente italiano, ele mudou completamente o tom de voz e, irritado, me disse: “Mas quem o fez cantar como barítono e um vigarista que deveria estar na cadeia. Não entende nada de canto nem de voz. Você nasceu tenor. Predomina um grande charlatanismo na pedagogia do canto e a Itália está cheia de charlatões. Se quiser estudar comigo, vai estudar com o tenor”. E tive a felicidade de constatar que a minha voz e a de um verdadeiro tenor dramático e heróico, com riqueza de sonoridade, potência de vibração, inflexão enérgica, eloquência apaixonada e declamação dramática.

Então, parti para o maior desafio da minha vida, que é enfrentar o Otelo.

JARBAS – Em sua opinião, quem canta melhor dos três tenores: Luciano Pavarotti, Plácido Domingo ou José Carreras?

IVAN MATTOS – A melhor técnica de voz e a de Luciano Pavarotti. Tanto o Carreras quanto o Domingo, nos agudos, a língua deles retrocede, impedindo a epiglote de ficar na sua posição fisiológica correta, que é vertical.

Com isso o som não passa livremente e não ressoa devidamente nas cavidades superiores, nas cavidades cranianas, que é o que dá o brilho da voz. No caso de Pavarotti, a posição da língua dele é perfeita, enquanto Plácido Domingo e José Carreras perdem nos agudos, tanto que eles cantam áreas mais agudas para tenor meio tom abaixo. Já em beleza de voz, Carreras é o melhor. O próprio Pavarotti fala que Carreras é o maior tenor vivo do mundo. Mas o Plácido Domingo é talvez o artista mais completo dos últimos 100 anos. Porque, além de ser um grande tenor, ele é um ator dramático perfeito e um grande músico, é também maestro, já regeu várias peças, várias óperas.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

ARMANDO J. BUCHMANN

Estadista, escritor, poeta e cientista, José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, a 13 de junho de 1763 e procedia de famílias nobres de Portugal.

Com 17 anos partiu para Portugal a fim de completar os estudos. Na Universidade de Coimbra, além de jurisprudência, estudou ciências naturais e físicas, isto é estudou leis e filosofia, recebendo, em ambas, o grau de bacharel.

Por gosto, estudou as línguas estrangeiras, literaturas clássicas e modernas e a filosofia especulativa.

Esses conhecimentos foram aumentados em conseqüências das viagens que empreendeu. Numa de suas cartas revela entender onze línguas estrangeiras e falar seis.

Realizou estágios em Universidades e Fundações européias. Participou ativamente do processo da Independência brasileira, da qual foi seu principal articulador.

Cientista, consagrado como o primeiro geólogo das Américas, descreveu 12 minerais novos e, em sua homenagem, foi dado o nome de “andradita” a uma variedade cálcio-ferroso de granada.

Quando da invasão francesa em Portugal, foi comissionado no posto de major e depois no de Tenente-Coronel, chefiando o Corpo Acadêmico que resistiu às tropas de Napoleão.

Só em 1819, aos 56 anos de idade, retornou à Pátria, quando iniciou a fase política, decisiva para a Independência do Brasil.

Em janeiro de 1821, foi nomeado Ministro do Reino e Estrangeiros, conduzindo com segurança os acontecimentos que culminaram no “Grito do Ipiranga” (07 de setembro de 1822).

Um dissídio com D. Pedro I foi fatal ao monarca, impossibilitando, por outro lado, a organização do Império segundo idéias que delineara, em memórias e apontamentos.

De Ministro Todo-Poderoso, acabou sendo preso e deportado (1823) deixando incompleta a obra, na qual incluía a abolição gradual da escravidão, implantação de siderurgia, incentivo à emigração, criação de uma Universidade, ocupação efetiva do interior do país, inclusive com a transferência da Capital para o Planalto Goiano (sugerindo, para a mesma o nome de Brasília).

D. Pedro I, mais tarde, reconheceu o seu erro, convocando o já velho e experimentado estadista para entregar-lhe a tutoria de seu filho futuro D. Pedro II – após a abdicação (1831).

Ao ter notícia da morte de D. Pedro, JOSÉ BONIFÁCIO deixou escrito estas palavras:

“D. Pedro não morreu. Só morrem os homens vulgares e não os heróis. Estes vivem eternamente na memória ao menos dos homens de bem, presentes e vindouros e sua alma imortal vive no céu para fazer a felicidade do Brasil e serve de modelo de magnanimidade e virtudes a S. M. Imperial que o há de imitar, e às suas augustas irmãs, que nunca o perderão de saudade.”

Foi dramática a etapa final da existência de José Bonifácio: destituído da tutoria (1832), foi processado e, afinal absolvido, para vir a morrer em plena obscuridade.

A nossa homenagem ao grande brasileiro.

Brasília, maio, 2001.

Juscelino Kubitschek: o grande estadista brasileiro

AFFONSO HELIODORO

Há 46 anos, no seu primeiro comício em Jataí, no estado de Goiás, quando dava início a sua difícil, combatida e tumultuada campanha para a Presidência da República, JK assumiu um sério compromisso com o povo brasileiro: a construção de uma nova capital e uma nova era para a economia do país.

A construção de Brasília e a realização de suas metas de governo deram ao Brasil e ao seu povo uma nova dimensão. As metas de JK não nasceram de um impulso demagógico ou de uma vontade de realizar, em âmbito nacional, o que já fizera na Prefeitura de Belo Horizonte e no governo de Minas Gerais: duas obras revolucionárias que projetaram seu nome para além das fronteiras do Brasil. Suas Metas surgiram de um estudo profundo da história econômica e social de nossa Pátria. Ao longo dos anos de seu marcante período como governador de Minas, Juscelino pôde analisar, observar e vivenciar os problemas que afligiam o povo brasileiro e obstruíam os caminhos para o progresso. Tempo em que detectou os nós da economia e os obstáculos que detinham a marcha para nossa libertação política, social e econômica. A decisão sábia do estadista transformou dificuldades em objetivos, que compuseram seu Programa de Metas. Segundo o escritor Rodrigo Lopes, foi um dos exemplos de maior sucesso na elaboração e execução de um programa de planejamento econômico na história do País.

Em seu livro *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, JK diz: “Estou convencido de que, em nossa geração, definir-se-á o destino do Brasil. Seremos uma grande e rica nação se soubermos trabalhar intensamente e nos organizarmos para construir nosso futuro; seremos uma grande e pobre comunidade, superpovoada e infeliz, se nos dedicarmos ao gozo presente, à ostentação e às disputas internas. O Brasil é, ainda, uma terra de oportunidades. Continuará,

entretanto, retardado e sofredor se não quisermos lutar com a energia de construtores de um novo mundo.” Esse plano geral de desenvolvimento econômico e bem estar social, estabelecido pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek para impulsionar o progresso do País, apoiava-se num Programa de Metas em que colaboraram, ativamente, a União, os Estados e os Municípios, bem como a iniciativa privada.

O Programa resultou da coordenação de projetos novos com os já existentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, e ainda o esforço da iniciativa privada para a efetivação de empreendimentos de decisiva influência na economia brasileira.

Traçados racionalmente, inclusive quanto à sua estrutura financeira, todos os seus projetos foram executados; muitas metas foram atingidas dentro do prazo estipulado, outras superaram as expectativas das previsões. De importadores de canetas esferográficas, passamos a exportadores de automóveis. O Brasil mudou. Tornou-se o gigante cantado no Hino Nacional: desperto, ativo, vivo, vibrante. De exportadores de matéria-prima, passamos a exportadores de produtos acabados, onde o suor dos brasileiros mesclava-se ao trabalho realizado, tornando-se elemento de composição de nossa riqueza.

O Programa fixava, entretanto, objetivos que seriam atingidos não só pelo governo Kubitschek, como também pela futura administração federal, quando surgiriam, nos seus exatos efeitos, os resultados de muitos empreendimentos então em curso.

Nas áreas menos desenvolvidas como a Amazônia, o Vale do São Francisco, o Polígono das Secas e a Faixa Fronteiriça do Sudoeste Brasileiro, o Governo realizou investimentos públicos através de projetos específicos que, apenas em alguns casos, se enquadravam no Programa de Metas. Esses investimentos estiveram sob responsabilidade da SUDENE, SPVEA, DNOCS, DNERU e outros.

Com a execução do Programa de Metas do governo JK o Brasil transpôs, afinal, a barreira do subdesenvolvimento. Estava dado o fundamental e importante passo na trilha do pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Ao imaginar a SUDENE, o presidente Juscelino queria extinguir o desequilíbrio econômico e social existente entre os pratos da balança brasileira: Norte/Nordeste Sul/Sudeste, levando àquelas paragens um novo surto de desenvolvimento. Posteriormente, segundo comentários, a SUDENE foi transformada em órgão inoperante e cabide de emprego.

A SPVEA participou das monumentais obras da Estrada Bernardo Sayão (Belém/Brasília) e da ocupação e urbanização da Ilha

do Bananal. Transformou-se depois na SUDAM, que, como a SUDENE, transformou-se em órgão inoperante, hoje sob suspeita de corrupção.

O DNOCS cuidou da construção de açudes, principalmente do histórico Açude de Orós. E o DNERU viu-se envolvido no combate às endemias encontradas nos meios rurais e realizou, desde sua criação, em março de 1956, um gigantesco trabalho, de preservação e cura de doenças endêmicas, dedetização e erradicação da malária em vários estados do Norte e Nordeste. O DNERU transformou-se depois na atual SUCAM.

O Programa de Metas se subdividia em grupos que se desdobravam em itens referentes a cada atividade a ser desenvolvida naqueles setores prioritários da economia nacional.

Energia (Elétrica, Nuclear, Carvão Mineral, Petróleo produção e refino).

Transporte (Ferroviário – construção e reaparelhamento), Rodoviário (construção e pavimentação), Hidroviário (portos e dragagem, Marinha Mercante e aquisição de navios de cabotagem), Aeroviário (aerportos – construção e reforma; renovação da frota aérea; primeiros aviões turbo-hélice).

Alimentação (Produção agrícola, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura, fertilizantes).

Indústria de Base (Siderurgia, alumínio, metais não-ferrosos zinco, chumbo, estanho e níquel, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de minério de ferro, INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA, CONSTRUÇÃO NAVAL E MATERIAL ELÉTRICO E MECÂNICA PESADA).

A realização dessas metas, que balizaram o progresso e a inserção do Brasil como nação em desenvolvimento no mundo contemporâneo, sem nenhum alarde xenófobo, sedimentaram a ocupação do Brasil pelos brasileiros, através da interiorização do progresso na Amazônia e no Centro-Oeste. Brasília não fazia parte do Plano de Metas. Em 4 de abril de 1955, na cidade de Jataí, em Goiás, quando Antônio Soares Neto – o Toniquinho – perguntou a Juscelino se ele cumpriria a Constituição transferindo a capital para o Planalto Central, cumprindo mandamento constitucional, Brasília passou a ser a Meta Síntese de seu projeto de governo. Em seu discurso, na inauguração de Brasília ele disse: “Somos um povo que se levanta, e já não quer a mediocridade, a condição pequena: um povo que decretou guerra de morte ao subdesenvolvimento e decidiu tirar milhões de brasileiros das condições de atraso, que atentam contra a dignidade do homem.”

É evidente que a importância da fundação de Brasília não se restringia à mudança da capital por motivos meramente políticos e estratégicos. Essa decisão se respaldava em um olhar projetado no futuro. O sentido da criação de Brasília foi de mudança, sim, mudança de estado de espírito, de novas aspirações, de novos propósitos. O principal deles foi o da integração e dinamização do interior do País, inexplorado e abandonado. Sem dúvida, um novo Brasil surgiu com o sonho-ação de JK e a inauguração de Brasília.

Ao rebater as críticas ao seu programa de governo, quando acusado de ter-se voltado para as obras, esquecendo-se do homem, JK disse: “É uma balela dizer que o homem foi abandonado no meu governo. Pois as metas foram executadas para quem? Quem, senão o homem brasileiro, foi o grande beneficiário? Para quem os automóveis, os jipes, os tratores e os caminhões? Para quem as estradas? Para quem a energia elétrica? Para quem Brasília? Para quem a integração de milhões de quilômetros quadrados ao território brasileiro? Para quem as universidades? Para quem os hospitais? Para quem as usinas? Para os fenícios? A meta das minhas metas foi o homem.”

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

SPVEA – Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia.

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

DNERU – Departamento Nacional de Endemias Rurais.

POR UM IDEAL PAN-AMERICANO

Ao criar a nova capital, JK aproximou definitivamente nossas fronteiras com os vizinhos do Oeste, suscitando a esses povos maior consciência do pan-americanismo. Há quase duzentos anos os povos da América Latina sonham com a integração de seus Estados. Fisicamente há essa integração, mas nossos espíritos se distanciaram e nos tornamos estranhos em nosso próprio continente. É lamentável que nós, latinos, nos conheçamos tão pouco. É censurável o fato de não termos lutado contra os obstáculos que nos separam há tantos anos.

Juscelino é considerado o grande progressista brasileiro e sempre se empenhou para que esta aproximação acontecesse. “Tudo nos une e nada nos separa” – foi a frase cunhada nos tempos do Barão do Rio Branco, quando o presidente portenho visitou o Brasil. A idéia da integração existe há muito tempo. Vários passos foram dados nessa direção. Da famosa carta profética de Bolívar, em 1815, passando pela

Doutrina Monroe, em 1823, à Conferência de São Francisco, em 1945, e tantos outros tratados, acordos, a Operação Pan-americana, de JK, em 1958, e, atualmente, os programas do Cone Sul e Mercosul revelam o interesse dos governos em efetivar esta aproximação.

Apesar dos obstáculos, ecoam em nossos ouvidos as vozes dos heróis latino-americanos, que sonharam com a integração das Américas e indicaram os caminhos.

A MORTE DE JK

Dotado de grande capacidade de liderança, JK não precisou de poderes especiais para governar. Foi um autêntico democrata. Sonhou e concretizou muito além das expectativas nacionais, revelando que seu compromisso com a Nação ultrapassava todos os limites de interesses menores. Sua visão e o seu patriotismo alcançavam todo o país.

Por isso, em 22 de agosto de 1976, quando os brasileiros souberam que JK morreria em um acidente de automóvel, o país chorou. Sentiram que naquele dia encerrava-se um ciclo brilhante da História do Brasil.

Em Brasília, quando o corpo de JK chegou ao aeroporto, trinta mil pessoas se comprimiam para homenagear o grande estadista. Durante o trajeto, do aeroporto até a catedral, quatro mil veículos seguiram o cortejo. Ao chegar o povo carregou o esquife de Juscelino para o interior da Catedral. O corpo foi sepultado onde JK queria: no Campo da Esperança, em Brasília, ao lado de seu amigo, o engenheiro Bernardo Sayão. Hoje, seus restos mortais repousam no Memorial JK, em Brasília.

Quando Brasília comemora seus 41 anos de criação é um momento oportuno para relembrarmos a trajetória vitoriosa daquele que foi considerado o Brasileiro do século, o brasileiro que defendeu a democracia, os direitos humanos e que se tornou um dos mais importantes presidentes do Brasil.

Quero inicialmente, agradecer ao ilustre cel. Carlos Eugênio Kasper, dd. Comandante do Colégio Militar de Brasília, a cessão deste magnífico auditório ao IHG-DF para realização desta homenagem aos nossos pracinhas e veteranos da guerra na Itália, os heróicos soldados da FEB.

Discurso homenagem aos Febianos

AFFONSO HELIODORO
Presidente do IHG-DF

*Sessão solene realizada no dia 8 de maio de 2001
Dia da Vitória no Colégio Militar de Brasília.*

Não tenho, e jamais tive, a pretensão de vir a este auditório falar da história de nossas gloriosas forças armadas, nem mesmo pretendo citar, especificamente, os feitos históricos da Força Expedicionária Brasileira nos campos lamacentos e gelados da Itália.

Serão poucas minhas palavras nesta homenagem à Força Expedicionária Brasileira.

O gesto, às vezes, é mais eloquente do que as palavras.

Espero, senhoras e senhores, que este gesto do Instituto Histórico e Geográfico do DF tenha a eloquência das orações dos grandes tribunos e que possa significar nossa gratidão pelo sacrifício dos soldados brasileiros em defesa da democracia e no repúdio ao racismo, nas terras da Itália.

Venho aqui hoje, e sei que estou agindo certo, para prestar uma homenagem à Força Expedicionária Brasileira.

Bravos brasileiros, veteranos da campanha na Itália.

É hora do Brasil reler sua história. Lembrar seus heróicos soldados de tantas lutas. Lutas internas, para manter a união de nossa pátria. Guerras com outros povos, para manter-nos cidadãos de um país livre, liberto e independente.

As Forças Armadas, hoje com poucos recursos para manterem-se, condignamente, como sempre e historicamente se mantiveram, impertérritas guardiãs da soberania e da integridade territorial do país, precisam encontrar na juventude a sustentação de sua história e de seus feitos para a grandeza do Brasil. E aqui, neste Colégio Militar de Brasília estão os moços que conduzirão o Brasil do futuro.

Está, também, nos quartéis de nossas Forças Armadas a reserva nacional de onde sempre saíram grandes vultos de nossa história.

Não é possível continuar os sucessivos equívocos que ainda persistem para com nossos soldados.

Os sacrifícios e as dificuldades impostas aos homens que, honradamente, vestem os uniformes brancos, verdes e azuis, precisam ser conhecidos de nossa juventude. Faz-se mister desintoxicar os jovens e fazê-los voltar seu pensamento para os problemas nacionais.

Para o revigoramento de nossos quartéis, onde se aprende a amar a pátria. Onde a honra, a honestidade e o respeito à coisa pública são postos à prova todos os dias.

O país começa a esquecer-se de seus heróis, sentinelas avançadas de nossos direitos e de nossa soberania.

Assisto, constrangido e triste, às vezes revoltado, o desconhecimento de nossa história e de nosso hino nacional.

O civismo precisa ser novamente implantado na alma de nossos moços. Há um clamor.

O Brasil sofre as agonias de uma crise internacional que vem destruindo princípios religiosos, de ética, moral, direito e honradez.

Nos quartéis, graças aos ensinamentos de nossos maiores, procura-se ainda preservar este amor à pátria, tão necessário para continuarmos uma nação livre e poderosa.

Nos quartéis, prezam-se ainda, cultuam-se ainda, os preceitos de rigoroso decoro militar que nos distingue nos quadros sociais da nação. Exemplos, não nos faltam.

Pretendia, senhoras e senhores, quando pela primeira vez falei sobre o assunto com meu ilustre amigo e confrade General Arnaldo Serafim, fazer, no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, uma homenagem aos nossos velhos pracinhas. Àqueles bravos expedicionários que lutaram fora de nosso território, além de nossas fronteiras, no fragor de batalhas sangrentas, onde tantos foram imolados, e lá ficaram sem voltar à pátria estremecida.

Jovens que ofereceram a vida em prol da grande causa. Aqueles que partiram no limiar da juventude e não voltaram.

Aqueles que Deus recolheu, na guerra justa em que se empenharam a favor da liberdade, onde o vigor e o heroísmo de nossos soldados foram postos à prova.

Onde consolidou-se em nossos espíritos a convicção de que somos soldados viris, tão bons combatentes, tão heróicos e tão soldados, quanto, e até melhores do que, as tropas até então tidas como sendo aquelas dos melhores soldados do mundo. Não foi ninguém senão um general alemão que afirmou a respeito da qualidade de nossos guerreiros: **“ou são bons ou são loucos. Como não podem ser bons, só podem ser loucos.”**

Tanta era a certeza de que as tropas alemãs eram formadas por super soldados, super-homens, que afirmação como esta não lhes parecia descabida.

Hoje, o que venho trazer aqui, em meu nome pessoal e em nome do Instituto Histórico e Geográfico do DF, é nossa palavra de solidariedade e reconhecimento pelo muito que a FEB fez e que as Forças Armadas tem feito pelo Brasil, cujo símbolo maior está expresso no verde e amarelo de nossa Bandeira, nos acordes de nosso Hino Nacional e na certeza de que o Brasil tem, em seus soldados, sejam da Armada, do Exército ou da Aeronáutica, a representação melhor de sua independência e soberania. A representação melhor de seu povo.

Reafirmando o que já disse, quero repetir que além da segurança nacional e integridade territorial do país, cabe ainda, às Forças Armadas garantir nossos valores éticos e morais, defendendo, com o mesmo ardor com que participaram da guerra na Itália, a soberania do Brasil e a defesa de nossos direitos como cidadãos brasileiros.

Encerrando minhas breves palavras quero, mais uma vez, homenagear, na pessoa dos pracinhas aqui presentes, toda a gloriosa e heróica Força Expedicionária Brasileira.

O CENTENÁRIO DE GERMANO RORIZ

Texto e Pesquisa Histórica de JARBAS SILVAS MARQUES
Jornalista e Pesquisador

Com a realização de cerimônias oficiais e religiosas, foi comemorado no dia 28 de maio de 1999, o centenário de nascimento de Germano Roriz, o primeiro funcionário público a residir com sua família em Goiânia, antes mesmo que a Capital do Estado tivesse o seu nome oficialmente escolhido.

Germano Roriz foi o maior ativista social-cristão da então nascente Goiânia, e a ele a cidade deve a iniciativa da criação e construção da Santa Casa de Misericórdia, da Escola de Enfermagem e das Faculdades de Odontologia e Farmácia, que foram os embriões da Universidade Católica de Goiás. O coroamento de uma vida voltada ao ativismo social se deu em 1967, quando o Papa João XXIII o promoveu a Comendador da Ordem de São Gregório Magno, passando a ser um dos cinco brasileiros a receber a mais alta comenda do Vaticano.

O MUDANCISTA

Nascido a 28 de maio de 1899 na então Santa Luzia, hoje Luziânia, Germano Roriz era trineto do português Gabriel Fernandes Roriz natural da Freguesia de Santa Maria de Corvilho, Bispado do Porto – e Antonia Maria de Mendonça, que são os patriarcas da Família Roriz de Santa Luzia, desde quando fixaram residência em 1770 no Planalto Central brasileiro.

Depois de cursar o primário na escola do famoso educador Josué Meireles, Germano Roriz fez o curso secundário no Colégio do Professor Artur Correia Dias em São José do Tocantins, hoje Niquelândia, habilitado profissionalmente a ser “Guarda-Livros Provisionado”, o que seria hoje equivalente a “Técnico de Contabilidade”.

Volta então a Santa Luzia e, com 12 anos de idade., participa da fundação da “União Recreativa” composta dos músicos José Brasil, Nicolau da Silva, Evangelino Meireles, José Francisco de Velo, Irineu de Melo, José de Campos Meireles Benedito Palestino,

Como músico solista, a excelência do seu piston está fixada histórica e literariamente por Basileu Pires Leal no seu livro “A Sombra do Tamboril” ao enumerar como uma das “maravilhas” de Santa Luzia, os acordes do piston de Germano Roriz, fixando ainda a fase da União Recreativa e de Sonata Luziana. Essa competência musical a que aludiu Basileu Pires Leal seria comprovada em 1931, quando ele exerceu a cargo de Mestre da Banda Musical da Prefeitura de Anápolis.

Os aspectos multifacéticos de Germano Roriz como ativista e agitador cultural em sua terra natal podem ser constatados ainda pela inauguração do cinema “Cine Luziano” em 1922, quando a cidade não dispunha. de energia elétrica e que veio a ser instalada dezoito anos depois.

Nessa mesma época adquiriu a tipografia de Plácido de Paiva, que fundou e editou o jornal “O Planalto” em 06 de agosto de 1910, e passa a editar os jornais “Vida Goiana”, “O Marimbondo”, “O Morcego”, “Cinema” e o jornal de critica “Verruma”.

Junto com Gelmires Reis e Evangelino Meireles edita o “Almanach de Santa Luzia”, que dá a Luziânia a invulgar primazia de ser a única cidade do Estado de Goiás a ter a genealogia de todas as famílias desde a, sua fundação em 13 de dezembro de 1746 pelo bandeirante Antonio Bueno de Azevedo, até 1909 com a edição revisada do “Almanach de Santa Luzia”

Em 1917 participa junto com Gelmires Reis e Benedito de Araújo Melo da diretoria que restaurou a Conferência de São Vicente de Paulo e que consistiria em norte da sua vida como militante social-cristão.

Participa ainda da fundação da Sociedade do Tiro Luziana, da qual foi Vogal da diretoria, para em seguida se tornar 1º Tenente da: 14 Cia do 1359 Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional Republicana..

Já casado com dona América do Sul Roriz desde 14 de setembro de 1918, participa ao lado do grande orador sacro, o Frei Dominicano Vicente Maria Moreira, de todos os movimentos e festividades religiosas dirigidas por Frei Vicente, inclusive do Coro da Igreja Matriz, organizando um espetáculo teatral que contou com a participação da juventude.

Em 1919, foi nomeado Contador e Partidor do Fórum de Santa Luzia exercendo também o cargo de Secretário da Intendência Municipal,

que voltaria a exercer novamente de 1924 a 1927 na gestão do Intendente Benedito de Araújo Melo.

Nesta época a pequena Santa Luzia contava com pouco mais de mil habitantes mas já era o maior núcleo de autodidatas do Estado de Goiás, homens e mulheres que á luz do candeeiro liam os clássicos da literatura universal, faziam música e poesias em saraus familiares, sob o som do piano da professora Nhá-Nhá do Couto (avó de Belkis Spencieré Carneiro), passam a organizar o movimento mudancista para a transferência. da Capital Federal para o Planalto Central com as sementes plantadas pela passagem da Missão Cruls em 1892.

A ebulição intelectual dos autodidatas de Santa Luzia atraem Americano do Brasil, que decide por fixar residência na cidade. Eleito deputado federal relança no Parlamento Nacional a idéia da mudança, sendo de sua autoria o projeto que obrigou ao Governo Federal erigirem em Planaltina no dia 7 de setembro de 1922 um marco onde “seria construída a nova capital federal”.

Em 1926, já nomeado Escrivão da Coletoria Federal, Germano Roriz participa junto com o Intendente Municipal de Planaltina, Deodato Louly, das ações do movimento mudancista que elaborou o loteamento denominado “Planaltinópolis” que vendia lotes onde “será edificada a futura capital federal”.

O Grupo de Santa Luzia, do qual participavam além de Germano Roriz, Gelmires Reis, Joaquim Gilberto, Benedito de AraújoMelo, Baltazar dos Reis, após a Revolução de 1930 e do esmaecimento da luta pela mudança da capital federal com a ação de Getúlio Vargas, reestrutura sua tática política e passa a apoiar a Pedro Ludovico na luta pela construção e Mudança da capital de Goiás, Santa Luzia elege o professor Sebastião Machado como deputado estadual que passa a integrar o grupo mudancista na Cidade de Goyaz.

Germano Roriz decide ir para o “olho do furacão” e em 1933 muda-se para a Cidade de Goyaz, sendo nomeado por Pedro Ludovico para o cargo de Professor de Música do Lyceu de Goyás.

PIONEIRISMO

Em principio de 1934, após ser nomeado Contador das Obras da Nova Capital, muda-se com a família para a nova capital, ainda sem nome e em inicio da construção. É a primeira família a residir na nascente Goiânia, e passa a morar na primeira casa (ainda em construção) na Pracinha da Rua 20 próxima a casa, que posteriormente sediou a

Faculdade de Direito e hoje a Justiça federal. Nomeado Coletor Federal passa a história com outra primazia; a de ser o primeiro funcionário público federal da nova capital. de Goiás.

Em 7 de novembro de 1935, pelo Decreto nº 510, que determinava a instalação do município de Goiânia no dia 20 do mesmo mês e nomeava o professor Venerando de Freitas Borges seu primeiro Prefeito Provisório, foi nomeado Vereador à Câmara Municipal, instalada na mesma data, cargo que voltaria a ocupar em 1947, com a redemocratização, quando foi eleito em consagradora votação pela vontade popular.

A. partir de 1935, Germano Roriz traz para Goiânia a sua tipografia e em 11 de junho de 1935, sob a direção de Baltazar dos Reis (seu concunhado assim como ele, duplamente mudancista em relação a Goiânia e Brasília), circula o primeiro jornal da cidade, o “Nova Goiás”.

Sua atividade concentra-se em duas frentes; o exercício do cargo de Coletor Federal do Ministério da Fazenda até sua aposentadoria por tempo de serviço, em 1954, e a presidência da Conferência de São Vicente de Paulo e, depois, do Conselho Metropolitano das Conferências de São Vicente de Paulo do Estado de Goiás, que fundou e dirigiu até a sua morte.

Sob sua iniciativa e direção, a Conferência de São Vicente de Paulo de Goiânia construiu a Santa Casa de Misericórdia, que funcionou até a década de 80 na Avenida Tocantins (local onde hoje é o Centro de Convenções), com quatro unidades hospitalares, mais a farmácia, o dispensário, o ambulário, a Casa da Criança, o Centro de Puericultura tendo ainda iniciado o asilo para doentes mentais que viria a se tornar o Hospital Adauto Bôtelho.

Ainda sob a sua direção e entusiasmo, a Conferência de São Vicente de Paulo de Goiânia fundou a Escola de Enfermagem, a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Odontologia e Farmácia, que se tornaram o embrião da Universidade Católica de Goiás, fundando ainda o Ginásio São Vicente de Paulo que foi o pioneiro na história da educação em Goiânia na instalação do primeiro curso noturno de ensino secundário na Capital do Estado.

No dia 5 de abril de 1935, nascia o seu filho Goiany Segismundo Roriz, a primeira criança nascida em Goiânia e a primeira a ser registrada e batizada.

Cabe-lhe ainda o mérito pioneiro de angariar fundos para a construção da Igrejinha de Nossa Senhora Auxiliadora, na Rua 19 nº 5, e que teve o apoio de Dom Emanuel Gomes de Oliveira e de dona Gercina Borges Teixeira, e que foi o primeiro templo religioso de Goiânia.

RECONHECIMENTO

Em sua constante e agregadora liderança como ativista social-cristão, teve o reconhecimento no dia 6 de janeiro de 1957, quando recebeu das mãos de Dom Sebastião Baggio, Núncio Apostólico e posteriormente Carmelengo no Vaticano a condecoração de Cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno, outorgada pelo Papa Pio XII reconhecendo a sua liderança incontestada dos vicentinos em Goiás.

Em 28 de outubro de 1967, o Papa PAULO VI promoveu Germano Roriz ao grau máximo da Ordem de São Gregório Magno, criada em 1834 pelo Papa Gregório XVI, promovendo-o de Cavaleiro a Comendador da Ordem, título dado a poucos brasileiros.

Germano Roriz faleceu em Goiânia, no dia 10 de setembro de 1968, quatro dias antes de completar suas bodas de ouro, e está sepultado no Cemitério de Santana. A descendência de Germano e dona América é formada por 143 pessoas, sendo 126 vivas, tendo legado a Goiânia e a Goiás profissionais liberais nas áreas da saúde, da educação, da magistratura, dos esportes, da música e da política.

Em 1980, na gestão do ex-prefeito Hélio Mauro, seu busto foi fixado na praça que leva o seu nome. Por uma, coincidência metafísica o local da atual Praça Germano Roriz foi idealizada pelo urbanista Atílio Corrêa Lima para sediar a futura Catedral de Goiânia, após julgar que a cidade precisaria de uma outra praça radial, além da Praça Cívica e da Praça do Bandeirante.

Para a história de Goiânia e de Brasília há ainda dois fatos a se registrar: no dia 20 de novembro de 1935, o primeiro prefeito de Goiânia recebeu a “Chave da Cidade”, mandada fazer pelo seu primo, o Epaminondas Roriz, com o ouro extraído das minas de Santa Luzia. O segundo fato e a elaboração do “Sonho de Dom Bosco”, feito por ele e seu cunhado Segismundo de Araújo Mello – do qual foi preceptor cultural – para assegurar a construção de Brasília no Planalto Central e não no Delta do Rio Paranaíba, como queriam os mineiros.

Goiânia, 18 de maio de 1999.

O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JK.

NINA TUBINO

Foi instalada em 20 de março, deste ano de 2001, no memorial JK, a Comissão que vai cuidar das comemorações do Centenário de Nascimento do presidente Juscelino Kubitschek. A programação se inicia em 12 de setembro e vai até 12 de setembro de 2002.

Costumamos dizer que o brasileiro não tem memória histórica, talvez seja verdade. Vamos, então, relembrar a história do feito maior de Juscelino, a mudança da Capital Federal e fazer justiça aos homens públicos que ajudaram a construir nossa Pátria.

No Brasil Colônia já havia a preocupação e o desejo da mudança da Capital para o interior. Tiradentes foi autor de um projeto que levaria o Poder Central para São João Del Rei, em Minas Gerais. O jornalista Hipólito José da Costa, fundador, em 1808, do Correio Braziliense, manifestava nas páginas de seu jornal, a necessidade da criação de uma nova capital para o País. E destacava os paralelos 15 e 20, como localização ideal para o que ele chamou de “paraíso terreal”, onde se formaria um grande império. As idéias de Tiradentes e Hipólito atingiram o Poder Executivo, na pessoa de José Bonifácio. Em 1821 solicitava ele, aos deputados paulistas à Corte de Lisboa, que lutassem pela mudança da Capital para o centro do País. Sugeriu o paralelo 15, no triângulo mineiro, e que fosse denominada Brasília ou Petrópolis.

Em 1823, é ainda José Bonifácio quem defende, na Assembléia Constituinte, a mudança da Capital para o interior.

Trinta anos depois, o senador Holanda Cavalcanti abre no Parlamento o debate sobre a interiorização da capital do Brasil.

Adolfo de Varnhagen defendeu a idéia da interiorização desde 1839. Em 1877, já sexagenário, veio da Áustria, onde estava como embaixador do Brasil, para conhecer a região que defendia como ideal

para a instalação da Nova Capital. E percorreu, em lombo de burro, esta região onde está Brasília. Após a viagem publicou um trabalho – “A questão da Capital : marítima ou no interior?”

Com a proclamação da República em 1889 a mudança da Capital torna-se imperativo constitucional. E por sugestão de Rui Barbosa, a proposta governamental consta no artigo II. Rio de Janeiro é considerada, então, “capital provisória”. Ao examinar a proposta governamental os primeiros constituintes republicanos aprovaram a mudança da Capital Federal para o Planalto Central, ficando reservada uma área de 14.400 Km² para a construção da mesma.

Um século depois de Tiradentes, a Primeira Constituição Republicana, determinava e definia o local para o novo Distrito Federal.

-É criada a Comissão Exploradora do Planalto Central, que chefiada pelo cientista Luiz Cruls, em 1892 parte para o sertão. Em 1893 é editado um mapa do Brasil, tendo, no planalto de Goiás, um retângulo com os dizeres: “Futuro Distrito Federal”. Parece que o presidente, Floriano Peixoto, teve a intenção de construir a Capital, não o fez. E o assunto desaparece do cenário político.

Em 1922, os deputados, Americano do Brasil e Rodrigues Machado, apresentam projeto que se transformou na lei 4494, mandando que, a 7 de setembro, no ano do Centenário da Independência, fosse lançada a pedra fundamental de Brasília no Planalto Central do Brasil, no morro do Centenário, no município de Planaltina. O presidente Epitácio Pessoa manda afixar a pedra fundamental da futura Capital na área demarcada 30 anos antes. Um ato simbólico porque mais nada aconteceu.

Alguns escritores e jornalistas, ante a apatia mudancista do Poder Executivo, levantam a voz em favor do cumprimento ao que reza a Constituição. E o Congresso se movimenta pela palavra do senador Nogueira Paranaguá (Piauí), e do deputado Americano do Brasil (Goiás), que alinham seus discursos parlamentares na defesa da mudança da Capital e apresentam projetos para sua efetivação. A imprensa nacional passa a defender o preceito constitucional, através dos artigos de Olavo Bilac, Medeiros de Albuquerque, Silvio Romero, Azevedo Pimentel, Adolfo de Varnhagen, Afonso Celso, Roquete Pinto, Euclides da Cunha, Gomes Ribeiro e outros. Mas os governantes estão surdos.

Os constituintes de 1934, embora ratifiquem a interiorização da Capital, retrocedem no planejamento e são criadas novas comissões de estudo.

No governo de Getúlio Vargas não se fala no assunto e a Constituição de 37, vagamente se refere a esta questão. Muito embora tenha o Presidente Vargas lançado a “Marcha para Oeste”, por reconhecer a necessidade da ocupação do território, não vinculou este pensamento ao da interiorização da Capital.

Na Constituinte de 1946 o ideal de interiorização da Capital volta a ser consagrado. No Congresso, Artur Bernardes, Café Filho, Pedro Ludovíco, Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek e Benedito Valadares, defendem a transferência e estabelecem a data da mesma. E fica estabelecido também, a criação do Estado da Guanabara.

Consagrada pela Constituição de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeia uma comissão de técnicos, presidida pelo general Djalma Polli Coelho, para realizar o estudo da área da nova Capital. Após 2 anos de estudos a Comissão conclui pela solução dada pela missão Cruls. Isso em agosto de 1948. Encaminhada ao Congresso as conclusões da Missão Polli Coelho, a lei só será aprovada em janeiro de 1953, quando é fixado o prazo de três anos para a conclusão dos estudos. A coordenação desses estudos ficou com o general Agnaldo Caiado de Castro e depois com o marechal José Pessoa.

Dada a indecisão do presidente Café Filho no que toca ao assunto, José Pessoa procura o governador de Goiás, Juca Ludovico, que assume realizar a desapropriação das terras escolhidas, aquelas mesmas determinadas pelos estudos da Missão Cruls e ratificadas pela Missão Polli Coelho E, em maio de 1955, em festa memorável, o governo de Goiás assina o decreto que determina a desapropriação e cria a Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Esta Comissão foi coordenada pelo médico Altamiro de Moura Pacheco. Tem início uma campanha de conscientização nacional em favor da nova Capital, liderada por José Pessoa.

Era ano eleitoral e Juscelino inicia sua campanha por Goiás. No município de Jataí, abordado por um jovem que lhe pergunta “se eleito, mudaria a capital do País para o interior”. Responde Juscelino-” sendo um preceito constitucional, cumprirei”.

E cumpriu. Fez o que seus antecessores no Governo da República não tiveram a coragem de fazer. Cumpriu a Constituição, construiu Brasília. Levou o desenvolvimento para o interior do País e aumentou a produção agrícola utilizando as férteis terras do Cerrado. Uniu o centro ao norte com a abertura da Belém/Brasília e trouxe para as populações pobres do sertão, saúde e educação. E muito mais fez por nosso País. JK fez em seus 5 anos de governo muito mais do que seus antecessores em 50.

Sem Brasília, o Centro Oeste seria ainda, um planalto vazio e tão vulnerável às invasões estrangeiras como a Amazônia hoje. Juscelino executou, com coragem e determinação, um projeto que se arrastava a 171 anos.

**membro do IHG/DF*

Bibliografia consultada:

Vasconcelos, Adirson-Memorial Brasília, 1995 A Epopéia da Construção de Brasília, 1989 A Mudança da Capital, 1978

Meireles, Dilermando – A morte trágica de Americano do Brasil, 1994

O MAIOR DE TODOS OS BRASILEIROS

MÁRCIO COTRIM

Como era o Brasil antes de Juscelino? Talvez você, leitor jovem, não saiba, pois a posse de JK ocorreu há distantes 45 anos.

Deixe-me dizer-lhe. O Brasil, naquele tempo, era habitado por criaturas descrentes, predispostas a nada mais que o descanso eterno. Sem motivação para o trabalho e para a própria vida, o brasileiro já assumira uma indolência que só desaparecia na hora do futebol e do Carnaval. No mais, era ficar de cócoras com o cigarrinho na boca, cuspidando para o lado e assistindo ao tempo passar.

Antes de Juscelino, era também um cético. Boas coisas eram as que vinham do estrangeiro – o esplêndido aço sueco, os perfeitos relógios suíços, os extraordinários carros norte-americanos, os inigualáveis produtos alemães, os charmosos objetos franceses, a ordem que aureolava as coisas britânicas e a sempre invejada cultura do povo argentino – nada nosso prestava, rigorosamente nada. No dizer de lustrosos sujeitos bem situados na vida, o Brasil não tinha futuro, era pouco mais que uma imensa cloaca.

Então amanheceu o dia 31 de janeiro de 1956. Subia ao poder um presidente mineiro eleito pelo povo mas cuja ascensão foi historicamente contestada por influente fauna de adversários, inconformados com a derrota nas urnas.

Liderados pelo agourento crocitar de Lacerda, opunham-se à posse do Juscelino os políticos da nefasta UDN, senhoras mal-amadas e a “gente de bem” que, com sua ignorância e hipocrisia, se alojava para os lados da Tijuca e Grajaú, redutos da classe média carioca, na época importante formadora da opinião pública brasileira.

Alguns militares de cenho franzido preocupados com o “perigo comunista” que eles personificavam em Juscelino e o *establishment*

empresarial, assustado com populismo que retornava ao Catete e lhe ameaçava os gordos lucros. Uma crosta conservadora que se arrepiava só de ouvir falarem Juscelino mas que, no fundo, tinha mesmo era medo da perda de seus privilégios. Gente pequena e desprezível.

E, no entanto, aquele doce mineiro que nunca fizera mal a ninguém, no governo foi o presidente que mais favoreceu o capital – não o capital predatório e selvagem que mais tarde infelicitou o País, mas o capital tonificado por grandes idéias e arrojadas realizações, que chegava como redenção a uma sociedade ainda primitiva.

Naquele 31 de janeiro nascia um novo Brasil. Cedinho JK passou a cada ministro diretrizes claras, quantificadas e calendarizadas. Metas de governo anunciadas alto e bom som para todo o país. Naquele dia se introduziam dois hábitos saudabilíssimos: a fixação de objetivos governamentais e a intensa prática da comunicação com o povo, com quem JK passou a manter permanente diálogo, dando-lhe satisfação do que estava sendo feito e sobre o cronograma de cada obra, estivesse ele adiantado ou atrasado.

A nação, que jamais conhecera algo parecido, assombrou-se mas logo aderiu ao novo estilo. A partir de então, o Brasil abandonou sua secular letargia, posse de pé e, contagiado pelo irresistível entusiasmo de seu presidente, tocou a trabalhar. o homem simples da rua sentia. Havia um projeto, um rumo, um caminho claro a percorrer. Havia estímulo e verdade.

Sedimentou-se salutar orgulho nas coisas mínimas, fosse no relacionamento familiar, fosse entre amigos e entre amantes. Não exagero ao presumir que nunca se fez tanto amor no Brasil como naquela época.

Uma esfuziante corrente se alastrou pela nação, ávida de boas notícias, e elas vinham quase diariamente em maciças doses de otimismo e esperança baseadas em fatos concretos: as obras em veloz andamento por todos os rincões do Brasil.

JK trouxe o progresso. Hoje, é uma das poucas unanimidades nacionais e há consenso de que foi um divisor de águas em nossa história. Não mudou apenas a face da Nação: mudou-lhe o espírito. Em meio ao imenso carteiro de obras em que se transformou o Brasil, pairava no ar um sentimento novo e forte trazido por Juscelino: confiança na capacidade do homem brasileiro, de que o cabal exemplo se traduziu na epopéia da construção de Brasília em apenas três anos.

Trouxe o progresso, é verdade – e lugar comum. Mas também trouxe a paz. Espírito conciliador, amainou as feras que queriam devorá-lo, focos golpistas de alguns insensatos. Com um peteleco, acabou com

as pífias revoltas de Jacareacanga e Aragarças e voltou ao trabalho. Afinal, havia coisa mais importante para fazer: o futuro do Brasil, que ele construía freneticamente, obsessivamente. Havia pressa que toda a nação, mobilizada e hipnotizada, vivia com emoção até então desconhecida.

Nesse clima de euforia, natural que desabrochassem importantes manifestações artísticas, e elas surgiram, como o cinema novo e a bossa nova. No esporte, apareceram ídolos que ganharam fama internacional como Éder Jofre e Maria Esther Bueno e, na onda da sorte do talismã JK, soltamos o grito sufocado na garganta ao conquistarmos, na Suécia, nossa primeira Copa do Mundo de futebol.

JK foi a fagulha que acendeu o Brasil. Um governo fulgurante, inigualado por seus antecessores e sucessores. Que marcava a data para a inauguração de uma obra e cumpria o prazo, mantinha a palavra. Todo mundo entendia de cronograma e sabia de cor e salteado em que etapa estavam as principais metas. O Brasil revolvido em suas entranhas, Juscelino sorridente, o povo eletrizado.

Santo furacão que passou por estas bandas, o grande JK. Anos depois, incompreendido por alguns recalçados, foi punido e teve que exilar-se. No estrangeiro, calou-se – perdeu novamente. Voltou nos braços do povo que o adorava e morreu em circunstâncias mais que duvidosas. Seu enterro, em Brasília, foi a mais comovente demonstração popular que já se viu na capital da República e uma das maiores do Brasil.

Descansa no Memorial. Visitado por devotas multidões de brasileiros que não viveram as emoções de seu governo, que não respiraram os bons fluidos de seu tempo. Onde quer que esteja, porém, seu exemplo de trabalho e tolerância continuará inspirando as almas grandes e generosas deste país.

Saudade, JK.

OS TRABALHADORES E AS FORÇAS ARMADAS

ENSAIO

JOSÉ ANTÔNIO PRATES

1. Premissas

O projeto nacional é definido pela política, com seus objetivos de longo e médio prazos, e os meios usados para alcançá-los são o trabalho, a diplomacia e as Forças Armadas.

Nossos direitos somente serão reconhecidos na medida em que dispusermos de força (política, tecnológica, econômica e dissuasão militar) para fazê-los presentes na mesa de negociação... As fantasias de uma ordem mundial fundamentada no direito é a retórica com que as nações dominantes disfarçam a imposição de seus interesses.

Não conheço relato na história dos movimentos de emancipação das nações e seu desenvolvimento em que as mais importantes transformações tenham sido possíveis sem o apoio de um braço armado, fosse para realizá-las, fosse para preservá-las, e que a economia, baseada na primeira premissa, tenha sido possível sem o trabalho dos cidadãos.

Este artigo foi escrito há oito anos quando o fantasma da globalização parecia distante. Hoje, mais do que nunca, defendendo a tese aqui esboçada, ainda com maior vigor pela presença das forças internacionais que estão de olho no nosso país, já de dentro dele, monitorando estruturalmente a nossa economia.

Todo povo ou país tem um exército: o seu próprio ou o de ocupação.

Sou patriota e nacionalista, por isso não desejo ver o meu país ocupado por uma força, um exército estrangeiro, sob qualquer pretexto, ostensiva ou disfarçadamente. Os que pensam que isto é uma miragem acuatelem-se, pois hoje, muito mais do que antes, estão próximos, bem aí nas nossas fronteiras e já agem intensamente nas nossas instituições.

Por isso, desejo refletir sobre como imaginar a defesa da nossa soberania e independência, à vista de uma situação configurada pelo escasseamento das fontes de riqueza no planeta, constringendo com sua plena pujança em nosso país.

É de se considerar que a volúpia gananciosa que sempre caracterizou as instituições e dirigentes do mundo do capital agigantase hoje com a constatação dos resultados do saqueio por eles mesmos praticado em um botim perecível.

2. Exorcizando o passado

A posição que ora esboço está respaldada pela absoluta independência em relação a qualquer concepção militarista, seja ela de exército popular ou profissional.

O militarismo, sempre o considere um desvio, geralmente autoritário, do conceito de forças armadas, uma vez que estas devem resultar como expressão armada da força política legítima de um povo, de uma Nação e do Estado, para exercer uma função de dissuasão e, só excepcionalmente motivadas ou determinadas a ações ofensivas de repressão, ainda que devam, permanentemente, estar preparadas para tal eventualidade. (Vamos sempre desejar o melhor, mas preparar-nos para o pior).

Falo também como quem esteve na trincheira oposta ao regime militarista, que dominou o Brasil por duas décadas, sendo seu prisioneiro e em seguida exilado político.

Daí minha autoridade, não técnica, pois considero-me despreparado para tecer opiniões sobre esse prisma, mas autoridade política que, como brasileiro e militante da soberania nacional devo possuir por considerar as Forças Armadas braço imprescindível para a realização da nossa vocação principal: o projeto de uma Nação brasileira, soberana, justa, independente e solidária.

As “esquerdas” têm omitido, por esclerose histórica ou vergonha de explicitar, o papel precípua das Forças Armadas ainda que o reconheçam no íntimo de todas as suas análises. Outros não o fazem por incapacidade mesmo de formular o esboço e a formatação detalhada do nosso país e de seus componentes sociais, sobretudo aqueles que se vocacionam para ser sua vanguarda dirigente.

Apesar dos apelos de bruxas, suscitados enfadonhamente por parte conhecida de uma mídia ordinária com vocação autoritária, para amesquinhar e fragilizar a vocação das Forças Armadas brasileiras

tentando induzi-las ao papel de agentes de polícia ou de mero assistente social, essas situações que em várias ocasiões podem ser necessárias e justificáveis não devem significar jamais a regra, mas sim as exceções no quadro das suas missões e responsabilidades.

3. É preciso mudar

O que é necessário esclarecer de partida é que, salvo raras exceções, os partidos políticos devem atualizar, na literatura e nos fatos, suas teses sobre o papel das Forças Armadas na construção democrática da Nação brasileira sem preconceitos de qualquer natureza.

Para isto, vemos como indispensável e fundamental compreender a Nação como o conjunto das maiorias populares – os trabalhadores de todas as categorias – e seu interesse histórico em construir e preservar a identidade nacional, única via possível para sua sobrevivência digna.

Mas só isto não bastaria, uma vez que a história sempre comprove a necessidade de uma força especial permanente para assegurar esses interesses, em aliança com a força política dos trabalhadores. Essa força especial permanente são as Forças Armadas.

A união das Forças Armadas e as classes trabalhadoras suplantaria o projeto classista-corporativista da pequena burguesia radical de “esquerda” e o projeto elitista, neoliberal, do mundo do capital sem pátria.

A justificativa maior dessa aliança-talvez a única – é o projeto de soberania nacional.

No novo quadro, internacional das relações de forças pós-perestroika, com o desmantelamento da União Soviética, um perigoso ingrediente veio tomar assento no mapa do mundo: a hegemonia total dos EUA, que agem hoje, de forma absoluta e autônoma, à sua própria maneira, como gendarme do planeta, sem qualquer constrangimento ou contestação, nos campos econômico e militar, buscando ainda fazer-se senhor nos campos tecnológico e cultural.

No quadro dessa nova realidade não faltaram teses abobalhadas, liquidacionistas e entreguistas, sobre a dissolução das nossas Forças Armadas, “justificadas” pelo fim da guerra fria. Ora, isto é o mesmo que entregar a guarda do galinheiro à raposa e fingir dormir tranqüilo. Nossas FFAA seriam transformadas em empresas de vigilância sob o comando do império norte-americano.

4. As lições da história

Na verdade, é preciso deixar claro é que:

1) A riqueza da Nação brasileira sai do talento e do esforço heróico dos trabalhadores, mas está sendo entregue aos vorazes saqueadores de nossas reservas econômicas e políticas.

2) O mapa atual do Brasil e sua integridade contemporânea deve-se a audazes brasileiros que souberam compreender sua missão patriótica nas encruzilhadas da nação como embriões das nossas Forças Armadas que garantiram com o fuzil o patrimônio territorial brasileiro.

É bem certo que setores, às vezes hegemônicos, das Forças Armadas voltaram-se contra o povo em determinados momentos da história sob uma ótica que consideramos reacionária (e a história tratou de demonstrar isto em um lapso não muito extenso da nossa vida). Mas ainda que essa tenha sido uma fase dolorosa para o nosso país, é certo também que ela foi importante para que os nossos militares constatassem que, com a ditadura e sem os trabalhadores, não é possível fazer a Pátria grande, a Nação brasileira, soberana e justa.

E aos trabalhadores brasileiros a história reservou lições importantes, como a informação e a consciência de que não teriam condições para criar o seu próprio suposto exército popular e também que, sem as FFAA brasileiras como aliadas, será impossível manter suas grandes conquistas, apesar de seu indiscutível patriotismo e do heroísmo e até o martírio de alguns dos seus grandes líderes.

5. Aliança pela soberania nacional

O que propomos é que o início conceitual de uma aliança entre Forças Armadas e trabalhadores aconteça tendo por base um elenco de questões que integrem um programa mínimo que, além de contemplar reivindicações conjunturais e estruturais de cada componente, avance no sentido de esboçar o conteúdo e os contornos do projeto nacional e as premissas da soberania do Brasil.

Para isto, é preciso estarmos conscientes de que questões como emprego, salários e poder aquisitivo devem ocupar grande espaço para motivação ao diálogo mais profundo, ainda que isto constitua a parte conjuntural da pauta.

A modernização do equipamento das Forças Armadas (recursos humanos e tecnológicos), para o adequado cumprimento de seu papel, também é ponto fundamental desse elenco de questões.

A democratização e a popularização da Universidade brasileira, dando ênfase ao desenvolvimento científico e tecnológico, defesa das empresas estratégicas nacionais, incentivo à exploração da plataforma marítima, defesa integral e ocupação planejada da Amazônia, preservação da moeda nacional em qualquer plano econômico, reforma agrária, opção pelo mercado interno, estabilidade do emprego dos trabalhadores, renegociação da dívida externa, manutenção dos planos de aposentadoria e consolidação de uma previdência social justa, reorganização do Estado brasileiro sob hegemonia do projeto nacional soberano e não da globalização da economia, todos são elementos essenciais à formulação de um Programa Nacional, permeado pela aliança dos trabalhos e as FFAA.

6. O papel dos intelectuais

Propomos que os chamados intelectuais, especialmente os escritores, sejam os mediadores e fiadores desse entendimento patriótico.

Claro que os partidos políticos continuarão a desenvolver um relevante papel em semelhante acontecimento. Não se propõe aqui sua substituição por personalidades ou qualquer outra força, mas apenas que os intelectuais brasileiros saiam do estágio de codificadores e decodificadores de fatos conjunturais ou de interesses corporativos próprios, ainda que justos, e passem a ocupar esta posição de incentivadores e animadores do processo, por seu conhecimento, por sua letra, por sua respeitabilidade.

Em todo o caso deve ficar claro que não temos a pretensão de que tudo isto seja feito com facilidade, sem marchas e contra marchas, até eliminar as desconfianças, os receios e os preconceitos, o que só ocorrerá coma prática perseverante do diálogo e com o tempo. Contudo está passando da hora de que semelhante processo seja desencadeado com toda a responsabilidade que merece.

E deverá ocorrer, porque o Brasil é superior a todos os projetos particulares e setoriais. Não podemos esperar a hora fatídica, quando nossa casa estiver ocupada, restando-nos neste momento, lamentavelmente, apenas nos organizamos como heróicos partizans para resistir à presença nefasta do invasor.

PÁTRIA E JUVENTUDE NA POESIA BRASILEIRA

Leitura comentada de poemas no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal por

ANDERSON BRAGA HORTA

HOMENAGEM INICIAL

Em 1553 desembarcava no Brasil um jovem canarinho chamado José de Anchieta. Nascido na província de Tenerife, nas Ilhas Canárias, aqui viveu quarenta e quatro anos, até a morte, em Reritiba (hoje Anchieta), Espírito Santo. Jesuíta, dedicou à catequese do indígena a sua vida e os seus dons literários. Escreveu em latim castelhano, português e tupi. É dele uma *Arte da Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. Começa com ele a nossa poesia. Se o Brasil não foi, diretamente, tema de sua poesia, foi, creio que o posso dizer, o tema de sua vida. Começamos com ele a nossa leitura.

VAIDADE DAS COUSAS DO MUNDO

Não há cousa segura;
Tudo quanto se vê, se vai passando;
A vida não tem dura;
O bem se vai gastando,
E toda criatura vai voando.

Em Deus, meu criador,
Só 'stá todo o meu bem, toda a esperança,
Meu gosto e meu amor
E bem-aventurança.
Quem serve a tal Senhor não faz mudança.

Contente assi minha alma,
Do doce amor de Deus toda ferida,
O mundo deixa em calma,
Buscando a outra vida,
Na qual deseja ser toda absorvida.

De pé do sacro monte,
Meus olhos levantando ao alto cume,
Vi 'star aberta a fonte
Do verdadeiro lume,
Que as trevas do meu peito me consume.

Correm doces licores
Das grandes aberturas do penedo;
Levantam-se os errores,
Levanta-se o degredo
E tira-se a amargura ao fruto azedo.

A TERRA

Manuel Botelho de Oliveira, nascido na Bahia em 1636, parece-nos o iniciador de uma linhagem de cantores dos frutos da terra – o pescado, as plantas, as *fruitas*, especialmente estas, cantadas de maneira ingênua em “A Ilha de Maré”. Manuel de Santa Maria Itaparica segue-lhe as pegadas. À guisa de exemplo, leio-lhe uma estrofe (a de número XLVII) da “Descrição da Ilha de Itaparica”:

As frutas se produzem copiosas,
De várias castas e de várias cores,
Umam se estimam muito por cheirosas,
Outras levam vantagem nos sabores:
São tão belas, tão lindas e formosas,
Que estão causando à vista mil amores,
E se nos prados Flora mais blasona,
São os pomares glória de Pomona.

Reencontramos a tradição no *Caramuru* de Santa Rita Durão, nascido em Minas, em 1722. Os seguintes versos dir-se-iam diretamente inspirados na Carta de Pero Vaz de Caminha:

Ervilhas, feijão, favas, milho e trigo,
Tido a terra produz, se transplanta;
Fruta também, o pomo, a pêra, o figo
Com bífera colheita, e em cópia tanta:
Que mais que no país que a dera antigo,
No Brasil, frutifica qualquer planta;
Assim nos deu a Pérsia, e Líbia ardente,
O que a nós transplantamos de outra gente.

(*Canto VII, oitava XXX.*)

Anterior a todos é Bento Teixeira, cuja naturalidade – lusitana ou brasileira – se discute. É autor do poema épico *Prosopopéia*, em que se destaca uma “Descrição do Recife de Paranambuco”. Bem mais vívida ambientação brasileira têm os poemas de um Tomás Antônio Gonzaga, nascido em Portugal, personagem de proa da chamada Inconfidência Mineira. É com os românticos, porém, que o sentimento nativista se eleva ao máximo em qualidade literária servida por uma linguagem diferenciada do português de além-mar. Que o diga a “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, considerada tão importante para a nacionalidade que tem aproveitamento no Hino Nacional:

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

A LÍNGUA

Tanto a ambientação como a linguagem acabam de abraçear-se nas gerações românticas seguintes, lideradas por poetas que morreram moços, como Fagundes Varela, ou pouco mais do que adolescentes, como Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves e Junqueira Freire. De Casimiro, “Meus Oito Anos”:

Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!

Como são belos os dias
Do despontar da existência!
— Respira a alma inocência
Como perfumes a flor;
O mar é — lago sereno,
O céu — um manto azulado,
O mundo — sonho dourado,
A vida — hino d'amor!

Que auroras, que sol, que vida,
Que noites de melodia
Naquela doce alegria,
Naquele ingênuo folgar!

O céu bordado d'estrelas,
A terra de aromas cheia,
As ondas beijando a areia
E a Lua beijando o mar!

Oh! dias da minha infância!
Oh! meu céu de primavera!
Que doce a vida não era
Nessa risonha manhã!
Em vez das mágoas de agora,
Eu tinha nessas delícias
De minha mãe as carícias
E beijos de minha irmã!

Livre filho das montanhas,
Eu ia bem satisfeito,
Da camisa aberto o peito,
— Pés descalços, braços nus —
Correndo pelas Campinas
À roda das cachoeiras,
Atrás das asas ligeiras
Das borboletas azuis.

Naqueles tempos ditosos
Ia colher as pitangas,
Trepava a tirar as mangas,
Brincava à beira do mar;
Rezava às Ave-Marias,
Achava o céu sempre lindo,
Adormecia sorrindo
E despertava a cantar!

Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
— Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais.

Nestes musicalíssimos hendecassílabos de Castro Alves, que descrevem parte do cenário do drama de dois escravos, Maria, em fuga de seu senhor, que a violentara, e seu noivo, Lucas, temos também uma página brasileiríssima, tanto mais porque, ao que entendo, de um brasileirismo natural, não buscado:

O CREPÚSCULO SERTANEJO

A tarde morria! Nas águas barrentas
As sombras das margens deitavam-se longas;
Na esguia atalaia das árvores secas
Ouvia-se um triste chorar de arapongas.

A tarde morria! Dos ramos, das lascas,
Das pedras, do líquen, das heras, dos cardos,
As trevas rasteiras com o ventre por terra
Safam, quais negros, cruéis leopardos.

A tarde morria! Mais funda nas águas
Lavava-se a galha do escuro ingazeiro...
Ao fresco arrepio dos ventos cortantes
Em músico estalo rangia o coqueiro.

Sussurro profundo! Marulho gigante!
Talvez um – silêncio!... Talvez uma – orquestra...
Da folha, do cálix, das asas, do inseto...
Do átomo – à estrela... do verme – à florestal...

As garças metiam o bico vermelho
Por baixo das asas, – da brisa ao açoite – ;
E a terra na vaga de azul do infinito
Cobria a cabeça com as penas da noite!

Somente por vezes, dos jungles das bordas
Dos golfos enormes daquela paragem,
Erguia a cabeça surpreso, inquieto,
Coberto de limos – um touro selvagem.

Então as marrecas, em torno boiando,
O vôo encurvavam medrosas, à toa...

E o tímido bando pedindo outras praias
Passava gritando por sobre a canoa!..

.....

OS HERÓIS

Não deve faltar, nesta leitura, algum poema em que se cante o herói. Acode-me logo a “Elegia” dedicada por Natividade Saldanha (pernambucano, nascido em 1796) “Aos seus amigos comprometidos na Revolução de 1824”. Mas o tempo é escasso, passemos essa página; porque gostaria de lembrar aos amigos que me ouvem – e neste passo me dirijo particularmente aos mais jovens – que a apreensão da poesia, se exige algum preparo específico, algum volume de leituras (ou audições), exige sobretudo o mergulho. E mergulho, penso eu, supõe despojamento. Vá lá que, em nossa arte poética, se temos uma, torçamos o pescoço à eloquência, defendamos a economia vocabular, coloquemos a música em posição sobrelevante, prefiramos o verso livre, ou o linossigno, ou o não-verso, qualquer que seja o nome que se lhe dê; diante de determinada poesia, contudo, é mister que nos dispamos dessas roupas, ou pelo menos do excesso delas, vale dizer, que deixemos de lado os preconceitos, ou nunca entenderemos senão a nós mesmos (o que já seria muito!), nunca entenderíamos o outro, o diverso, quanto mais o oposto! Disponhamo-nos a ouvir o músico ou a tentar compreender o antimusical; a fitar com olhos bem abertos as prestidigitações do imagista ou a planura dos que professam fugir a metáfora; a equilibrar-nos na abundância ou a embalar-nos no seco; aprecie-se a poesia dita engajada, quando boa; mas não se intente impor a ninguém um engajamento; principalmente não tentar impô-lo como critério de valoração do passado. Há poetas de valorem todas as *escolas*, há poemas perfeitos que não atendem a regras supostamente obrigatórias.

Dispamo-nos de quaisquer dogmas... nem que seja para retomá-los depois do mergulho.

Lerei um trecho – não todo o poema, porque muito longo – de “O Caçador de Esmeraldas”, de Olavo Bilac. O trecho do delírio de Fernão Dias, e o final do poema.

Fernão Dias Paes Leme agoniza. Um lamento
Chora longo, a rolar na longa voz do vento.
Mugem soturnamente as águas. O céu arde.
Trasmonta fulvo o sol. E a natureza assiste,
Na mesma solidão e na mesma hora triste,
À agonia do herói e à agonia da tarde.

.....

IV

Adoça-se-lhe o olhar, num fulgor indeciso;
Leve, na boca aflante, esvoaça-lhe um sorriso...
– E adelgaça-se o véu das sombras. O luar
Abre no horror da noite uma verde clareira.
Como para abraçar a natureza inteira,
Fernão Dias Pais Leme estira os braços no ar...

Verdes, os astros no alto abrem-se em verdes chamas;
Verdes, na verde mata, embalançam-se as ramas;
E flores verdes no ar brandamente se movem;
Chispam verdes fuzis riscando o céu sombrio;
Em esmeraldas flui a água verde do rio,
E do céu, todo verde, as esmeraldas chovem...

E é uma ressurreição! O corpo se levanta:
Nos olhos, já sem luz, a vida exsurge e canta!
E esse destroço humano, esse pouco de pó
Contra a destruição se aferra à vida, e luta,
E treme, e cresce, e brilha, e afia o ouvido, e escuta
A voz, que na soidão só ele escuta, – só:

“Morre! morrem-te às mãos as pedras desejadas,
Desfeitas como um sonho, e em lodo desmanchadas...
Que importa? dorme em paz, que o teu labor é findo!
Nos campos, no pendor das montanhas fragosas,
Como um grande colar de esmeraldas gloriosas,
As tuas povoações se estenderão fulgindo!

Quando do acampamento o bando peregrino
Saía, antemanhã, ao sabor do destino,
Em busca, ao norte e ao sul, de jazida melhor,
– No cômodo de terra, em que teu pé poisara,
Os colmados de palha aprumavam-se, e clara
A luz de uma clareira espancava o arredor.

Nesse louco vagar, nessa marcha perdida,
Tu foste, como o sol, uma fonte de vida:
Cada passada tua era um caminho aberto!

Cada pouso mudado, uma nova conquista!
E enquanto ias, sonhando o teu sonho egoísta,
Teu pé, como o de um deus, fecundava o deserto!

Morre! tu viverás nas estradas que abriste!
Teu nome rolará no largo choro triste
Da água do Guaicuí... Morre, Conquistador!
Viverás quando, feito em seiva o sangue, aos ares
Subires, e, nutrindo uma árvore, cantares
Numa ramada verde entre um ninho e uma flor!

Morre! germinarão as sagradas sementes
Das gotas de suor, das lágrimas ardentes!
Hão de frutificar as fomes e as vigílias!
E um dia, povoada a terra em que te deitas,
Quando, aos beijos do sol, sobrarem as colheitas,
Quando, aos beijos do amor, crescerem as famílias,

Tu cantarás na voz dos sinos, nas charruas,
No esto da multidão, no tumultuar das ruas,
No clamor do trabalho e nos hinos da paz!
E, subjugando o olvido, através das idades,
Violador de sertões, plantador de cidades,
Dentro do coração da Pátria viverás!"

.....
Cala-se a estranha voz. Dorme de novo tudo.
Agora, a deslizar pelo arvoredado mudo,
Como um choro de prata algente o luar escorre.
E sereno, feliz, no maternal regaço
Da terra, sob a paz estrelada do espaço,
Fernão Dias Paes Leme os olhos cerra. E morre.

Cecília Meireles. De seu *Romanceiro da Inconfidência* leio o
"Romance LIII ou Das Palavras Aéreas":

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,

sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
tudo se forma e transforma!

Sois de vento, ides no vento,
e quedais, com sorte nova!

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Todo o sentido da vida
principia à vossa porta;
o mel do amor cristaliza
seu perfume em vossa rosa;
sois o sonho e sois a audácia,
calúnia, fúria, derrota...

A liberdade das almas,
ai! com letras se elabora...
E dos venenos humanos
sois a mais fina retorta:
frágil, frágil como o vidro
e mais que o aço poderosa!
Reis, impérios, povos, tempos,
pelo vosso impulso rodam...

Detrás de grossas paredes,
de leve, quem vos desfolha?
Pareceis de tênue seda,
sem peso de ação nem de hora...
— e estais no bico das penas,
— e estais na tinta que as molha,
— e estais nas mãos dos juízes,
— e sois o ferro que arrocha,
— e sois barco para o exílio,
— e sois Moçambique e Angola!

Ai, palavras, ai, palavras,
íeis pela estrada afora,
erguendo asas muito incertas,

entre verdade e galhofa,
desejos do tempo inquieto,
promessas que o mundo sopra...

Ai, palavras, ai, palavras,
mirai-vos: que sois, agora?

— Acusações, sentinelas;
bacamarte, algema, escolta;
— o olho ardente da perfídia,
ia velar, na noite morta;
— a umidade dos presídios,
— a solidão pavorosa;
— duro ferro de perguntas,
com sangue em cada resposta;
— e a sentença que caminha,
— e a esperança que não volta,
— e o coração que vacila,
— e o castigo que galopa...

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Perdão podíeis ter sido!
— sois madeira que se corta,
— sois vinte degraus de escada,
— sois um pedaço de corda...
— sois povo pelas janelas,
cortejo, bandeiras, tropa...

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Éreis um sopro na aragem...
— sois um homem que se enforca!

O POVO

Pra não dizer que só falei de flores... vamos a uma página de contestação. Não basta louvarmos os nossos méritos; precisamos ter olhos para os nossos defeitos. Começamos este capítulo com uma sátira de Gregório de Matos Guerra, o Boca do Inferno, nascido na Bahia, em 1633. Desconte-se o que houver de preconceituoso no desabusado poeta.

AO SRS: GOVERNADORES DO MUNDO EM SECO DA
CIDADE DA BAHIA, E SEUS COSTUMES

A cada canto um grande Conselheiro,
que nos quer governar cabana e vinha:
Não sabem governar sua cozinha,
e querem governar o Mundo inteiro!

Em cada porta um bem freqüente Olheiro
da vida do Vizinho e da Vizinha,
pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha
para o levar à Praça e ao Terreiro.

Muitos Mulatos desavergonhados,
trazendo pelos pés aos Homens nobres;
posta nas palmas toda a picardia.

Estupendas usuras nos mercados:
Todos os que não furtam, muito pobres:
Eis aqui a Cidade da Bahia.

Eis aqui o Brasil, dirão as más línguas... Mas vamos da crítica
para a construção, preconceitos fora.

O índio foi protagonista de importantes poemas anteriores ao
Romantismo. Cito dois exemplos ilustres, da chamada Escola Mineira:
Caramuru de Santa-Rita-Durão, e *O Uruguai*, de Basílio da Gama.
Gonçalves Dias deu-lhe singular esplendor, em poemas como “O Canto
do Guerreiro”, “O Canto do Piaga”, “Deprecação”, “Marabá”, “Canção
do Tamoio”, “Os Timbiras”.

Há quem critique o grande poeta maranhense: seu índio é
idealizado, psicologicamente falso, a linguagem postiça, etc. e tal...
se leva esse tipo de crítica ao extremo, acaba-se por sepultar toda a poesia:
ninguém fala em versos... Depois, embora verdadeiro que a grande arte é
intemporal, não se pode separar de modo absoluto o poeta e sua poesia do
tempo em que viveu. Volto a dizer: dispamo-nos para o mergulho...

Leio, do “I-Juca-Pirama”, o potente anátema do “velho Tupi
guerreiro” ao filho que supõe covarde:

“Tu choraste em presença da morte?
Na presença de estranhos choraste?”

Não descende o cobarde do forte;
Pois choraste, meu filho não és!
Possas tu, descendente maldito
De uma tribo de nobres guerreiros,
Implorando cruéis forasteiros,
Seres presa de vis Aimorés.

Possas tu, isolado na terra,
Sem arrimo e sem pátria vagando,
Rejeitado da morte na guerra,
Rejeitado dos homens na paz,
Ser das gentes o espectro execrando;
Não encontres amor nas mulheres;
Teus amigos, se amigos tiveres,
Tenham alma inconstante e falaz!

Não encontres doçura no dia,
Nem as cores da aurora te ameiguem,
E entre as larvas da noite sombria
Nunca possas descanso gozar;
Não encontres um tronco, uma pedra,
Posta ao sol, posta às chuvas e aos ventos,
Padecendo os maiores tormentos,
Onde possas a frente pousar.

Que a teus passos a relva se torre,
Murchem prados, a flor desfaleça,
E o regato, que límpido corre,
Mais te acenda o vesano furor;
Suas águas depressa se tornem,
Ao contacto dos lábios sedentos,
Lago impuro de vermes nojentos,
Donde fujas com asco e terror!

Sempre o céu, como um teto incendiado,
Creste e punja teus membros malditos
E o oceano de pó denegrado
Seja a terra ao ignavo tupi!
Miserável, faminto, sedento,
Manitôs lhe não falem nos sonhos

E de horror os espectros medonhos
Traga sempre o cobarde após si.

Um amigo não tenhas piedoso
Que o teu corpo na terra embalsame,
Pondo em vaso d'argila cuidadoso
Arco e flecha e tacape a teus pés!
Sê maldito, e sozinho na terra;
Pois que a tanta vileza chegaste,
Que em presença da morte choraste,
Tu, cobarde, meu filho não és.”

Assim como a sátira tem seu papel no progresso do homem, às vezes é também preciso empunhar o látigo. Passemos-lo a Castro Alves, que, “O Navio Negreiro”, exprobra o tráfico de escravos (na verdade, exprobra a escravidão, em geral). O poema devia ser lido na íntegra, pois vaiem crescendo de um canto lírico inicial a uma apóstrofe violenta – outro poderoso anátema. Leio esse final, consistente em três vibrantes oitavas. Após a descrição das cenas ominosas no navio, aturde-se ainda mais o poeta:

E existe um povo que a bandeira empresta
Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?!...
Silêncio!... Musa! chora, chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto...

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do Sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...

Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo

O trilho que Colombo abriu na vaga,
Como um íris no pélago profundo! ..
... Mas é infâmia de mais... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo...
Andrada! arranca este pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!

Friso que muitos de nossos poetas, notadamente a contar do Romantismo, ostentam não só um sentimento de brasilidade, mas também uma americanidade abrangente. O fabuloso Fagundes Varela tem mesmo um livro intitulado *Vozes da América*. Noutro livro, *Cantos do Ermo e a Cidade* inclui uma o e a “O General Juarez”, o mexicano que sonhou unidas todas as raças das colúmbias terras”. Do moderno Ronald de Carvalho lembro *Toda a América*. De Castro Alves leria “O Livro e a América”, se tivéssemos todo o tempo do mundo...

Em última análise, cantam os poetas o homem planetário, os homens a se darem as mãos em toda a Terra, independentemente de nacionalidade, cor ou credo.

A JUVENTUDE

Poeta, em sua origem grega, significaria aquele que faz. Aquele que cria. E criação, poesia, tem a ver com juventude. Se não necessariamente com a cronológica, pelo menos com a juventude de espírito. A juventude tem estado presente nesta leitura, pela voz dos poetas evocados, que fizeram, quase todos, em plena mocidade o melhor de sua obra, senão toda, visto que muitos não passaram da casa dos vinte; e pelo viço mesmo de seus poemas.

O Brasil precisa da poesia de sua juventude!

Neste momento crítico da pátria – e do mundo! –, o que nos pode salvar resume-se numa palavra: educação. Longe de mim querer escamotear o fato de que temos problemas econômicos, péssima distribuição de renda, injustiça social, em suma; quero, sim, enfatizar que pensamos em soluções casuísticas para os nossos males e esquecemos o antídoto fundamental: educação. De que modo o ministrar nos lares, quando a escola o tem esquecido, quando os poderosíssimos meios de comunicação modernos não só não contribuem para educar, mas deseducam vergonhosamente? Não confundir: cuida-se mais ou menos de instrução; mas dar instrução sem educação é como pôr armas na mão do irresponsável.

A arte educa. A poesia educa. A cultura não imediatamente utilizável para objetivos práticos, isto é, econômico-financeiros, tem sido desprezada como um traste.

É preciso educar. Praza aos céus que a juventude de hoje o perceba e o assuma por meta de redenção.

FINAL PROVISÓRIO

Com os poetas de nosso Modernismo poderia ilustrar todos os itens da temática enfocada. Dá vontade de ler trechos do *Juca Mulato* de Menotti Del Picchia, “Essa Negra Fulô”, de Jorge de Lima, excertos do *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo, “Égloga Tropical” e “Brasil”, de Ronald de Carvalho, páginas e páginas de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Ascenso Ferreira, Raul Bopp (*Cobra Norato*), Murilo Mendes, Vinicius de Moraes (tão popularizado por sua fecunda vertente musical)... O povo é vivida presença num Carlos Drummond de Andrade, num João Cabral de Melo Neto, altíssimos poetas, de fortes tonalidades humanísticas; quem não conhece a vigorosa poesia social de Drummond, quem não conhece *Morte e Vida Severina*, de João Cabral?

Estão eles mais próximos de nós, no tempo e na afinação. Ficam para uma segunda sessão de leitura, venha eu a merecê-lo.

Neste finzinho de encontro, volto a convocar um de nossos poetas mais glorificados em vida e mais injustiçados *post mortem* (por alguns críticos, não pelo público), um poeta dos grandes, que, passados há tanto os embates iniciais do Modernismo, já não há por que fingir que não o é. Leio, de Bilac, três sonetos que, de algum modo, sintetizam este panorama, já que falam em nossa terra, nossa língua, nossa cultura e nossa gente.

PÁTRIA

Pátria, latejo em ti, no teu lenho, por onde
Circulo! e sou perfume, e sombra, e sol, e orvalho!
E, em seiva, ao teu clamor a minha voz responde,
E subo do teu cerne ao céu de galho em galho!

Dos teus liquens, dos teus cipós, da tua fronde,
Do ninho que gorjeia em teu doce agasalho,
Do fruto a amadurar que em teu seio se esconde,
De ti, rebento em luz e em cânticos me espalho!

Vi , choro em teu pranto; e, em teus dias felizes,
No alto, como uma flor, em ti, pompeio e exulto!
E eu morto, – sendo tu cheia de cicatrizes,

Tu golpeada e insultada, – eu tremerei sepulto:
E os meus ossos no chão, como as tuas raízes,
Se estorcerão de dor, sofrendo o golpe e o insulto.

LÍNGUA PORTUGUESA

Última flor do Lácio, inculca e bela,
És a um tempo esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

MÚSICA BRASILEIRA

Tens, às vezes, o fogo soberano
Do amor: encerras na cadência, acesa
Em requebros e encantos de impureza,
Todo o feitiço do pecado humano.

Mas, sobre essa volúpia, erra a tristeza
Dos desertos, das matas e do oceano:
Bárbara poracé, banzo africano,
E soluços de trova portuguesa.

És samba e jongo, xiba e fado, cujos
Acordes são desejos e orfandades
De selvagens, cativos e marujos:

E em nostalgias e paixões consistes,
Lasciva dor, beijo de três saudades,
Flor amorosa de três raças tristes.

Nossa poesia não se esgota. Mas o meu tempo está esgotado.
Para encerrar, mesmo, colho a lição de um poeta menos conhecido, o
baiano Domingos Borges de Barros (1779-1885), no terceto que fecha o
poema “Ao Chegar à Bahia”:

É nos trabalhos que no peito ferve
O nobre patriotismo: o braço, o sangue
Aqui te entrego, ó pátria!

RECOMPONDO A JORNADA REALIZADA

JUSCELINO KUBITSCHKE

No dia 31 de janeiro, levantei-me às 6 horas como de hábito. Estava hospedado no Hotel Nacional, ainda em construção, mas uma *suíte* fora preparada para acolher-me e à minha família, por ocasião da transmissão do poder.

Na noite anterior, telefonara para a portaria, solicitando que me acordassem às 8 da manhã. Julguei que, pelo menos naquele dia, deveria ficar até mais tarde em repouso. Quando o camareiro veio me chamar às 8 horas, já estava de pé havia muito e, inclusive, acabara de tomar meu desjejum.

Olhei através da janela. Vi que a manhã, contrariamente ao que acontecia em Brasília, estava sombria, com nuvens cinzentas pressagiando mau tempo. Aliás, no dia anterior chovera copiosamente e o *Caravelle*, que conduzia Jânio Quadros, atrasara-se e só aterrissara, no aeroporto militar, às 7 horas da noite. Isto causara grande transtorno aos que ali haviam comparecido, para homenageá-lo.

Depois do desjejum, sentei-me numa poltrona do *living* e deixei-me ficar, sem saber o que fazer. A mudança para o Hotel Nacional fora feita quatro dias antes. Assim o decidira, a fim de que Sarah pudesse preparar convenientemente o Alvorada para receber o novo presidente. Uma faxina completa fora ordenada no palácio. Mármore, bronzes, móveis, tapeçarias, cristais, baixelas – tudo, enfim, passara por rigorosa limpeza. Era uma cortesia do presidente que saía ao que, daquele dia em diante, iria ocupar o palácio, o que – diga-se de passagem – constituía um costume pouco usual na história da nossa vida republicana. Quando tudo estava em ordem, Sarah convidara D. Eloá, esposa do novo presidente, para fazer uma inspeção no palácio e verificar se tudo estava como ela desejava.

A impolidez era uma característica dos novos inquilinos do Alvorada. Intencional ou não, todos primaram por evidenciá-la, quando em contato com qualquer membro da minha família. No dia 31, pela manhã, Jânio Quadros fez-me uma visita protocolar, antes das cerimônias programadas para a posse. O encontro se deu no gabinete presidencial. Jânio cumprimentou-me secamente e sentou-se ao meu lado; num sofá ali existente, enquanto as demais pessoas conservaram-se de pé em torno de nós. Cruzou as pernas e, sem me dirigir uma só palavra, passou a sacudir o pé. Constrangidos em face daquela situação, alguns dos presentes se aproximaram e tentaram estabelecer uma conversação. Dirigi-me a todos com a minha natural afabilidade, o que acentuou, ainda mais, a falta de polidez do visitante.

Sentado numa poltrona do *living*, no apartamento do Hotel Nacional, recordei as últimas horas do meu mandato presidencial. No dia anterior, fizera realizar uma reunião ministerial a fim de me despedir dos auxiliares diretos e agradecer-lhes os serviços prestados. A essa reunião, que havia sido marcada para as 9,30 da manhã, compareceram todos os ministros, menos dois: Barros de Carvalho, da Agricultura, que se atrasara no percurso, e Clóvis Salgado, da Educação, que fora eleito vice-governador de Minas e que tomaria posse do cargo, também no dia seguinte, em Belo Horizonte. Mal iniciara os trabalhos, tive de interrompê-los, para receber a visita do vice-presidente da República, João Goulart, que chegara ao palácio. Nossa conversa, porém, fora rápida. Tratava-se apenas de uma visita de cortesia. A reunião prosseguiu, pouco depois, já com a presença do ministro Barros de Carvalho e a do senador Auro de Moura Andrade, líder do Governo na Câmara Alta.

A reunião não passara de um encontro de amigos. O Governo chegara ao fim. E o que, realmente, tivera em mente ao convocá-la, fora o desejo de solenizar uma despedida. Falaram diversos ministros e, também, o senador Auro de Moura Andrade. Lembro-me ainda de uma frase do seu discurso: “Vá tranquilo, presidente. Estaremos no Legislativo defendendo suas obras, sua honra pessoal e cada ato praticado por Vossa Excelência em benefício do Brasil.”

Nessa frase há uma referência que merece ser explicada. O senador Moura Andrade falara em “defesa da minha honra pessoal”. Assim o fizera levando em conta as notícias contraditórias que circulavam em Brasília, sobre o comportamento de Jânio Quadros no que dizia respeito à minha pessoa. O que se assoalhava era que ele iria iniciar o Governo desencadeando violenta campanha contra mim.

No início, não acreditei nas notícias. Minhas relações com o novo presidente, embora não de natureza afetiva, sempre se mantiveram num terreno de perfeita cordialidade. É verdade que, desde as eleições, não me avistara com ele e, em face da vitória eleitoral, seria possível que houvesse mudado. Entretanto, um fato, ocorrido dias antes – e ao qual não dera importância na ocasião – voltara-me ao espírito e não deixara de me intrigar. Esse fato foi o seguinte: mais ou menos no dia 26 de janeiro, Oscar Pedrosa Horta, já escolhido ministro da Justiça, estivera comigo no Alvorada e prevenira-me, não sei a que título, sobre um discurso a ser pronunciado por Jânio Quadros, sobre a situação política do país, e no qual, segundo me adiantara, algumas críticas seriam feitas ao meu Governo. Disse-lhe, em resposta, que agradecia a gentileza da comunicação, mas que ela não teria sido necessária. Vivíamos numa democracia e assistia a qualquer um – e principalmente ao novo chefe do Governo – o direito de expressar livremente seu pensamento. A conclusão que tirara da atitude de Pedrosa Horta, logo após a entrevista, fora a de que Jânio Quadros iria fazer críticas ao meu Governo, não, principalmente, porque desejasse dar uma demonstração de hostilidade a mim, mas como uma manobra – já que se tratava de um homem imprevisível – para se recompor com alguns líderes da UDN. E isto porque algumas declarações que fizera dias antes, simpáticas ao Nacionalismo – a bandeira que havia sido desfraldada por Lott, durante a campanha eleitoral haviam tido péssima repercussão no círculo da ala extremista do partido. Pouco depois, entretanto, soubera de outro fato que servira para corroborar a impressão de vários amigos meus, de que o que Jânio tinha em vista não era, tão-somente, criticar acerbamente o meu Governo. Seu propósito seria bem mais audacioso. O que pretendia, na realidade, era desacatar-me pessoalmente, numa tentativa de desmoralizar-me perante a opinião pública do país. E as ocorrências se encadearam, evidenciando a procedência daquele raciocínio. De fato, logo chegara ao meu conhecimento que um emissário de Jânio Quadros havia procurado o deputado Mazzilli, presidente da Câmara, a fim de saber se, durante a solenidade do juramento à Constituição – a ser realizado naquela casa do Congresso – seria permitido ao novo presidente fazer um discurso.

Confirmava-se, assim, o que meus amigos haviam previsto. Havia, de fato, um plano, um esquema, elaborado em sigilo, para desmoralizar-me no último dia do Governo. Quanto ao discurso, já havia mesmo quem o houvesse lido. Fora redigido por Clemente Mariani, convidado para as funções de ministro da Fazenda e sogro de uma filha

de Carlos Lacerda. Segundo me disseram, ele definia o meu Governo como havendo sido um “vendaval de insânias” e um “reinado de nepotismo”.

Criara-se, para mim, um problema. Não passaria por aquele desacato pessoal sem uma reação à altura. Mas qual deveria ser a minha reação? Ouvir o discurso calado e, em seguida, revidá-lo, com idêntica violência? Essa atitude não me pareceu a mais adequada. Jânio era um consumado ator e ninguém, como ele, sabia montar um drama para impressionar a opinião pública. Nessas condições – caso houvesse, de fato, um propósito de desacatar-me publicamente – tudo teria sido meticulosamente calculado, para assegurar-lhe, de saída, um êxito completo naquela peça de *grand-guignol*. E uma dúvida passou a inquietar-me: valeria a pena que eu, após um Governo de plena liberdade, arruinasse toda aquela conquista – da qual tanto me orgulhava impedindo, através de um tumulto provocado por amigos meus, que o discurso fosse pronunciado? Nesse caso, eu demonstraria que meus sentimentos democráticos eram apenas para efeito exterior.

Sentia, por outro lado, que minha dignidade pessoal estava ameaçada. Que idéia o povo faria de mim se eu fosse exposto aos olhos do país – já que a cerimônia iria ser irradiada e televisionada – na posição de um réu que ouvisse, de cabeça baixa, as acusações do Grande Inquisidor, o qual, de dedo em riste – atitude muito do agrado de Jânio Quadros – me apontaria à execração pública como um réprobo?

Para as situações extremas, soluções extremas – lembrei-me do velho ditado. Iria reagir fisicamente, e na hora, e diante das câmaras de televisão, para que toda a Nação fosse testemunha do fato. A resolução custara-me uma noite de insônia, medindo os prós e os contras daquela atitude. Na manhã seguinte – dia 31 de janeiro – chamei um oficial do meu Gabinete Militar e que fora encarregado de fazer a distribuição dos lugares às autoridades, e recomendei-lhe que arranjasse tudo, de forma a que, através de um cordão de isolamento, eu e Jânio Quadros ficássemos sozinhos e distanciados da assistência pelo menos uns cinco passos. Aleguei que não desejava que ocorresse ali uma daquelas balbúrdias, tão comuns em cerimônias daquela natureza, quando o povo, levado pelo entusiasmo, invadia tudo, quase asfixiando os homenageados.

A resolução estava tomada. Sua execução, porém, dependeria da evolução dos acontecimentos.

Naquela manhã, vivendo a tranqüilidade que respirava no interior do meu apartamento no Hotel Nacional, circunvaguei o olhar pelo que me cercava. Todas as coisas estavam nos seus lugares, como já

me habituara a vê-las naqueles quatro dias, desde que deixara o Alvorada. Os livros. A pilha de malas. Algumas pastas repletas de cartas, que iria responder de Paris. E o enorme mapa do Brasil que, durante cinco anos, servira de roteiro para a execução do Programa de Metas. Contemplei-o demoradamente: estava pontilhado de cruzeiros.

Mas a jornada chegara ao fim. O telefone bateu, mas não me levantei para atender. Uma semana antes, um jornalista me perguntava: “Depois do dia 31 de janeiro que irá fazer, presidente?” Sorri, com desalento. “Será o tédio” – respondi. De fato, o tédio já se apossava de mim. Podia sentir sua presença naquela manhã chuvosa do Planalto. Mas havia o estímulo do que ficara atrás, para dissipar a melancolia daquele começo de não-ação.

Lá estava Brasília, plantada no coração do Brasil. Três anos e meio antes, ali viviam apenas três pessoas e, em 1964, já tinha uma população de 300 mil habitantes. Já era, pois, uma metrópole. Havia os estaleiros, cuja montagem no país representou uma das grandes iniciativas do meu Governo. Surgira, assim, a indústria de construção naval, ao lado da incorporação à nossa frota mercante de 549 mil toneladas de navios. Foi uma incorporação correspondente a 54% da tonelagem que existia até 1955.

Havia as numerosas centrais elétricas construídas. A potência instalada, quando assumi o Governo, era de 3 milhões de Kw e, em fins de 1961, a capacidade instalada já tinha sido ampliada para 4 milhões e 750 mil Kw e várias obras, em adiantado estágio de execução, iriam possibilitar que essa capacidade atingisse 8 milhões e 500 mil toneladas em 1965. Entraram em funcionamento dezenas de usinas hidrelétricas: Peixoto, Alto Grande e Santo Antônio, França, Cachoeira Dourada, São Jerônimo, Limoeiro. Outras usinas estavam quase concluídas: Três Marias, Funil, Paulo Afonso, Barra Bonita, Charqueadas, Candiota, Jucuí. Duas obras, sobretudo, mereciam ser ressaltadas: Furnas e Três Marias. A primeira, com potencial de 1 milhão e 280 mil Kw.

Havia os pontos de irradiação da indústria automobilística. O alvo a ser atingido seria a construção de 100 mil veículos em 1960. Em 1960, ao invés dos 100 mil veículos programados, ela já produzira 321.150 veículos, com 90% de suas peças e acessórios também fabricados no Brasil. Havia os 680 poços de petróleo, perfurados durante o meu Governo. Em 1955, a produção no Brasil era de 2 milhões e 21 barris por ano, ou 5.540 barris por dia. Em 1960, essa produção subira para 30 milhões de barris por ano, ou 82 mil barris por dia.

Aumentou, portanto, nada menos de 15 vezes, com um incremento de 1,318%. Em 1956, quando assumi o Governo, a capacidade das refinarias era de 108 mil barris diários, elevando-se para 218 mil em 1960, com garantia de chegar a 308 mil barris diários em 1961, logo que a Refinaria Duque de Caxias, construída no quinquênio, entrasse em plena carga. Triplicou, portanto, em cinco anos, a capacidade refinadora do país. Ampliaram-se as Refinarias Artur Bernardes, em Cubatão, e a Landulfo Alves, em Mataripe. Entrou em operação a refinaria de Manaus. Reconheceram-se as capacidades de Capuava, Rio Grande e Uruguaiana.

A Frota Nacional de Petroleiros passou de 723 mil toneladas transportadas em 1955, para 1 milhão e 670 mil toneladas em 1960, com um aumento de 138 %. Desenvolveu-se a rede de oleodutos na região de produção da Bahia, bem como as linhas de transportes para a Landulfo Alves e para o terminal marítimo de Madre de Deus. Construiu-se um oleoduto em Cabo Frio, ligando o porto à Fábrica de Álcalis, e o de ligação do terminal marítimo da ilha D'água, na Guanabara, com a Duque de Caxias. Montou-se uma fábrica de fertilizantes em Cubatão. O país começou a produzir asfalto, chegando quase à auto-suficiência em 1960, com 3 milhões e 500 mil barris.

Havia ainda o perfil dos altos-fornos, caracterizando a presença da indústria siderúrgica, de vital importância para o Brasil. De início, fora prevista a elevação de sua produção, que era de 1 milhão e 150 mil toneladas, para 2 milhões e 300 mil toneladas por ano. O que tinha em vista era justamente dobrar a produção, no período de cinco anos. Mas o que se conseguiu foi muito mais. No final de 1960, ela já era superior a 2 milhões e 500 mil toneladas e estavam em construção usinas, as quais, quando concluídas, elevariam a produção para 3 milhões e 500 mil toneladas em 1964. Entretanto, essas previsões, mesmo altamente otimistas, foram ultrapassadas de 10 vezes sobre a produção de cinco anos antes.

A meta n.º 8 do meu Programa previa X construção de 10 mil quilômetros de novas rodovias e a de n.º 9 a pavimentação asfáltica de 3 mil quilômetros. Abri 20 mil e 676 quilômetros de novas rodovias e alarguei e melhorei os 5 mil e 800 quilômetros de estradas existentes. Pela primeira vez, criou-se uma comunicação terrestre, ligando o Centro do país ao Acre e a Belém. Os trabalhadores vararam florestas virgens numa extensão – nas duas rodovias – de 1.700 quilômetros. Rios como o Guamá, o Paraná e o Tocantins foram transpostos com imensas pontes.

A estrada Belo Horizonte-Brasília deu vida nova à cidade isolada. Outras grandes rodovias foram construídas: a São Paulo-Belo

Horizonte, com uma ponte metálica de 240 metros; a Rio-Feira de Santana; a Feira de Santana João Pessoa; a Serra das Araras, a do Contorno de Petrópolis; a de Teresópolis; e a São Paulo-Curitiba. Cito apenas as que, em 1970, dispunham de tráfego mais intenso. Na realidade, porém, construí o maior cruzeiro rodoviário do mundo, ligando o Extremo Norte ao Extremo Sul do país e vinculando a nossa orla marítima a regiões situadas quase nas fraldas da cordilheira dos Andes.

Não me preocupei apenas com as rodovias, mas, igualmente, com as ferrovias. No meu quinquênio, adquiriram-se 9 locomotivas elétricas e 380 diesel-elétricas, 554 carros de passageiros e 6.498 vagões de carga, 613 mil toneladas de trilhos, 15 milhões e 830 mil dormentes. Foram construídos 358 quilômetros de linhas prioritárias, 373km de linhas secundárias e 95km de variantes. Em construção foram deixados mais 799km das três espécies, sem incluir os 195km da Estrada de Ferro Amapá, utilizando-se capitais privados.

Havia o imenso trabalho pela região Nordeste. Equacionei e solucionei definitivamente os problemas daquela parte do território nacional, retirando-os da área de influência política, através da criação da SUDENE. Construiu-se o Orós, com 3 bilhões de metros cúbicos, que só por si representava tanto quanto os 3 bilhões de metros cúbicos de água represados, além de 120km de canais de irrigação e quase 3 mil km de rodovias em função das secas.

Havia o Estado da Guanabara – a nova unidade da Federação, criada durante o meu Governo, em consequência da inauguração da nova Capital. Tentaram intrigar-me com os cariocas, dizendo que eu os odiava. Com a criação da SURSAN, a cidade experimentou um surto inédito de desenvolvimento. Atacaram-se obras fundamentais, como as Avenidas Beira-Mar, Norte-Sul, Radial-Oeste e Radial-Sul. Desmontou-se o morro de Santo Antônio, que há 40 anos desafiava todos os Governos e derrubava todos os prefeitos. Aterrou-se a faixa da Glória ao Flamengo. Construiu-se a Perimetral. Abriam-se os túneis de Raul Pompéia, de Catumbi-Laranjeiras, Engenho Novo-Macacos. Asfaltaram-se numerosas vias públicas e ampliou-se a rede de esgotos.

Havia outros núcleos de atividade desenvolvimentista: foram dados os primeiros passos para a implantação de centros de pesquisas, para a exploração de energia nuclear; aumentou-se a produção de carvão de 2 milhões para 4 milhões de toneladas por ano; reaparelharam-se os portos e renovou-se a frota aérea comercial; incrementou-se a produção de trigo e construíram-se numerosos silos e armazéns; implantou-se uma rede de frigoríficos; iniciou-se a construção de tratores, aumentou-se a

capacidade de produção de fertilizantes em mais de 300 mil toneladas anuais, expandiu-se a indústria de alimentação; aumentou a produção de cimento de 2 milhões e 700 mil toneladas anuais para 5 milhões e 100 mil toneladas; e aumentos idênticos foram registrados na produção de alumínio, de álcalis, de celulose, de borracha e na exportação de minérios que passou de 2 milhões e 500 mil toneladas para 6 milhões. Implantaram-se, também, diversas e importantes indústrias; além das já referidas – automobilística e de construção naval – mais estas duas: de material elétrico pesado e de mecânica pesada.

Em face de todas essas obras – muitas delas pioneiras – a expansão do processo de industrialização do país foi de tal magnitude que superou as previsões mais otimistas. Os dados recolhidos em 1960 acusavam um aumento de mais de 96% sobre 1955, no índice do volume físico industrial, a preços constantes. Se no quinquênio 1950-55 o ritmo de crescimento da produção industrial impulsionado pela prosperidade decorrente dos efeitos de guerra – foi de 42%, no quinquênio do meu Governo foi de 96%, mais do dobro.

A partir de 1956 até 1959 – os primeiros quatro anos da minha administração – nenhum país do mundo ocidental apresentou ritmo de expansão industrial equivalente ao do Brasil. Tomando-se por base o índice de 100 em 1955, vemos que o Brasil atingiu 197 em 1959, enquanto o Japão alcançava o índice de 179; a Alemanha Ocidental, 126; a França, 133; o México, 134; a Argentina, 74; e a Rússia, 149.

A expansão mais rápida se verificou nos ramos produtores de bens de produção – matérias-primas e equipamentos – que passou do índice de 207,3 em 1956, para o índice de 425, em 1959. Os bens de consumo também se expandiram, porém em ritmo mais moderado: passaram de 164,7 em 1956, para 178,1 em 1959. Basta dizer que só a produção de minério de ferro elevou-se de 3 milhões e 800 mil toneladas, em 1955, para 7 milhões e 500 mil toneladas, em 1960, duplicando, portanto, registrando um aumento de 100% aproximadamente.

No plano diplomático, o Brasil projetou-se, igualmente, fixando sua imagem no cenário internacional. Isso foi conseguido graças à Operação Pan-Americana que despertou a consciência continental para os problemas latino-americanos. O presidente Kennedy valeu-se do espírito da OPA para lançar a Aliança para o Progresso e, quando quis reformulá-la, através da Organização dos Estados Americanos, convidou-me, juntamente, com o ex-presidente Lleras Camargo, da Colômbia, para essa relevante missão.

No campo das relações internacionais, consegui igualmente elevar o prestígio do Brasil, dando-lhe projeção jamais alcançada, não só através da construção de Brasília, que se transformara em manchete em todos os jornais do mundo, mas, igualmente, por intermédio de contatos pessoais com eminentes chefes de Estado e figuras de relevo do mundo político e intelectual.

Esta é a imagem de um Governo dinâmico, audacioso, progressista, inimigo de tabus e confiante no futuro do Brasil. E quanto custou ao povo esse impressionante impulso desenvolvimentista?

Os derrotistas e derrotados afirmam que tudo foi feito à custa de emissões de papel-moeda. Pois bem, não nego que emiti, como já revelei no capítulo anterior. Durante 5 anos, emiti 134 milhões de cruzeiros novos. Mas façamos um cálculo, para se compreender melhor a extensão dessas emissões. Naquela época, o Brasil tinha 60 milhões de habitantes. Isto quer dizer que toda aquela pleora de desenvolvimento representou, na realidade, o sacrifício de dois cruzeiros novos, em cinco anos, para cada brasileiro. Ou, reduzindo-se o prazo para emprestar maior realismo à simbologia numérica: o sacrifício foi de apenas *40 centavos anuais para cada habitante*.

Alguém seria capaz de fazê-lo por menos dinheiro?

REPENSANDO A NACIONALIDADE

(II Ciclo de Estudos)

JOSÉ SANTIAGO NAUD

A história deste ciclo de estudos, BRASIL 500 ANOS Repensando a Nacionalidade, começou nos primeiros meses do ano passado. No convívio ou discussões que animam a vida deste Instituto, faz-se freqüente a inquietação ante os descabimentos que ameaçam a integridade nacional. Ao influxo de tantas idéias e proposições, cheguei a apresentar ao nosso presidente um plano de ação, para o qual fossem cooptados especialistas. Que eles viessem pensar conosco soluções para os problemas da nova capital – tão velha sob tantos aspectos -, sobre a nossa língua, nossa soberania, as ameaças que pairam sobre a Amazônia, a ecologia, a educação, a economia, etc. Assim, talvez chegássemos a formular um esconjuro racional contra os perigos que nos acoçam.

Era o mês de abril, mês do aniversário da cidade. Nessa mesma altura, sem que houvesse qualquer combinação, outros companheiros manifestavam-se. Eram, e o foram com eloqüência. O poeta Newton Rossi e seu poema “Clamor”, que ultrapassou nacionalmente nossa fronteira. O José Prates, reformulador da pasmaceira acadêmica. Lucídio Albuquerque, enamorado da Amazônia e sonhador dinâmico de iniciativas e cursos. Nem menos participantes, avançavam também Adison do Amaral, entusiasta dos mistérios e da austeridade egípcia. Ou Leon Frejda Skalarowsky, esse menino de 60 anos, criativamente brincando de Internet e cavaleiro andante da polêmica e da justiça.

Foi então que o Coronel Affonso encontrou, no outro companheiro de outra arma, a armação de chocar o ovo. Não da serpente que nos espreita, mas da águia que nos incita. O Ivan Zanoni fez, pois, decolar o seu aviãozinho de grande altitude e larga autonomia de vôo. Organizou um programa simplesmente estupendo, que viria a orientar o “Ciclo”, ainda hoje vivo. E vivo será ainda por muito tempo. Porque os

500 anos, bem ou mal completos este ano, são apenas a metade do segundo milênio. A consciência, a energia e a vontade dos brasileiros podem fazê-lo apontar, como as “barcas-do-aviso” nos Descobrimentos, para o Terceiro. Que será nosso... ou pode ser. Assim essa globalização, que nos enrola e angustia, achará o rumo. O rumo que antepassados nossos apontaram como verdade planetária mas, ardidos na pimenta, desistiram. Tal “apagada e vil tristeza”, tal “gosto da cobiça”, tal “rudeza”, tal “gente surda e endurecida” é o que nos toca corrigir. O rumo de uma prática. Sonhada sim, por raros mas imensos estadistas, que falaram português sem sotaque de Wall Street ou garrotes de FMI, e foram concidadãos exemplares. Só assim estaremos imunes àquela ambivalência que dividia o Eça, morto justamente há um século, o próximo distante de Portugal que o levava a proclamar, entre o amor e ódio: “Isto é uma choldra”. Deus nos ampare, João da Ega.

Pois o projeto, laboriosamente estruturado pelo Zanoni, foi cumprido em sua integridade e de maneira exemplar. Lamenta-se apenas que, numa instituição devotada à geografia e à história, a assistência não obstante seleta – fosse muito menor que a devida. Entretanto, a obra ficou. Os que por ela acaso se interessem, poderão avaliá-la nos arquivos que a nossa Agnes diligente preserva, com esmero e ordem sem preconceitos. Vejam-se os resultados, e estime-se a proposição. Do dia 29 de junho ao dia 25 de novembro, mensalmente, puseram-se neste recinto questões relevantes para a compreensão, vocação e ação do Brasil. Nosso desafio, e a solução dos seus problemas. As teses desdobraram-se em dois temas propiciando, através de afirmações ou negativas, a síntese. Esta se deixava a cada um, liberto nos debates. Em agosto, o assunto versou a “Soberania e Globalização”. Na forma de painel, segundo o exemplo de todos os outros, foi desenvolvido pelos companheiros acadêmicos Ivan Zanoni Hausen e William Almeida de Carvalho. Participou também a Dra. Celita Oliveira Sousa, excepcionalmente bordando um terceiro tema e discorrendo sobre Modelo do Estado. Nas conclusões, considerou-se amplamente o Patrimônio Nacional, desde os elementos constitutivos tangíveis, como território e população, aos intangíveis, como governo e soberania.

O segundo painel, sobre “Brasília e a Nova História”, contou com a participação do confrade, historiador e jornalista Adirson de Vasconcelos, e da Arq. Maria Elisa Costa. Descerrou-se vasto panorama, desde o Descobrimento à NOVACAP, e as urgências da proteção ambiental. Projetou-se a cidade em direção ao 3º Milênio. O “Atlântico Sul – realidade e potencial” ocupou o painel do mês de agosto. Coube-

me traçar-lhe a história e estudar-lhe a posição relacionada com nosso país, até a importância econômica e geopolítica. Mas, certamente, a noite salvou-se com a primeira participação de caráter oficial. O Alm. Eurico Wellington Ramos Liberatti, honrosamente designado pelo Senhor Ministro da Marinha, desenvolveu de modo substancial o 2º tema: “Realidade atlântica e seu potencial marítimo; necessidade de uma tomada de consciência quanto à maritimidade do país; capacidade naval brasileira; três desafios: o equatorial-caribenho, o tropical-africano e o austral-atlântico”.

Em setembro, o tema não podia caber senão aos militares. Volta a falar o coronel-aviador Zanoni Hausen, e o Cel. Paulo Roberto Mello de Lima, representante do Ministério do Exército. O extenso conteúdo programático iniciou-se por uma exposição rigorosamente exata, a partir da visão geopolítica tradicional. Em profundidade se nos descortinou a Pan-Região universal e, nela, a inserção do Cone Sul. Suporte básico para o desenvolvimento do 2º tema, o qual, partindo dos tratados bilaterais, com o exame do Mercado Comum Europeu, concluiu pelo exame crítico das ONGs e empresas multi ou transnacionais. Serviço completo, em torno do “Cone Sul e o Poder Mundial”.

Chega o mês de outubro, e a vez pertence à “Amazônia e a Cobiça Internacional”. A Aeronáutica fez-se representar pelo Brigadeiro-do-Ar José Orlando Bellon, com a parceria civil do Eng. José Walter Bautista Vidal. Na conjugação perfeita dos dois temas, desde o fitossistema amazônico e os questionamentos estrangeiros em torno da soberania brasileira na região. Houve a descrição científica e informativa sobre o aproveitamento da corografia amazônica. E, enfim, o conhecimento da realidade atual, com referências do povoamento e eixos de ocupação, problemas como os do narcotráfico e a ação esperada relativamente ao SIVAM, os batalhões de selva e navios de patrulha fluvial.

Como não pudera deixar de ser, a Língua Portuguesa, meio essencial de comunicação e princípio inalienável da nossa identidade, encerrou as reflexões sobre o Brasil de quinhentos anos. Elas estenderam-se por três noites, nos dias 23, 24 e 25 de novembro. Conformaram um Simpósio, desenvolvido segundo estes três títulos:

“Nascentes e Caudais do Idioma”, “Dinâmica da Herança Cultural” e “Preservação da Entidade Lingüística”. Por serem títulos óbvios e bem numerosos os itens dos conteúdos programáticos, dispense-me de enumerá-los. No entanto, como incentivo à inteligência curiosa dos que me ouvem, vale a pena conhecê-los na sua rica profusão, mediante o arquivo que deles fez o Instituto. Participaram como painelistas os

companheiros acadêmicos Kurt Pessek e Antonio Carlos Osorio, João Batista Cascudo e Vamireh Chacon, Cassiano Nunes e a Dra. Josênia Antunes Vieira que, representando a UnB, propiciou-nos verdadeira e magistral aula de Lingüística. Fixou o conceito de língua e sua multiplicidade, características e condicionamentos, para concluir com o exame da desnaturalização que sofre o nosso idioma, ante o status da “média”.

Somaram-se neste profícuo resultado outros nomes, brilhantes e competentíssimos todos. Sucessivamente, na qualidade de dirigente-moderador, puderam vir aqui para emprestar-nos sua inteligência e colaboração o Acadêmico Vamireh Chacon, doutor na UnB, o Acadêmico Lucídio Albuquerque, arquiteto ilustre, o Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira, hoje representante do Brasil em Marrocos, o Acadêmico Augusto Estellita Lins, embaixador e escritor, o Acadêmico Jarbas Gonçalves Passarinho, militar e político de vasta trajetória, o Acadêmico Newton Rossi, empresário, administrador e, sobretudo, poeta de inesgotável verve, o Acadêmico Victor Alegria Lobo, editor ou empresário do sonho, o Acadêmico Rui Rasquillo, historiador e diplomata, que entre nós crismou-se poeta.

Bons amigos colaboraram na ordenação dos trabalhos desse primeiro Ciclo. Claudia Bicalho, Moacyr França, Ivan Zanoni, Manoel Soriano, Adison do Amaral, José Antônio Prates. Obrigado!

Neste ano em curso, devido a urgências profissionais do companheiro Zanoni, o Cel. Affonso Heliodoro solicitou-me a responsabilidade de assegurar o Ciclo. Logramos a adesão irrestrita de um grupo excelente. O próprio Zanoni, e Nina Tubino Rangel de Freitas, Celita Oliveira Sousa, José Prates, Moacyr dos Santos França. Em reuniões regulares armamos o II Ciclo de Brasil 500 Anos – Repensando a Nacionalidade. Sempre, sob a presidência maior do Cel. Affonso. Hoje podemos comentar o resultado.

Quisemos priorizar a Poesia, uma das poucas entidades perfeitamente organizadas nestes 500 anos de Brasil. Sem nenhuma discordância, a escolha recaiu no nome de Anderson Braga Horta para a aula inaugural. De fato, é ele uma das mais claras expressões no Distrito Federal, valor nacional reconhecido além-fronteiras. Poeta e crítico, sobretudo companheiro atento e generoso, figura entre os primeiros celebrantes desta terra com seu primoroso Altiplano. Anderson merece incluir-se em camaradagem ilustre. Desde o rei Dom Dinis a Fernando Pessoa, ou do Bardo Inconfidente a Manoel de Barros. Índice do seu rigor e competência, é o escrúpulo que tem na coisa literária. De saída,

manifestou-me dúvidas, sua perplexidade ante o mote que propus: “Pátria e Juventude na Poesia Brasileira”. Não lhe encontrava coerência. Mas, como guardo no fundo da alma uns versos que adorávamos dizer na adolescência: “Eu quero a incoerência do deserto, / a incoerência do céu, / da praia em fogo, / a tua incoerência, ó mar e meu irmão...” – insisti na aposta. Todos devem ter entendido como o poeta Braga Horta glosou o desafio, melhor do que nós o faríamos. E a razão, para mim, reside na evidência de como o pensamento à volta da Pátria implica na esperança juvenil. Isso, desde Anchieta, com seu teatro, suas cordeirinhas, sua Virgem Mãe e seus curumins. Até à Vanguarda, contemporânea de Brasília, questionando o processo modernista e formulando, pela crítica e o ofício criador, novos horizontes à nossa realidade. Desejamos agora a resposta dos moços a esta convocação. Os centros universitários a que recorremos deram-nos a melhor acolhida. O SEBRAE confeccionou cartazes de divulgação com muito bom gosto. Pensamos, igualmente, na importância que têm os prêmios, sobretudo se significativos. Assim, ao influxo de uma estrela de cinco pontas, o sagrado pentagrama, nosso Instituto os ofertará àqueles que provarem atenção às coisas nossas. Pragmaticamente, uma contemplação de R\$1.000,00 (mil reais). E, logo, a companhia de gente fina, cavaleiros de alta figura: Camões e Pessoa, Guimarães Rosa e Drummond.

Na próxima semana, precisamente o penúltimo dia deste mês de agosto, terão início os estudos propriamente ditos. Primeiro, compreensivelmente, o Projeto Rondon, que reuniu professores e alunos, civis e militares, no empenho de conhecer o Brasil, salvá-lo e servi-lo com amor e eficiência profissional. Para coordenação, aceitou o convite nosso confrade, Acadêmico Sérgio Mário Pasquali, pioneiro e abnegado, pois ainda hoje, na reserva, tira do seu para animar a memória do Projeto. Ele nos brindará com a presença de especialistas no assunto. Um sociólogo e dois mestres de instituições diferentes saberão, com o próprio Pasquali, despertar nossa consciência crítica, na aptidão de perguntar por que, no Brasil, se muda o que deu certo ou se apaga na raia o rasto de quem nos ensinou. Entre a civilização e o indigenismo, é figura de porte gigantesco o Marechal Rondon. Não é cabível terem descontinuado um ato nele inspirado. Para encerrar o painel, foi justa a lembrança de Jarbas Passarinho. Não porque seja nosso confrade ou acadêmico. Amazônia em mente, coração e ação, honra seus oitenta anos consagrados ao Brasil. Frente ao espaço que o ideológico abre entre nós, é-me grato nele considerar um exemplar da probidade. Nos mais elevados escalões, exerceu o poder com censo de serviço. Pura exceção à regra do dito

popular, quando cutuca que “o Poder avilta e acanalha”.

Os títulos subseqüentes, mais dois, versarão a Soberania Nacional e a Questão Indigenista. Oportunamente serão divulgados os conteúdos programáticos. Para o primeiro tencionamos assegurar, além da abordagem estritamente universitária, a experiência de políticos com trajetória ilibada, como o nordestino Josaphat Marinho e o sulino Pedro Simon. Ao ensejo, pretendemos o lançamento de livro sobre a Amazônia, publicado no começo deste ano pela Editora Thesaurus e de autoria de Gelio Fregapani. Na sua vida mi atar, por muitos anos dedicada à nossa mais vasta Região, o autor somou experiências e guardou dados importantes. Polêmico, intrépido, pessoal, tal obra promete vivo e caloroso debate.

À semelhança do ocorrido no ano anterior, em torno do idioma nacional, “A Questão Indígena” terá maior desdobramento, alongando-se por três noites seguidas, num simpósio tripartido. Coordenado por Ivan Zanoni, ex-presidente da FUNAI, os atos prevêm a intervenção do parlamentar incumbido de relatar o “Estatuto do Índio”, e já têm confirmada a participação do sertanista Orlando Vilas Boas, que se fará acompanhar de um legítimo mensageiro da etnia aborígene.

Para o ano um do Terceiro Milênio, existem temas já em pauta. Urge considerar a importância da Árvore, sua função no equilíbrio planetário e o desastre cósmico que significa o menosprezo à sua preservação. Conseqüência, caberá também profunda reflexão sobre a função do Papel, dela originário, a conveniência de fazê-lo reciclável, ampliado, como produto e tributo de civilização. O Embaixador Nestor dos Santos Lima, presença infatigável neste Instituto, aportou-nos as ousadias de uma idéia à Júlio Verne. É um plano divulgado nos meios universitários e tecnológicos do Peru, para a conexão ferroviária de quatro continentes: Eurásia, África e Américas. Pelo Estreito de Behring, nós americanos reverteríamos a rota que, teoricamente, trouxe os primitivos asiáticos até aqui. Alcançaríamos por terra a velha China. Essa dança romântica com o trem, aqui entre nós tão depauperado, abre as comportas do ecumenismo e nos ensejará uma conversa com a representação diplomática peruana, realizando-se quem sabe uma primeira combinação cultural do Instituto com outra nação. Da antevisão ecumênica, regressaríamos à problemática regional. Mais um Simpósio há de encerrar o III Ciclo de Estudos, e aí em torno de Brasília e sua escandalosa degradação.

Já o Ciclo deste ano demonstra a consideração e o respeito que daremos ao índio, elemento primacial da proto-história brasileira. Mas, com tal perspectiva, mais importa regressar à matriz civilizatória

da etnia nacional, ligando-nos entranhavelmente a entidades que, em Portugal, cuidam os fundamentos basilares da cultura de língua portuguesa. Ela é o nosso instrumento de comunicação. Neste sentido, uma recente reunião de trabalho aclamou a necessidade de vincularmos estreitamente a órgãos difusores da cultura lusa. À luz da CPLP, teremos com isso condições de acurar a importantíssima contribuição do negro em nossa formação. E ampliá-la às múltiplas correntes imigratórias, que vieram para povoar o território e promover seu desenvolvimento. Todos, na imensa diversidade, constituem a nossa unidade. Compõem a fortuna inalienável da miscigenação – dínamo inesgotável para o compromisso nacional no Terceiro Milênio. Este, como os outros mais atrás, será apenas parcela na evolução geral da humanidade. Com os judeus, os mediterrâneos e os orientais, que aqui chegaram, recuamos a espiral ascendente que nos precede, vivendo outros milênios. A diferença é que este leva o Número 3 e irradia na Estrela de Belém. Ali nasceu o profeta hebreu, repudiado na religião dos seus e crucificado pelo poder de estrangeiros. Desde Nazaré e a Galiléia, no centro sagrado de Jerusalém, transvestiu o limite nacional em dimensões de universo, legando-nos mais do que um único mandamento, o do amor – o Amor ao inimigo. Por tanto, chamou-se Mestre dos Mestres: o caminho, a verdade e a vida. Sabe que o seu reino não é deste mundo nem tem fim. Quer dizer, veio pra todos, ultrapassando os diques do Mito ou do Mistério. Eu estou visceralmente convencido. Essa herança vasta guarda o Brasil. Para lá da corrupção endêmica que carregamos, há 100 anos vezes cinco, hoje ela parece epidêmica. Teremos porém a graça de reunir aqui todos os povos. Haveremos de fazer do Espírito Santo (que deu nome a um dos nossos estados marítimos) não o dogma, nem um enigma. Mas, vivência. O mal não prevalece eternamente. Ensinou Guimarães Rosa: O DIABO VIGE, MAS NÃO REGE. Este mesmo Instituto, que os recebe, é prova. Ele vem diuturnamente superando-se, porque espelha tal reflexo. A consciência de grupo confirma o individual. E será assim que mediará nossos encontros cada um dos integrantes da equipe. Para o Projeto Rondon, a professora Nina Tubino; para a Soberania Nacional, o coronel Santos França; e para a Questão Indigenista, o assessor legislativo José Prates. Mais dois outros, se ele indicar.

Antes de concluir, importa-me dizer. Neste Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, muito mais do que uma vaidade cultural, arma-se o atamor da nacionalidade. Mais do que a violência que nos aflige ou da pouca-vergonha que nos agride, mais do que o tripúdio dos

donos do poder ou dos insultos à nossa inteligência, prevalece a vontade de fazer. É fazer, criando. *No displav, no complaint!* É assim que o Instinto vem cumprindo sua transmutação, a metanóia dos filósofos: BASTA QUE UMA PESSOA MUDE, PARA QUE TAMBÉM O MUNDO COMECE A MUDAR.

No dia de hoje um jornal da Capital estampa em página inteira o céu de Brasília para 20h30. Vendo-o e recordando o Poeta, tenho lá minhas dúvidas de que nossos campos tenham mais flores; mas é evidência astronômica de que o céu tem mesmo mais estrelas. Habitantes de um planeta em expiação, exilados terrestres, nem nos é licito pretendê-lo – esse céu maravilhoso. Mas vale traçar o caminho segundo as suas virtudes. A Via Láctea, onde estamos, alta guia, é espelho de outra estrada, contemplada. Começa no infinito e acaba em Compostela. Há uma missão ibérica, de viagens e encontros ainda não cumpridos. A rota do Instituto aponta essa direção. Convocamos os jovens estudantes. Sinal para outros, que virão. E enquanto não chegam, toca-nos reunirmo-nos fraternalmente em torno à mesa que o nosso presidente, o Cel. Affonso Heliodoro, sabe servir como ninguém e agora nos tem preparada.

É sua, meu Presidente, a última palavra.

TRIBUTO AOS JORNALISTAS GOIANOS

SEBASTIÃO DE BARROS ABREU

Agraciado com o título de Cidadão Honorário de Brasília, pela unanimidade dos nobres Deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, entendi da mais lúdima justiça compartilhar tão honrosa distinção com os esquecidos e valorosos jornalistas goianos, que, especialmente no final da década de 40 e nos anos 50, se empenharam com tanto idealismo e competência pela mudança da Capital da República para o Planalto Central.

Sonho acalentado pelos revolucionários mineiros de 1789 revolucionários, sim, e não inconfidentes, como insiste em nomeá-los a história oficial – a interiorização da Capital Federal já no Brasil Colônia teve defensores ardorosos, como Hipólito José da Costa, fundador do Correio Braziliense, e José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, que pela primeira vez teria lembrado o nome Brasília.

No Brasil Império o mais destacado partidário da mudança da Capital foi o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que, espantosamente clarividente, sugeriu uma área “nos elevados chapadões, de ares puros, de boas águas e até de abundantes mármore, vizinhos ao triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata”.*

Alçado à condição de mandamento constitucional pelos constituintes de 1891, o ideal mudancista foi abraçado resolutamente por Floriano Peixoto. O Marechal de Ferro, então Presidente da República, deu o primeiro passo para a transferência da Capital, nomeando a Comissão Exploradora do Planalto Central, que, no dia 1º de agosto de 1892, chefiada pelo cientista Luiz Cruls, chegava a Pirenópolis, no portal do Planalto.

Ao longo de dezoito meses, a comissão realizou um primoroso trabalho de pesquisas, estudos e observações científicas, que culminou com a demarcação de uma área de 14.400 quilômetros quadrados – o famoso Quadrilátero Cruls.

Impulsivo e determinado, Floriano deu outro passo para a mudança, em meados de 1894, ao receber o relatório com as conclusões dos cientistas: criou a Comissão de Estudos da Nova Capital. Ainda sob a chefia de Cruls, coube a essa comissão determinar, no interior do quadrilátero já demarcado, o sítio onde seria edificada a nova sede do Governo Federal, sítio onde hoje se ergue, bela e majestosa, a nossa Brasília.

Mas o mandato de Floriano terminou em 1894. Prudente de Moraes, que o sucedeu, era um representante típico dos latifundiários paulistas e mineiros, reacionários e infensos a qualquer idéia renovadora. Teve início o paralisante ciclo do café com leite, que iria até 1930.

Para não deixar fenecer o sonho mudancista, o jornalista goiano Americano do Brasil, então deputado federal, com a colaboração de seu colega maranhense Rodrigues Machado, apresentou em 1922 projeto de lei determinando que se fizesse o lançamento da pedra fundamental da Nova Capital, no local indicado pela Comissão Cruls. Aprovado o projeto, um obelisco foi erguido às pressas nas imediações de Planaltina e a pedra fundamental lançada com pompa e circunstância ao meio-dia de 7 de setembro, como parte das comemorações do Centenário da Independência.

Outra vez o silêncio e o marasmo. Na Constituinte de 1934, o brilhante deputado José Honorato da Silva e Souza, com o apoio de Mário Caiado, Nero Macedo e Domingos Velasco, integrantes da bancada goiana, apresentou emenda mandando construir a Nova Capital na área já demarcada.

Não foi tranqüila a tramitação dessa emenda. Além da esperada oposição de alguns cariocas e fluminenses, liderados por Miguel Couto, a bancada mineira queria a mudança, mas não para o Planalto Central e sim para o Triângulo Mineiro. A maioria dos constituintes não quis comprar essa briga e saiu pela tangente: a Constituição aprovada manteve o princípio da mudança, mas para um vago “ponto central do Brasil”.

Vida efêmera teve a Carta Magna de 1934, rasgada três anos depois por Getúlio Vargas, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. A ditadura suprimiu o Poder Legislativo e acabou com a liberdade de imprensa.

Mais uma vez o silêncio desceu sobre o ideal mudancista. Com a queda do Estado Novo, em 1945, ventos saudáveis de uma primavera

política varreram o Brasil. Livre da sufocante censura do DIP e dos DEIPs, a imprensa floresceu e com ela renasceu com redobrada energia o sonho da mudança da Capital.

É nessa conjuntura que entram em cena os jornalistas goianos. Nos congressos nacionais da categoria, que se realizavam cada ano em uma capital estadual, faziam um trabalho inteligente e persuasivo, cuja consequência era a aprovação, sempre por esmagadora maioria, de vibrante moção exigindo a mudança da Capital para o Planalto Central. Também nos congressos da UNE, de escritores, de vereadores, havia sempre alguns jornalistas coletando assinaturas de apoio a moções favoráveis à mudança.

Na Constituinte de 1945 os mudancistas eram maioria absoluta, mas os mineiros voltaram à ofensiva. Queriam porque queriam a Capital da República no Triângulo. Divulgando para todo o país os bem fundamentados pronunciamentos do senador Pedro Ludovico, dos deputados João d'Abreu, Jales Machado, Domingos Velasco e demais integrantes da bancada goiana, os jornalistas contribuíram decisivamente para que o bom senso prevalecesse sobre o bairrismo. A emenda apoiada por Benedito Valadares, Israel Pinheiro, Daniel de Carvalho, Juscelino Kubitschek e outros pesos pesados da bancada mineira, já vitoriosa nas comissões, foi derrotada em plenário. A Constituinte optou pelo Planalto Central.

A batalha estava ganha, mas a guerra não terminara. Cumprindo o mandamento constitucional, o Presidente Dutra, sessenta dias após promulgada a Constituição, nomeia a Comissão de Técnicos para realizar os estudos destinados a fixar o local na nova Capital. Presidida pelo general Djalma Poli Coelho, diretor do Serviço Geográfico do Exército, a comissão era composta por onze engenheiros e um médico sanitário.

Por indicação do PSD mineiro, integrou essa comissão o engenheiro Lucas Lopes, inspirador da emenda derrotada na Constituinte. Obstinado e bairrista, o pai do Sr. Chico Lopes (de efêmera e tumultuada passagem pela presidência do Banco -Central), tentou por todos os meios obstruir os trabalhos da comissão, até que o general Poli Coelho concordasse em incluir entre as áreas a serem estudadas a faixa de terra antigamente conhecida como o sertão da farinha podre, entre os rios Grande e Paranaíba.

Devido à teimosia do Sr. Lucas Lopes e à complacência do general Poli Coelho, a Comissão Técnica perdeu muito tempo e esbanjou dinheiro realizando estudos no Triângulo Mineiro, só se reunindo para a votação definitiva no dia 21 de julho de 1948. Por sete votos contra cinco, prevaleceu mais uma vez a solução Cruls.

Os jornalistas goianos sonhavam com Brasília e a amaram antes mesmo que o gênio de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer lançasse nas pranchetas as linhas revolucionárias de seus projetos urbanístico e arquitetônico.

Geraldo Vale, com a colaboração do empresário Clotário Mena Barreto, fundou o semanário Nova Capital, que publicava artigos, reportagens e entrevistas defendendo a construção de Brasília no Planalto Central. Uma pequena agência de notícias levava para todo o Brasil os argumentos favoráveis à mudança. É verdade que os grandes jornais não davam a mínima para essa colaboração espontânea e gratuita, mas os modestos periódicos do interior do país acolhiam essas matérias e as publicavam com destaque.

Esse trabalho abnegado e anônimo dos jornalistas goianos contribuiu, sem dúvida, para que a mudança da Capital para o Planalto Central ganhasse a consciência da nação.

O Presidente Juscelino teve a grandeza de se curvar à vontade da maioria. Aprovada a Lei Emival Caiado (nº 3.272), que fixava a transferência da capital para o dia 21 de abril de 1960, JK, com entusiasmo e determinação, arregaçou as mangas, cercou-se de técnicos competentes e inaugurou Brasília na data estabelecida. O sonho se converteu em realidade.

Infelizmente, muitos daqueles lutadores não vivem mais para contemplar a Brasília de hoje – patrimônio da humanidade. Lembrei com saudade as figuras de Geraldo Vale, Adory Otoniel da Cunha, Izorico Barbosa, Edson Hermano, Genaro Maltez, Américo Fernandes, Eli Braziliense, Carmo Bernardes, Norton Camargo, Leonam Curado, Oscar Sabino Júnior, Tirso Rosa, Chico e Haroldo de Brito, Tabajara Ramos e outros que já não estão entre nós.

Mas alguns moicanos daquela brilhante geração sobreviveram e aí estão, firmes no batente ou gozando os ócios de merecida aposentadoria: Luiz Contart, Armando Acioly, Eurico Barbosa, Edumundo Moraes Neto, Waldir Castro Quinta, Javier Godinho, Eliezer Pena, Ursulino Leão, Washington Barbosa, José Luiz Bittencourt, Luiz de Carvalho, Gilberto Mendonça Teles, além dos então debutantes no jornalismo, Consuelo Nasser e Batista Custódio, que saíram do carbonário Cinco de Março para o vitorioso Diário da Manhã.

Como vêem, razões de sobra tive eu para dedicar aos jornalistas goianos a homenagem que os Deputados Distritais me prestaram.

*in “A mudança da Capital”, do historiador brasiliense Adirson Vasconcelos

HOMENAGENS

Por iniciativa do Deputado Federal Chico Sardelli (PFL-SP), a Câmara dos Deputados realizou sessão extraordinária em homenagem aos “pioneiros” Luciano Pereira, Affonso Heliodoro (atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal) e Antoninho Rapassi, amigos históricos, pode-se dizer, de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Todos três, no tempo da edificação de Brasília e da criação do novo Distrito Federal, privaram da intimidade do desbravador JK nos dias de suas estadas no então desértico Planalto Central. Transcreve-se aqui a fala do Deputado Chico Sardelli na sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados do dia 7 de dezembro de 2000. Segue o texto, na íntegra:

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP Pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, alguns amigos, como o Senhor Antoninho Rapassi, hoteleiro da cidade paulista de Americana, fazem-me sentir saudades e orgulho de minha terra natal, tão longe deste planalto.

Antoninho Rapassi, homem que forjou seu conhecimento nas Faculdade de Direito e de História da USP e na Faculdade de Filosofia da PUCSP, e que morou neste Distrito Federal nos idos da década de 70, teve a honra e o privilégio de manter estreito relacionamento com o saudoso Juscelino Kubitschek, que não conheci pessoalmente, e a quem muito admiro. Conhecemos, porém, a sua maior obra e de seus seguidores, esta Capital que nos abriga.

Antoninho Rapassi, realiza anualmente há 9 anos a Semana JK de Americana-SP, Semana esta que foi inaugurada, na sua primeira

edição, pela ex-vice governadora do DF, Sra. Márcia Kubitschek. Ele que conheceu personalidades do círculo íntimo de amizade do inesquecível ex-presidente como o Toniquinho de Jataí, o ilustre Cel. Affonso Heliodoro e o Sr. Luciano Pereira, a quem queremos homenagear nesta oportunidade.

Desejamos homenagear a vida e o trabalho deste seguidor de Juscelino: o guarda-campo Luciano Pereira. Homem simples e bom, grande contador de “causos”, Luciano, nascido em Luziânia-GO, foi trazido para estas terras por Bernardo Sayão, então vice-Governador goiano. Em Luciano bem caberia a descrição de Molière: “Os homens de bem sabem tudo sem nada terem aprendido”.

Foi Luciano quem abriu, com a enxada, pois não havia tratores, a pista de pouso para a primeira descida do avião presidencial no meio do cerrado que Brasília era na época, 2 de outubro de 1956. Juscelino encantou-se com a paisagem, e antes de partir, naquele mesmo dia, ficou decidido que ali seria construída uma casa para o Presidente.

A casa prometida ficou pronta em tempo recorde: em dez de novembro, Juscelino dormia pela primeira vez no canteiro de obras que começava a ser montado. Dilermando Reis batizou aquilo que parecia ser um palácio de tábuas de Catetinho, em referência ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

Luciano Pereira foi, desde o primeiro momento, e ao longo de quatro décadas, encarregado de zelar por aquela construção que acabaria se firmando como um dos mais singulares patrimônios nacionais.

Nosso homenageado, nascido no sertão de Goiás, tornou-se, por força do ofício, anfitrião de reis, rainhas, presidentes e ditadores. A visita ao Catetinho também era uma visita à sua família, que daquele ponto presenciou, no horizonte, o cerrado lentamente se transformando em concreto armado.

Infelizmente, Luciano faleceu no último dia 26 de setembro, aos 76 anos. Não podemos, porém, esquecer o papel que ele e outros de sua estirpe desempenharam na consolidação da nova capital brasileira. Pois nossa Pátria compõe-se dos mortos que a fundaram e dos vivos que a continuam.

A continuidade só pode existir com a memória; sendo assim, foi com muita satisfação que fui convidado a representar o Sr. Antoninho Rapassi, lá de São Paulo, em um evento ocorrido no último dia 29, aqui em Brasília. Refiro-me à festa relativa aos 40 anos de trabalho de Adirson Vasconcelos, jornalista pioneiro que se transformou no historiador de

Brasília, escrevendo a saga dos pioneiros ao longo dessas quatro décadas, presenciadas também por Luciano.

Luciano, apesar de ser conhecido como contador de “causos”, nunca escreveu livros; Adirson Vasconcelos, porém, o historiador, foi seu contemporâneo, e suas palavras servem para cimentar os laços da nacionalidade que nos unem a pessoas como Juscelino, Antoninho Rapassi e Luciano Pereira. Anônimas ou famosas, o seu trabalho dá coesão no espaço e no tempo a este imenso território que há séculos chamamos Brasil.

REGISTRO ICONOGRÁFICO



Solenidade de posse dos Membros da Comissão do Centenário de Nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, realizada no dia 30 de maio de 2001, pelo Governador do Distrito Federal, o senhor Joaquim Domingos Roriz. Na foto da esquerda para a direita: Affonso Heliodoro dos Santos – presidente do IHG-DF; Senhor Tadeu Filipelli – Secretário de Obras do DF e o acadêmico Jarbas Silva Marques – Diretor do Departamento Histórico e Artístico do DF.



A diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, recebeu, na sede da entidade, no dia 26 de Novembro de 2000, a visita do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, senhor Arno Wehling. O presidente do IHG-DF, Cel. Affonso Heliodoro dos Santos, a professora Esther Bertolleti Caldas e o senhor Arno Wehling percorreram as instalações do IHG-DF. Ao fim do encontro os visitantes receberam o diploma de sócio-correspondente do IHG-DF. Na foto da esquerda para direita, Affonso Heliodoro dos Santos – presidente do IHG-DF; Prof^a. Esther Bertolleti Caldas e Arno Wehling – presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**RELAÇÃO NOMINAL
DOS SÓCIOS
ACADÊMICOS
DO IHGDF**

Adison do Amaral
Patrono: Benjamin Constant
Cadeira n°: 103

Adalberto Lassance de Albuquerque
Patrono: Antônio Américo do Brasil
Cadeira n°: 38

Adonias dos Reis Santiago
Patrono: Elias Brito Sobrinho
Cadeira n°: 44

Affonso Heliodoro dos Santos
Patrono: Juscelino Kubitschek
Cadeira n°: 76

Agnelo Paz Sobreira
Patrono: Ernesto Ule
Cadeira n°: 34

Alarico Ottoni Ramos Verano
Patrono: Guimarães Rosa
Cadeira n°: 104

Alberto Martins da Silva
Patrono: Deodoro da Fonseca
Cadeira n°: 10.

Aldo Vinholes de Magalhães
Patrono: Alceu Amoroso Lima
Cadeira n°: 39

Anderson Braga Horta
Patrono: Medeiros e Albuquerque
Cadeira n°: 46

Antônio Carlos Elizalde Osório
Patrono: José Ludovico de Almeida
Cadeira n°: 47

Antônio Pimentel
Patrono: Evangelino Meireles
Cadeira n°: 40

Argemiro José Cardoso
Patrono: Cora Coralina
Cadeira n°: 02

Ari Cunha
Patrono: Geri. Ernesto Dornelles
Cadeira n°: 28

Armando José Buchmann
Patrono: Donald Belcher
Cadeira n°: 48

Arnaldo Serafim
Patrono: Aires da Mata Machado
Cadeira n°: 115

Augusto Estellita Lins
Patrono: Visconde de Taunay
Cadeira n°: 112

Aureo Mello
Patrono: Filipe dos Santos
Cadeira n°: 119

Benjamin Roriz
Patrono: João D'Abreu
Cadeira n°: 49

Bernardo Carvalho de Araújo
Patrono: Íris Meinberg
Cadeira n°: 50

Branca Borges Góes (Bakaj)
Patrono: Olavo Bilac
Cadeira n°: 45

Carlos Fernando Mathias de Souza
Patrono: José Capistrano de Abreu
Cadeira n°: 1

Carlos Mário da Silva Velloso
Patrono: Ribeiro da Costa
Cadeira n°: 51

Cassiano Nunes Botica
Patrono: Monteiro Lobato
Cadeira n°: 52

Celita Oliveira Sousa
Patrono: Pe. Primo Scussolino
Cadeira n°: 43

Clodomir Padilha Alves da Silva
Patrono: Ernesto Silva
Cadeira n°: 101.

Clóvis Sena
Patrono: Getúlio Dorneles Vargas
Cadeira n°: 21

Cyl Gallindo
Patrono: Joaquim Cardozo
Cadeira n°: 25

Danilo Gomes
Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo
Cadeira n°: 54

Dario Abranches Viotti
Patrono: João Coelho Gomes Ribeiro
Cadeira n°: 55

Dario de Souza Clementino
Patrono: Pedro Aleixo
Cadeira n°: 105

Denilda Martinez Cataldo
Patrono: Eugenio Hussak
Cadeira n°: 24

Dinair Andrade da Silva
Patrono: Pedro Ludovico
Cadeira n°: 56

Diniz Esteves
Patrono: Aurélio de Lyra Tavares
Cadeira n°: 114

Dorália Duarte Galesso
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Cadeira n°: 05

Doryval Borges de Souza
Patrono: Tiradentes
Cadeira n°: 20

Edisio Sobreira Gomes de Matos
Patrono: Hipólito José da Costa
Cadeira n°: 30

Ernesto Silva
Patrono: Mal. José Pessoa C. de Albuquerque
Cadeira n°: 19

Fernando Lourenço Fernandes
Patrono: Domingos Jorge Velho
Cadeira n°: 41

Flávio Mendes de Oliveira Castro
Patrono: Barão Duarte da Ponte Ribeiro
Cadeira n°: 106

Francisco Braga Sobrinho
Patrono: Jerônimo Coimbra Bueno
Cadeira n°: 57

Francisco Ferreira de Castro
Patrono: Joaquim Nogueira Paranaguá
Cadeira n°: 58

Francisco Gustavo de Castro Dourado
Patrono: Eleazar de Carvalho
Cadeira n°: 31

Francisco Xavier da Silva Guimarães
Patrono: Adroaldo Mesquita da Costa
Cadeira n°: 59

Geraldo Campos
Patrono: José Maciel de Paiva
Cadeira n°: 63

Gilberto Amaral
Patrono: Felinto Eptácio Maia
Cadeira n°: 60

Guilherme Fagundes de Oliveira
Patrono: Lauro Sodré
Cadeira n°: 61

Hélio Morato Krahenbuhls
Patrono: Mário Augusto Teixeira de Freitas
Cadeira n°: 35

Hermenegildo Fernandes Gonçalves e Albuquerque
Patrono: Santiago Dantas
Cadeira n°: 14

Humberto Gomes de Barros
Patrono: Carlos Maximiliano
Cadeira n°: 62

Ivan Zanoni Hausen
Patrono: Alphonsus Guimaraens
Cadeira n°: 107

Jairo Valladares Pinto
Patrono: André Malraux
Cadeira n°: 66

Jarbas Gonçalves Passarinho
Patrono: Nelson Carneiro
Cadeira n°: 67

Jarbas Silva Marques
Patrono: Alcide Celso Ramos Jubé
Cadeira n°: 37

Joanyr de Oliveira
Patrono: Domingues Velasco
Cadeira n°: 68

João Batista Cascudo Rodrigues
Patrono: Parsifal Barroso
Cadeira n°: 69

João Carlos Taveira
Patrono: Thomaz Antônio Gonzaga
Cadeira n°: 70

João Henrique Serra Azul
Patrono: Pe. Antônio To
Cadeira n°: 71

Joaquim Roriz
Patrono: Bernardo Sayão
Cadeira n°: 09

José Adirson de Vasconcelos
Patrono: Francisco A. de Várnhagen
Cadeira n°: 27

José Antônio Prates
Patrono: Darcy Ribeiro
Cadeira n°: 29

José Carlos Brandi Aleixo
Patrono: Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota
Cadeira n.º: 72

José Carlos Fonseca
Patrono: Luiz Cruis
Cadeira n.º: 07

José Carlos Gentili
Patrono: Dario Cardoso
Cadeira n.º: 73

José Gilberto Louzada
Patrono: Eurico Gaspar Dutra
Cadeira n.º: 74

José Helder de Souza
Patrono: João Alberto Lins de Barros
Cadeira n.º: 75

José Luiz de Moura Pereira
Patrono: Barão de Mauá
Cadeira n.º: 1

José Santiago Naud
Patrono: Luiz Carlos Prestes
Cadeira n.º: 77

Kurt Pessek
Patrono: Juarez Távora
Cadeira n.º: 78

Léa Sayão C. de Araújo
Patrono: Djalma Poli Coelho
Cadeira n.º: 22
Lélio Viana Lôbo
Patrono: Santos Dumont
Cadeira n.º: 79

Lenine Fiuza Lima
Patrono: Pedro Américo
Cadeira n°: 80

Léo da Silva Alves
Patrono: Oscar Niemeyer
Cadeira n°: 64

Leon Frejda Szklarowsky
Patrono: Arthur Bernardes
Cadeira n°: 13

Lília Portugal Magnavita
Patrono: Pedro Calmon
Cadeira n°: 81

Lincoln Magalhães da Rocha
Patrono: Silvio Romero
Cadeira n°: 82

Lourenço Fernando Tamanini
Patrono: Lauro Müller
Cadeira n°: 32

Lourierdes Fiuza dos Santos
Patrono: Machado de Assis
Cadeira n°: 83

Lucídio Guimarães Albuquerque
Patrono: Sette Câmara
Cadeira n°: 118

Lúcio Batista Arantes
Patrono: Salviano Guimarães
Cadeira n°: 91

Luiz Adolfo Pinheiro
Patrono: Lúcio Costa
Cadeira n°: 84

Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
Patrono: Edgard Roquete Pinto
Cadeira n°: 85

Luiz Solano
Patrono: Gelmires Reis
Cadeira n°: 86

Luiz Vicente Cernichiarro
Patrono: José Clemente Pereira
Cadeira n°: 87

Lusitano Abrantes Malheiro
Patrono: Vasco da Gama
Cadeira n°: 88

Manoel Soriano Neto
Patrono: Everaldo Backeuser
Cadeira n°: 89

Márcio Cotrim
Patrono: Josué Montello
Cadeira n°: 90

Marcone Formiga
Patrono: Assis Chateaubriand
Cadeira n°: 91

Maria de Souza Duarte
Patrono: Pompeu de Sousa
Cadeira n°: 03

Mário Miguel Nicola Garófalo
Patrono: Cláudio Santoro
Cadeira n°: 92
Mário Tomelin
Patrono: Henrique Teixeira Lott
Cadeira n°: 93

Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro
Patrono: Gilberto Freyre
Cadeira n°: 94

Meira Perna
Patrono: Heckel Tavares
Cadeira n°: 65

Mercedes Gassen Kothe
Patrono: Florestan Fernandes
Cadeira n°: 108

Miguel Setembrino Emery de Carvalho
Patrono: Viriato Correia
Cadeira n°: 120

Napoleão Valadares
Patrono: Carlos de Laet
Cadeira n°: 42

Nestor Luiz Fernandes B. dos Santos Lima
Patrono: Augusto Tasso Fragoso
Cadeira n°: 17

Newton Egydio Rossi
Patrono: Alvarenga Peixoto
Cadeira n°: 116

Nina Maria Harres T. Rangel de Freitas
Patrono: Jofre Mozart Parada
Cadeira n°: 95

Oscar Alberto Mattos Horta Barbosa
Patrono: Duque de Caxias
Cadeira n°: 18
Palmerinda Vidal Donato
Patrono: Atílio Fontana
Cadeira n°: 109

Paulo Affonso Martins de Oliveira
Patrono: Euclides da Cunha
Cadeira n°: 36

Paulo Bertran Wirth Chaibub
Patrono: Altamiro de M. Pacheco
Cadeira n°: 96

Paulo Cabral de Araújo
Patrono: Tobias Barreto
Cadeira n°: 04

Paulo César Timm
Patrono: José Bonifácio de Andrada e Silva
Cadeira n°: 06

Pedro Wilson Carrano de Albuquerque
Patrono: Bartolomeu Bueno da Silva
Cadeira n°: 12

Raimundo Nonato da Silva
Patrono: Gonçalves Dias
Cadeira n°: 97

Raul Bernardo Nelson de Senna
Patrono: Israel Pinheiro da Silva
Cadeira n°: 98

Romeu Barbosa Jobim
Patrono: Bárbara Eliodoro
Cadeira n°: 117

Rubem de Azevedo Lima
Patrono: Neiva Moreira
Cadeira n°: 99

Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho
Patrono: Floriano Peixoto
Cadeira n°: 16

Santa Alves Soyer
Patrono: Ernesto Balduino de Almeida
Cadeira n°: 23

Sérgio Mário Pasquali
Patrono: João Batista Mascarenhas de Moraes
Cadeira n°: 33

Sophia Wainer
Patrono: Cyro dos Anjos
Cadeira n°: 110

Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Patrono: Joaquim Nabuco
Cadeira n°: 121

Victor José de Mello Alegria Lobo
Patrono: Fernão Dias Paes Leme
Cadeira n°: 15

William Dalbio Almeida de Carvalho
Patrono: Joaquim Felício dos Santos
Cadeira n°: 111

Sócios Honorários

Moacyr dos Santos França
Antônio Soares Neto (Toniquinho)

Sócio Benemérito

Hélio Lobato de Almeida

